



V JORNADAS DO MERCOSUL

8 a 10 de novembro de 2018

Programa de
Pos-Graduação em
Memória Social e
Bens Culturais

UNIVERSIDADE
LaSalle 

Universidade La Salle

Reitor: *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Graduação: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Costa Benites*

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: *Cledes Antonio Casagrande*

Conselho da Editora Unilasalle

*Andressa de Souza, Cledes Antonio Casagrande, Cristiele Magalhães Ribeiro,
Jonas Rodrigues Saraiva, Lúcia Regina Lucas da Rosa, Patrícia Kayser Vargas Mangan,
Rute Henrique da Silva Ferreira, Tamára Cecília Karawejczyk Telles,
Zilá Bernd, Ricardo Figueiredo Neujahr*

Comissão Organizadora

Judite Sanson de Bem (Coordenadora)

Prof. Dr. Lucas Graeff

Profa. Dra. Cleusa Graebin

Comissão Científica

Profa. Dra. Cleusa Graebin

Prof. Dr. Lucas Graeff

Profa. Dra. Judite Sanson de Bem

Prof. Dr. Mariluci Neis Carelli

Prof. Dr. Maurício Pereira Almerão

Profa. Dra. Selma Rodrigues Petterle

Profa. Dra. Marta Rosa Borin

Prof. Dr. Cláudio Machado de Sá Jr.

Projeto gráfico e diagramação: *Editora Unilasalle*

Revisão final: *Judite Sanson de Bem*

SUMÁRIO

A WORLD WIDE WEB E HIBIRU: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E FORMAS SIMBÓLICAS	6
PATRIMONIO CULTURAL: ESPAÇO URBANO E A DESIGUALDADE SOCIAL	12
TEXTOS LITERÁRIOS E PAISAGEM CULTURAL: O DISCURSO QUE A ENVOLVE	16
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA LITERATURA DE CORDEL: DO INCESTO À CULTURA DO ESTUPRO	20
TRIANGULAÇÃO DE FERRAMENTAS METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE DE RELATOS DE HOMICÍDIO	24
DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES	28
ESCREVENDO A DANÇA: MEMÓRIA, ARTE, ENSINO E CIÊNCIA	32
VISÕES LOBATIANAS SOBRE O HOMEM E A NATUREZA	42
COZINHA CONFIDENCIAL: MAN BITES DOG!	46
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	57
ROTEIROS DE IMERSÃO NA CULTURA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA	61
POR UMA DECOLONIZAÇÃO DO SABER NA AMÉRICA LATINA	65
MEMÓRIAS E LINGUAGENS CULTURAIS – O CASO DO VOS: MAIS QUE UM PRONOME, UMA IDENTIDADE LINGUÍSTICA CULTURAL	69
FRUGIVORIA E DISPERSÃO DE SEMENTES DE HOVENIA DULCIS THUNB. (RHAMNACEAE) PELA MASTOFAUNA EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL	73
INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE LA SALLE: MEMÓRIA EM FOCO	77
ECONOMIA CRIATIVA: REFLEXÕES SOBRE O SEGMENTO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	81
FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS NOS PAÍSES DO MERCOSUL	85
“NÃO HÁ FEITICEIRO SEM ARRUDA E CATIMBÓ SEM JUREMA”: CÂMARA CASCU DO E UMA HISTÓRIA DA JUREMA E SEUS USOS COMO PLANTA AMULETO DO CATIMBÓ	90
DO TERRITÓRIO AO CIBERESPAÇO: UMA BUSCA DO CAPITAL SIMBÓLICO DO INDÍGENA MISAK	93
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PALEONTOLÓGICA: PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	97
PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUEM? INQUIETAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA CULTURAL DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS	102
POR UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS QUADRINHOS	105

AFRO-MERCOSUL: O FATOR ECONÔMICO DA CULTURA AFRO-RELIGIOSA ALÉM DAS FRONTEIRAS SUL-RIO-GRANDENSES	109
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): ENTENDA UM POUCO MAIS SOBRE OS IMPACTOS DESSA POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	113
CULTURA ORGANIZACIONAL	117
MODELO COGNITIVO DE LIDERANÇA EMPREENDEDORA PARA GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS	120
CASA ENXAIMEL EM JOINVILLE: PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO	124
UM OLHAR SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS	128
MULHERES NA ESCOLA DE ENGENHARIA: PRECURSORAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970	132
BALÉ DA CIDADE DE SANTA MARIA: UMA ANÁLISE CENOGRÁFICA	138
A REDE COUCHSURFING COMO INTERCÂMBIO DE HOSPITALIDADE	143
ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ROTEIRO DE VIAGEM DE ESTUDOS EM CACHOEIRA DO SUL	147
RELEVÂNCIA DO PAPEL DESEMPENHADO PELO SISTEMA FIERGS DENTRO DA ECONOMIA CRIATIVA A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE SUAS AÇÕES CULTURAIS – POR SUA NATUREZA E ESTRUTURA	150
PALETA DE CORES NO CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES DO DIRETOR SANTA-MARIENSE LUIZ CARLOS GRASSI	154
MEMÓRIA EXPOSTA, CULTURA PRESERVADA: INTERATIVIDADE, VÍDEO E CIBERCULTURA ..	157
EM CUIABÁ	158
MANGIA CHE TE FA BENE: A MESA FARTA COMO ATRATIVO TURÍSTICO GASTRONÔMICO DA SERRA GAÚCHA	162
RELIGIOSIDADE E AS ÁGUAS – A FESTA DE NAVEGANTES NA PRAIA DO PAQUETÁ – CANOAS/RS	167
GRUPOS, ORGANIZAÇÕES E IGREJAS PROTESTANTES NAS PÁGINAS DA REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (1953-1971)	171
IMIGRAÇÃO E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA A PARTIR DA MOBILIDADE TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS	175
MEMÓRIA DOS MÚSICOS E REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS NO PROJETO UNIMÚSICA	179
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ARQUITETURA NO RIO GRANDE DO SUL: A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA CAU/RS	185
REGISTRO FOTOGRÁFICO SOBRE CAMINHADA: ESPAÇO DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE (1889-1930)	189
MEMÓRIA, IDENTIDADE E JUVENTUDES NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRGS	194

MEMÓRIA OFICIAL E OUTRAS MEMÓRIAS NO CONTEXTO COOPERATIVO	199
ENTRE O MACHADO DE ASSIS E DE XANGÔ: O SINCRETISMO RELIGIOSO NO RAP BRASILEIRO DE DJONGA E DE BACO EXÚ DO BLUES	204
LINHA TURISMO DE PORTO ALEGRE	208
INDICADORES DE VALORIZAÇÃO: ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	213
MILONGUEANDO MEMÓRIAS: MEMÓRIA CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA	218
MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NO FILME COCO	222
MEMÓRIA E TRANSMISSÃO EM MAR AZUL, DE PALOMA VIDAL	227
CONTANDO A MEMÓRIA DO COLÉGIO ESPÍRITO SANTO	231
ÍNDICE DE ACIDENTES DE TRABALHO OCACIONADOS POR EXCESSO DE TRABALHO E ASSÉDIO NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	235
A CADEIA PRODUTIVA DA MODA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	239
EDUCAÇÃO PATRIMOMINAL NO MUSEU MUNICIPAL DAVI CANABARRO NA CIDADE DE SANTANA DO LIVRAMENTO, RS: PROPOSTA EDUCATIVA QUE VISA POTENCIALIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA	243
SANTIAGO NO BRASIL: EXPERIÊNCIA DO CAMINHO DO SOL	247
ARMAÇÃO DA ILHA DA GRAÇA, SÃO FRANCISCO DO SUL/SC: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA	252
A WORLD WIDE WEB E HIBIRU: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E FORMAS SIMBÓLICAS	256
MEMÓRIA DOCUMENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA BREVE APROXIMAÇÃO	261
MEMÓRIAS IDENTITÁRIAS DAS JUVENTUDES RESIDENTES EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOSO	266
MEMÓRIA EM UMA COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PÓS-CONSUMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	270
O TEATRO E A CIDADE: TRANSFORMAÇÕES DE UM SÍMBOLO CULTURAL	275
ROTEIROS DE IMERSÃO NA CULTURA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA	284
ESCRITORES CANOENSES: PROCESSOS CRIATIVOS DE PRODUÇÃO DE LITERATURA	289
IMPrensa ESCOLAR NO PARANÁ E AS DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO NOVO: CULTURA POLÍTICA NAS ESCOLAS	293

A WORLD WIDE WEB E HIBIRU: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E FORMAS SIMBÓLICAS

Ricardo Cortez Lopes ¹

Lis Yana de Lima Martinez ²

Nádila Albuquerque Luchini ³

RESUMO: Buscamos investigar uma representação social de mente generalizada, a partir do estudo de duas formas simbólicas: a da língua hibiru - mito pré-diluviano que afirmava que as mentes humanas eram conectadas pela língua original anteriormente ao surgimento da Torre de Babel - e a world wide web 3.0 - que ambiciona a conexão das mentes a partir de um processo de convergência por atratores sinérgicos. Nessas duas formas está presente uma representação social da mente: o ideal é que esta seja progressivamente superada em sua individualidade e que todas se tornem uma mente generalizada. O mito o advoca colocando o passado como a perfeição, enquanto a world wibe web 3.0 coloca essa expectativa no futuro, com a inteligência coletiva. Ou seja, há ressignificação apenas seus elementos periféricos (antiguidade e era digital).

PALAVRAS-CHAVE: Hibiru Pré-diluviano; World Wide Web 3.0; Representações Sociais; Formas Simbólicas.

INTRODUÇÃO

Pretendemos tomar uma das perspectivas da Teoria das Representações Sociais e realizar uma investigação específica: a persistência de uma representação - mente generalizada - dentro de formas simbólicas diferentes - World Wide Web 3.0 e Hibiru.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, FORMAS SIMBÓLICAS

Em vez de nos referirmos diretamente as Representações Sociais, vamos ampliar a escala e explanar sobre o resultado do acoplamento. Ao nosso entender, o que dá conta disso são as formas simbólicas, campo das produções da cultura (MOURA, 2000).

A discussão sobre formas simbólicas está vinculada diretamente com a contestação da razão moderna, que se colocou como o conhecimento por si. As formas simbólicas, no entanto, apontam para diferentes possibilidades de se estabelecer saberes, mudando-se as formas em que eles estão contidos. Assim, o saber moderno é uma das infinitas formas: “[...] cada forma simbólica é uma explicação totalizante dos fenômenos; elas os articulam e, em sua ação, criam mundos”, e gera a conexão de um significado a um signo concreto (GARCIA, 2014: 223). Uma das maneiras de operacionalizar as formas simbólicas é pelas representações sociais de Moscovici (2011). Ele as entende como entidades quase *tangíveis* (em palavras, gestos ou encontros), que cruzam e se cristalizam no universo cotidiano. Elas ligam fenômenos mais pontuais às suas respectivas tentativas de duplicata e são compartilhadas por grupos sociais que com elas operaram. Moscovici não esclarece sobre o acoplamento - alguns autores tentam sanar esse *deficit* teórico (XAVIER, 2002).

1 Doutorando em Sociologia (UFRGS), rshicardo@hotmail.com.

2 Doutoranda em Letras (UFRGS), yanaflafly@gmail.com

3 Licencianda em Pedagogia à Distância, nadila.luchini14@gmail.com

As formas simbólicas, por concentrarem capacidade de explicar o mundo, podem agrupar um conjunto de representações e formar parte dos parâmetros que o indivíduo utiliza para interpretar acontecimentos. Ou seja, dentro dele vai existir um conjunto de formas simbólicas, composta por um conjunto de representações. Nesse sentido, o pensamento da convergência e o do Mito são formas simbólicas que modulam em parte como será a apreensão cognitiva. Mas o que seria o mito? É uma história sagrada ocorrida no tempo primordial dos princípios (ELIADE, 2007). Já a convergência seria a combinação entre múltiplas funções de processamento, transmissão e recepção de dados, além da interrelação entre os meios de comunicação (PRIMO, 2010).

Outro ponto é que representações possuem elementos permanentes e periféricos, que interagem em seu interior e que explicam com maior minúcia alguns de seus “efeitos simbólicos”, que efetivamente estão envolvidas na capacidade de julgamento dos atores. Quais seriam esses elementos? Seriam o núcleo central, que determina a significação e a organização interna, o que retrata o sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo (MAZZOTTI, 2002).

Ou seja, o núcleo central sintetiza todas essas camadas descritas e as torna uma significação que serve para a interpretação. No nosso estudo, esse elemento fixo é a concepção de mente generalizada, que não é presente no mundo sensível mas que pode ser viabilizada seja pelo mito seja pela tecnologia. Esse núcleo possui um caráter fixo em comparação com os seus elementos periféricos, que são a parte operatória da representação, que faz surgir a representação no cotidiano (MAZZOTTI, 2002, p. 22).

Assim, os elementos periféricos são aqueles que tomam contato com a prática diária, que é a cultura viva - em contraste direto com a cultura “congelada” que forneceu a origem do núcleo central. Assim, no cotidiano da Antiguidade e na Cultura Digital temos parte dos elementos periféricos que dialogam com esse núcleo central.

MENTE

O primeiro pensador a teorizar a mente por ela mesma foi René Descartes, baseando-se na separação entre mente (estudado pela religião e filosofia) e corpo (foco da medicina) (CASTRO, ANDRADE, MULLER, 2006). Fora a filosofia da mente, ainda há uma outra área que estuda a mente, a ciência cognitiva, “normalmente definida como o estudo científico da mente ou da inteligência” (ARANHA, PASSOS, 2006, p. 1). As soluções mais tradicionais são o dualismo ou o monismo (BIZARRO, 2012).

O que nos mais salta aos olhos nesta questão é o problema das outras mentes: “O problema das outras mentes é o problema de justificar a crença de que os outros têm mentes semelhantes à nossa, tendo em conta que não temos acesso directo a outras mentes” (BIZARRO, 2012, 3). A mente é esta abstração metafísica que transcende ao cérebro e cujo acesso integral é vedado ao seu próprio dono.

A mente generalizada - expressão emprestada de Herbet Mead, que pensa, de maneira simplificada, o outro-generalizado como a reação que um membro de um grupo acredita que este vá ter a determinadas situações - portanto, seria a possibilidade de superar esse problema da mente e das outras mentes. Isso porque as outras mentes não existiriam: elas passariam a ser uma só e todas comporiam uma grande mente com diferentes corpos. Vamos observar que o mito postula isso como uma condição possível, todavia passada; e que a convergência a considera improvável, mas aproximável através do desenvolvimento dos meios de comunicação.

LÍNGUA HIBIRU: MITO

Foi Ferdinand de Saussure o primeiro a considerar o signo e sua arbitrariedade dentro de sua composição significante/significado. Dessa arbitrariedade, o signo não é, portanto, produzido, motivado, por nenhuma relação natural real para com o significado. Assim, uma cadeira é uma cadeira por não ser o que uma mesa é. Para que haja comunicação, é estabelecido entre as partes (eu e tu) um acordo tácito de significados. Se a comunicação for interrompida ou houver discordância de significados, uma das partes terá que solicitar a outra algum tipo de esclarecimento. A língua hibiru parece, assim expressar um paradoxo: a língua serve para a comunicação entre mentes que não podem se ler. No momento em que a mente é uma só não haveria a necessidade desse intermediário da comunicação, pois os pensamentos viriam todos do mesmo lugar. Haveria, então, uma ausência possível do eu? Benveniste argumenta que “eu só pode definir-se em termos de ‘locação’, não em termos de objetos, como um signo nominal. Eu significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade” (BENVENISTE, p. 278, 2005). No momento em que a mente é única, não há unicidade específica e individual do eu. Seria, então, essa mente única o nós? Caso pudéssemos comprovar a questão de forma positiva, isso significaria, provavelmente, que haveria significados históricos, sociais e culturais sempre plurais provenientes de cada discurso (nós). Ou seja, o indivíduo único não possuiria necessidades especiais ao ponto de se distinguir do coletivo e marcar sua unicidade a partir do eu.

Quando se menciona hibiru, é possível encontrar-se um povo histórico do crescente fértil; mais especificamente uma tribo, composta por rebeldes, bandidos, atacantes, mercenários, arqueiros, servos, escravos e trabalhadores (FREEDMAN, 2000). Evidências da existência desse povo também podem ser encontradas na linguística (PARDEE, 2004). A língua com este nome, aparentemente não relacionado com o povo referido, também seria mesopotâmica. Tal região seria uma espécie de “lastro empírico” da existência do Jardim do Éden - lugar simbólico dessa língua, uma planície regada por quatro rios (ANUKIT, 2004).

A tal língua única seria corrente e viva até o surgimento das doze tribos de Israel, o “começo de segmentação” da humanidade. Cada tribo foi fundada por um dos filhos de Jacó: Rúben, Simeão e Levi, Judá, Zebulom, Issacar, Dã, Naftali, Gade, Asser, José e Benjamim (KING JAMES BIBLE, 2012).

Foram exatamente estes descendentes de Noé que empreenderam a construção da famosa Torre de Babel, outro mito que importância fundamental, pois a vontade de construir uma torre que chegasse ao céu irritou Jeová, que, por esse motivo, atribuiu-lhes idiomas diferentes (GOLDENBERG, 2000). Conclui-se que sobre o período pós-diluviano encontramos bastante material na literatura especializada. Mas e antes? O traço que nos interessa é o da língua única, sobre a qual podemos encontrar algumas descrições partindo de alguns documentos secundários. O patriarca Enoch teria chamado a Hibiru de “a semente da linguagem”, uma cadeira de ondas que sintonizaria todas as redes de comunicação entre os seres: com “a posterior perda da unidade, o ego se tornou uma entidade autônoma, compartimentando a função cognitiva, antes sincrônica” (ANUKIT, 2004, p. 31).

Ou seja, a utilização da língua hibiru demonstra a possibilidade de união entre “outras mentes”, porém ela ficou no passado. Ou seja, a língua também aparece em condicionalidade como sendo praticada por seres humanos e não por um grupo delimitado, o que colocaria mais um elemento a já clássica tríade herderiana: território-cultura-língua (DO NASCIMENTO, 8) cujas “funções das línguas são altamente territorializadas e estáticas” (DO NASCIMENTO, 8), características impossíveis quando se trata de uma língua praticada por toda a humanidade. Assim, hibiru seria como uma versão natural e espontânea

do esperanto. Mesmo que historicamente (documentalmente) não seja possível provar que essa língua tenha existido – talvez através da arqueologia bíblica - há uma representação sendo engendrada a partir da forma simbólica mito. São mentes que funcionavam como uma só até a quebra com a divindade, provocando uma cisão eterna. Ou não: até o desenvolvimento da internet.

WORLD WIDE WEB 3.0: CONVERGÊNCIA

A comunicação humana permite a conexão entre as diferentes mentes através de informações, que as voltam para um compartilhado que permite uma ação coletiva. Para além da comunicação natural, a que exige a proximidade dos sentidos entre os comunicantes, ainda há comunicações impessoais, como as pela web.

A web 1.0 veio com os computadores dos primeiros desenvolvedores, na década de 90, com a interatividade restrita ao meio escrito “ready-only web”. A web 2.0 foi resultado de um avanço técnico que permitiu que a internet fosse utilizada também por não-técnicos, porém com uma alteração drástica: compartilhar. Por fim, a internet 3.0 já se estabelece com um paradigma futuro, com maior possibilidade de interação sincrônica (GIL, 2014). A partilha é o objetivo, e ela nada mais é do que criar múltiplos compartilhados dentro de outras mentes, convergindo-as.

A clássica teoria da modernização pressupunha que o progresso uniformizaria a todos. Alguns estudiosos apontam para o contato do indivíduo com múltiplas referências simultâneas (CANEVACCI, 1993). Correntes críticas apontam para desenraizamentos fortes, com a uniformização para dominação (TODOROV, 1999). Nessas posições a aproximação das mentes pela tecnologia é um pressuposto.

A aproximação pela convergência permite que exista um saber engendrado pela troca de ideias e informações e que gera uma nova abordagem: a inteligência coletiva (LEVY, 2010), que se une por um interesse comum. Assim, mesmo que as mentes não se unam por completo e que isso se torne um fenômeno metafísico, elas produzem uma ideia que é a composição de todas aquelas que foram expostas e que vira compartilhado.

Assim, diante das redes que se formam e da competitividade que se acirra entre mercados e indivíduos, convergir mentes é uma necessidade. Isto porque a inclusão digital faz parte do processo de emancipação (FIGUEIREDO, MEIRELLES, 2015, p. 349).

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MENTE

Apresentadas as duas formas simbólicas, podemos avaliar agora o componente que ambas partilham: a representação social de mente generalizada e elementos periféricos. O núcleo central é a ideia de que a mente humana é cindida entre indivíduos e que isso traz a necessidade da comunicação interpessoal. Mas essa individualidade “pura” pode ser superada.

Podemos separar os elementos periféricos de (a) hibiru e (b) convergência. Sobre (a) observa-se: 1. a comunicação evidencia a corrupção da humanidade, 2. Deus cumpre papel ativo na narrativa como indutor direto de acontecimentos, 3. a irreversibilidade atual do que é explicado pelo mito; quanto a (b), observa-se 1. a comunicação é a saída para a exclusão social, pois aumenta a emancipação, 2. a tecnologia cumpre papel dialógico com os usuários não-técnicos, o que a coloca como um artefato humano, 3. a reversibilidade da cisão das outras mentes a partir do incremento tecnológico.

Pensamos que lidamos com duas contestações ao cogito cartesiano a partir da espontaneidade: seja pela recontagem do mito, seja pela busca do incremento tecnológico. Não se trata de abordar uma origem ou de reconstituir uma representação no tempo histórico, mas sim de utilizar as representações e contrastá-las entre si para repensar a nossa própria complexidade e as relações possíveis de se estabelecer.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Christian; PASSOS, Emmanuel. A tecnologia de mineração de textos. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 5, n. 2, 2006.

ANUKIT, Yasmin. **Da Mesopotâmia ao terceiro milênio**: Iraque, a ressurreição de um povo. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Pontes, 2005.

BIZARRO, Sara. **Leituras Fundamentais**. Lisboa: Edições, 2012.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Studio Nobel, 1993.

CASTRO, Maria da Graça de; ANDRADE, Tânia M. Ramos; MULLER, Marisa C. Conceito mente e corpo através da História. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 39-43, jan./abr. 2006

DO NASCIMENTO, André Marques. PLURILINGUISMOS INDÍGENAS NO MUNDO GLOBALIZADO. **Organon**, v. 32, n. 62.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo Figueiredo, MEIRELLES, Mauro. Educação em tempos de cibercultura. In: MEIRELLES, Mauro. **Repensando o lugar da sociologia e o uso de novas tecnologias**. Porto Alegre: Cirkula, 2015

FREEDMAN, David Noel. **Eerdmans dictionary of the Bible**. Cambridge: Eerdmans, 2000.

GARCIA, Rafael Rodrigues. **Idéias**, Campinas, n. 8, v.1, 2014.

GIL, Henrique. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma “humanização” em contexto educativo. **Educativ: boletim informativo**, p. 1-2, 2014.

GOLDENBERG, Saul. Normalizar é salutar. **Acta Cir.**, vol.15 n.2. São Paulo: 2000.

Bíblia King James atualizada. Tradução e revisão permanente a cargo do Comitê Internacional de Tradução da Bíblia King James para a língua portuguesa. São Paulo: Abba Press, 2012.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Marinaide Ramos. O simbólico em Cassirer. **Ideação**, Feira de Santana, n. 5, p. 75-85, 2000.

PARDEE, Dennis. Textes akkadiens d’Ugarit. **Syria**, v. 81, n. 1, p. 249-262, 2004.

PRIMO, Alex. **Crítica da cultura da convergência**: participação ou cooptação. Porto Alegre: Convergências Midiáticas: produção ficcional-RBSTV, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Editora Record, 1999.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez.2002.

PATRIMONIO CULTURAL: ESPAÇO URBANO E A DESIGUALDADE SOCIAL

Gissele B. Leal Bertagnolli ⁴

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise do desenvolvimento social do Brasil, descrevendo o cenário de desigualdades, suas contradições, sabendo-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista combina altos níveis de exploração do trabalho com a maximização das sequelas da questão social, inclusive a pobreza. A metodologia do presente artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, podendo ser compreendida como um estudo sistematizado. O trabalho foi elaborado interpretando-se as diversas reflexões de autores que viabilizaram a identificação de elementos conceituais que contribuem para a crítica e para a conclusão do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Inclusão Social; Desenvolvimento; Desigualdades.

INTRODUÇÃO

O processo de modernização trouxe profundas mudanças, a partir do qual tivemos um acentuado individualismo na busca pelo bem-estar e pela ampliação do desenvolvimento, onde as definições e compreensões de melhor qualidade de vida se consumaram em ações que originaram desigualdades sociais, sendo a pobreza entendida como a principal consequência da desigualdade social. Outro aspecto está relacionado à colonização do Brasil, que teve como objetivo a exploração de recursos naturais, pois, com a exploração do território, ficou evidenciado que o planejamento não se voltava para os interesses de melhorar o país e a conjuntura econômica e social dos povos.

Segundo Prado Junior (2004), o processo de ocupação do território acontecia para suprir os interesses do mercado externo. Produzia-se de acordo com a necessidade do mercado, explorando cada vez mais o território desconhecido, em busca de terras férteis. A desigualdade e consequentemente a pobreza, sempre presentes no decorrer da história, agravam-se e apresentam-se com novas características a partir do processo de industrialização e com o surgimento do capitalismo.

A inclusão do direito à moradia como direito social, o surgimento no ordenamento jurídico brasileiro de leis infraconstitucionais e o Estatuto da cidade deram ao Estado meios legais para o poder público proceder à execução de políticas urbanas. Entretanto, deve haver sua real efetivação, não significando que o Estado tenha a obrigação de distribuir moradias a título gratuito a todos os cidadãos brasileiros, mas, sim, de aplicar medidas e ações que possibilitem o acesso ao direito social à moradia adequada para a população, em especial aqueles menos favorecidos economicamente.

DESENVOLVIMENTO URBANO

Problemas urbanos são evidenciados no dia a dia nas grandes cidades, como engarrafamentos, moradias irregulares e serviços públicos precários. As grandes cidades brasileiras cresceram e se expandiram, baseando-se na lógica dos interesses privados, prevalecendo uma política de *laissez-faire*, ou seja, expressão símbolo do liberalismo econômico, versão mais pura do capitalismo. Até o século

⁴ Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social Feevale, Mestre em Desenvolvimento Regional, Bolsista Fapergs/ Capes E-mail: adv.gissele@gmail.com.

passado, a propriedade era concebida como um fundamental elemento, a fim de garantir a subsistência do indivíduo, mantendo-se inteiramente sujeita à vontade deste, onde o proprietário detinha caráter exclusivo sobre a coisa, isto é, o *jus utendi, fruendi et abutendi*, quais sejam, os poderes de usar, gozar e dispor da coisa.

Após a Segunda Guerra Mundial o processo de expansão das cidades acelerou e foi necessário executar um planejamento para controlar e ordenar tamanho crescimento. Dessa forma, surgiu o urbanismo, que nas palavras de Hely Lopes Meirelles (2003, p. 491), é o “conjunto de medidas estatais destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida ao homem na comunidade”. Nesse contexto, Fausto Brito (2008), no texto *Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil*, analisa a originalidade da transição demográfica no Brasil determinada pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais. Para o referido autor, o processo no país se identifica como múltiplo, uma vez que está longe de ser considerado neutro, podendo tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia e o bem-estar social da população, quanto ampliar as graves desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

Fausto Brito (2008), ressalta, ainda, que as relações entre os diversos indicadores da transição demográfica e a renda domiciliar *per capita* mostram que as diferenças sociais elevam no Brasil a desigualdades demográficas maiores do que aquelas observadas entre as distintas regiões. Desse modo, seus benefícios ou bônus demográficos são distintos segundo os níveis sociais, sendo que a capacidade de a transição demográfica potencializar as transferências intergeracionais de recursos está intimamente associada à implementação de políticas que potencializem as transferências sociais desses mesmos recursos (BRITO, 2008).

A função social da propriedade pode ser observada nos artigos 182 e 186 da Constituição de 1988, ao prescrever que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como os critérios para o cumprimento da função social da propriedade rural. Logo, após garantir o direito de propriedade, prescreve-se a necessidade de se observar a sua função social. A função exclusivamente individual do contrato é incompatível com o Estado Social, caracterizado sob o ponto de vista do direito pela tutela explícita da ordem econômica e social na Constituição Federal, pois nenhum bem de valor econômico pode ser usufruído ao bel-prazer dos seus proprietários ou detentores.

Nesse sentido, requer-se a incorporação da efetividade do princípio da função social da propriedade, com o intuito de regular o uso da propriedade e do solo urbano, coibindo, assim, a prática da especulação imobiliária, fazendo, com isso, que se garanta o direito à cidade para as camadas mais vulneráveis, com a adoção por parte do Estado de uma política urbana pautada pela defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais de propriedade. Nessa perspectiva, a garantia do direito à cidade a segmentos sociais excluídos do circuito mercantil exige uma ação positiva do Estado, que implica em restrições do direito individual dos grandes proprietários de terras e imóveis, ao estabelecer normas públicas de controle e de regulação da propriedade urbana.

O processo de exclusão originado pelos movimentos de expansão econômica e populacional gerou o fenômeno de crescimento simultâneo de residências populares, deixando de ser o lugar para abrigar os pobres. A política de desenvolvimento urbano, que se encontra expressa no texto legal, deve garantir o bem-estar de seus habitantes, considerando transporte público, saneamento e calçamento, devendo integrar todas as políticas setoriais, o que não ocorre quando o crescimento habitacional desordenado

e a formação de áreas periféricas, sem a mínima infraestrutura, impossibilita uma vida digna para seus habitantes. Em decorrência disso, torna-se necessário redimensionar o conceito de direito de propriedade e compreender o conceito de direito social à moradia, para poder analisar posteriormente a prestação do direito social à moradia adequada como fator de desenvolvimento urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as esferas da sociedade as classes sociais estão cercadas de diversos problemas, sejam eles culturais, sociais ou morais. A desigualdade social fez parte de todo o processo histórico, reintegrado nas principais pautas de discussão, porém sem a eficácia necessária para erradicar o problema. As políticas públicas para o desenvolvimento são geradas a partir de imprecisões dos mercados existentes nas regiões. Essas falhas possuem tendências normativas, a partir de um nível social ou politicamente indesejável, com sucessivos desequilíbrios da renda *per capita* ou em relação ao distinto comportamento de desenvolvimento das regiões, sendo exemplos de políticas de incentivos locais ou regionais e de atração de empreendimentos (FIGUEIREDO, 2009).

Com o advento da Idade Moderna, a partir de fatores como a Revolução Industrial, a propriedade se tornou o alvo mais almejado, passando a ser um fim em si mesma, servindo de capital para gerar mais recursos. Conforme Costa (2003), na Idade Contemporânea, a propriedade recebeu novos contornos. Assim sendo, os direitos perpétuos à propriedade e os privilégios das classes abastadas foram extintos, e o interesse social reclamava restrições às prerrogativas privadas, exigindo-se do Estado a viabilização do exercício da função social.

Dessa forma, o direito de propriedade primeiramente absoluto deve atender princípios que visem o bem da coletividade. Por isso, foram criadas as políticas públicas, com a finalidade de promover e disseminar o princípio da função social da propriedade. A função social da propriedade imóvel já integra o direito desde a Constituição Federal de 1934. Entretanto, mesmo assim, o Brasil é marcado pelas desordenadas ocupações urbanas, impondo-se ao Estado a tarefa de tornar efetivo o direito social à moradia para a população, por meio de políticas públicas habitacionais que possibilitem o acesso à cidade e o direito humano de morar em condições dignas (BERTAGNOLLI, 2017).

O aumento da população e da cidade proporciona a diminuição da qualidade e da eficiência da malha urbana. Nesse sentido, a cidade se divide por fatores financeiros e as desigualdades se concretizam, pois, quanto maiores as disparidades socioeconômicas, maiores também são as diferenças nas moradias, nos serviços públicos e na qualidade de vida. Nesse aspecto, a função social é resultado de intensas lutas do povo, mas não efetivada enquanto justiça social, sendo a concentração de renda e da propriedade de terras as principais causas da injustiça social. O resultado dessa constatação é a exclusão e o aumento da pobreza, tornando ainda mais complicada a vida da população, que fica desprovida de infraestrutura básica para uma sobrevivência digna, expressando, dessa forma, a configuração real da sociedade de classes.

Desse ponto de vista, verifica-se que mesmo que o Estado Democrático de Direito deva ter a finalidade de assegurar os direitos fundamentais e a dignidade a todos os indivíduos, ainda há muitas dúvidas a respeito do processo de inclusão. Sendo assim, justifica-se como necessário um estudo com a finalidade de verificar como está sendo realizado na prática o processo de inclusão, já que se vive em uma sociedade não inclusiva.

REFERÊNCIAS

BERTAGNOLLI, Gissele Buzzatti Leal. **A territorialização da política pública de mediação: o Centro Judicial de Solução de Conflitos – CEJUSC - no Foro de Santa Maria/RS.** 2017. 94 f. Dissertação - (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 5-26, jan./jun., 2008.

COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da. **A constitucionalização do direito de propriedade privada.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

FIGUEIREDO, Antonio Manuel. **As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional.** In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Org.). **Compêndio de Economia Regional: teoria, temáticas e políticas**, Coimbra, **Principia**, v. 1, p. 477-533, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

TEXTOS LITERÁRIOS E PAISAGEM CULTURAL: O DISCURSO QUE A ENVOLVE

Marília Garcia Boldorini ⁵

Roberta Barros Meira ⁶

RESUMO: Este artigo busca analisar o elemento paisagem cultural em discursos cujo objetivo é construir as memórias de um lugar. No caso específico do presente texto, levanta questões referentes à memória, ao território e ao pertencimento por meio de um paralelo entre a literatura específica e o objeto de análise *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*, de Carlos Ficker (1965), tido como a história oficial da cidade do norte catarinense Joinville.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural; Literatura; Discurso Oficial; Joinville.

INTRODUÇÃO

Bastante amplo, o conceito paisagem cultural abrange diversos aspectos além da visibilidade panorâmica, como o nome sugere. Por envolver a questão *cultural*, o termo avança em relação a que os olhos podem ver e abarca todo o contexto social, político, econômico, cultural, religioso e natural que compõe uma paisagem nos moldes parnasianos ou não. Afinal, desde o encontro entre a natureza e o homem, nenhuma paisagem pode ser mais considerada intocada; o ser humano sempre exerce influência sobre ela de alguma maneira (MORAIS, 2011). Por essa característica, por meio da paisagem cultural é possível entender as marcas nela impressas pela sociedade, tal qual um espelho, que reflete a interação entre ambos.

Elementos físicos e simbólicos vêm à tona em relação à paisagem cultural. Esses mesmos elementos podem ser encontrados para dar sustentação à narrativa de textos literários, cuja intenção é expressar valores e visões de mundo por parte do autor, que detém poder sobre a escrita. A ideia deste artigo consiste, portanto, em observar como a paisagem cultural é descrita, pensando, no entanto, para além dela, focando nos elementos que ela contém e no discurso que se expressa com base em sua descrição.

Ao discutir a problemática dos elementos narrativos usados em discursos literários, recorre-se a Benjamin (1994), que diz que nenhum texto é neutro ou isento de imparcialidade. Toda narrativa expressa certas opiniões e visões de mundo e tem certa intencionalidade, cabendo ao leitor captá-la. Pensando por esse viés, compreende-se que todo texto é, desse modo, passível de análise, assim como afirma Jouve (2002): “O texto, como resultado de uma vontade criadora, conjunto organizado de elementos, é sempre analisável, mesmo no caso das narrativas em terceira pessoa, como ‘discurso’, engajamento do autor perante o mundo e os seres”, além de interagir com a cultura e um contexto sócio-histórico em que está submerso.

Para tanto, escolheu-se um objeto de estudo, a obra *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*, de Carlos Ficker (1965), para direcionar a investigação a discussões que envolvem a cidade de Joinville, localizada no norte do estado de Santa Catarina. Por meio de um paralelo entre a publicação de Ficker (1965) e a literatura específica, serão debatidos pontos como memória, território e pertencimento.

5 Este artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado intitulada *As singularidades patrimoniais no contar biográfico: paisagem, memórias e narrativas de Joinville*, que trata dos valores e significados do gênero textual biografia e do confronto entre os discursos literários, históricos e patrimoniais na construção da paisagem cultural da cidade de Joinville (SC).

6 Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mails: mariliaboldorini@gmail.com; rbmeira@gmail.com

JOINVILLE: DE COLÔNIA AGRÍCOLA A PARQUE INDUSTRIAL

Conforme a historiografia, a cidade de Joinville, no norte de Santa Catarina, ocupa as terras recebidas pelo príncipe francês François Ferdinand Philipe por conta de seu casamento com a princesa Francisca Carolina. As terras recebidas como dote deram origem a um empreendimento denominado de Colônia Dona Francisca e concretizado pela Companhia Colonizadora de Hamburgo, que trouxe levas de imigrantes suíços, noruegueses e alemães ao local, em 9 de março de 1851 (GUEDES, 2007). A mesma trama é compartilhada por Ficker já no início de sua obra: “Há um século, Joinville nascia como colônia de imigrantes europeus em terras de Santa Catarina” (FICKER, 1965, p. 13).

Essa narrativa deixa de mencionar, no entanto, negros, indígenas e mesmo brasileiros, que já habitavam a região antes de esses grupos imigratórios chegarem à cidade – fato comprovado por pesquisas como a de Guedes (2007). O próprio Ficker reconhece tal presença: “Eram, ao contrário, bastante habitadas as cercanias” (FICKER, 1965, p. 13).

Problematizamos, assim, o motivo de certos grupos serem apagados das memórias de um lugar, embora se confirme sua existência. Trazemos, para tanto, Roncaglio (2009), que afirma que não houve sentimento de pertencimento entre os grupos europeus e os que já viviam em terras joinvilenses, principalmente pela diferença que cada um dava à natureza e aos recursos naturais do espaço. Isso assentado, não há como relevar uma crise de memória que atinge uma parcela da história da população de algumas cidades. Aliás, essa amnésia social que também se faz presente nos discursos sobre a paisagem de uma cidade surge como uma resposta às necessidades de certos grupos da intelectualidade e pelos sujeitos históricos que formam a elite governante. Se estudarmos as histórias particulares de alguns desses intelectuais, percebe-se a sua influência na escrita de uma história oficial, marcada pela descrição de uma paisagem penosamente lenta, homogênea e excludente.

Um exemplo característico sobre a história de Joinville é a paisagem detalhada por Ficker (1965) já na primeira página de sua publicação, que traz a figura de uma mata densa acompanhada da legenda: “Começou em 1843 a história da colonização desta área, vasta e fértil, coberta de florestas virgens...” (FICKER, 1965). Por esse trecho, é possível constatar que, para ele, sendo Joinville uma floresta virgem, despovoada e intacta, aquelas terras estavam preparadas para que ali fosse edificada uma nova colônia, que seria desenvolvida por meio do trabalho executado pelos imigrantes alemães.

Delphim (2009) esclarece que a exploração da natureza influencia ainda hoje a relação que temos com a paisagem natural, pois, modificando-a, acabamos por perder os limites entre o que é paisagem natural e o que é paisagem resultante da interferência dos homens. Todavia, ambos os tipos de paisagem testemunham fases de desenvolvimento humano e, por serem indissociáveis, ajudam a contar a história dos grupos sociais. É de notar que as interações entre os antigos habitantes e seus descendentes e a natureza no período anterior ou posterior à fundação da Colônia Dona Francisca não seriam examinadas como relevante ao estudo da paisagem e da história local.

A história oficial joinvilense começa a ser contada pelos logros agrícolas e industriais realizados pelos colonos alemães e que impactaram diretamente na paisagem da região: “[Em 1855] A indústria é representada por duas fábricas de cigarros, uma olaria, uma fábrica de louças de barro, 2 engenhos de arroz, um engenho de mandioca, duas moendas de milho e dois engenhos de açúcar” (FICKER, 1965, p. 149). Não obstante essas atividades produtivas terem predominado desde o início do período de colonização portuguesa no Brasil no século XVI, os discursos tendem a marcar o pioneirismo e o empreendedorismo dos colonos alemães sem considerar a reprodução de uma já antiga paisagem produtiva, cultural e econômica.

Também notamos como a natureza e sua exploração serviram como escada para o progresso, assim como afirma a tese da natureza em prol do desenvolvimento humano, que é conseguido, pela visão de Ficker (1965), pela industrialização:

Foi a erva-mate, inegavelmente, um fator econômico preponderante no desenvolvimento de Joinville. Da exportação passou-se para a construção de engenhos e, com a industrialização da erva-mate, tornou-se Joinville centro industrial e comercial, e mais importante praça do produto (FICKER, 1965, p. 310-311).

Desse modo, verifica-se o orgulho que Ficker tinha da transformação da Joinville essencialmente agrícola em um parque industrial: “Muitos imigrantes, chegados de zonas europeias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões e a indispensável iniciativa de transformar, passo a passo, um território de mata virgem em uma zona das mais industrializadas do sul do Brasil” (FICKER, 1965, p. 231).

Com o caráter joinvilense passando de agrícola para industrial, mediante uma transformação lenta e progressiva, viu-se com o tempo a decadência da imagem local voltada à agricultura para a ascensão de outra, cujo título Joinville carrega até hoje: a de Manchester catarinense (MACHADO, 2009).

Com base no exemplo da cidade de Joinville, constatamos que a paisagem pode ser considerada como uma categoria de análise para entender como se dão as relações entre os sujeitos e a natureza, por meio do uso que aqueles fazem desta. Afinal, concorda-se com Schama (1996) quando ele afirma que natureza e percepção humana são indissociáveis, pois uma é obra da outra, na constante dependência de sentimentos e afetos. Logo, mediante essas relações podemos compreender também como ocorrem sentimentos de pertencimento a determinado território, moldando as memórias ou o apagamento de determinados grupos sociais que nele habitam e, conseqüentemente, forjando certa identidade coletiva, que pode ser elaborada por um grupo reduzido. Nesse sentido, a participação de outros grupos sociais pode reforçar essa identidade coletiva, assim como as matizes que predominam ou não na paisagem cultural ligada à história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, viu-se que a natureza, elemento em que a história humana se apoia fortemente, possui significados diferentes para cada grupo social que dela se apropriou e ainda se apropria. Isso faz com que o modo de compreendê-la e de representá-la também divirja, dependendo do grupo social que a utiliza.

Tais representações têm papel importante em nossa sociedade, pois são elas que determinam comportamentos adotados por todo o grupo. Por conta disso, como se discutiu no presente texto, entende-se que certos discursos tendem a funcionar como um reforço do discurso que se quer apregoar e manter acerca de determinado grupo social ou território, atuando como mais uma ferramenta de disseminação de conceitos predeterminados ou estabelecidos prévia e não arbitrariamente.

Por conseguinte, constatou-se nos discursos expressos na historiografia oficial que é possível conferir como as paisagens são moldadas por homens e mulheres, por intermédio de como essas paisagens são abordadas. Essa forma de tratar a paisagem, que se preocupa mais com o sistema cultural e seus espaços de poder do que com os elementos da própria paisagem, tem o propósito de proteger as origens de certos grupos sociais que a habitam e manter o seu pertencimento no tocante àquele território. Surgindo como suporte à narrativa que se pretende analisar, a descrição da paisagem cultural

deve estar em harmonia com os demais aspectos narrativos e contextos históricos, ajudando a apontar alguns caminhos possíveis para os detalhes ainda encobertos por uma história oficial monocrômica.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). **Patrimônio cultural ambiental**. São Paulo: Annablume, 2009.

FICKER, Carlos. História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0464.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

JOUVE, Vincent. O que é a leitura? *In*: JOUVE, Vincent. **A leitura**. Tradução de Brigitte Hervot. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 17-33.

MACHADO, Diego Finder. Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008). **Dissertação** (Mestrado em História do Tempo Presente) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MORAIS, Marcelo Alonso. O estudo de paisagens culturais através da literatura de matriz africana: uma experiência em escola. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 3, n. 9, p. 1-7, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST1/018%20-%20Marcelo%20Alonso%20Morais.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 19, p. 111-128, jan./jul. 2009.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA LITERATURA DE CORDEL: DO INCESTO À CULTURA DO ESTUPRO

*Kellane dos Santos Reis*⁷

*Alvanita Almeida Santos*⁸

RESUMO: Esse estudo se desenvolve a partir da análise de poemas de cordel, nos quais foi observada a descrição de alguma prática da violência sexual e do incesto contra mulheres. Delineia-se a representação da mulher nos poemas selecionados utilizando-se das teorias acerca das relações de gênero. O objetivo é evidenciar o lugar subalterno imposto às mulheres nas sociedades patriarcais e as violências às quais são expostas e que se refletem na literatura de cordel. A desigualdade social, legitimada pelo falocentrismo e pela naturalização dos papéis sociais – determinada pela diferença dos sexos, é arbitrária e se mostra presente nos poemas em que personagens femininas têm seus corpos violados, revelando o domínio do masculino sobre o feminino.

PALAVRAS-CHAVE: literatura De Cordel; Representação Da Mulher; Violência de Gênero; Incesto; Cultura do Estupro.

Entre as narrativas reunidas no acervo do PEPLP - Programa de Estudo e Pesquisa em Literatura Popular do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia destacam-se os cordéis. Nesses textos, observa-se, entre variados temas, uma constante da representação das mulheres, o que levou à proposição de um projeto de pesquisa no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura/UFBA, a saber: “Misoginia e feminicídio na literatura de cordel: uma análise acerca das relações de gênero”, no qual estão sendo estudadas as formas como as mulheres são representadas, na configuração de personagens femininas. Esta comunicação pretende apresentar algumas reflexões sobre o tema, debruçando-se sobre a análise de folhetos de cordel em que há a presença da violência em razão de gênero. Utilizam-se, como fundamentos teóricos para estes estudos, as teorias acerca das poéticas da oralidade e acerca das relações de gênero. Esse estudo se desenvolve a partir da análise de poemas de cordel, nos quais foi observada alguma evidência da violência sexual e do incesto.

Observa-se no cordel uma diversidade de temas que são abordados por esses “poetas de banca”. Personagens femininas emergem de situações do imaginário do poeta, do imaginário coletivo e até mesmo de situações reais conforme garantem alguns autores, diferente do texto proveniente da literatura erudita que é resultado de uma criação individualizada. O universo dos folhetos de cordel é amplo e compreende todos os aspectos sociais e culturais da vida de um povo. Reflete assim, todo o processo de realidade desse povo, desde as dificuldades do dia a dia, as injustiças sociais sofridas, o trato diário com as pessoas, a pobreza e as atividades laborais. As fugas do cotidiano ocorrem através do sonho, da imaginação, do misticismo, significando simultaneamente uma compensação, conforme explicitado na *Antologia do Cordel* publicada pela Secretaria da Cultura do Estado do CEARÁ (1978).

A representação das personagens femininas presentes nos poemas retrata a realidade brasileira em uma relação dinâmica entre literatura e cultura (OLINTO, 2008), seja através das relações hierárquicas estabelecidas pela sociedade patriarcal, pelos preconceitos e limitações enfrentados pela mulher e o seu

7 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura - PPGLitcult/UFBA. E-mail: kellanereis@outlook.com

8 Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da UFBA.

lugar social subalterno na história ou pela cultura do estupro e da apropriação dos corpos femininos. Caracterizada pela divisão binária dos sexos biológicos, explicitada por Campos (1992). É importante compreender os mecanismos encontrados pelas mulheres para emergir em meio às injustiças sociais e pensar novas formas de ressignificação do papel da mulher em vista das desigualdades estabelecidas no patriarcado, reorganizando os processos simbólicos da representação da mulher na sociedade. Partindo da ideia de que nenhum sujeito se diferencia de outro, Butler afirma que “um sujeito só se torna distinto mediante a exclusão de outras possíveis formações de sujeitos, uma multidão de não eus”. Esse estudo sustenta-se na necessidade de um olhar crítico sobre as produções da literatura popular e as questões sociais, interessando-se em compreender como as produções culturais, de que fazem parte os folhetos de cordel, são relevantes na formação das identidades, ideologias e das práticas sociais.

É sabido que os poetas populares se utilizam do improviso para compor seus poemas, por isso, é comum que as estórias recorrentes da oralidade e das questões sociais, políticas e do cotidiano recebam a atenção e a lapidação necessárias para se tornarem um poema de cordel (CEARÁ, 1978). Essa característica do cordel, em especial, é de grande importância para um estudo crítico das situações de incesto e violência sexual presentes nesses folhetos.

Nas sociedades patriarcais, existe uma constante afinidade entre os homens, um pacto que se reafirma e se fortalece de forma que uns defendem e asseguram os direitos dos outros sobre as mulheres. A violência sexual à qual a personagem Rosita é submetida no cordel “O pai que forçou a filha na sexta-feira da paixão” do poeta cordelista João Severiano de Lima, é prenunciada pelo escritor no momento em que escreve “por sua infelicidade, cumpriu a tirana sina”, de forma a suscitar que o que as próximas sextilhas contarão sobre Rosita houve por conta de um infortúnio e, por isso, não há um culpado a ser responsabilizado, senão o destino. No poema, observa-se que o pai se posiciona como proprietário da sua filha.

O incesto ainda se configura enquanto um tabu na sociedade brasileira. De acordo com Saffioti, a violência é ocultada “pela compreensão de que é necessário preservar a família, por pior que ela seja, por ser sagrada ou por vergonha da exposição”. Esse ocultamento protege o agressor que mantém a prática da violência, inclusive, fazendo novas vítimas. Nas sociedades patriarcais, o corpo da mulher é compreendido como espaço de domínio masculino. Isso fica explícito na estrofe que diz: “Eu não vou comprar farinha, para tratar de galinha e dar capão a ninguém!”. O pai que teoricamente devia proteger a filha, oferecendo-lhe afeto e segurança, é o mesmo que a violenta. Saffioti expõe em sua obra, através da conversa entre um pai e uma delegada, o argumento usado por um pai para justificar a apropriação sobre o corpo da própria filha: “Dona, eu pus essa menina no mundo, eu criei, ela é minha. A senhora acha que vou entregar ela a qualquer um?”. O corpo da filha é visto enquanto território da dominação do pai, da imposição do falo, do patriarcalismo, ou seja, o direito da mulher sobre o próprio corpo é cerceado em detrimento da submissão, da exploração e da falta de liberdade, o que acontece com a personagem Rosita.

As práticas de violência sexual nas sociedades em que ocorre a culpabilização da mulher, o questionamento sobre se o que houve foi realmente um estupro, a normalização das ocorrências, o não reconhecimento dos danos físicos, psicológicos e emocionais sofridos pelas vítimas e a recorrente negação dos estupros configuram, nas sociedades patriarcais, a cultura do estupro. Por isso, no poema, “Leopoldina (mãe de Rosita) já sabia dos “costumes” de Gastão”, ou seja, a prática já acontecia, mas era velada.

É comum às mulheres que sofrem as agruras da sociedade machista serem compreendidas como

um simples objeto do uso do masculino. Essa associação da mulher como produto de consumo para o homem, seja na cozinha fazendo o almoço para o marido e os filhos, seja como uma esposa recatada “digna de ser apresentada para a sociedade” ao lado do marido ou ainda uma mulher na vitrine de uma casa noturna, são exemplos que simplificam o que Tânia Swain vai chamar de “coisificação da mulher”.

A partir da análise dos poemas de cordel, foi observado o lugar subalterno imposto às mulheres nas sociedades patriarcais e as violências – simbólica, sexual e física - às quais estão expostas e que refletem na literatura de cordel. A desigualdade social, legitimada pelo falocentrismo e pela naturalização dos papéis sociais - determinada pela diferença dos sexos, é arbitrária e se mostra presente nesses poemas. Delinea-se a representação da mulher nos poemas selecionados enquanto objetos pertencentes ao domínio do masculino, desprovidas da posse dos seus corpos, marginalizadas e vitimadas pela violência de gênero, reflexo do patriarcalismo. No segundo cordel analisado: “A meretriz que virou santa” do cordelista Rodolpho Cavalcante, o “não” de Madalena, custou-lhe a própria vida, mas apontou também para uma recusa, uma insubmissão à dominação do masculino. Butler enfatiza que a luta existe porque a sociedade está imersa na violência. Identificar a violência em contextos sociais e culturais, não assegura uma política de não violência, mas se for considerada “a condição de violável uma condição generalizada, em vez de uma maneira diferencial de marcar uma identidade cultural, isso sim pode fazer a diferença”.

REFERÊNCIAS

ZUMTHOR, Paul. Precisando. In: ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 18-45

ZUMTHOR, Paul. O lugar da controvérsia. In: ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. Literatura Oral e Popular. In: **Revista Boitatá**, n. especial, Londrina/PR, ago/dez. 2008. Disponível em: < <http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.com.br/site/arquivos/revistas/1/8.%20Literatura%20Oral%20e%20Popular.pdf>> Acesso em nov./2015.

EAGLETON, Terry. “Versões de cultura”. **A ideia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 9-50.

OLINTO, Heidrun, SCHOLLHAMMER, Karl (Orgs.). **Literatura e Cultura**. Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio, 2008. p. 78 – 86.

SANTOS, José Luiz dos. “Popular x erudito”, “O popular na cultura”, “A comunicação de massa” e “Cultura e relações de poder”. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 53-86.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luís (org.) **Palavras da Crítica: Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez./1995, p. 71-99 (Trad. Francês Guacira Lopes).

CEARÁ. Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social. **Antologia da literatura de cordel**. Fortaleza, 1978. v. II, p. 15-47.

SWAIN, Tânia. **História e literatura: mulheres de letras, mulheres de aventura**. Disponível em: < <http://www.tanianavarrowswain.com.br/asi/colloque%20cristina.htm>> Acesso em: 11 jan. 2016.

SWAIN, Tânia. **Pequena introdução aos feminismos**. Disponível em: < <http://www.tanianavarrowswain.com.br/asi/colloque%20cristina.htm>> Acesso em: 11 jan. 2016.

[com. br/brasil/coloque %20 cristina.htm](http://www.tanianavarrosrain.com.br/brasil/coloque%20cristina.htm)> Acesso em: 11 jan. 2016.

SWAIN, Tânia. **A violência política da naturalização dos corpos**: feminismos e poder. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosrain.com.br/brasil/pequena%20introducao.htm>> Acesso em: 07 out. 2013.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

TRIANGULAÇÃO DE FERRAMENTAS METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE DE RELATOS DE HOMICÍDIO

*Alex Medeiros Kornalewski*⁹

*Francisco Ramos de Farias*¹⁰

RESUMO: O presente trabalho promove uma discussão sobre as inúmeras possibilidades de enquadramento metodológico e a importância da triangulação ao analisar aspectos inerentes a problemática do homicídio. A metodologia adotada é a reflexão conceitual entre triangulação de métodos e triangulação de metodologias. Neste caso, iremos entrelaçar as seguintes ferramentas: etnografia de arquivo, análise de conteúdo e o estudo de usuários, haja vista que para além da análise dos relatos de homicídio, deve-se planejar para que usuário em específico esta tipologia documental se faz necessária, seja para pesquisas, revisão, ou implementação de políticas públicas e afins.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia de Arquivo; Análise de Conteúdo; Estudo de Usuários; Acesso à Informação; Relatos Autorais - Homicídio.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o termo violência não pode ser discutido sem um recorte bem preciso, pois é uma temática que apresenta dois pontos: primeiro, é algo inerente a condição humana, sendo presente em cada um de nós; segundo, a violência é polissêmica, poliativa e apresenta diversas nuances de ordem macrofísica e microfísica (DODOUN, 1998; HAN, 2017). Cabe uma breve explanação a partir das premissas citadas.

O *homo violens*, assim o é, uma vez que suas ações implicam em uma consciência, pois o plano da violência implica em uma elaboração, estruturação de algo, o que difere das ocorrências instintivas localizadas na natureza. Em exemplo, o uso da força física, as inúmeras agressões psicológicas, as decisões, criação de produtos nocivos e qualquer outra vertente violenta oriunda do viés humano, apresenta um caráter consciente, talvez não um discernimento pleno das consequências dos atos, mas encontra-se uma violência cujo autor, em certa medida, possui a escolha, ou se não ao menos sabe, se o ato infligido é violento contra outrem ou a si mesmo. Todavia, a natureza é tão violenta quanto, porém não se apresenta uma intencionalidade, pois até onde se sabe, não há estudos que comprovem a consciência de um raio, inundações e afins ao afetar determinado lugar ou pessoa, apesar de que em muitos casos já temos comprovações de decisões humanas que afetaram o curso da natureza.

As estruturas macrofísica e microfísica da violência já demonstram a complexidade do caminho ao qual percorremos, pois é uma trilha que apresenta uma miríade de espaços para a discussão da temática desde a ordem política, econômica, jurídica e demais aparatos sociais e, especificamente do Estado, ao mesmo tempo em que apresenta implicações sutis, por vezes invisíveis, mas que nem por isso possuem uma potência violenta menor, pois tal como Zizek (2014, p. 169) aponta: “não fazer nada é a

9 Doutorando em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: alexmedeiros87@hotmail.com.

10 Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: frfarias@uol.com.br.

coisa mais violenta que temos a fazer”.

Para dar o primeiro passo nas discussões sobre a violência, é mister uma reflexão sobre que metodologia, ou ferramentas metodológicas, são pertinentes para determinada pesquisa. No que diz respeito a pesquisa com relatos de homicídios, podemos verificar que esta tipologia documental pode se apresentar de diversas formas: entrevistas *in loco* (com a pessoa presa, egressos do sistema prisional e afins), transcrições, jornais e demais mídias. Porém iremos focar nas implicações metodológicas com a temática exposta, pois a diversidade de formas e metodologias aplicadas aos estudos de homicídio pode incorrer em uma pulverização da informação, ao invés de promover avanços em campos como Segurança Pública, Saúde Pública e afins, visto que os múltiplos olhares para um campo se faz necessário, mas deve priorizar uma boa fundamentação metodológica para não corroborar com barreiras no acesso à informação e, por conseguinte, em inequidades informacionais no âmbito acadêmico (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2011). Logo, a proposta do trabalho não tem por intuito discorrer sobre um estudo de caso de homicídio, relatos, dossiê de forma direta, pois o cerne da questão é dirimir equívocos quanto ao primeiro passo das pesquisas que versem sobre esta tipologia de violência e para tal, devemos esmiuçar primeiramente a questão da metodologia.

Assim sendo, para além do recorte no que diz respeito a tipologia de violência a ser estudada, também se faz claro a necessidade da escolha de metodologia(s) que serão úteis ao estudo. Com o intuito de prover um enquadramento que possa ampliar nosso olhar quanto ao tema homicídio, a triangulação se mostra uma lógica eficaz, mas é inegável que a escolha metodológica pode variar de acordo com as ações, elucubrações e realidades que o pesquisador almeja estudar (MINAYO, 2016).

Ao discutirmos sobre a triangulação, é pertinente uma distinção entre triangulação de métodos e triangulação de metodologias. A primeira, implica em ferramentas que serão utilizadas de forma triangular, com o intuito de cobrir um determinado enquadramento daquilo que se pretende estudar, utilizando-se, por exemplo, de entrevista, de questionários e da observação direta. Autores, como Minayo (2005) apresentam esse modelo como sendo uma atividade de cooperação realizada em oito etapas, a saber: formulação do objeto; elaboração de indicadores; escolha do referencial teórico e das fontes informacionais; construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; atividades inerentes ao trabalho de campo; análise das informações coletadas; elaboração do informe final; entrega, devolução e discussão com os envolvidos na pesquisa. Neste caso, ocorre uma junção de ferramentas que podem pertencer a determinada metodologia, tal como estudo de usuários, grupo focal entre outros. No caso da triangulação metodológica, a prioridade não incide em ferramentas que pertencem à determinada metodologia, mas sim ao conjunto de metodologias consideradas essenciais para ampliar o enquadramento do que se pretende pesquisar, além de propiciar, de forma real ou potencial, um aprofundamento daquilo que se pesquisa, haja vista que a simples junção de métodos pertinentes a determinada metodologia pode não ser o suficiente para conhecer o campo e o tema a ser pesquisado. Por isso, é salutar o exercício de combinar a triangulação metodológica com as afecções do próprio pesquisador, pois constata-se que a produção de conhecimento não é pautada apenas na experiência, mas também em determinações – pode-se dizer uma espécie de verdade – que norteia e abre possibilidades à pesquisa, sendo esta uma particularidade tão somente do pesquisador (FARIAS, 1996).

Após elucidarmos a distinção entre triangulação de métodos e triangulação metodológica, compete-nos refletir sobre a tríade de metodologias: etnografia de arquivo, análise de conteúdo e o estudo de usuários. A escolha não pode ser arbitrária, pois o ideal é que cada metodologia entre em harmonia com a outra, ou seja, as metodologias devem contribuir de uma forma em que possa ampliar o

enquadramento do objeto estudo, ao mesmo tempo em que possibilite sanar as lacunas das metodologias adotadas, promovendo uma coesão e maior eficiência na escolha do caminho metodológico a ser percorrido.

Em primeiro lugar, eis alguns apontamentos sobre a metodologia de análise de conteúdo. Bardin (2016, p. 48) a define como uma metodologia que permite, em termos quantitativos ou qualitativos a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”. Em suma, essa metodologia, cuja origem preocupava-se apenas com o viés quantitativo, passa a ser uma ferramenta crucial na reflexão sobre os relatos de homicídio, pois nos abre dois pontos aos quais devemos ponderar: por um lado, ela corrobora para suplantar incertezas, tendo em vista que se aplica na validação ou refutação da leitura feita pelo pesquisador; de outro, a análise de conteúdo incita um aprofundamento da leitura, construindo esclarecimentos tanto para o pesquisador experiente quanto para aquele que se inicia nos vastos caminhos das pesquisas em violência.

Em segundo lugar, dediquemos um espaço para definir a metodologia de etnografia de arquivo. Entende-se que esta ferramenta é multifatorial – pois utiliza-se de múltiplas técnicas na coleta de dados, de forma a empregar o viés qualitativo ou quantitativo, com o intuito de triangular uma conclusão, é indutivo, dialógico e holístico (ANGROSINO, 2009). A escolha desta metodologia pode variar nesta combinação, pois a etnografia em lato sensu, não se aplica somente aos arquivos, sendo empregada em outras tipologias documentais ou não documentais, por exemplo, a etnografia de uma determinada tribo, espaço e afins. Em todo caso, é crível afirmar que tanto a etnografia, em termos gerais ou aplicada para os arquivos, em harmonia com a metodologia de análise de conteúdo permitem uma combinação benéfica, pois as interrogações decorrentes do perscrutar do processo etnográfico podem ser supridas no processo da análise de conteúdo.

Em terceiro lugar, temos a metodologia intitulada estudo de usuários, definida como uma ferramenta que se preocupa, não com a informação, mas com a demanda informacional em si, ao mesmo tempo em que se preocupa com a esfera social cujo documento se apresenta e com as questões pertinentes ao provimento de acesso à informação por parte dos usuários (FIGUEIREDO, 1983). Em síntese, é uma metodologia que dá suporte as outras duas anteriores no que diz respeito a responder a seguinte pergunta: para quem, de fato, interessa a pesquisa, a fonte informacional pesquisada e como prover o acesso para este usuário?

Algumas considerações são pertinentes: o entendimento das ferramentas metodológicas, seus benefícios, suas limitações e, por conseguinte, suas combinações é o primeiro passo para que uma pesquisa, que enverede no campo da violência e, especificamente, nas questões que perpassam o homicídio possam angariar um fundamento para o seu desenvolvimento, além de fomentar um propósito, produto final, para determinados atores, seja pesquisadores, a pessoa presa pelo ato citado, bem como para o próprio ator que empregue a lógica da triangulação, pois dissertar sobre esta tipificação de violência implica em pontos tênues, a saber: a pesquisa pode ser refutada, se no processo de análise do conteúdo as inferências não condizem com o esperado pelo pesquisador; o próprio preso, instituição prisional, aparato jurídico e afins podem não ceder dados suficientes para a pesquisa ou mesmo providenciar apenas fragmentos; no caso de uma etnografia de arquivo, alguns pontos podem continuar velados e o simples fato de realizar a pesquisa sem estar presente com o sujeito pesquisado pode anular dados básicos, por exemplo, trâmite do espaço ao qual a entrevista ocorre, indícios corporais, silêncio e demais circunstâncias veladas, de forma intencional ou não intencional, que podem ser pertinentes à pesquisa. Nesse caso, vale lembrarmos a afirmação de Zizek (2014), quanto as intempéries da violência subjetiva, pois um simples sorriso muitas das vezes pode ser um ato mais violento do que uma agressão física.

A triangulação também é pertinente não apenas para ampliar o enquadramento, mas para saber como lidar com o usuário final, aquele que pode se beneficiar dos resultados da pesquisa e também permitir o pensar sobre como prover esse acesso à informação, pois é no ato da pesquisa sobre o homicídio que percebemos as diversas restrições formais (respeito a sua vida privada, a proteção da ordem pública, segurança dos cidadãos) e informais (ausência de programas para gerenciar os documentos, carência de recursos humanos, recursos de informática limitados, inadequação do espaço físico em que os documentos são armazenados, falhas na padronização dos documentos, negação verbal de construção da pesquisa por parte do próprio sujeito, objeto de estudo ou por outros sujeitos – diretor, agente penitenciário, chefe de facção criminosa – ausência de informação quanto a possibilidade de se consultar determinadas fontes) que circundam a temática estudada (PEREZ; MENEZES, 2007).

Em suma, a presente discussão reforça que, a pesquisa pelo viés da triangulação no âmbito da violência, nos leva a pensar sobre alguns pontos cruciais e pertinentes para nortear futuras pesquisas: primeiro, entender a diferença entre triangulação de métodos e triangulação de metodologias; segundo, verificar quais metodologias serão necessárias para o devido enquadramento do objeto ao qual a pesquisa se destina; terceiro, focar no usuário que fará uso, ou os beneficiários da pesquisa, seja pesquisador, os internos entrevistados, presos em geral que cometeram o crime analisado, enfim, planejar a pesquisa com foco no acesso à informação.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- DODOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- FARIAS, Francisco Ramos de. A pesquisa em psicanálise: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In: FARIAS, Francisco Ramos de. (Org.). **Freud**: o interesse científico de uma filosofia inquieta. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. p. 19-39.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/184/184>>. Acesso em: 04 mai. 2018.
- GUIMARÃES, Maria Cristina Soares.; SILVA, Cícera Henrique.; NORONHA, Ilma Horsth. El acceso a la información como determinante social de la salud. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 7, n. 1, p. 9-18, 2011.
- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza.; ASSIS, Simone Gonçalves de.; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- PEREZ, Carlos Blaya.; MENEZES, Priscila Lopes. O usuário e o direito à informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2007.
- ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais São Paulo: Boitempo, 2014.

DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES

*Solange de Fátima Wollenhaupt*¹¹

*Lúcia Helena Vendrúsculo Possari*¹²

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a produção de sentido(s) na cibercultura. Partimos do pressuposto de que, no mundo digital em que vivemos, pensar a distribuição de informações, a produção de saberes e o compartilhamento de conhecimentos implica necessariamente em refletir, também, em como as pessoas utilizam as novas mídias em seu cotidiano. A pesquisa, que integra projeto de doutorado em andamento, investiga se e como as novas mídias, em especial as redes sociais, podem ser utilizadas para levar informações aos consumidores e orientá-los sobre seus direitos e deveres nas relações de consumo. Nosso intuito neste artigo é discutir conceitos essenciais pertinentes ao contexto da cibercultura e sobre as possibilidades das novas mídias para a produção do conhecimento, contribuindo para a discussão acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura; Novas Mídias; Produção de Sentido(s) e Construção de Conhecimento.

CIBERCULTURA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

As tecnologias interferem de forma significativa nos modos de ser e fazer das sociedades e impactam suas culturas. De maneira especial, nas últimas décadas, com o surgimento da internet, passamos por alterações que transformaram a vida das pessoas, mudando de maneira drástica a forma com que nos relacionamos e interagimos com outros indivíduos e com o mundo, como nos comunicamos, distribuimos informações e produzimos conhecimentos, ressignificando as noções de tempo e espaço que tínhamos até então. Se antes as informações demoravam para circular, levando até mais de um ano para uma carta chegar de um continente a outro, por exemplo, hoje, em um piscar de olhos podemos saber o que acontece do outro lado do planeta. Mais ainda, podemos -sem sair do sofá- estar presentes e conhecer outros lugares, viajando através da rede. Podemos, também, acessar quantidades de informações com facilidade nunca vista antes na história da humanidade, o que modifica substancialmente a forma de produção de conhecimento. Podemos, ainda, nos comunicar, conhecer pessoas e nos relacionarmos com elas sem nunca termos contato presencial, apenas através das redes, mantendo, às vezes relações mais pessoais, íntimas e significativas no virtual do que no real.

De acordo com Lévy (1993, p. 07) ‘novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática’, em que a técnica é fundamental para a transformação do mundo humano. Para o pesquisador (LÉVY, 1999, p. 21), as técnicas não são apenas ‘imaginadas, fabricadas, reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal’, estando as técnicas - especialmente as de

11 Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT: solange.wollenhaupt@gmail.com

12 Professora doutora do Departamento de Comunicação Social, Curso de Radialismo e Audiovisual; Professora e orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado de Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT; Coordenadora do Grupo de Pesquisa – Diretório de Pesquisa CNPq: Comunicação e Cultura: luciahvp@hotmail.com.

armazenamento e processamento das representações - tornando possíveis ou condicionando algumas das evoluções culturais. Simões (2009) também defende que não é mais possível ignorar o impacto das tecnologias à vida humana, pois na Era da Informação, a internet é a base que estrutura todos os conceitos e as novas relações que compõem a 'sociedade em rede', como denominado por Castells (1999), ou a 'cibercultura', como nomeia Lévy (1999), que a entende como um 'novo espaço de interações propiciado pela realidade virtual, diretamente ligada, portanto, à informática e à cibernética'.

A cibercultura, no entanto, não é mais uma novidade, apesar de ainda estarmos conhecendo e testando suas possibilidades e nos adaptando a essa nova forma de viver. Há algum tempo já que os computadores, a internet e as redes sociais fazem parte e estão inseridos nas atividades de nosso dia a dia. Vivemos nesse contexto de mediação tecnológica e - ousar dizer - não é mais possível imaginar nosso cotidiano sem as chamadas novas tecnologias. Hoje, o que nos acorda de manhã é o alarme do celular. Antes de cumprimentarmos nossos familiares (mesmo aqueles que estão fisicamente ao nosso lado), muitas vezes, já postamos o nosso 'Bom dia' nas redes sociais, checamos as mensagens recebidas e nos atualizamos, lendo direto na pequena tela do telefone as notícias do mundo. Também é pelo celular que checamos a previsão do tempo, as condições do trânsito, que tiramos dúvidas e buscamos solução para nossos problemas diários, sejam eles complexos ou não. Enquanto o telefone residencial já não é mais quase usado, o celular (inventado relativamente há pouco tempo) teve suas utilidades intensificadas e modificadas grandemente, a ponto de atualmente só fazermos uma ligação e utilizarmos os minutos do plano de telefonia em último recurso, caso não consigamos nos comunicar por meio de mensagens de texto/ligações via whatsapp, ou outro aplicativo disponibilizado/baixado no aparelho. 'Pesquisar no Google' passou a ser a ordem do dia: usamos a ferramenta tanto para atividades mais simples, como descobrir o preço de algum produto ou serviço que desejamos adquirir e para saber se quem comprou aprova ou desaprova a mercadoria e que defeitos ela comumente apresenta; como também para atividades mais complexas, como buscar orientação sobre que direito temos como cidadãos consumidores, o que fazer e quem devo procurar se o sapato, o celular (porque não vivemos mais sem esse aparelho), o notebook ou o carro que eu comprei apresentou 'defeito'. Usamos, ainda, o Google - e outras ferramentas de busca - até para ações que podem colocar em risco nossa saúde e segurança, como 'identificar' doenças e remédios indicados para a cura, buscando pelos sintomas ou conversando e nos aconselhando com outras pessoas pelas redes sociais.

As novas tecnologias também impactaram as próprias mídias e a relação dos veículos de comunicação com seu público. Atualmente, é raro encontrar alguém que mantém assinatura de jornal impresso e o costume de lê-lo folheando suas páginas. Nas últimas décadas, presenciamos a passagem do impresso para o digital e muitas publicações migraram seus formatos apenas para o online. Alguns veículos se transformaram em sites; outros fecharam suas portas. Pertinente lembrar, no entanto, que o jornal impresso sobrevive ainda, em veículos tradicionais, em publicações segmentadas, ou jornais semanais/quinzenais/mensais de pequenas cidades do interior onde a versão digitalizada, muitas vezes, não é disponibilizada, ou não é disponibilizada com a rapidez e qualidade das grandes corporações, ou como demandaria a necessidade do público.

NOVAS MÍDIAS: INFINITAS LINGUAGENS E POSSIBILIDADES

Temos, é certo, vários espaços e interfaces que permitem às pessoas trocar informações, repartir saberes, emitir opiniões e reelaborar conhecimentos. E essas tecnologias, como é o caso das mídias sociais,

por exemplo, têm seus usos reinventados na prática pelos seus usuários. Dias (2012, p. 33-38), ao discutir sobre a noção de espaço ciber, explica que ‘novos rituais de circulação, novos costumes, novas formas de relação e sociabilidade, novas formas de conhecimento, novas crenças são criados em função de uma concepção de mundo que se modifica.’ Para a pesquisadora, na nova configuração do mundo, a noção de distância é coisa do passado: ‘o espaço ciber está se configurando de modo que cada sujeito seja um nó conectado a todos os outros, a todos os continentes da Terra.’ Somos interlocutores conectados uns aos outros pela rede. Assim, no mundo digital em que vivemos, pensar a distribuição de informações, a produção de saberes e o compartilhamento de conhecimentos implica em refletir, também, em como as pessoas utilizam as ferramentas, as novas mídias em seu cotidiano. Castells (1999) previne que o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação destes para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação. As mudanças, portanto, não podem ser compreendidas apenas em relação ao uso ou não da tecnologia, mas na forma como elas interferem no dia a dia dos indivíduos, dando sentido à sua existência no mundo globalizado. Cabe às pessoas, portanto, transformar a informação em conhecimento, por meio da seleção dos dados que têm a sua disposição.

Para Possari (2009, p. 51-54), no contexto de facilitação tecnológica da cibercultura, os papéis de emissor e receptor se alteram, não podendo mais ser compreendidos apenas como aquele que produz e aquele que codifica uma mensagem, pois qualquer signo pode ser ‘recebido, estocado, difundido por telecomunicação e informática, cujos suportes multimídia e linguagem hipermídia possibilitam o hipertexto com liberdade de escolha, de nexos’. Ou seja, a cibercultura permite que o leitor construa sentidos, na medida em que navega por hipertextos e hiperlinks e estabelece rotas/redes para sua leitura. Para pensar a construção de conhecimento na atualidade, portanto, é preciso estar atento às ‘novas formas de percepção e cognição que os atuais suportes eletrônicos e estruturas híbridas e alineares do texto escrito estão fazendo emergir’. Amplia-se, assim, o próprio conceito de leitura, ‘ou seja a expansão do conceito de leitor de livro para leitor de imagem e para leitor de formas híbridas de signos, incluindo o leitor que navega pelas infovias do ciberespaço’. O receptor passa a ser coautor do texto/da mensagem. Aliás, emissor e receptor passam a ser interlocutores, sujeitos da interação (condição de inter-agir) e da interatividade (ação de interferir, modificar) na construção do(s) sentido(s) da mensagem/texto. E o ciberespaço, acrescenta Possari (2002, p. 32), é o dispositivo de comunicação interativa, como instrumento de inteligência coletiva, que possibilita desenvolver sistemas de aprendizagem colaborativa em rede.

Santos (2009, p. 5661) defende que é no contexto dos softwares sociais que as pessoas utilizam as interfaces do ciberespaço para co-criar informações e conhecimentos. Para a autora, a noção de rede, entendida como todo o fluxo e ‘feixe de relações entre seres humanos e interfaces digitais’, é a ‘marca social do nosso tempo’, a ‘palavra de ordem no ciberespaço’, que reúne, integra e redimensiona uma infinidade de mídias. Através delas, os signos podem ser produzidos e socializados no e pelo ciberespaço, compondo assim o processo de comunicação em rede próprio do conceito de ambiente virtual de aprendizagem. A rede permite, também, que os polos de emissão sejam liberados e que as pessoas se tornem emissores e receptores ao mesmo tempo. O e-mail, o documento compartilhado no drive, facebook, whatsapp, twitter, entre outras interfaces são apenas alguns exemplos de ferramentas com imenso potencial para a construção do conhecimento na cibercultura e para compreendermos esse novo ambiente comunicacional-cultural que surgiu com a internet e interconexão mundial de computadores. Esse novo espaço de sociabilidade, de organização, de informação e de produção de conhecimento - que não só decorre de mudanças na tecnologia, como também é por ela viabilizado - e suas infinitas possibilidades de interação e interconexão interferem de maneira significativa não só nos

fenômenos comunicativos, mas também na própria constituição do(s) sujeito(s)/indivíduo(s)/agente(s) social e na forma como os sentidos são produzidos/construídos por esses sujeitos. Entender como se dá o processo de aprendizagem nesse 'mundo de possibilidades' passa a ser primordial para promover a cultura da cidadania. Daí a necessidade de investigar se e como as novas mídias, em especial as redes sociais, podem ser utilizadas para levar informações aos consumidores e orientá-los sobre seus direitos e deveres nas relações de consumo.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 632p.
- DIAS, Cristiane. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo: HUCITEC Editora, 2012. 210p.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. 208p.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 264p.
- POSSARI, Lúcia Helena Vendrúsculo. Produção de material didático para EAD. In: POSSARI, L. H. V.; NEDER, M. L. C. **Material didático para a EaD: processo e produção**. Cuiabá: EdUFMT, 2009, 47-61p.
- SANTOS, Edméa. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>> Acesso em: 10 set. 2018.
- SIMÕES, Isabela de Araújo Garcia. A sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, Ano V, n. 05, Maio/2009. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespa%20_Isabella.pdf> Acesso em: 10 set. 2018.

ESCREVENDO A DANÇA: MEMÓRIA, ARTE, ENSINO E CIÊNCIA

Ana Lígia Trindade ¹³

Patrícia Kayser Vargas Mangan ¹⁴

RESUMO: O principal fundamento dessa proposta de abordagem da dança dos pontos de vista do ensino formal/informal, memória, arte e ciência é esclarecer acerca da extrema importância da preservação-construção da memória da dança para o seu reconhecimento como um campo de conhecimento científico, além de sua legitimação como categoria artística, transformação para linguagem artística englobada dentro da esfera da história, sendo realmente sistematizada em uma forma de escrita formal e para a valorização da área enquanto pesquisa científica e produtora de conhecimento aplicável em várias outras áreas. Com o fato de Cursos Formais de Dança terem aumentado no Brasil, a arte da dança chega ao ambiente acadêmico, necessitando modificar de alguma forma sua característica de efemeridade e sua tradição oral, além da necessidade extrema de seu desenvolvimento como arte e ciência. Este estudo se propõe a explorar as lacunas dessa arte e incentivar as discussões e reflexões sobre a dança.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Memória; Ensino Formal/Informal; Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O principal fundamento dessa proposta de abordagem da dança dos pontos de vista do ensino formal/informal, memória, arte e ciência é esclarecer acerca da extrema importância da preservação-construção da memória da dança para o seu reconhecimento como um campo de conhecimento científico, além de sua legitimação como categoria artística, sendo realmente sistematizada em uma forma de escrita formal e para a valorização da área enquanto pesquisa científica e produtora de conhecimento aplicável em várias outras áreas. Com finalidade de estudo e análise da possibilidade de utilização do ambiente acadêmico e de um ensino formal como agentes transformadores da arte da dança em seus aspectos de memória, arte, história e ciência.

A dança como arte cênica é efêmera, isto é, no momento em que ela se realiza ela também se desfaz, só ficando presente na memória de quem teve a oportunidade de presenciá-la, portanto sua preservação ainda depende muito da memória oral. Com o fato de Cursos Formais de Dança terem aumentado no Brasil, sendo hoje 33 em âmbito nacional com 5 deles no Rio Grande do Sul, a arte da dança chega ao ambiente acadêmico, necessitando modificar de alguma forma sua característica de efemeridade e sua tradição oral, além da necessidade extrema de seu desenvolvimento como arte e ciência.

Vendo, neste contexto, a oportunidade da arte da dança fugir de sua efemeridade através do meio acadêmico e de construir sua memória através do ensino formal, este estudo se propõe a incentivar as discussões e reflexões sobre a dança e explorar as lacunas dessa arte no apoio para o desenvolvimento de seu processo de registro, ensino/aprendizagem e gestão do conhecimento em dança.

13 Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais e Mestre em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle – UNILASALLE. Graduada em Biblioteconomia e Documentação na UFRGS e Especialista em Dança pela PUCRS. Bailarina, coreógrafa e professora de Ballet. - ligia-trindade@bol.com.br - ORCID 0000-0001-9783-0227

14 Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistema de Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade La Salle, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, na linha de Memória e Linguagens Culturais. - patricia.mangan@unilasalle.edu.br - ORCID 0000-0001-9929-8887

ESCREVENDO A DANÇA

Os pesquisadores das notações para música e para dança como Benesh (1983), Guest (1998), Topaz (1996), Schurman (1990), Kieffer (1981) e Trindade (2008) apontam que a grande necessidade das partituras estaria ligada à preservação das obras e unificação das estruturas e regras de composição. Entretanto, além deste aspecto, os próprios autores apontam outro pensamento que pode revelar que as escritas da dança e da música indicam uma importância fundamental para suas trajetórias (ALMEIDA, 2014).

As notações em artes parecem ser mais evidentes e desejadas na história da arte ocidental, segundo Almeida, principalmente naquelas que são performáticas, como a música, o teatro e a dança. No teatro o texto literário é de algum modo sua grafia e na música, a partitura. Contudo a dança teve dificuldade de se estabelecer como categoria artística e acredita-se que este fato dificultou esta arte de criar uma forma de escrita (ALMEIDA, 2014). Na história da dança, várias notações existiram e sucumbiram. Mas algumas permaneceram por algum tempo e tem sua relevância história.

Se realizarmos uma análise estético-gráfica das principais escritas, esclarece Mota (2012), elas podem ser consideradas um caminho metodológico para o entendimento da concepção de corpo e movimento existente no momento ou na estética de cada escrita.

ESCRITA E ENSINO DA ARTE: FORMAL X INFORMAL

Podemos dizer que o sistema de notação musical ocidental vem se desenvolvendo desde a antiguidade até os dias de hoje, já que os gregos e outros povos há muito utilizavam a chamada notação alfabética. A história indica que a notação musical surgiu para que a música pudesse ser difundida e também pela necessidade de muitas pessoas trabalharem em conjunto. Porém a música notada era a religiosa. A popular era transmitida de forma oral.

Desde a Idade Média, quando o monge Guido d'Arezzo aperfeiçoou o sistema de notação ocidental, o saber musical vem sendo relacionado a conhecimentos teóricos e da escrita. Os conservatórios de música, quando surgiram, se limitavam ao ensino da chamada música erudita, ou melhor, da música grafada, ficando este conhecimento restrito aos músicos eruditos.

Conforme Requião (2000?), desde sempre que existe um abismo entre a música dita erudita e a popular. A educação musical certamente que reflete esta imagem. No Brasil, desde o período colonial e até bem pouco tempo atrás, qualquer tentativa formal de educação musical estava associada à música erudita européia. A notação em pentagrama por estar inserida neste contexto ficou com o estigma de representar este gênero musical.

O músico profissional popular não tinha a oportunidade de aprender a usar certas ferramentas de trabalho, como a escrita. Os conservatórios e universidades não trabalhavam com sua linguagem, a popular, conservando o abismo entre estes dois gêneros e conseqüentemente afastando-o das escolas.

O processo de aprendizado da escrita passou a ser tortuoso e árido e porque não dizer chato e desconectado com a realidade musical do aluno. Infelizmente essa cena ainda é muito comum nos nossos dias, e a leitura e escrita musical, descontextualizada e desvinculada com o processo criativo do aluno, continua com o estigma de ser difícil, elitizada e, na maioria das vezes, associada à música erudita.

Assim sendo, outras formas de notação foram propostas por educadores (compositores da chamada

música contemporânea, profissionais populares e/ou estudantes do ensino informal) apresentando outras possibilidades gráficas (tablaturas, cifras), até mesmo porque o sistema tradicional não era mais adequado ao registro de suas músicas. Desta forma podemos relacionar o ensino formal e acadêmico à música erudita, bem como ao estudo de escrita musical em pentagramas (partitura) e o ensino informal à música popular, bem como ao estudo de tablaturas e cifras.

A escrita musical em partituras ainda é hoje um tabú para nossos estudantes de música. Até mesmo para aqueles com aspirações profissionais. A idéia que se faz, na maioria das vezes, é que seu aprendizado é entediante e longe da realidade e da vontade musical dos alunos.

Fernandes (1998, p. 1) questiona: “existe interesse na notação musical para a educação musical? Muitos afirmam que não”. Pesquisadores, como o inglês Terry (1994 *apud* FERNANDES, 1998), posicionam-se contra a obrigação da leitura da notação musical do Currículo Nacional Inglês. Ele diz que essa leitura “só tem valor para executantes especialistas os quais queiram passar grande parte de suas vidas profissionais estudando ou interpretando a literatura musical existente” (p.110), e que a notação musical está tendo menor importância hoje, com a gravação e o uso de recursos eletrônicos e tecnológicos para o registro “direto” do som e com a não intervenção dos símbolos visuais. Se a notação não é importante no ensino da música, então por que ela foi e é importante para o músico? Por que houve um processo histórico de constituição da notação musical?

Segundo Requião (2000?), houve, e ainda há, uma certa “fobia” com qualquer tipo de teorização, como se ela ameaçasse a prática. É comum se encontrar advertências contra a grafia musical. Vejamos um exemplo de um conselho dado pelo músico e educador Guest (1996) na epígrafe de seu livro:

“Aprender a falar - o maior desafio na infância – é combinar brincadeira e desejo de se comunicar. A música nasce pela mesma motivação. Não se prenda nos limites da leitura. Ela é produto final e ameaça aposentar o ouvido”.

Para Requião, esta epígrafe está cheia de boas intenções, mas deixa bem claro a forma como a grafia musical ainda é encarada.

Esta é a realidade brasileira. E não é diferente para os profissionais da dança. A ideia de que a teoria ameaça a prática está bastante forte na realidade de nossas artes. Na área da dança ainda há muito mais uma formação informal, puramente técnica e prática do que formal e teórica.

Nos contexto europeu ou norte-americano os profissionais da dança costumam desenvolver a prática juntamente à teoria, sendo muito mais fácil encontrar bailarinos, professores ou coreógrafos entendedores de alguma notação coreográfica.

No Brasil, pela tradição, bailarinos mais velhos ensinam os mais jovens. O ensino da dança sempre foi informal, fora da sala de aula. O artista da dança no Brasil pode estudar e se tornar um profissional através de cursos livres nos estúdios, academias, escolas, o que é considerado ensino informal; após muitos anos de estudos e experiência, poderá obter o DRT (registro profissional) através de um sindicato, prestando um exame específico e comprovando algum trabalho na área.

O artista da dança pode se tornar um profissional através de um Curso Técnico (ensino médio, profissionalizante) ou em Curso de Graduação e/ou Licenciatura em Dança (ensino superior); o ensino técnico e universitário é considerado ensino formal, totalmente fiscalizado pelo MEC. Após conclusão do ensino formal de nível superior, o profissional obtém seu DRT. As escolas, estúdios, academias deveriam ter o papel principal de iniciar a formação técnica e artística do futuro profissional da dança; e os Cursos Superiores teriam como função, ampliar a formação e áreas de atuação deste profissional, oferecendo

embasamento teórico, científico, cultural, além da prática artística.

Ensino formal e informal - ambos são necessários, complementares e deveriam desempenhar funções diferenciadas, o que é próprio na formação dos artistas das diferentes linguagens.

NOTAÇÃO MUSICAL E COREOGRÁFICA

A notação da dança está para a dança, assim como a notação musical está para a música, e a palavra escrita está para o drama. Muitas notações do movimento parecem similares à notação musical, tornando-se um meio de comunicações entre compositores e interpretes.

Conforme Borges (2004), em vários estilos musicais, seja ele folclórico, popular ou clássico, há uma dança associada. Valsa, samba, forró, tango e diversos outros estilos se confundem a música e a dança. Isto por que a música tem elementos mapeáveis (Figura 1) a alguma forma de movimento da dança conforme tabela a seguir:

Figura 1. Quadro de elementos mapeáveis entre música e dança

Música	Dança
Compasso musical	passos da dança
Andamento	"ritmo" ou velocidade;

Fonte: Borges, 2004, p. 34.

A notação musical universalmente adotado é a partitura. A partir de uma partitura um músico consegue executar uma obra sem tê-la ouvido antes. A notação de dança é mais complexa, e conta com poucos profissionais especializados.

Importante lembrar que também na música, nenhum sistema conhecido de notação pode registrar com exatidão todos os elementos constitutivos do som: altura (localização exata de uma nota em uma escala), duração, timbre e intensidade. A notação em pentagrama universalizou-se no século XX, como resultado indireto de processos históricos: colonização, atividade missionária e pesquisa etnomusicológica.

Notação musical é a representação visual da música, como a notação coreográfica é a representação visual do movimento (dança). Como um auxílio à memória, estas notações permitem formular composições em um nível de complexidade que não seria possível numa tradição exclusivamente oral e, como meio de comunicação, preserva a música e o movimento para posterior execução e análise.

O processo de registrar o movimento no papel não é um fenômeno novo. Como Ann Hutchinson Guest (*apud* ARCHBUTT, 2005) indica em seu livro "*Choreographics: A Comparison of Dance Notation Systems from the Fifteenth Century to the Present*", um grande número de sistemas emergiram em anos recentes. Entre os meios mais antigos de notação está o sistema de Feuillet, utilizado na época de Beauchamp e de Stepanov, na Rússia. Guest (*apud* ARCHBUTT, 2005) explica que, até o sistema de Laban, todos os registros eram escritos do ponto de vista das audiências e não dos bailarinos. Era como se os bailarinos não estivessem envolvidos na cena, mas somente aqueles que prestam atenção á eles. Laban centrou seu sistema no bailarino de modo que na contagem do movimento todos os registros fossem escritos do ponto de vista da dança. Vários coreógrafos criaram seus próprios registros (notação)

incluindo Eugene Loring e Alwin Nikolais. Entretanto, eram estritamente para seu uso pessoal.

Contudo a imensa importância de sistemas de notação padronizados e universais é admitida por profissionais da dança desde Feuillet. Mas somente no século XX a notação iniciou a ser usada profissionalmente. O crescimento na notação demonstra a necessidade de registro do movimento.

A notação da dança é um instrumento conceitual que utiliza uma espécie de script “alfabético” para descrever a linguagem. Como um alfabeto verbal, os símbolos da notação da dança podem transcrever diversas linguagens. Os sistemas de notação de dança que enfatizam a universalidade da estrutura corporal são compostos por alfabetos aplicáveis a diversos dialetos de dança diferentes. Em certo sentido, a notação de dança é uma meta-linguagem-a “linguagem” que lida com as linguagens.

Da mesma forma que uma partitura, as notações de dança são scripts que podem ser criados e lidos para reconstruir movimentos físicos e qualidades dos movimentos. Os sistemas de notação usam substantivos, verbos e adjetivos para descrever diferentes movimentos e linguagens de dança com sua própria memória cultural, expressão individual, e significado físico e verbal. Na notação da dança, o verbo é a ação feita por partes do corpo no espaço. O problema com todos os sistemas de notação da dança é que poucos coreógrafos, e mesmo poucos bailarinos, são “letrados” neles.

DANÇA E MEMÓRIA

As artes cênicas, como patrimônio intangível, a imaterialidade é relativa, pois para existir uma prática, esta se materializa de diversas formas. O que permite também realizar formas diversas de registro material (documental, sonoro, visual, audiovisual, narrativo). E, pelo aspecto transitório e mutante, pode-se registrar, ao longo dos tempos, rupturas e permanências (FONSECA, 2003).

Meneses aborda também o papel da tecnologia na informatização da vida e multiplicação dos registros eletrônicos diante dos quais se transformam as relações mnemônicas para “um progressivo processo de externalização da memória” (MENESES, 1999, p. 15). Sugere a inserção de novas possibilidades e campos de investigação, aproveitando o acesso às novas tecnologias ao favorecer pesquisas relacionadas a práticas sociais de memória: “quando se muda a ênfase da forma ou conteúdo físico para a ‘operação’” (MENESES, 1999, p. 23). Pelas ferramentas diversas de registro, como indica o autor, pode-se abrir assim espaço para pesquisas do corpo, da performance ou da narrativa oral. Vale neste momento lembrar a característica forte e importante das artes cênicas: a tradição oral.

Desta forma, a dança como arte cênica é efêmera, isto é, no momento em que ela se realiza ela também se desfaz, só ficando presente na memória de quem teve a oportunidade de presenciá-la, portanto sua preservação ainda depende da memória oral. O professor, pesquisador e coreógrafo francês Dominique Dupuy (2007), fala dos três tempos da dança: antes, durante, e depois, sendo seu desejo que esses tempos estejam correlacionados. O tempo anterior é o da concepção, da elaboração, do aprendizado, do ensaio; *durante* é o tempo da apresentação; depois virão seus vestígios, seus traços e suas memórias. Bernard (2001), filósofo francês especialista em dança, também fala do conceito de memória. Para o autor, na dança, o desejo de memorizá-la pode ser realizado de cinco maneiras distintas: pela notação coreográfica, pela fotografia, pelo vídeo, pelo filme cinematográfico e pelos testemunhos – falados e/ou escritos.

Sabemos que, de um modo geral, no Brasil, não há políticas públicas que valorizem a preservação da dança em instituições de memória. E, mesmo assim, as poucas instituições públicas que existem ainda resistem. Como reflexo dessa falta de acervos públicos, os acervos privados de pesquisadores,

críticos e artistas tornam-se públicos e se encontram em domicílios ou sob a guarda de alguém ou de alguma instituição particular. É, evidentemente, sintomática a presença de arquivos privados diante da insuficiência de arquivos públicos. Nesse contexto, é de extrema importância a preservação-construção da memória da dança para o seu reconhecimento como um campo de conhecimento (XAVIER, 2011).

DANÇA COMO ARTE

A história das notações de dança, de certa forma, está ligada à questão da legitimação da dança como categoria artística.

Até hoje a grafia da música, apesar de todas as revoluções ocorridas na música moderna e contemporânea, é permanente no processo de ensino desta arte. A dança teve dificuldade de se estabelecer como categoria artística e logicamente de criar uma forma de escrita (BOUDIEU, 1992).

Na história da dança, várias notações existiram e sucumbiram. Contamos hoje com três notações contemporâneas de importante papel na grafia do movimento em diversas áreas. Estas são a de Benesh, a de Sutton (DanceWriting) e a de Laban (Labanotation).

A indagação principal é por que tantos pesquisadores da dança entenderam a necessidade de criação de escritas. Sem dúvida a dança perdeu muito da sua história porque não possuía uma forma de registro como ocorreu com a música, praticamente todo o repertório clássico e romântico do balé, em sua forma original, está perdido (BOUCIER, 1987). Obviamente a função de registro das notações é de extrema relevância. Mas, atualmente com a captação de imagens via filmadoras pode-se pensar que não haveria a necessidade das partituras de dança como registro. O registro por filmes diminui a necessidade de registro da dança via grafia. Parece então que talvez, apesar de ser uma preocupação lícita, o registro, não foi a única para a construção das escritas.

Analisando a história da música, entendemos o que o surgimento da partitura musical produziu novo percurso nesta arte. A música ocidental tornou-se intensamente complexa e uma das características mais fundamentais é a polifonia, isto é, a capacidade de agregar sons verticalmente, simultaneamente. Esta possibilidade só foi possível porque houve o surgimento da partitura. Lembremos, por exemplo, da partitura da “Sagração da Primavera” de Stravinsky no qual chega a apresentar 26 pentagramas indicam o que os diferentes instrumentos devem tocar. A robusta polifonia seria impossível de ser pensada, criada, ou executada sem a partitura. A partitura na música não só serviu como registro, mas possibilitou um *desenvolvimento técnico único e conduziu a novas possibilidades estéticas e de criação* (ALMEIDA, 2014). A música ocidental é o que é hoje devido ao surgimento da partitura.

Para Almeida (2014), “a escrita na música foi construtora de uma outra ordem, uma outra lógica, uma outra esfera de raciocínio, criando a condição de possibilidade para novas estruturas técnico-estética”. Baseados nestes argumentos, pesquisadores em dança acreditam que as grafias criam outra esfera de pensamento, de possibilidades, que tanto a música soube aproveitar. Nesta lógica, uma escrita para dança traria novas possibilidades técnicas, de criação, e novos modos de pensar e analisar o movimento humano.

DANÇA E CIÊNCIA

A ideia de que a teoria ameaça a prática está bastante forte na realidade de nossas artes. Na área da

dança ainda há muito mais uma formação informal, puramente técnica e prática do que formal e teórica.

Nos contexto europeu ou norte-americano os profissionais da dança costumam desenvolver a prática juntamente á teoria, sendo muito mais fácil encontrar bailarinos, professores ou coreógrafos pesquisadores e entendedores (leitores/escritores) de alguma notação coreográfica.

No Brasil, pela tradição, bailarinos mais velhos ensinam os mais jovens. O ensino da dança sempre foi informal, fora da sala de aula. O artista da dança no Brasil pode estudar e se tornar um profissional através de cursos livres nos estúdios, academias, escolas, o que é considerado ensino informal; após muitos anos de estudos e experiência, poderá obter o DRT (registro profissional) através de um sindicato, prestando um exame específico e comprovando algum trabalho na área.

Apesar da dança ser reconhecida pelo Ministério da Educação “como um curso superior com diretrizes próprias desde a década de 1970” (STRAZZACAPPA (2002-2003, p. 74), no Brasil, “ela sempre foi compartilhada pela Educação Física e por outras áreas do conhecimento” (EHRENBERG, 2003, p. 46), ou seja, ela pode ser estudada em outras graduações, como é o caso das Artes Cênicas, Educação Artística, Comunicação Social (PACHECO, 1999), Educação Física e Artes Plásticas.

Acabamos por concordar com Fernandes (2009, p. 138), quando afirma que

(...) é necessário o estudo, o reconhecimento e a divulgação de pesquisas pioneiras de movimento, para um maior embasamento teórico-prático dos artistas-pesquisadores em dança, para a valorização da área enquanto pesquisa científica e produtora de conhecimento aplicável em várias outras áreas. O movimento é nosso modo de aprender, viver e relacionar-se, portanto estudos nesta área devem ser reconhecidos, valorizados e estimulados.

Para Fernandes, a aplicação e divulgação de estudos sobre o movimento “beneficiará desde a formação em artes cênicas, a criação de obras inéditas, a crítica, análise e pesquisa em obras cênicas, em especial a dança, até as terapias pelo movimento em faixas etárias e contextos diversos” (FERNANDES, 2009, p. 138).

E, falando em pesquisa na dança, não devemos esquecer de que pesquisas em arte, em primeira instância, são pesquisas que têm a arte como objeto de estudo. Como existem diferentes abordagens sobre a arte, é possível considerar diferentes linhas de pesquisa. A pesquisa em dança, como a pesquisa em qualquer outra linguagem artística, implica num planejamento que viabilize um processo reflexivo sobre a ação criadora, seja ela espetacular, pedagógica ou terapêutica. Para isso é necessário percorrer algumas etapas, como por exemplo: a escolha do assunto, definição do objeto, delimitação do campo da pesquisa, definição dos objetivos, descrição da justificativa, métodos e técnicas empregados, resultados e interpretações, enfim, um percurso que promova a interação dos múltiplos componentes da pesquisa como aponta Sanz (2003 apud SOUZA, 2014): a observação, a reflexão, a experiência, a comparação, a crítica, o registro, a documentação, a formulação de hipóteses, a construção de teorias (SOUZA, 2014).

Contudo Bitencourt (2011, p. 1) traz a tona um questionamento interessante:

Porque pesquisa em arte é um assunto nebuloso? E, no da dança, que no Brasil se entende como área de conhecimento há menos tempo que algumas outras artes, me parece que as pessoas ainda ficam mais na dúvida. No entanto não é raro se ver gente falando convictamente coisas como “isso é pesquisa”, “isso não é pesquisa” (...) Quais são os parâmetros que se está usando para fazer esse tipo de avaliação? Tenho sempre a impressão de que se está usando parâmetros científicos para olhar a pesquisa artística e nunca o contrário.

Para Bitencourt faz sentido que os parâmetros que vem da pesquisa científica sejam os vigentes

também na pesquisa em arte, pois a arte como campo de pesquisa é muito recente, sendo ainda um território inexplorado.

Entre 2002 e 2012, as graduações em Dança saltaram de dez para mais de 30. Entre os motivos estão a expansão dos cursos superiores, a organização da própria classe, o fortalecimento da dança como área de produção de conhecimento e a economia aquecida, que permite que o artista sobreviva com seu trabalho. O Ministério da Cultura estima que 56% das cidades brasileiras possuam grupos de dança. A meta do órgão para os próximos anos é subir esse percentual para 73%. Hoje (2013), conforme o Ministério de Educação e Cultura, existem 33 Instituições Superiores com Curso de Graduação em Dança, sendo 5 no Rio Grande do Sul (UFRGS, UERGS, UFSM, UFPEL e ULBRA).

Hoje o artista da dança também pode se tornar um profissional através de um Curso Técnico (ensino médio, profissionalizante) ou em Curso de Graduação e/ou Licenciatura em Dança (ensino superior); o ensino técnico e universitário é considerado ensino formal, totalmente fiscalizado pelo MEC. Após conclusão do ensino formal de nível superior, o profissional obtém seu DRT. As escolas, estúdios, academias deveriam ter o papel principal de iniciar a formação técnica e artística do futuro profissional da dança; e os Cursos Superiores teriam como função, ampliar a formação e áreas de atuação deste profissional, oferecendo embasamento teórico, científico, cultural, além da prática artística.

Com a implantação de cursos de graduação em dança em algumas universidades brasileiras podemos identificar um novo momento da história da pesquisa da dança no Brasil. Com a multiplicação dos cursos de graduação em dança, ampliaram-se as discussões e reflexões sobre a dança no Brasil, apesar de serem ainda insuficientes considerando o desenvolvimento de outras artes no país. O interesse dos graduandos em dança em dar continuidade às suas pesquisas através do ingresso em cursos de pós-graduação tem aumentado, entretanto, atualmente no Brasil, existem ainda poucos programas na área. Para ampliação das pesquisas no ambiente universitário, há a necessidade de criação de novos cursos de pós-graduação. Temos ainda pouquíssimos mestres na área e contamos com um quadro ainda menor de doutores. Ainda não existem no Brasil cursos específicos de mestrado em dança (SOUZA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos um novo momento na história da Dança no Brasil, com o crescimento de Cursos de Graduação na área. O ensino formal se aproxima desta arte no país e com isso ampliaram-se as discussões e reflexões sobre a dança no Brasil e cresce a necessidade de evolução da área em alguns aspectos como registro-construção de memória, legitimação como categoria artística, inserção na esfera histórica e costume na investigação e pesquisa.

Conforme Cordeiro (1998) para avaliarmos as notações de movimento consideramos que devem satisfazer três pontos fundamentais: descrever os movimentos de todas as partes do corpo com precisão espaço/temporal; registrar esses movimentos de forma econômica, legível e de fácil decodificação; e possibilitar criações e inovações.

Seu objetivo final é a experiência prática de registro e leitura do movimento real, para abrir à este um universo comparável ao do som: “O homem foi capaz de explorar o potencial da música somente quando começou a escrever pautas musicais” (HALL, 1959 *apud* CORDEIRO, 1998). Explorar o potencial do movimento é tanto usar sua linguagem como uma forma de comunicação que estabelece ligações entre as pessoas cujos códigos variam individual e culturalmente, quanto estudar estes códigos. Este estudo exige um instrumento de registro e análise, que é a notação do movimento, e um constante

treino prático e observação da realidade. Somente essas vivências preparam o pesquisador para compreender o comportamento corporal na análise e/ou criação. Criando um sistema de simbologia simplificada, permite-se que um usuário interprete independente de seu conhecimento profundo de qualquer formulário de notação, enxergue o movimento proposto, e tenha condições de reproduzi-lo. Tal sistema tem o uso considerável como uma ferramenta para o ensino, registro e preservação da memória coreográfica.

Considerando aspectos como a categoria artística e memória da arte, a dança se apresenta como uma área ainda com um longo caminho a percorrer no ambiente formal e científico. Sem tradição em escrita para registro de memória e/ou em pesquisa, a dança apresenta lacunas essenciais para se estabelecer no ambiente acadêmico.

Fica evidente a necessidade de mudar a atual situação da dança de ser uma arte que está no nosso corpo e não está no universo científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcus Vinicius Machado de. **Grafias do gesto**: projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

BERNARD, M. **De la création chorégraphique**. Paris: Centre National de la Danse, 2001.

BITENCOURT, Gustavo. **Pesquisa científica, pesquisa em arte e em dança**. 2011. Disponível em: <<http://www.dimenti.com.br/interacao/criticas/pesquisa-cientifica-pesquisa-em-arte-e-em-danca/>> Acesso em: 30 jun. 2014.

BOURCIER, Paul. **História da Dança no Ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BOUDIEU, Pierre. **Les règles de l'art, genèse et structure du champ littéraire**. Paris, Éditions du Seuil, 1992.

CORDEIRO, Analívia. **Nota-Anna**: a escrita eletrônica dos movimentos do corpo baseada no Método Laban. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.

DUPUY, D. **Le 3 coups**. Quant à la danse (5), Images en Manoeuvres/ Les mas de La danse, 2007.

EHRENBERG, Mônica C. A Dança como conhecimento a ser tratado pela Educação Física escolar: aproximações entre formação e atuação profissional. **Dissertação** (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2003.

FERNANDES, Ciane. O perfil de movimento de Kestenberg: categorias de análise e aplicação preliminar em dança. **Revista Poiésis**, n. 13, p. 135-144, ago. 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LABAN, R. **The language of movement**: A guidebook to Choreutics. Boston: Plays, 1974.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p.11-29.

MOTA, Júlio. Rudolf Laban, a coreologia e os estudos coreológicos. **Repertório**, Salvador, n. 18, p. 58-70, 2012.

PACHECO, Ana Julia P. A Dança na Educação Física: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 1, setembro/ 99, p. 117-124.

RUDOLF Von Laban. In: WIKIDANÇA.NET. [200-?]. Disponível em: <http://www.wikidanca.net/wiki/index.php/Rudolf_von_Laban> Acesso em: 18 jun. 2014.

RUDOLF Von Laban. **Quem foi? qual sua proposta?** 2012. Disponível em: <<http://espacotaiken.blogspot.com.br/2012/09/rudolf-laban.html>> Acesso em: 16 jun. 2014.

SANZ, Luiz Alberto. **Procedimentos metodológicos**: fazendo caminhos. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

SOUZA, Maria Inês Galvão.; PEREIRA, Patrícia Gomes. **Reflexões sobre dança**: possibilidades de investigação e contribuições para a educação física. Disponível em: <www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/02/maria_patricia.doc> Acesso em: 30 jun. 2014.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dança na Educação: Discutindo questões básicas e polêmicas. **Pensar a Prática**, v. 6, jul./jun. 2002-2003, p. 73-85.

XAVIER, Renata. Dança: memória e história. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA, 2, 2011, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: ANDA, 2011. Disponível em: <www.portalanda.org.br/index.php/anais>. Acesso em: 08 jun. 2013.

VISÕES LOBATIANAS SOBRE O HOMEM E A NATUREZA

*Arlindo Ferretti Junior*¹⁵

*Euler Renato Westphal*¹⁶

*Roberta Barros Meira*¹⁷

RESUMO: O presente trabalho visa lançar um olhar sobre parte da obra de Monteiro Lobato, discutindo a importância da literatura como fonte histórica relevante na compreensão dos discursos presentes no âmbito de sua produção. Neste recorte, almeja-se revelar passagens significativas da produção do autor, identificando em sua obra referências que incorporam o homem e a natureza como temas centrais. Releva notar que o escritor paulista foi contemporâneo da formação da República e das disputas pela consolidação de uma identidade nacional brasileira em tempos de ascensão do cientificismo e dos discursos eugênicos. Enfim, o trabalho destaca os espaços literários como base de atuação de atores que tiveram grande papel nas discussões ligadas às questões raciais e ambientais e que marcaram fortemente os novos projetos de construção da identidade nacional na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Nacional; Eugenia; Literatura; Monteiro Lobato.

INTRODUÇÃO

O texto que segue é fruto dos primeiros esforços de investigação de uma dissertação de mestrado cujo objetivo é analisar a influência da eugenia na produção literária e epistolar de Monteiro Lobato, procurando elucidar tal relação no âmbito da formação da identidade nacional brasileira nos anos da Primeira República. O intento que aqui se realiza, traz como cerne duas questões caras a Lobato, quais sejam, a natureza e o homem brasileiro, componentes fundamentais de sua produção bibliográfica. O sociólogo e crítico literário, Antonio Candido (2006), descreve a literatura como uma maneira pela qual reorganizamos o mundo e o transformamos em arte. Dessa forma, a produção literária é mais uma das ferramentas que a espécie humana utiliza para expressar seus sentimentos e pensamentos. Sendo um constructo social que carrega em si subjetividades, a literatura, entendida como arte, é preenchida por características fundamentais do meio em que foi produzida. Assim como toda produção antrópica, portanto, seu conteúdo e seus significados são historicamente condicionados, e sua validade, ligada ao tempo (HAUSER, 2011).

Jacques Le Goff elucida que não existem documentos inócuos, pois estes são “[...] antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [...]” (LE GOFF, 1990, p. 547). Concordando com Le Goff, Sandra J. Pesavento indica que é, justamente por seu condicionamento temporal, que a literatura se torna “[...] discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas” (PESAVENTO, 2006, p. 11).

15 Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela mesma instituição. E-mail: jnferretti@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

16 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: eulerwestphal@gmail.com.

17 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: rbmeira@gmail.com.

Monteiro Lobato (1882-1948) foi uma das mais proeminentes figuras do período de transição e consolidação da República brasileira, e é amplamente reconhecido por suas produções infantis. Foi administrador de sua própria editora, mantendo também uma revista de notável apreciação, enquanto publicava seus artigos no jornal de maior tiragem do país, *O Estado de São Paulo*. Somam-se a isso as recorrentes correspondências mantidas com renomados cientistas e figuras políticas do período, que revelam seu protagonismo no cenário intelectual nacional.

A obra de Monteiro Lobato, além das particularidades estilísticas e conceituais do autor, expõem uma mentalidade construída historicamente, e a análise das linhas escritas pelo literato possibilita o acesso a um dos inúmeros “discursos privilegiados” que vagaram pelas prensas tipográficas da Primeira República.

NATUREZA EM MONTEIRO LOBATO

Na maior parte dos escritos do autor paulista, a natureza aparece como símbolo da beleza e da perfeição, diante da lamentável situação do homem brasileiro. Em *Bucólica*, conto que faz parte do livro *Urupês*, Lobato tece elogiosas descrições da harmonia da vida no campo. Fazendo jus ao título do conto, alimenta uma oposição entre cidade e meio rural, indicando, sobre a pureza do ar, que naquela se ignora “[...] o prazer sadio que é sentir os pulmões borbulhantes deste fluido vital em estado de virgindade” (LOBATO, 2014a, p. 110). Em *O Presidente Negro*, tal postura é reforçada, quando, em referência aos pássaros, o protagonista afirma: “A minha vida na cidade [...] sem nunca umas férias passadas no campo, impedia-me de prestar atenção a essas vidinhas aladas [...]” (LOBATO, 1956a, p. 146).

As críticas à maneira pela qual o homem explorava a natureza ganham tonalidade política por diversas vezes, com críticas ao poder estatal e à elite econômica. No texto *Vidinha Ociosa*, escrito ainda em 1908, e publicado em *Cidades Mortas*, o autor afirma que, entre pensar e destruir a natureza, a segunda opção era sempre a preferida dos fazendeiros. Se o governo oferecesse as seguintes alternativas para um grupo de cem: “Ou vocês pensam meia hora naquele papel ou botam abaixo aquela mata, daí a cinco minutos cento e um machados pipocavam nas perobas!” (LOBATO, 2014b, p. 202).

Quando trata do café, por exemplo, o autor constrói uma imagem crítica que pode ser percebida logo na leitura dos títulos de duas de suas obras: *A Onda Verde* e *Cidades Mortas*. O vício monocultor do café havia se apropriado dos terrenos, sugado da terra sua seiva fértil e, como uma onda, varrido cidades inteiras, retirando delas suas vidas (LOBATO, 2014b). O homem brasileiro havia preferido “[...] á beleza da desordem natural a beleza alinhada da arvore que da ouro [...]” (LOBATO, 1956b, p.4). O pessimismo do autor, num planeta em guerra, vê na extinção da humanidade, talvez, a única forma de tornar o mundo novamente amável: “Amabilidade é o caráter do que é digno de ser amado – e a vida na terra, sob a regência do homem, positivamente não o é” (LOBATO, 1956b, p. 59).

A PRAGA QUE É O HOMEM

Em Lobato, o Jeca Tatu é o principal representante da sociedade brasileira. Imerso num ambiente de expressão das teorias racistas e científicas, o autor adota, na descrição deste personagem do interior do país, princípios evolucionistas e eugênicos. O texto que lança as bases para o nascimento do Jeca é *Velha Praga*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914. A crítica central do texto é a prática da

coivara pelos sertanejos. “A serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa [...]” (LOBATO, 2014a, p. 163), afirma o autor, relacionando a destruição do campo aos eventos da Primeira Guerra Mundial.

O caboclo, descrito como incapaz de se adaptar à civilização, é batizado em *Urupês*. Este “piolho da terra”, não conhece o patriotismo, a ciência, a arte, o progresso. Sabe bem é de pinga e fumo, superstição e covardia, descreve Lobato (2014a). Mas há saída para o brasileiro, revela. Com entusiasmo propaga as boas novas em 1916, em *A Ressurreição do Jeca*, publicado no livro *O Problema Vital*. Ali renasce o caboclo, agora indivíduo de potência evolutiva nata. Capaz de superar as dificuldades se tratado corretamente, afinal, “O caipira não ‘é’ assim. ‘Está’ assim” (LOBATO, 1956c, p. 285). Lobato apresenta a Ciência ao sertanejo, inspirado pelas pesquisas contemporâneas de parasitologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de Monteiro Lobato trazem ricas contribuições para a compreensão do processo histórico de formação da Identidade Nacional brasileira, no período que diz respeito à consolidação da república. As concepções de homem e natureza que perpassam seus textos não surgem do nada, mas estão associadas ao complexo sistema de trocas culturais e movimentações científicas, que é compreendido pela virada do século.

A potencialidade eugênica do homem ocupará ainda mais espaço nas produções consecutivas lançadas pelo autor. No já mencionado *O Presidente Negro*, de 1926, Lobato evidencia as discussões latentes e põe na boca de seus personagens uma ardente defesa da eliminação dos mais fracos, pela “lei espartana”, e da consolidação de uma sociedade que não se renda à miscigenação, que na perspectiva da personagem Miss Jane, “Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável peora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças dispares” (LOBATO, 1956a, p. 206).

A eugenia seria o caminho adequado para reaproximar os rumos do homem e da natureza, proporcionando uma saída ao brasileiro que, imerso num ambiente tão rico em vida, falhava em evoluir: “Onde tudo alcança o apogeu, só ele, o rei, decai” (LOBATO, 1956c, p. 321). Ao civilizar-se, entende Lobato, o homem havia se permitido enfraquecer: as roupas retiraram a resistência da pele, as casas impediram o desenvolvimento do sistema imunológico, as facilidades de transporte o tornaram frágil. Isso tudo, associado à proliferação dos parasitas, o leva a uma só conclusão: “[...] o homem é um animal em plena decadência [...]” (LOBATO, 1956c, p. 325).

De fato, é possível perceber, através das suas obras, os elementos principais que constituíram preocupações latentes da sociedade do período. Significativamente, os textos apontam o debate entre preservacionistas e conservacionistas que teve como bloco de amarração, em linhas gerais, a presença ou não do homem nos espaços naturais. Aqui, a degeneração e a decadência do homem brasileiro seriam fortemente associadas à degradação ambiental, oriunda da visão de uma riqueza natural inesgotável e da fraca presença da ciência nas práticas agrícolas brasileiras. Mas, paralelamente, ele traz à baila as teorias raciais que refletiam discursos científicos que se intensificaram após a tardia abolição da escravidão no Brasil. Assim, foi sobre a tríade – natureza, cultura e ciência – que Lobato construiu as suas interpretações sobre a identidade nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- HAUSER, A. **The Sociology of Art**. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da (Org.). **História e literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006. p.11-28.
- LOBATO, Monteiro. O Presidente Negro. In: LOBATO, Monteiro. **A Onda Verde e o Presidente Negro**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a. p. 125-324.
- LOBATO, Monteiro. A Onda Verde. In: LOBATO, Monteiro. **A Onda Verde e o Presidente Negro**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956b. p. 3-124.
- LOBATO, Monteiro. Problema Vital. In: LOBATO, Monteiro. **Mr Slang e o Brasil e Problema Vital**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c. p. 223-329.
- LOBATO, Monteiro. Urupês. In: LOBATO, Monteiro. **Contos Completos**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014a. p. 37-191.
- LOBATO, Monteiro. Cidades Mortas. In: LOBATO, Monteiro. **Contos Completos**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014b. p. 191-338.

COZINHA CONFIDENCIAL: MAN BITES DOG!

Luciano Lunkes¹⁸

RESUMO: Por que o desejo de fama é tão disseminado entre as pessoas comuns? O que torna um indivíduo com aparente “escassez de realizações” uma celebridade? O que há de comum entre artistas, esportistas, políticos, *chefs de cuisine*, estilistas, assassinos em série e tantos outros rostos famosos que inundam os cotidianos da atual sociedade pós-moderna? Por que personalidades celebradas pela cultura da mídia causam tamanho impacto no desejo e no imaginário do público? Essas são algumas das indagações centrais do livro *Celebridade*, do inglês Chris Rojek (2001), que propõe, em seu estudo sobre a cultura das celebridades, uma investigação sociológica e histórica sobre o papel e as genealogias de um fenômeno cada vez mais ubíquo na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura da Celebridades; Celebridade e Transgressão; Cozinha Confidencial; Autoficções.

Por que o desejo de fama é tão disseminado entre as pessoas comuns? O que torna um indivíduo com aparente “escassez de realizações” uma celebridade? O que há de comum entre artistas, esportistas, políticos, *chefs de cuisine*, estilistas, assassinos em série e tantos outros rostos famosos que inundam os cotidianos da atual sociedade pós-moderna? Por que personalidades celebradas pela cultura da mídia causam tamanho impacto no desejo e no imaginário do público? Essas são algumas das indagações centrais do livro *Celebridade*, do inglês Chris Rojek (2001), que propõe, em seu estudo sobre a cultura das celebridades, uma investigação sociológica e histórica sobre o papel e as genealogias de um fenômeno cada vez mais ubíquo na sociedade contemporânea.

Ancorando seus argumentos em abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas, Rojek ultrapassa a incompletude das alegações subjetivistas, vigentes em teorizações que predominaram até a metade do século XX sobre o tema, e surpreende o senso comum ao afirmar que o fenômeno moderno das celebridades “tem algo a ver com o modo como hoje fabricamos a vida pública” (ROJEK, 2001, p. 12). A brevíssima de sua resposta nos leva a inúmeros desdobramentos que iluminarão a presente pesquisa. Com efeito, suas reflexões encontram ressonância em meu material empírico, produzindo, na junção com os demais conceitos teóricos aqui abordados, novos sentidos, que potencializam muitas das questões ligadas à sociedade do espetáculo, do consumo e da performatividade, bem como à transmissão e à memória cultural na globalização, noções-chaves neste estudo.

No presente capítulo, concentrarei minhas atenções em um aspecto particular da cultura da celebridade, mais especificamente, as questões que tratam das celebridades notórias, a saber, aqueles indivíduos que se elevam acima das massas não por suas habilidades singulares e extraordinárias, dignas de admiração e menção, mas sim, por meio de atos violentos ou transgressivos, utilizados como recursos estratégicos para a aquisição de notoriedade. A contravenção e o excedente estão na base do estrondoso sucesso de Anthony Bourdain ao *status* de celebridade global. Apesar de transcorridas quase duas décadas do lançamento de *Cozinha Confidencial*, o efeito-Bourdain ainda levanta questionamentos sobre as circunstâncias do desmedido sucesso de uma trajetória profissional que, embora marcada pelo

18 Doutorando do PPG em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle (llunkes@hotmail.com).

acúmulo de fracassos e “rastros de destruição”, segundo suas próprias palavras, não impediu seu titular de se tornar ambos, marco inicial de uma nova era na cultura da gastronomia e modelo profissional “favorável” para as novas gerações de cozinheiros.

Partindo destes pressupostos, pretendo abordar a autobiografia “escandalosa” de Bourdain a partir das lentes propostas por Rojek (2001) e procurar, em suas reflexões teóricas, algumas respostas para questões que abarcam a condição célebre de Bourdain e dos outros chefs abordados no presente estudo. Buscarei, de um lado, entender a procura obcecada pelo *status* da fama e, de outro, o fascínio que personalidades famosas, tanto as “positivas” quanto as “negativas”, exercem sobre as massas, tornando-se paradigmas de admiração e emulação. Além disso, tentarei também averiguar de que forma a transgressão alimenta os anseios do público e do mercado que as celebridades notórias representam.

Para fornecer subsídio inicial às discussões que permearão o presente capítulo, proponho cinco breves citações do livro de Anthony Bourdain:

Fizemos tudo o que fazem os turistas, ou seja, nada de muito emocionante para um menino de nove anos já com uma inclinação criminosa (BOURDAIN, 2016, p. 34).

Alguns dias depois eu estava com o diploma. Era agora um formando da melhor escola de culinária do país - uma mercadoria valiosa no mercado -, tinha experiência de campo, vocabulário e uma mente criminosa. Um perigo para mim mesmo e para o mundo (BOURDAIN, 2016, p. 73).

Meu *subchef* era meu duplo, meu gêmeo maligno. Ter um *subchef* com excelentes qualidades culinárias e uma mente criminosa é um dos maiores dons de Deus (BOURDAIN, 2016, p. 271-272).

No meu caminho deixei uma bela esteira de destruição (BOURDAIN, 2016, p. 390).

Virei uma espécie de garoto-propaganda do mau comportamento na cozinha¹⁹ (BOURDAIN, 2016, p. 19).

Inicialmente, chamam atenção as inúmeras alegações de uma suposta natureza criminosa, que Bourdain confere a si mesmo durante todo o percurso das quatrocentas páginas de seu livro de memórias. Tais afirmações encontram-se satisfatoriamente ilustradas por episódios e passagens de sua vida pouco convencional, evidenciando - de fato - os contornos um indivíduo hedonista e de temperamento afeito ao ilícito; aos “maus caminhos”; a uma “vida de aventuras, saques, pilhagens e curtição”; ao menosprezo de toda e qualquer “moralidade convencional”; à “perseguição autodestrutiva da próxima coisa, sejam drogas, sexo ou alguma outra sensação”, para me utilizar novamente de algumas de suas próprias expressões. Cabe, por hora, registrar a suposta sinceridade atordoante de Bourdain para consigo mesmo e o aparente “efeito de vínculo afetivo” que tal artifício poderia criar entre o autor e seu leitor, assunto que será abordado mais tarde. Por hora, atendo-me somente à sua pressuposta “mente criminosa”.

Apesar dos inúmeros avisos fornecidos por Bourdain durante o trajeto de suas confidências, podemos assumir que pelo menos parte seus leitores não lhe dá ouvidos, no sentido de tomar a malignidade de sua mente infratora ao pé da letra; afinal, trata-se do relato bem-humorado de um *chef* razoavelmente estabelecido no mercado, em poder de habilidades narrativas exímias e portador de uma conduta social suficientemente enquadrada e estabilizada (até que se prove o contrário) para andar solto

19 Esta última citação encontra-se no posfácio do Cozinha Confidencial (BOURDAIN, 2016), que, vale lembrar, foi redigido para a versão reeditada do Cozinha Confidencial, doze anos após seu lançamento. Nele, Bourdain faz uma reflexão sobre as glórias e os arrependimentos que decorreram com o lançamento da versão original de seu livro (2000), acertando, assim, contas com os desafetos por ele produzidos e oferecendo ao leitor atualizações sobre a cozinha profissional e reflexões sobre sua nova vida sob o *status* de celebridade global.

pelo mundo e passar pelo crivo da indústria editorial. Embora seja possível presumir que vários leitores tomem os fatos narrados por Bourdain como eventos reais e verdadeiros, imaginamos também que os mesmos se encontrem igualmente cientes do conteúdo fictício inerente a esses fatos; afinal, é da natureza das verdades-bem-narradas o uso condescendente das licenças-poéticas. Sendo assim, podemos supor que a alegada “mente criminosa” de Bourdain é tomada, por muitos de seus leitores, como artifício narrativo de uma mente criativa e cinematográfica.²⁰

No entanto, a título de subversão e para fins investigativos, proponho, a partir do presente momento, dar vazão às fantasias sombrias de Bourdain e considerar a literalidade de tais declarações. Suspeito que esse procedimento, confrontado com as reflexões sobre celebridades transgressivas propostas por Rojek (2001), mostrar-se-á produtivo no contexto desta pesquisa. Passo, então, a considerar o *chef* Anthony Bourdain um criminoso de fato. Embora o número de casualidades reais decorrentes de sua autobiografia tóxica seja nulo, é de conhecimento público que o conjunto de suas delações premiadas (que trouxeram à tona práticas altamente ilícitas por parte de instituições consagradas e de *chefs* renomados) provocou estragos dentro da cultura da alta gastronomia, forçando mudanças e ressignificações dentro do campo, de maneira quiçá definitiva. Consideremos, então, a totalidade desses “estragos” como um ato altamente transgressor.

Antes de prosseguir, cabe ainda ressaltar que as autobiografias dos demais *chefs* de meu estudo são produtos culturais a serviço de uma lógica talvez “mais antiga” de mercado, que atende às “modestas” demandas de um público sedento por histórias de vida de cozinheiros consagrados, que chegaram à vitrine midiática devido ao insuperável conjunto de seus atributos profissionais, pessoais e artísticos, construídos às custas de grande esforço e méritos singulares, durante longo e minucioso período de suas carreiras rumo ao topo. Tais autobiografias surgem, então, para endossar a excelência de suas admiradas existências e, lógico, também para gerar um maior consumo de suas marcas pessoais.

Paradoxalmente, *Cozinha Confidencial* nasce de outra racionalidade, que acusa, em sua nascente, a cabal inexistência de qualquer “vida-Bourdain” dentro de um firmamento estelar que abrigava (até então) um seletivo e exclusivo grupo de cozinheiros notáveis e dignos de exposição. Com o *bigbang* autobiográfico de Bourdain - uma façanha nada corriqueira para um cozinheiro considerado comum pelo seu meio - essa ordem acabou por desestabilizar o ambiente e impor novas realidades. Creio, para concluir o raciocínio, que um olhar atento às autobiografias desses três chefs pela ótica da cultura da celebridade, buscando as motivações, as imposições e os caminhos que os levaram ao cobiçado *hall* da fama, faz-se importante para o presente trabalho, no sentido de entendermos a forma contundente com que a obsessão moderna pelas celebridades afeta nossos cotidianos cada vez mais performatizados e espetaculares, impondo seus métodos e mecanismos sobre nossas vidas pessoais e profissionais, propondo outros modelos de ser e estar no mundo os quais estão, neste exato momento, sendo transmitidos às próximas gerações de futuros profissionais da cozinha. Voltemos a Bourdain:

Ah, aqueles tempos gloriosos de delírios felizes, discussões acaloradas, sonhos grandiosos de glória e riqueza. Não aspirávamos à condição de novos Bocuses. Não, isso não era suficiente. Entupidos de pó e de vodca, não aceitávamos nada menos do que ser Carême [...] Nosso trabalho iria literalmente superar o trabalho de todos os contemporâneos [...] o simples som destas palavras nos emocionava

20 É importante registrar a tendência de Bourdain aos mecanismos psicológicos de identificação e projeção a partir de temas heroicos e de ação produzidos pela cultura do cinema. São inúmeras as alusões a filmes de guerra, máfia, faroeste, punjilismo e pirataria que, retiradas do repertório consagrado de *Hollywood* e transplantadas para as narrativas de Bourdain, oferecem-se como metáforas para passagens “análogas” de sua autobiografia, dando ao leitor a impressão de que a vida de Bourdain daria, da mesma forma, um filme (o fato acabou se concretizando, mais tarde, no formato de uma série televisiva). Em boa parte destas referências, Bourdain ocupa a posição simbólica do herói do produto cinematográfico (ou seu avesso). Este tópico está tratado em outro momento deste estudo.

e nos desafiava a atingir alturas cada vez mais estonteantes (BOURDAIN, 2016, p. 80).

A gente vai arrebentar a boca do balão no negócio de restaurantes em Nova York. Nós nos considerávamos os revolucionários mais sabidos e experientes da cidade, capazes de vencer o sistema, os corações repletos de esperanças e promessas de um futuro invejável (BOURDAIN, 2016, p. 166).

Não havia nenhuma única alma no horizonte capaz de nos fazer frente, era assim que víamos as coisas. [...] iria(mos) varrer do mapa todos os chefs europeus moribundos e estontear o planeta com nossa atitude americana (BOURDAIN, 2016, p. 167).

Éramos a versão culinária da família Manson (BOURDAIN, 2016, p. 67).

Para Chris Rojek (2001), a aclamação pública é uma característica amplamente desejada na sociedade moderna, pois ela sustenta e atende a uma necessidade arraigada em nossas psiquês, que reivindica que nossas individualidades sejam reconhecidas como únicas e especiais, objetos de aprovação e emulação. O prazer proporcionado pela fama pressupõe, então, o atendimento a esses desejos do inconsciente e do subconsciente.

Embora a consagração pública, da forma como usualmente associamos às celebridades, seja concedida somente a uma pequena minoria dentro do contexto da sociedade moderna, somos todos e até certa medida apanhados na corrida da celebridade, afirma Rojek (2001). A intensidade desse desejo varia de acordo com as apetências de cada subjetividade. Assim, sonhos de sucesso, glória, fama e riqueza não são aspirações incomuns para considerável parcela dos indivíduos contemporâneos. Para os extremamente ambiciosos e competitivos, como nosso cozinheiro que almeja alturas estonteantes, alcançar o patamar de novo Bocuse pode ainda não ser o suficiente. Por outro lado, para torna-se esse “Bocuse” ou, ainda melhor, para reproduzir as façanhas de um “Carême” e extrapolar a boca do balão rumo ao futuro invejável, será preciso que Bourdain vença o sistema, varrendo do mapa as velhas estruturas dominantes e seus caciques forasteiros e moribundos. Para um cozinheiro ainda muito jovem e no ápice de sua autoestima abarrotada de pó e vodka, esta parece ser - mais que um delírio - uma tarefa perfeitamente exequível; afinal, a favor dos pequenos e ambiciosos, arbitram as esperanças, as promessas e as brechas da democracia: “É bom ver alguém como a gente se dar bem de vez em quando”, comentou comigo um cozinheiro de Boston (BOURDAIN, 2016, 21).

Para o estruturalismo, como já vimos no capítulo anterior, as celebridades são os meios através dos quais o capitalismo avança para explorar as massas. Emergem dentro de interações de um determinado campo de interesse, como a gastronomia. Na qualidade de representantes de papéis sociais, fazem-se aspirações de personificação e caráter, tornando-se, na mesma medida, modelos de liderança e instrumentos de controle social. Na categoria de ferramentas pedagógicas, eles nutrem o mundo com padrões positivos de ética, valores e honra, unificando os segmentos sociais dentro dos quais se destacam ou da sociedade como um todo. São, portanto, personas dignas de admiração, de identificação e de projeção.

Entretanto, a cultura da celebridade não se limita única e exclusivamente a personalidades respeitáveis dentro de seus papéis sociais. À medida que essas personalidades referenciais foram evoluindo através dos tempos, adaptando-se às demandas subjetivas de cada época, o fascínio do público deixou de se fixar unicamente em sucessos individuais de homens e mulheres virtuosos, para depositar suas curiosidades e anseios na forma da sociedade. Assim, hábitos e prazeres sociais, ímpetos aventureiros, paixões autorizadas e desautorizadas, desejos morais e imorais, comportamentos violentos e outras questões como aparência, sucesso material, talento e ética passaram também a ocupar o centro das preocupações e das atenções do público. “O fascínio com a forma social está na essência da cultura

popular”, afirma Rojek (2001, p. 141). A celebridade, então, foi paulatinamente se tornando o espelho dos anseios de uma sociedade afeita ao espetáculo, em processo de individualização, variada e caleidoscópica.

Celebridade, para dizê-lo em poucas palavras, é a atribuição de status glamoroso ou notório conferido a um indivíduo dentro da esfera pública (ROJEK, 2001). Contudo, glamour e notoriedade são noções comumente polarizadas, enfatiza o sociólogo inglês. A primeira implica um reconhecimento público favorável, como a figura glamorosa de Paul Bocuse. Considerado pela crítica e pelos pares como o “papa da *nouvelle cuisine*”, a requintada cozinha que surgiu na França na década de 70, Bocuse revolucionou a cultura global dos restaurantes, tornando-se possivelmente o *chef* mais celebrado pela mídia e pela alta gastronomia mundiais nos últimos quarenta e poucos anos. Embora a mídia tenha colocado em evidência ou, ainda, fabricado novas gerações de *chefs* e cozinheiros celebridades em larga escala nestas últimas duas décadas, Paul Bocuse ainda é, a exemplo das aspirações profissionais de um jovem Bourdain, possivelmente a grande referência para aqueles que aspiram grandes alturas na gastronomia mundial contemporânea.

Em oposição à benéfica figura de Bocuse, posso citar, como exemplo de celebridades notórias, a efígie de Charles Manson, evidenciando a acepção negativa de fama que o termo denota. Para lembrar, Manson foi o fundador e líder de um grupo fanático que cometeu vários assassinatos nos Estados Unidos no final dos anos 1960. Encarcerado em regime de prisão perpétua, Manson recebeu, durante décadas, inúmeras cartas e pedidos de casamento de fãs. Apesar de cientes das atrocidades cometidas por ele (ou, ainda, devido a elas), as admiradoras em questão sentiam-se fortemente atraídas pelo *serial killer*. Embora personalidades de naturezas opostas, Bocuse e Manson têm em comum o fato de que ambas essas polaridades são fabricações culturais e produzem impacto definitivo sobre a consciência pública. Ambos são, igualmente, modelos de condutas.

No entanto, é fácil entendermos o fascínio que Bocuse e outras celebridades glamorosas da cozinha, como Daniel Boulud e Marcus Samuelsson – dois chefs deste estudo – exercem sobre seus públicos, pois nutrem o cotidiano com padrões positivos, sedimentando valores, irradiando modos favoráveis e atrativos de ser, oferecendo sentidos que agregam os grupos sociais acima dos quais essas estrelas emergem e se sustentam. Na qualidade de modelos virtuosos, impelem os fãs a se melhorarem. Contudo, como entender a complexidade do fascínio exercido pelas celebridades notórias, como a persona de Charles Manson ou, ainda, como a figura de Anthony Bourdain? Que mecanismos psicológicos ou sociais operam, afinal, na base de um fenômeno que transforma indivíduos auto-destrutivos e destrutores em objetos de admiração e emulação pública? Quem é o público devoto que os contempla? Para Rojek, compreenderemos melhor a base de admiradores das celebridades notórias se colocarmos essas figuras transgressoras (e seus admiradores) no ambiente da democracia,

Com suas funções niveladoras, seu tímido desdém por extremos e sua parda afirmação de iguais direitos e responsabilidades. Num tal contexto, a figura da notoriedade possui colorido, prestígio instantâneo, e até pode, em alguns círculos, ser investida de heroísmos por ousar liberar as emoções bloqueadas de agressão e sexualidade que a sociedade civilizada procura reprimir (ROJEK, 2001, p. 17).

A celebridade moderna e a democracia são filhas da famosa insurreição que acabou por encaminhar Deus e a monarquia à guilhotina. A Revolução Francesa trouxe os princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade para o centro do palco social, proclamando, assim, a era do novo homem, que emergiu para substituir a velha ordem e banir da história, para sempre, a tirania, o despotismo e a hierarquia das classes. No entanto, quando tomadas ao pé da letra, percebemos que estas aspirações jamais se concretizaram de verdade. Pelo contrário, o projeto francês que objetivou

desterrar os privilégios dos monarcas e dos poderosos, dividindo-os com os comuns, lançou, de maneira involuntária, as bases para o surgimento de outras formas de distinção. As celebridades, tal qual as conhecemos hoje, são descendentes desta sonhada empreitada contra as opressões dos regimes impositivos e pela busca de maior equilíbrio entre as classes, afirma Rojek.

A democracia se baseia na anulação do princípio monárquico, que confere a todos os cidadãos o usufruto dos mesmos direitos, dos mesmos deveres e das mesmas oportunidades perante a lei, que oferece a todos os indivíduos as mesmas chances de ascensão e mobilidade social, sem comparações em outros regimes políticos e ideologias. Sendo assim, é natural que Bourdain, um beneficiário e herdeiro da ideologia democrática, sintasse igualmente apto e merecedor de ascender aos mesmos patamares de outros membros que compartilham deste mesmo pacto social. No entanto, a ascendência de Bourdain aos patamares mais altos, dentro da lógica da equidade, será decidida pelos dispositivos reguladores da meritocracia. Ora, se levarmos em conta que a democracia nos encoraja a pensar que somos todos importantes e meritórios, igualmente especiais e, acima de tudo, livres para usufruir de todas essas benesses sob a luz onipresente e fraterna do mesmo sol, encontraremos aí um ponto de tensão. Primeiramente, porque a vida nua e crua não está nem aí para nossos pactos e planos de futuro. Em segundo lugar, porque o princípio básico da meritocracia pressupõe que todos os indivíduos partam do mesmo ponto inicial, dotados das mesmas condições materiais, físicas, intelectuais, simbólicas, emocionais, afetivas e psicológicas.

É evidente, então, que o sistema falha em cumprir com suas promessas, pois as alegações teóricas da ideologia democrática, na prática, jamais chegam às vias de fato. Na verdade, o sistema “só se estabelece e prospera por uma espécie de jogos e trapanças” (ROJEK, 2001, p. 196). Apesar do suposto acordo de igualdade, a maior parte do tecido social não usufrui dos mesmos acessos aos bens materiais e simbólicos que a sociedade produz e distribui e das mesmas bases para ascender socialmente, exceto, para poucos dentre alguns. Por isso que é sempre “bom ver alguém como a gente” - como Anthony Bourdain - “se dar bem de vez em quando”. E “se dar bem”, na sociedade capitalista e democrática, significa ser capaz de furar o cerco para chegar ao domínio que poucos têm o privilégio de ocupar. Disto decorremos a maior ironia da democracia, que, por contradição, acabou criando um pináculo de indivíduos que se erguem acima da massa, embora o regime tenha surgido para diminuir as desigualdades e diferenças entre os cidadãos. E esta pequena nata de representantes da falsa premissa de que todos podem ascender a ela (basta querê-lo), tornar-se-á, para muitos, o único modelo possível a ser desejado e reproduzido. E quando tal promessa não se cumpre, isso pode afetar a todos nós, inclusive a Bourdain:

Existem chefs melhores no mundo. É com muita relutância que se chega a essa conclusão inegável muito cedo na carreira (BOURDAIN, 2016, p. 329).

Felizmente, ainda era jovem, de modo que podia confortavelmente culpar outros fatores pela taxa infeliz de sucesso (BOURDAIN, 2016, p. 182).

Mas a verdade é que não éramos bons o bastante. (Eu) já começara a desenvolver uma certa queda muito perigosa por heroína, resultado do monte de drogas que andava consumindo (BOURDAIN, 2016, p. 174-175).

E é nesse exato momento que nossos caminhos profissionais se separam. Scott tinha alguns triunfos. Eu também era bom. Então, que diacho aconteceu? Por que eu não sou um *chef* três-estrelas? Por que eu não tenho quatro *sommeliers*? Bem, tem um monte de razões, mas uma delas é que eu precisava de grana (BOURDAIN, 2016, p. 335).

Eu sou apenas um cozinheiro à antiga com uma índole agressiva e um coração cheio de inveja (BOURDAIN, 2016, p. 347).

Minha carreira de *chef* andava em baixa. [...] Eu estava queimado, após cinco anos de serviços prestados como *chef* não muito bom de restaurantes situados entre o inferno e o purgatório – fazendo tratamento de desintoxicação da heroína, ainda cheirando pó, quebrado -, reduzido a *brunches* num restaurante amadorístico ridículo do SoHo, onde eles servem *bracciolle* de leão, tigre, hipopótamo e outros animais mortos do zoológico. Eu estava um bagaço, desesperado, infeliz, com uma reputação de medíocre-a-ruim e, tudo somado, Pessoa Não Contratável nem Confiável (BOURDAIN, 2016, p. 135).

Alguma coisa precisava mudar. Eu tinha que achar o prumo. Já estava bancando o equivalente culinário de o Holandês Voador²¹ havia bastante tempo, vivendo uma meia vida sem futuro em vista, apenas flutuando de sensação em sensação. Eu era uma desgraça, uma decepção para os amigos, para a família e para mim mesmo – as drogas e a bebida não estavam mais conseguindo espantar a frustração (BOURDAIN, 2016, p. 206).

Assim como Bourdain, somos levados a crer que, dentro dos princípios fundadores da democracia, todos temos o direito de ascender ao patamar desejado de destaque. Para tanto, dependemos única e exclusivamente da simultaneidade de algumas normas básicas e abonadoras da meritocracia, a saber, o desejo incondicional de ser alguém especial (um Carême²²), a posse de atributos especiais para sê-lo, o esforço individual desmedido para atingir o célebre *status*. De resto, é “fé em Si e pé na tábua”. Entretanto, o princípio meritocrático baseado no senso de justiça desconsidera a natureza humana em toda a sua subjetividade e heterogenia: seu ímpeto competitivo, suas limitações, sua agressividade, sua afeição pelas hierarquias, pelos privilégios e pelas distinções, e, acima de tudo, seu instinto de sobrevivência e de autopreservação.

Com o guilhotinamento de Deus e da monarquia, a emergência de uma sociedade livre das amarras institucionais opressoras e voltada para valores individuais substituiu as noções reguladoras de “céu e inferno” pelas polaridades não menos excludentes de “sucesso e fracasso” (ROJEK, 2001), atrelando-as a outro binômio, o da riqueza-e-pobreza. Sendo assim, o sentimento de autorrealização do indivíduo da sociedade livre estará diretamente vinculado a essas duas polaridades.

Se, por um lado, o direito de liberdade concedido ao sujeito para se autorrealizar é uma das grandes promessas das sociedades modernas e pós-modernas, “a escassez de realizações”, por contradição, é “o corolário psicológico da sociedade aquisitiva” (ROJEK, 2001, p. 162). Para uma sociedade materialista e aquisitiva, que avalia seus membros a partir de seu conjunto de desempenhos e pelo volume de seus recursos, não possuir (e exibir) um capital produtivo e simbólico minimamente “aceitável” pode ser extremamente doloroso para muitos de nós. E quando as imposições da vida-alheia-às-grandes-teorias frustram o reconhecimento de nossas qualidades extraordinárias, por parte da sociedade, muitos de nós experimentam sentimentos de invalidação, de rejeição, de fracasso opressivo, afinal, nunca estamos “completamente à vontade em um mundo onde a satisfação de nossos desejos pessoais depende dos outros, e onde os princípios de escassez e vulnerabilidade humanos moldam nossas ações e reações” (ROJEK, 2001, p.104):

Estava totalmente deprimido. Passava o dia inteiro na cama, paralisado de culpa, medo e remorso, o cinzeiro abarrotado de bitucas, contas sem pagar empilhadas por tudo quanto é canto, roupas sujas amontoadas pela casa inteira. À noite, não conseguia dormir, sentia palpitações, ondas de terror, acessos de autorrepulsão tão fortes que a ideia de mergulhar da janela do sexto andar

21 O Holandês Voador é um lendário navio fantasma da marinha holandesa que sucumbiu a uma tormenta no Cabo da Boa Esperança em 1680 e está condenado a vagar pelos mares até o fim dos tempos sem poder aportar. Segundo as lendas do mar, o Holandês Voador é um signo de má sorte. (fonte: Wikipedia)

22 Marie-Antoine Carême (1784/1833), foi um chef de cozinha francês. Tornou-se conhecido pela simplificação e codificação do estilo de culinária chamado *haute cuisine*, ou alta gastronomia francesa, que é o centro da Culinária da França.

direto na *Riverside Drive* me dava algum alívio e me permitia cair num sono resignado. Por fim, consegui uma entrevista que me parecia promissora (BOURDDAIN, 2016, p. 209).

Muitas vezes olho para trás, em busca daquela encruzilhada na estrada, tentando descobrir onde foi, exatamente que enveredei pelo mau caminho (grifo do próprio Bourdain) e me tornei um fissurado das emoções, um sensualista faminto de prazer, sempre tentando chocar, divertir, aterrorizar e manipular, tentando preencher aquele vazio da alma com alguma coisa nova (BOURDAIN, 2016, p. 41).

Talvez você esteja com a impressão, pelos detalhes fornecidos até agora de minha pouco estelar carreira, que todo o cozinheiro de linha é um degenerado moral, um desmiolado, viciado em drogas, um refugiado, que todos não passam de bêbados, malandros, ladrões de ocasião, vagabundos e psicopatas. Você não estaria muito longe da verdade. O negócio [...] atrai “elementos marginais”, gente para quem alguma coisa na vida saiu extremamente errada (BOURDAIN, 2016, p. 95) .

Grande parte dos seres humanos comuns sofre de “escassez de realizações”²³, uma condição psicológica que deriva de desejos malogrados de sucesso material e romântico típico dos indivíduos afortunados, ricos e famosos. O anseio de sermos validados como indivíduos especiais, singulares e extraordinários pode, ao entrar em rota de colisão com nossa inclinação burocrática de rotinizar e uniformizar a existência, ser sabotado. Contudo, quando o direito de “ser alguém importante” pelos caminhos convencionais e socialmente aceitáveis é “negado” ao indivíduo, alguns de nós experimentarão o ímpeto de sê-lo a qualquer custo, de qualquer maneira. Assim, para a maioria irrestrita dos indivíduos que ascendem ao status de celebridades notórias, a transgressão é a principal (e para alguns a única) via de expressão de singularidade. *Man bites dog*:

Quero contar a você tudo sobre os recessos sombrios das entranhas de um restaurante – uma subcultura cuja milenar hierarquia militarista e cujo etos de “rum, sodomia e chibata” responde por uma mistura de ordem incondicional e caos estrondoso – porque para mim isso tudo é confortabilíssimo, feito um belo banho quente de banheira. Eu me sinto à vontade nessa vida. Sei falar a língua. Dentro da pequena e incestuosa comunidade de *chefs* e cozinheiros de Nova York, conheço todo mundo [...] podem gostar ou não do que fiz. Mas todos verão que não estou mentindo (BOURDAIN, 2016, p. 26).

Claro, sempre existe a possibilidade de que este livro acabe com meu negócio. Haverá histórias de horror. Esbórnias, drogas, transas no almoxarifado, revelações pouco apetitosas sobre manuseio errado de alimentos e práticas podres da indústria como um todo. [...] (Tudo isso) não vai me deixar em posição muito popular com meus futuros empregadores (BOURDAIN, 2016, p. 27).

Eu simplesmente não vou enganar ninguém a respeito da vida que eu vi. Está tudo aqui: o bom, o mau e o feio. Espero poder dar ao leitor uma ideia disso tudo (BOURDAIN, 2016, p. 28).

A transgressão é uma característica inerente ao ser humano. Para o vocábulo “transgredir” encontramos vários sinônimos, dentre eles, “infringir, ofender, ultrajar, ferir, pecar, desrespeitar, romper, resistir”. Trata-se do desejo e da ação conscientes de romper com as convenções sociais e morais através de ações que produzam impactos. Paradoxalmente, são os mesmos mecanismos que oferecem à sociedade a sua forma melhorada, aqueles que operam também para transformar em figuras notórias, indivíduos de zonas periféricas, estigmatizadas e marginalizadas da sociedade. Boa parte desses sujeitos é movida pelas formas clandestinas, pelos atos imorais, pelas práticas ilegais, pelo ímpeto de singularidade e de fama eternizados, pela ânsia de transpor fronteiras e ofender, ultrajar, ferir, pecar, chocar, indignar,

23 “Escassez de realizações” é um termo utilizado por Rojek (2001)

impressionar. Utilizar-se-ão de vários meios, como a criminalidade, a violência real e simbólica, a gratificação sexual imediata exibicionista, a mutilação e o autoflagelo, o uso indiscriminado de drogas e de álcool.

Neste sentido, Bourdain e sua *Cozinha Confidencial* são, ambos, a personificação desses excessos:

Passava a maior parte do tempo bebendo, puxando fumo e fazendo o possível para entreter, indignar, impressionar e penetrar quem quer que fosse idiota o bastante para me achar divertido. Eu era um narcisista autodestrutivo, sem a menor consideração pelos outros (BOURDAIN, 2016, p. 43).

Eu só queria saber de cavar mais uma bebida de graça, roubar drogas, tecer comentários abertamente maldosos e no geral baixar o nível da conversa (BOURDAIN, 2016, p. 63).

Se o *chef* for meio parecido comigo, os cozinheiros serão um bando de mercenários desajustados, marginais motivados por dinheiro, pelo estilo de vida peculiar que vivemos e por um orgulho feroz (BOURDAIN, 2016, p. 87).

Seu corpo não é um templo, mas um parque de diversões (BOURDAIN, 2016, p. 107).

Dos bares de *West Village*, recrutamos todos os piratas, maconheiros e arruaceiros com quem já tínhamos trabalhado, enchendo-lhes a cabeça com sonhos de glória. “A gente está formando, meio assim, uma banda de rock, cara, um grupo estelar de superestrelas culinárias tipo *Blind Faith* (BOURDAIN, 2016, p. 166).

Quanto a mim, sempre gostei de me imaginar como o Chuck Wepner da cozinha [...] que invariavelmente durava alguns nos *rounds* antes de beijar a lona, respondendo à altura ao adversário. Eu admirava sua capacidade de recuperação, sua firmeza, sua habilidade de revidar e de levar uns murros, feito um homem (BOURDAIN, 2016, p. 27).

E lá estava Bobby, diante de toda a brigada reunida, cavalgando ruidosamente a noiva pelo traseiro. Enquanto o noivo e a família mastigavam felizes da vida seus filés de mingado, a noiva pudica recebia os cumprimentos de um estranho total. E foi então que eu soube, caro leitor, pela primeira vez: eu queria ser chef (BOURDAIN, 2016, p. 49).

Vinte e seis anos desde a minha humilhação na cozinha do Mario's, quando olhei para as patolas estراçalhadas de Tyrone e decidi que queria ter mãos iguaizinhas àquelas. Não sei quem foi que disse que todos o homem, aos cinquenta anos, fica com a cara que merece, mas com certeza fiquei com as mãos que mereço. E ainda tenho alguns anos pela frente. [...] Outros insultos à carne ficaram anônimos (BOURDAIN, 2016, p. 387).

Para as ciências sociais, os motivos que levam um indivíduo a cometer um ato transgressivo ou criminoso podem advir de inúmeros fatores. O uso de violência física ou simbólica, em muitas situações, pode surgir, segundo Rojek (2001), de um ímpeto de vingança contra o meio social que não reconheceu as qualidades extraordinárias do indivíduo que comete o delito. O ato punitivo, neste caso, simbolizaria seu desdém ou indignação pelas normas e valores sociais que o impediram de chegar ao patamar cobiçado.

Eu voltaria. Faria o possível para me tornar tão bom ou melhor do que aquela brigada do Mário's. Eu teria mãos como de Tyrone e faria idiotinhas como eu comerem o pão que o diabo amassou, do mesmo jeito que eles me fizeram comê-lo. Eles iam ver só (BOURDAIN, 2016, p. 62).

No entanto, seria um ato reducionista encarmos a transgressão autobiográfica de Bourdain somente pela ótica da vingança, no caso desta suposição ser minimamente plausível. Embora acreditemos que existam indícios para tal dedução, sabemos que não há como afirmar tal suspeita de forma incisiva. Por outro lado, não podemos igualmente ignorar o fato de que seu forte sentimento de

fracasso profissional, somado à sua visível frustração decorrente da carência de atributos que tornariam Bourdain um *chef* supostamente “estrelar”, poderiam, sim, estar ambos na motivação-base de sua obra transgressora. Neste caso, não há, também, como comprovar a improcedência dessa suspeita. Além do mais, seu hipotético ato de vingança poderia não ser o único combustível propulsor do “assalto literário” contra a cultura que não o permitiu ascender ao espaço mais elevado. Poderiam haver outras razões para a notoriedade “desfavorável” existir, além da satisfação egocêntrica aos anseios pessoais de autoglorificação. Em resposta à dedução, Rojek (2001) afirma que o ato de transgredir para notabilizar-se pode emergir de fatores externos ao desejo narcisista de aclamação.

A ânsia de ser célebre, em muitos casos, surge como um recurso que tem por objetivo implodir com o estado das coisas, percebido como deficiente dentro de determinada esfera social. A transgressão emerge, então, como negação a valores naturalizados e hegemônicos, impostos por um sistema social entendido como arbitrário e injusto. Vale ressaltar, antes de prosseguir, que ambas as suposições não se constituem necessariamente em alegações antagônicas, pois não são excludentes entre si. Sendo assim, o fato de haver fortes indícios na obra de Bourdain que evidenciem a primeira hipótese como uma possibilidade real, não descarta a ação de um olhar investigativo para obra do *chef* a partir do segundo viés proposto.

Coincidentemente ou não (provavelmente não), a última inferência de Rojek (2001) encontra também seu campo de pouso nas páginas de Bourdain. Com efeito, chama a atenção a maneira como o “esquema” de aquisição de notoriedade desfavorável, apresentado por Rojek (2001), se desdobra quase de forma fidedigna ao longo de *Cozinha Confidencial*. Bourdain dedica, de fato, várias páginas de sua aclamada obra para denunciar um conjunto de injustiças e perversidades ocorridas dentro da cultura da alta gastronomia. Embora se sentindo ele próprio um profissional de certa forma injustiçado, Anthony faz-se o porta-voz de toda uma classe trabalhadora (“alguém como a gente”), oprimida e invisível, desprezada aos olhos e ao paladar da maioria esmagadora de seu público comensal e dos holofotes de uma mídia e uma indústria cultural espetacularizadas, que celebram e glorificam unicamente os conspícuos sacerdotes-dos-jalecos-imaculados-e-das-altas-mitras, em detrimento de um grande contingente de “mulas de aluguel”.

Era um bando escolado de sujeitos malandros, maduros e parrudos [...] a gerência do *Rainbow* os tratava como se fossem mulas de aluguel. [...] tinham que enfrentar um calor seco quase insuportável de um lado e, de outro, nuvens de calor úmido. Por insuportável estou querendo dizer que eles não conseguiam suportar: os cozinheiros desmaiavam com bastante frequência naquela cozinha, eram carregados para fora e enquanto se recuperavam um curumim assumia a praça até que o *chef de partie* pudesse pegar as rédeas de novo [...] aquilo era um hospício (BOURDAIN, 2016, p. 148-149).

A empresa estava toda apoiada firmemente nos costados de uma ralé de equatorianos mal-pagos, assoberbados e subalimentados (dez minutos para uma coxa de frango, *penne* e salada todo o santo dia, no almoço e jantar) com documentação mais que dúbia (BOURDAIN, 2016, p. 236).

Vale dizer que a repercussão do *Cozinha Confidencial* entre os cozinheiros foi, e ainda é, enorme. Para muitos deles, o livro se tornou uma espécie de Bíblia de cabeceira²⁴ e Anthony, para salientar a

24 Com a estrondosa aclamação de *Cozinha Confidencial* entre muitos dos cozinheiros profissionais, tornou-se comum entre eles e muitos estudantes de gastronomia delegar ao livro a função simbólica de “Bíblia de Cabeceira”. Tal devoção entre os fãs-féis tornou-se motivo de brincadeiras e ironias entre os críticos da bíblia-anti-sagrada de Bourdain, como o jornalista gastronômico Tim Carman, do jornal *The Washington Post*. Em uma matéria de 2013, Carman faz a seguinte ironia sobre as “escrituras sacras” de Bourdain: “*Kitchen Confidential*” is a memoir that I consider a pioneering piece of gastronomic literature, the slacker bible of the mid-level hash slinger”. Traduzir o termo em toda a extensão de seu sentido

íntima proximidade entre religião e celebridade, o santo padroeiro daqueles que se sentem justificados ou, ainda, que buscam, para suas carreiras, o sucesso “à la Bourdain”.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A autobiografia “escandalosa” de Bourdain pode ser entendida como o espelho de uma sociedade que, apesar das pretensas aspirações modernas e democráticas de igualdade, liberdade e fraternidade, revela-se acentuadamente hierárquica, claustrofóbica, individualista, pouco permeável e cheia de si. Carecendo de realizações notáveis e de sonhos modestos em nossas autoprojeções, passamos a canibalizar registros de trajetórias notórias e de experiências notáveis na esperança de incorporá-los para dentro de nossos projetos espetaculares de nós mesmos, transformando o consumo de memórias e experiências alheias em “miragens-de-vivências”, em projeções delirantes de sucesso e de fama, em sentidos acalentadores que assegurem a validade de nossas existências inseguras e carentes de “sim”.

REFERÊNCIAS

BOURDIN, Anthony. **Cozinha Confidencial**. São Paulo: Cia. Das letras, 2001.

ROJEK, Chris. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

é tarefa um pouco complexa. Mesmo assim, me proponho a tentá-la. A tradução literal de *Slacker* é “vagabundo” ou “preguiçoso”. Em seu sentido mais amplo, *slacker* pode também expressar uma pessoa que tenta tirar o máximo de proveito das coisas a partir do emprego mínimo de esforço. Já a expressão *hash slinger* (lançador de batatas) é uma gíria antiga e atualmente em desuso nos EUA para “garçon” (um adjetivo considerado “ofensivo” para muitos cozinheiros). Ela deriva da palavra *hash*, que é a abreviação do termo hash browns, e refere-se às tradicionais batatas “amassadas”, servidas com ovos e salsichas nos antigos (e fora de moda) *Diners* americanos, durante o serviço do café da manhã. Em uma interpretação livre, Carman sustenta que Cozinha Confidencial é uma bíblia duvidosa para cozinheiros medíocres (garçons), vagabundos e “preguiçosos”. (https://www.washingtonpost.com/lifestyle/travel/anthony-bourdain-feels-free-to-move-away-from-food-with-cnn/2013/05/23/3407b950-c183-11e2-ab60-67bba7be7813_story.html?noredirect=on&utm_term=.86de34675292)

CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD

Adrielle Cristina Rodrigues²⁵

Lúcia Helena Vendrúsculo Possari²⁶

RESUMO: Enviar mensagem, trocar fotos, combinar encontros, são atividades de fruição e de prazer, que dependiam de um tempo/espaço determinado. Vimos que o ciberespaço possibilita temporalidades e espacialidades que facilitam a grupos de interlocutores produção encaminhamento de textos. Um grupo que chama a atenção pela criatividade e inserção na cibercultura é o dos Nerds. O estudo já permite dizer que não se trata do Nerd de óculos de aro grosso, considerado um *outsider* até então. Propomo-nos a compreender as interações e as interatividades de determinado grupo, consolidado em uma escola. Para isso, a metodologia é a de abordagem qualitativa, um estudo netnográfico, através do qual, acompanhamos as produções artísticas, literárias e científicas e as maneiras de como os corpos se dão pelas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura; Nerd; Interatividade; Master Nerd; Relações.

INTRODUÇÃO

Conviver com uma irmã que possui 15 de anos de diferença é um mundo de descobertas. Quando ela comentou que ia a um evento chamado Master Nerd e que era uma K-popper nata, fiquei perdida, mas curiosa. Na minha época, e não faz tanto tempo assim, o conceito de K-pop nem sequer existia, e ser nerd remetia a ideia de alguém pouco sociável e com um óculos “fundo de garrafa”. Achei tão interessante a maneira que ela e suas colegas tratavam o assunto, que resolvi mergulhar neste mundo.

Na verdade, com a pesquisa sobre o ser nerd na contemporaneidade, percebi que muitos conceitos deverão ser reformulados e repensados nesta nova conjuntura. A internet e a cibercultura tão citada por autores como Lévy (1999) e Lemos (2010), reformulam e repropõe sentidos, dentre eles o ser jovem, a interatividade e até mesmo o conceito de ser nerd.

A revolução atual não é uma simples revolução técnica, mas algo de muito mais profundo, comparável ao que foi o aparecimento do alfabeto. O numérico é uma nova *língua franca* que permite a transparência total entre todas as formas de representação. Pode-se também comparar esse fenômeno à invenção da imprensa (Internet é o equivalente a uma imprensa universal, pessoal, ubiqüitária, instantânea e de baixíssimo custo). Essa revolução cultural vai tão longe que é possível mesmo falar-se de uma nova “maneira de ser”. “O fato de estar no Net remodela a consciência”, costuma-se dizer (QUÉAU, 2002, p. 462).

A internet é o grande palco das mobilizações dos jovens atualmente, e é nela, e por causa dela, que o termo nerd se alterou segundo Patrícia Matos (2011). A autora aponta que os nerds começaram a tomar posição privilegiada a partir do momento que a tecnologia se popularizou e ganhou espaço na sociedade o cenário pop-tecnológico. Como característica de tal movimento, também se observa um prolongamento da etapa da vida chamada juventude (SANTOS et al., 2015).

25 Doutoranda da Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO – UFMT) – e-mail adrielle_cr@hotmail.com

26 Docente do ECCO – UFMT – e-mail luciahvp@hotmail.com

A construção dos sentidos se dá no ciberespaço, onde os grupos considerados nerds se conhecem, marcam encontros e agendam ensaios. Assistem vídeos no Youtube e até mesmo gravam seus vídeos para serem publicados em canais pessoais. Dentro deste grupo identitário, a interatividade é uma marca. Segundo Possari (2009, p. 58) “a interatividade diz respeito à ação do receptor que é a de interferir, modificar o que está sendo objeto de construção de sentidos/ de conhecimento.”

A todo o momento eles consomem conteúdos e produzem novos, tudo sempre compartilhado por canais tecnológicos. E esta é uma característica desse grupo, no qual “(...) o pertencimento à cultura nerd não se dá apenas através de quais artefatos culturais são consumidos mas do modo como os nerds utilizam estes artefatos a fim de produzir sentido” (MATOS, 2013, online).

As interpretações pós-modernas asseveram que a possibilidade de anonimato e a instantaneidade do acesso online a incontáveis cenas e tribos contribuem para expandir o processo corrente e experimentação e encenação folgaz de múltiplos estilos e concepções de si. Tal argumentação se apoia na premissa de que a internet condensa uma constelação infinita de informação e cultura em um único *espaço* singular, compartilhado por uma massa diversificada, livremente flutuante e intensamente curiosa de usuários (FREIRE FILHO, 2007, p. 71).

SABERES EM CONSTRUÇÃO

Para pesquisar esse universo que está em constante mudança, e até mesmo entender o que seria essa febre de k-pop entre a juventude, adotamos como base a pesquisa qualitativa, até mesmo porque estamos lidando com comportamentos e mensurá-los poderia minimizar as riquezas que se dão na interação pesquisador/pesquisado.

Primeiramente, “mergulhamos” no evento denominado Master Nerd, que foi realizado no colégio particular Master nos dias 9 e 10 de junho. Para isso, a etnografia foi essencial para a pesquisa, porque através dela identificados como os jovens se comportam, a multiplicidade de informações, que vão desde vitrola, fuscas, motos, desenhos mangás, impressoras 3D e até feira de artesanato cuiabano.

A etnografia, que procede classicamente por imersão mais ou menos completa e durável do pesquisador no meio das pessoas que ele estuda, é aqui de grande utilidade. Ela permite revisitar as condutas individuais ou coletivas dos adolescentes por um outro referencial de leitura, que não é mais aquele da sociedade dominante ou global, mas sim a do próprio grupo (LEPOUTRE, 2002, p. 448).

Para compreender como funciona a realização do evento e até mesmo como os nerds e k-poppers se organizam, realizamos entrevistas gravadas com o organizador do Master Nerd, o organizador do K-Pop no evento. Também entrevistamos oito pessoas que participaram do Master Nerd e mais oito que se consideram k-poppers.

Estamos utilizando também a pesquisa netnográfica para compreender como estes grupos se “movimentam” na rede. Para isso, participamos de grupos de redes sociais e até mesmo trocamos mensagens com os entrevistados via whatsapp. Segundo Frago, Recuero e Amaral (2001) esta metodologia tem a internet como objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada, como sites e redes sociais) e, ainda, instrumento de pesquisa (como ferramenta para coleta de dados).

A partir de algumas informações já coletadas, podemos chegar a algumas considerações: a

redefinição do termo nerd; a nova conceitualização do termo juventude; a popularização de culturas asiáticas; o encontro que se dá, inicialmente, via internet; a interatividade presente nas produções dessas pessoas, que o tempo todo se conectam pela internet, e nela própria produzem sentidos; a mobilização e envolvimento dos grupos com o assunto, no qual alguns entrevistados chegam a dizer que “pintam o cabelo conforme o ídolo” ou mesmo estão “salvos da depressão” ou utilizam dos “ensaios para deixarem de ser sedentários”.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a surpresa em ver no evento Master Nerd, no qual esperamos itens eletrônicos e de última tecnologia, objetos retrô e vintage, como carros antigos e vinis. Segundo Jenkins et al (2014) a internet, e acrescento a cibercultura, revitaliza as formas antigas de cultura material, remodelando o passado e possibilitando que seus vestígios se mantenham vivos nas memórias das pessoas.

O residual pode permanecer na memória popular, tornar-se o objeto de desejo nostálgico, ser usado como um recurso para dar sentido à vida presente e à identidade de alguém, servir como base de uma crítica às instituições e práticas vigentes e desencadear conversas. Em resumo, o conteúdo residual pode se tornar um forte candidato a propagabilidade (JENKINS et al, 2014, p. 132).

Os nerds, e k-poppers se mostravam muito atraídos pelos objetos ditos retrô e vintage, tal como pelos demais, o que denota identificar que esses movimentos não são mais exclusivos, mas inclusivos e proativos. Tudo junto e misturado, criando e recriando informações e novos sentidos.

A pesquisa está em fase de coleta de dados, e sua continuidade certamente contribuirá ainda mais para revisão de concepções e linhas de fuga para serem descobertos outros fazeres.

REFERÊNCIAS

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

JENKINS, Henry.; GREEN, Joshua.; FORD, Sam. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. Coleção Cibercultura.

LEPOUTRE, David. A cultura adolescente de rua nos grandes conjuntos habitacionais suburbanos. In: MORIN, Edgar. (Org.) **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. 2ª ed. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 447 – 453.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. Coleção TRANS.

MATOS, Patrícia. **O nerd virou cool**: identidade, consumo midiático e capital simbólico em uma cultura juvenil em ascensão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo. 12 a 14 de maio de 2011.

MATOS, Patrícia. Consumo, curadoria e a construção de mapas de importância na cultura nerd. **IX Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio**. Rio de Janeiro. 04, 05 e 06 de novembro de 2013.

POSSARI, Lucia H. V. Educação à Distância: sua concepção como processo semi-discursivo. In: POSSARI, Lucia H. V.; NEDER, Maria Lucia C. **Material didático para a Educação à Distância**: processo de produção. Cuiabá: EDUFMT, 2009.

QUÉAU, Philippe. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, Edgar. (Org.) **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. 2ª ed. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 460 – 480.

SANTOS, Suzane de et al. **O Nerd no Centro do Mercado Midiático**: Comunicação e Cultura Nerd. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Uberlândia. 19 a 21 de junho de 2015.

ROTEIROS DE IMERSÃO NA CULTURA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA

*Jaqueline Trombin*²⁷

*Luciane Raupp*²⁸

*Tatiana Vargas Maia*²⁹

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar as motivações para a aprendizagem da língua e cultura italiana pelos alunos da Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul (ACIRS) e a busca de roteiros turístico-culturais de imersão na cultura da imigração italiana na Serra Gaúcha que contemplem às necessidades dos alunos matriculados na instituição, que será o produto do mestrado profissional. Procura através do referencial teórico fazer as inter-relações entre memória e identidade cultural dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Cultural; Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Roteiros Turístico-culturais; Turismo Cultural; Vocabulário Linguístico Italiano.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar as motivações para a aprendizagem da língua e cultura italiana pelos alunos da Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul (ACIRS) e a busca de roteiros turístico-culturais de imersão na cultura da imigração italiana na Serra Gaúcha que contemplem às necessidades dos alunos matriculados na instituição, que será o produto do mestrado profissional.

As temáticas tratadas nos cursos oferecidos pela ACIRS referem-se às temáticas europeias, não são tratados no curso e nos materiais didáticos, todos importados na Itália, assuntos referentes à cultura italiana dos imigrantes que vieram para o Brasil, e, mais especificamente, para o Rio Grande do Sul. E aqui, tão próximo, na Serra Gaúcha, temos toda a cultura italiana que veio com os imigrantes, seja através dos costumes, arquitetura, culinária, religião, língua (dialetos), tradições, enfim, o modo de viver. Uma região a ser explorada através do turismo, visitação e roteiros em que os alunos de língua e cultura italiana possam conhecer e tomar contato com a cultura italiana local (trazida pelos imigrantes) sem precisar grandes deslocamentos ou os gastos geralmente envolvidos em viagens internacionais, servindo de motivação para o aprendizado da língua.

Observa-se também por meio da consulta aos sites e ao setor de intercâmbio da ACIRS, uma grande variedade de escolas da Itália que oferecem cursos de imersão para estrangeiros no país, aliando a demanda de aprendizagem da língua e cultura italiana à do turismo, o que representa uma opção onerosa ao aluno, mas ao mesmo tempo, atrativa pois contempla suas necessidades de formação educacional e culturais.

Frente a essa realidade, surgiu a questão: como elaborar roteiros locais de imersão que possam colocar o aluno em contato com a cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, por meio de atividades turísticas em cidades de colonização italiana. Essa opção poderia colaborar para um maior

27 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE, Jaqueline.trombin0237@unilasalle.edu.br

28 Professora orientadora da UNILASALLE, luciana.raupp@unilasalle.edu.br

29 Professora orientadora da UNILASALLE, tatiana.vargas@unilasalle.edu.br

conhecimento sobre o assunto, motivação para aprendizagem da língua e cultura italiana e sensibilização à cultura em estudo, além de propiciar o exercício do vocabulário linguístico do idioma italiano em atividades extraclasses e a (re)visitação ao patrimônio histórico-cultural italiano presentes na Serra Gaúcha, a um custo acessível.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, configurada em três fases: exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

Os objetivos específicos são possibilitar a interação com a cultura ítalo-gaúcha, propiciar o uso do vocabulário linguístico (língua italiana) em atividades extraclasses, (re)visitar o patrimônio da imigração italiana da Serra Gaúcha e verificar os motivos para aprendizagem da língua e cultura italiana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo sua obra “A memória coletiva” de Halbwachs, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência. A memória é sempre construída em grupo, mas é também, um trabalho do sujeito. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006).

Para o autor nossas lembranças são sempre coletivas, mesmo quando vividas sozinhas. Por mais que tenhamos a percepção de ter vivenciado acontecimentos sozinhos, mesmo assim nossas lembranças são coletivas, pois jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam presentes fisicamente, podem estar no pensamento (HALBWACHS, 2006).

Por isso, é necessário entender o significado dos grupos como condição para a construção da memória.

Os grupos de referência são grupos que o indivíduo fez parte e com o qual possui uma trajetória, presente em suas narrativas, identificando-se dentro desse contexto. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo, através das lembranças e rememorações. Portanto, as lembranças e rememorações são sempre consequência de um contexto social específico (HALBWACHS, 2006).

Os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar. Todas as ações dos grupos podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Cada detalhe tem um sentido inteligível aos membros do grupo. Ao mesmo tempo que o espaço faz lembrar uma maneira de ser comum a muitos homens, faz lembrar também, costumes distintos, de outros tempos. Sobretudo, faz lembrar de pessoas e relações sociais ligadas a ele, desse modo é sempre fonte de testemunhos.

Assim, neste projeto, como será abordado a questão da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos, sua busca por espaços onde seja possível rememorar as narrativas dos seus antepassados, presentes no seu imaginário social ou (re)visitar comunidades que fizeram parte da construção da identidade dos descendentes de italianos, o entendimento teórico das questões referentes à memória e identidade dos grupos de referência presentes na teoria de Halbwachs sobre o contexto social da memória é de extrema pertinência e relevância para o embasamento teórico da pesquisa.

Para Candau (2012, p. 23) a metamemória “é a representação que fazemos das próprias lembranças, como nos vemos e identificamos, ou seja, dinâmica de ligação entre o indivíduo e o seu

passado, uma memória reivindicada, aquela que diz respeito à construção identitária.” É justamente o conceito de metamemória que procura-se compreender no presente trabalho de pesquisa pela sua ligação com a construção identitária, tão necessária e importante para os descendentes de italianos e a cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, como fator motivacional para o estudo da língua e cultura italiana.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve as instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional (HALL, 2002).

A importância da aprendizagem da língua como forma de manter a identidade cultural dos descendentes, uma vez que a língua faz parte da cultura de um povo, de se sentir cidadão italiano ou descendente daquela nação, mantendo vínculos identitários, a sensação do grupo de referência também abordados por Halbwachs e Pollak.

O turismo cultural está em amplo desenvolvimento pelo mundo, pressionado pela necessidade de preservação e restauração do patrimônio histórico-culturais. Possibilita experiência aos turistas através de vivências, adicionando bagagem cultural e conhecimentos sobre novas culturas, além do lazer, compreende atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e também de eventos culturais, buscando a valorização e promoção de bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Dentro desse trabalho, as tradições e os costumes trazidos pelos italianos constituem em atrativos de muitas cidades da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul.

Adaptando os costumes e valores trazidos da Itália, os descendentes de imigrantes italianos construíram sua identidade cultural seja a união da família, a língua, a comida e a religiosidade são heranças cultivadas por eles. A maioria fala o idioma local, o *talian*, reconhecido oficialmente como patrimônio cultural e linguístico.

Para César (2016) nos roteiros turísticos da Serra Gaúcha percebe-se uma acentuada associação com valores memoriais do assentamento do imigrante, condição essa observada no imaginário dos moradores atuais descendentes de italianos. A região apresenta o turismo cultural como referencial, utilizando-se como recurso o processo de transposição de valores identitários europeus, ligando à cultura da Itália, isto se dá por meio da gastronomia, arquitetura, buscando reafirmar as raízes dos seus antepassados.

Um roteiro pode representar um valor de identidade e memória, esses caminhos de visita são justificados por novas oportunidades com a atividade turística. Nesse contexto, os roteiros turísticos surgem como possibilidade de conhecer e interagir com o patrimônio histórico-cultural de uma local e preservar sua cultura, presente na memória e na construção da identidade de um grupo, atendendo uma demanda específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho está na fase exploratória da pesquisa, foi realizado um levantamento inicial e, no presente momento, está sendo traçado o perfil socioeconômico dos alunos matriculados no primeiro semestre de 2018 na ACIRS, buscando coletar informações para elaboração do roteiro turístico-cultural

que será o produto final do mestrado profissional.

Como resultado final pretende-se sensibilizar o aluno à cultura da imigração italiana, buscando compreender suas motivações para aprendizagem da língua italiana e a importância da aprendizagem da língua italiana para formação de sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, [2006]. 1 v. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf> Acesso em: 26 jul. 2018.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012. 219 p.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Roteiros turístico-culturais na Serra Gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico memorial. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 416-434, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n3/pt_1982-6125-rbtur-10-03-00416.pdf> Acesso em: 10 maio 2018

COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: fontes históricas. Porto Alegre: EST, 1988. 223 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 102 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5 n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>> Acesso em: 11 mar. 2018.

POR UMA DECOLONIZAÇÃO DO SABER NA AMÉRICA LATINA

*João Alberto Steffen Munsberg*³⁰

*Henri Luiz Fuchs*³¹

*Gilberto Ferreira da Silva*³²

RESUMO: Este artigo aborda a temática da decolonização³³ na América Latina. Objetiva-se apresentar considerações sobre possibilidades de decolonização do saber, do ser e do poder, mediante a formação para a interculturalidade no âmbito da academia. Trata-se de estudo de cunho bibliográfico exploratório, com reflexões a partir de aportes teóricos de pensadores preferencialmente latino-americanos. Pensa-se que a interculturalidade se constitui em estratégia viável para a decolonização da educação e da cultura, o que permite concluir que é necessário investir na formação de docentes e discentes na perspectiva da “colaboração intercultural”.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonização; Educação Intercultural; Colaboração Intercultural.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a temática da decolonização, com ênfase no campo da educação e da cultura. Resulta de reflexões e discussões realizadas pelo coletivo de pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural, da Universidade La Salle – UNILASALLE, de Canoas/RS. Nesse sentido, pensa-se, a interculturalidade – mais especificamente a educação intercultural – na perspectiva da decolonialidade, tema que se insere na tendência contemporânea de investigações sobre um “pensamento outro”, cujas pretensões se opõem aos pressupostos hegemônicos da modernidade eurocêntrica.

Neste texto tem-se como objetivo apresentar considerações sobre possibilidades da decolonização do saber. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de cunho bibliográfico exploratório, com reflexões a partir de aportes teóricos de pensadores preferencialmente latino-americanos.

Uma imersão na extensa literatura produzida sobre a temática, especialmente nas últimas décadas, permitiu vislumbrar a diversidade de experiências formativas desencadeadas na região. A leitura realizada, mesmo que seletiva, mostrou que pensar a decolonização da educação e da cultura é tarefa complexa e desafiadora, porém necessária e possível, buscando a valorização das culturas nativas ainda subalternizadas.

DA COLONIALIDADE À DECOLONIALIDADE

Para os pensadores da decolonialidade, a colonialidade se constitui no lado obscuro da

30 Doutorando em Educação – PPGEdu UNILASALLE. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). E-mail: joao.munsberg@unilasalle.edu.br

31 Doutorando em Educação – PPGEdu UNILASALLE. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação Intercultural (GPEI). E-mail: henriluizfuchs@yahoo.com.br

32 Doutor em Educação – PPGEdu UNILASALLE. Pesquisador CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). E-mail: gilberto.ferreira65@gmail.com

33 Utiliza-se o termo decolonização, na perspectiva da “decolonialidade”, com o intuito de não passar a ideia de negação contida no prefixo “des”.

modernidade. Isso se expressa numa tripla dimensão: a colonialidade do poder (político e econômico, hierarquizando e classificando grupos humanos e lugares), a colonialidade do ser (subjetividades, inferiorizando os diferentes, os “outros”) e a colonialidade do saber (conhecimentos e culturas, marginalizando sistemas de conhecimento diferentes).

Com o intuito de colonizar o ser, o saber e o poder, o currículo escolar é organizado de forma tal que os estudantes e os docentes passam a conceber o conhecimento eurocêntrico como natural, mais valorizado na hierarquia valorativa e utilitária em relação àqueles locais. Dessa forma, a realidade local passa a ser construída a partir dos referenciais externos, inscritos na colonialidade.

O rompimento da colonização eurocêntrica ocorre através da desobediência epistêmica e civil decolonial que busca superar a modernidade eurocentrada a partir “[...] das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial” (GROSFOGUEL, 2009, p. 407). A decolonização do currículo, nesse contexto, se materializa por meio de movimentos de construção de alternativas ao padrão mundial de poder e que passam por esforços vigorosos e multifacetários oriundos de diferentes lugares do mundo.

É nessa perspectiva – um “olhar outro” – que deve ser pensado o currículo escolar na América Latina. Um “olhar outro” em relação à modernidade, à racionalidade eurocêntrica com seus matizes de universalidade. Um “olhar outro” sustentado num “pensamento outro”, um pensamento pluriversal, intercultural, decolonial.

A INTERCULTURALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A DECOLONIZAÇÃO

Uma cultura não é uma ilha distante, não é uma organização social desgarrada de uma totalidade. Os elementos originais e genuínos de uma cultura se cruzam com os de outras, constituindo o novo, híbrido ou mestiço. Conforme Silva (2006), uma cultura é algo dinâmico no tempo e no espaço, avançando em termos de conhecimento, mas mantendo suas peculiaridades na diversidade. Uma cultura não se extingue, muda por meio das interações, consistindo num processo híbrido de produção cultural.

No debate sobre a decolonização emerge a necessidade de se aprofundar novas orientações epistemológicas no âmbito educacional, ultrapassando os limites das visões monocultural e multicultural e penetrando no campo da perspectiva da interculturalidade como proposta educativa. Educação intercultural reconhece a diversidade sociocultural, tendo no estranhamento a possibilidade de contribuir para a construção de um mundo “outro” viável. É mister, pois, que se estabeleça o diálogo em nível de igualdade, sem a preponderância de uma cultura sobre outras. Esta concepção vai ao encontro do pensamento da pesquisadora Catherine Walsh. É com seus estudos que o tema interculturalidade, inscrito no “projeto decolonial”, ganha importância. Para ela, interculturalidade é entendida como a possibilidade de diálogo entre as culturas, pensada na perspectiva crítica “[...] como proyecto político-social-epistémico-ético y como pedagogia decolonial [...]” (WALSH, 2010, p. 76), propondo a transformação da realidade latino-americana.

Trata-se de uma estratégia ética, política e epistêmica, via educação, de resistência ao caráter universal do pensamento hegemônico, buscando construir “modos outros” de poder, saber e ser. Mudança ética diz respeito ao reconhecimento do “outro” em igualdade de oportunidades. Mudança epistêmica remete para a descolonização no campo da educação, objetivando o questionamento à lógica do pensamento eurocêntrico e suas implicações socioeconômicas e consolidando uma episteme “outra” – a decolonialidade. Mudança política considera suplantando barreiras nacionalistas em prol de uma efetiva

integração das nações, em que pese às realidades plurais.

DA REFLEXÃO A PRÁTICA

O que ensinar? Para quê? Por quê? Como? Qual o sentido da vida e de tudo que se faz? São perguntas-chave que cada docente precisa se fazer. Perguntas simples, mas carregadas de significado. Perguntas cujas respostas despertam para a convivência solidária, cooperativa e colaborativa, ponto de partida para a educação intercultural e, conseqüentemente, para a decolonização do saber – a decolonização da escola, do currículo e da sala de aula.

Ensinar o que contribua para a compreensão da condição humana – compreender-se como ser social, que necessita do outro e que, portanto, deve aprender a viver solidariamente. Ensinar para a libertação, para o respeito mútuo, para a equidade de oportunidades, para a interculturalidade. Ensinar – e aprender – porque é preciso enfrentar, combater e erradicar a exploração, a dominação e o controle de alguns grupos humanos sobre “outros”. E como ensinar? Fazendo uso do que Walsh (2013; 2017) designa como *pedagogías decoloniales*, isto é, práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver. Práticas pedagógicas que combatam as desigualdades de toda ordem e promovam a equidade, a igualdade e a liberdade – práticas decolonizadoras.

Interculturalidade pressupõe ação, prática. Nesse sentido, Daniel Mato (2017) propõe que o trabalho acadêmico precisa estar articulado com o ativismo social, cuja produção de conhecimento precisa articular-se com as práticas sociais dentro e fora da academia, em colaboração com outros atores sociais, promovendo o “diálogo intercultural” e a “construção de modalidades concretas de colaboração intercultural” para conquistar mudanças efetivas nas normas, nas políticas e nas práticas educacionais. Para o sociólogo, a interculturalidade passa por mudança de atitude e de postura dos pesquisadores em relação ao papel da academia. Não basta teorizar; é preciso agir. Não basta dialogar; é preciso colaborar. Nesse sentido, propõe como projeto decolonial a “colaboração intercultural”, articulando teoria e prática nas mais variadas modalidades de experiências colaborativas.

Mato questiona sobre como construir experiências de colaboração intercultural que sejam proveitosas; como lidar com as diferenças culturais e as relações de poder; o que as universidades fazem para acabar com o racismo e a xenofobia; o que e como transformar as instituições nas quais se trabalha; como fazer para que não continuem sendo monoculturais e inevitavelmente reprodutoras de uma educação epistemologicamente racista; o que de concreto pode ser feito para decolonizar e interculturalizar a educação superior na qual se forma grande parte da classe dirigente e formadora de opinião da sociedade; como aproveitar a heterogeneidade presente nas universidades para promover políticas de interculturalização; e, por fim, como avançar no diálogo de saberes para construir modalidades duradouras e mutuamente proveitosas de colaboração intercultural.

Nessa perspectiva caminha o Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural da UNILASALLE. Articulando teoria e prática, o coletivo de pesquisadores investe em seminários temáticos, nos quais aprofunda conhecimentos sobre decolonialidade, e em ações comunitárias, conhecendo prioritariamente experiências de comunidades indígenas e de afrodescendentes, aproximando-se do que Mato entende como “colaboração intercultural”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina é complexa, plural e múltipla, com uma diversidade geográfica, histórica e

cultural em que estão presentes semelhanças e diferenças de toda ordem. Semelhanças que apontam para uma identidade e diferenças que afastam Estados e nações.

Entende-se que a interculturalidade, mais especificamente a educação intercultural, seja o caminho para a decolonização e a efetiva integração da América Latina, promovendo o diálogo intercultural. A educação intercultural compreende a decolonização dos conhecimentos (o saber), das subjetividades (o ser) e da história (o poder), dimensões estas interligadas num tecido único – a colonização do pensamento, do imaginário.

Considerando o quadro descrito neste texto, propõem-se as seguintes medidas para a decolonização do saber, do ser e do poder na América Latina: formação continuada dos professores como importante elemento potencializador da educação intercultural; valorização das vivências, experiências e histórias de vida dos estudantes; problematização das formas de construção dos conhecimentos escolares; interculturalização do currículo, da escola e das práticas educativas no cotidiano da sala de aula; preparação da academia (especialmente as universidades brasileiras) para interação com alteridades étnicas; reconhecimento da necessidade de diálogo entre universidade e conhecimentos tradicionais (saberes “outros”); superação da centralidade que ocupa a racionalidade moderna na academia brasileira; potencialização da descolonização do ser e do poder em todos os espaços e dimensões; interculturalização e decolonização da educação superior; incentivo a intercâmbios e debates na América Latina.

É preciso, pois, interculturalizar para decolonizar. Interculturalizar implica questionar-se sobre sistemas, normas, conceitos, conteúdos, práticas, posturas e atitudes presentes no fazer pedagógico dos docentes e nas instituições educacionais. Decolonizar demanda construir experiências de colaboração intercultural, dialogando com os “outros” e questionando-se constantemente sobre o fazer pedagógico e seus propósitos. Esse é o caminho, acredita-se.

REFERÊNCIAS

- GROSGOUEL, Ramón. Para decolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**, Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 383-417.
- MATO, Daniel. Del “diálogo de saberes” a la construcción de modalidades de “colaboración intercultural”: aprendizajes y articulaciones más allá de la academia. **LASA FORUM**, v. XLVIII, n. 3, verão 2017. Disponível em: <<http://lasa.cmail20.com/t/y-l-hdkhtyt-tyddhhckj-d/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- SILVA, Gilberto Ferreira da. Cultura(s), currículo, diversidade: por uma proposição intercultural. **Contrapontos**, Itajaí – SC, v. 6, n. 1, p. 137-148, jan./abr. 2006.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIANA, Jorge.; TAPIA, Luis.; WALSH, Catherine. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: III – CAB, 2010. p. 75-96.
- WALSH, Catherine. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir**. Tomo I. Quito: Abya Yala, 2013.
- WALSH, Catherine. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir**. Tomo II. Quito: Abya Yala, 2017.

MEMÓRIAS E LINGUAGENS CULTURAIS – O CASO DO VOS: MAIS QUE UM PRONOME, UMA IDENTIDADE LINGUÍSTICA CULTURAL.

Maria Edilene de Paula Kobolt³⁴

Ane Patrícia Viana José de Mira³⁵

RESUMO: Este estudo busca caracterizar, sob a perspectiva sociolinguística, a abordagem do fenômeno *voseo* como elemento construtivo de identidade linguística. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em estudos de Kany (1994), Fontanella de Wienberg (1993), Carricaburo (2004), entre outros autores que tratam do fenômeno *voseo* sob o viés da identidade linguística e cultural. Levando em conta a definição de identidade, cabe-nos observar que a forma pronominal *vos* exerce grande influência no cotidiano sociocultural dos países latino-americanos, aos quais devemos dar a devida atenção ao ensinar e aprender o espanhol como língua estrangeira, buscando a caracterização e a construção de identidades linguísticas para conservar as memórias e linguagens decorrentes na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Linguística; *Voseo*; Memórias Culturais.

RESUMO EXPANDIDO

¡Hola! ¿Qué tal, che? Soy *vos*. No, *vos* no sos yo. Yo soy *vos*. Me llamo *vos* y quiero contarte mi historia, bastante complicada, por cierto. ¿Me escuchas? Mis antepasados son de Roma, de donde salí, primero, a recorrer Europa de la mano del latín, que empezó a “vulgarizarse” y dio lugar a las lenguas romances. A los siglos me “largué” al nuevo mundo, cargado de esperanzas. Pero primero te cuento qué pasó en España. En los siglos XII-XIV tenía el valor de pronombre plural de la lengua de los Césares (*vos* eran los infames Infantes de Carrión) y también valía como pronombre singular de reverencia (*vos era* el honorable Cid). Cuando se hartaron del lío, me pusieron “otros”, de donde salió “vosotros” y me sentí *vos* mismo, al fin. Mas aún me quedaban por vivir turbulentos tratos sociolingüísticos a través de los siglos. ¡Qué bien vivía cuando los nobles se hablaban entre sí de *vos!*; trataban de *tú* a sus inferiores o a sus iguales mientras que a mí me estaba reservado el trato deferencial. Pero después en el s. XV utilizaban otras fórmulas como *alteza*, *reverencia*, *majestad* y, por supuesto, *vuestra merced* o *vuestra merced*, las que se usaban con la tercera persona singular y darían el *usted* en el XVII. En el XVI intercambiaban *vos* y *tú* y así me fueron restando más y más mi valor de respeto y distinción social hasta que perdí terreno, cuando el *usted* se usó como fórmula de respeto y el *tú* se fortaleció en el trato familiar. ¡El s. XVII!: caí en boca de criados y campesinos o sólo lograba aparecer entre amigos íntimos. Finalmente, en el XVIII me eliminaron en España y sólo continuaron mencionándome en usos convencionales o protocolares. Pero para ese entonces, hacía dos siglos mi *vos* gemelo había embarcado en busca de gloria y otras “yerbas”. Allí recuperé mi vitalidad y amor propio, aunque se avecinaban nuevos avatares. Pronto se exportó de España la moda del *tú*, que empezó a desplazarme también aquí, en las capitales de los virreinos de México y Lima y en las Antillas. Por suerte los del Río de la Plata y otros lugares alejaditos no se dejaron encandilar por la moda. En definitiva, a pesar de que la mayor parte de América es tuteante, me conservaron en muchas zonas. Es más, fuera de contados países, se escucha *vos* en toda Hispanoamérica, en diferentes clases, con mayor o menor suerte, ya estigmatizado, ya mimado... Bueno, chau. Che, cuidame ¿no? (RAJMIEL, MARÍA CAPELUSNIK. ASELE. Actas XI (2000) *El estudio del voseo en la clase de español.*)

34 Mestra em Linguística Aplicada (Unisinos); Licenciada em Letras (Unisinos); professora de espanhol da rede estadual de ensino e docente do curso de Letras (Unilasalle).

35 Mestra em Educação (Unilasalle); Licenciada em Letras (Unilasalle); professora de espanhol da rede privada de ensino.

Iniciamos esta seção com um pequeno texto que introduz a trajetória sociolinguística do pronome *vos*. No trecho acima, percebemos, por meio da personificação do pronome, a história do *voseo* de forma breve e didática. Consideramos o recurso de personificação ideal para contextualizar a identidade criada ao longo de séculos pelo pronome *vos*, dando a ele uma voz, que, inclusive, ao final do trecho pede para ser cuidado (Bueno, chau. Che, cuidame ¿no?), nos remetendo à ideia de que é uma forma de fazer política linguística. Assim, buscamos o conceito de *vos* de acordo com a definição do Diccionario Panhispánico de Dudas (2001), *vos*

(Del lat. *vos*).1. pron. person. Forma de 2.^a persona singular o plural y en masculino o femenino, empleada como tratamiento. En la actualidad solo se usa en tono elevado. 2. pron. person. *Arg., Bol., C. Rica, El Salv., Nic., Par., Ur. y Ven.* Forma de 2.^a persona singular. Cumple la función de sujeto, vocativo y término de complemento. Su paradigma verbal difiere según las distintas áreas de empleo.

De acordo com o referido dicionário, o pronome *vos* é usado em oito países das Américas. Para Kany (1994, p.80), no entanto, o fenômeno do *voseo* aparece em praticamente todos os países da América Latina. Para Kany (1994) o *voseo* “significa el uso del *vos* familiar en sustitución de *tú*, con formas verbales oscilantes entre la segunda persona del singular y la arcaica segunda persona del plural” (p.79). A respeito de seu uso na América hispano-falante, Fontanella de Weinberg (1993) explica que o *voseo*

es prácticamente el único rasgo gramatical del español americano de vasta extensión, que no existe en el español peninsular actual, y, por otro, tiene un alto grado de complejidad, dado que muestra una gran variación formal en las distintas regiones (Fontanella de Weinberg, 1993, p.144-145).

O *voseo* é considerado um fenômeno linguístico que representa uma característica cultural de países que usam essa variante de maneira informal na comunicação do dia a dia. Porém, o pronome *vos* passou por transformações pragmáticas e, inclusive, já foi utilizado como pronome respeitoso.

Diante da personificação do pronome *vos* verificada no texto inicial, percebemos que o surgimento do *voseo* na língua e na sociedade passou por muitas mudanças ao decorrer dos anos e sua transformação foi significativa para a língua. Desde então, o pronome de tratamento *vos* vem sendo aceito socialmente por países latino-americanos e usado por seus falantes. A esse respeito, RAE³⁶ (2009, p.205) afirma que o *voseo* reverencial desapareceu do espanhol peninsular no século XVIII e que o *voseo* dialetal americano é usado atualmente para o tratamento com familiares e amigos. Embora os estudos indicados até aqui se refiram ao uso passado desse pronome, acreditamos que essas informações sejam de importante relevância para o entendimento da conjuntura atual do *voseo* na América Latina. Para tanto, a seguir, trataremos de seus usos e valores atuais nessa região.

VOSEO: USO ATUAL E SEUS VALORES

Bertolotti (2005) afirma que “El voseo se volvió una de las características del español de América, aunque no haya arraigado de la misma forma y tiempo en todo el continente americano” (p. 1). Para Bortoni-Ricardo (2004), o *voseo* é “um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social” (2004, p. 33). Embora alguns pesquisadores ainda considerem o *voseo* como uma forma de tratamento de pouco prestígio, Kany (1994, p. 89-90) ressalta que o pronome *vos*, na Argentina, é utilizado por diferentes classes sociais. Compreendemos a variante *vos* como uma característica cultural da América Hispânica, pois, segundo Godoy (2001), é

36 RAE se refere à Real Academia Española.

Concebida como reflejo de la identidad colectiva porque implica lengua y cultura, la variante compartida indica que los individuos que pertenecen a un grupo social con una lengua común poseen valores y comportamientos que, sirviendo de seña colectiva, los distinguen de los extraños (GODOY, 2001, p. 236).

A esse respeito, Carricaburo (1997) afirma que na Argentina “el tuteo o el voseo sirven para expresar la familiaridad, la informalidad, la solidaridad [...] y el acercamiento psicológico o afectivo.” (p. 9). De acordo com Carricaburo (1997), “en cuanto a niveles de uso, el Río de la Plata es la única región en que el voseo forma parte de la norma culta. Prácticamente la Argentina, el Paraguay y el Uruguay, junto con Costa Rica, son las únicas zonas que han excluido el tú del paradigma”. Ainda afirma quanto ao *voseo* que:

Hay muchos factores que contienen para su expansión o restricción más allá de los puramente academicistas. Por ejemplo, el factor político [...], factores ideológicos: [...] económicos, [...], sociales [...] sexuales [...], escriturarios [...] otros factores: los medios masivos de comunicación, que hacen que unas zonas irradian sobre otras (CARRICABURRO, 2004, s/n).

Além de o pronome ser utilizado em vários países latino-americanos, consideramos a citação acima, de Carricaburo (2004), uma fonte riquíssima de informação referente ao valor identitário, linguístico, social do *voseo* e seus diferentes usos na sociedade hispana, permitindo-nos observar a relevância que esse pronome tem para o ensino-aprendizagem de língua espanhola. Entendemos que o estudo desse pronome contribui para uma aprendizagem mais completa, ou seja, o estudante aprende mais do que regras gramaticais, ao conhecer o *voseo*. Ele passa a ter acesso a um vasto leque de informações culturais, sociais, históricas, ideológicas que influenciam as identidades linguísticas do hispano-falante, incluindo os fatores econômicos, a literatura e a mídia, por exemplo.

A esse respeito, ao tratarmos de identidades linguísticas, podemos lembrar que o idioma espanhol teve influências de outras línguas, como indígenas, de imigrantes e, inclusive, de suas próprias variedades linguísticas de colonizadores (SECO, 1999). Para compreender o conceito de identidade, utilizamos a definição de quatro autores: (a) Woodward (2003) lembra que “as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras, e, distingue a diferença entre as pessoas são cruciais para compreender as identidades” (p. 41); (b) Certeau (1995), aprofunda esse conceito ao dizer que “a forma mais imediata de manifestação identitária é de ordem cultural” (p. 146); (c) acrescido a isso, Mendes (2002) afirma que “a identidade articula discursos e as práticas cotidianas, fazendo com que as pessoas se posicionem em seus lugares enquanto sujeitos sociais de discursos particulares” (p.503); (d) Elias e Scotson (2000) afirmam que “a identidade coletiva, e, como parte dela, o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual” (p. 133).

Diante dessas definições, podemos formar o pensamento de que ao usar a variante linguística, o sujeito toma uma posição de acordo com a cultura de um povo, isto é, faz da língua, de sua língua, um posicionamento no mundo. Levando em conta a definição de identidade, cabe-nos observar que a forma pronominal *vos* exerce grande influência no cotidiano sociocultural dos países latinos americanos, aos quais devemos dar a devida atenção ao ensinar e aprender o espanhol como língua estrangeira, buscando a caracterização e a construção de identidades linguísticas.

REFERÊNCIAS

- BERTOLLOTTI, V.; COLL, M. 2001. Los cambios de las formas de tratamiento en la ruptura del orden colonial: Un aporte a la historia de la lengua española en el Uruguay. In: FREGA, A; ISLAS, A. (Eds.) **Nuevas miradas en torno al Artiguismo**. Montevideo: Universidad de la República. 2001, p. 211-34.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua Materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola: 2004.
- CARRICABURO, N. B. **Las fórmulas de tratamiento en el español actual**. Madrid: Arco, 1997.
- CETEAU, M. A. **Cultura no Plural**. Campinas: Papyrus, 1995.
- DPD - Diccionario Panhispánico de dudas. Madrid: Real Academia Española. 2005.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. **El español de América a partir de 1650**. El español de América. Madrid: Mapfre, 1993.
- GODOI, E. La cultura en la enseñanza del español y de las literaturas hispánicas. **Anuario brasileño de estudios hispánicos XI**. São Paulo: Thesaurus, 2001.
- MENDES, J. M. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez: 2002, p.503-540.
- KANY, C. E. **Sintaxis Hispanoamericana**. Madrid: Gredos, 1994.
- SECO, M. **Gramática Esencial del Español**. Introducción al estudio de la Lengua. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

**FRUGIVORIA E DISPERSÃO DE SEMENTES DE *HOVENIA DULCIS* THUNB.
(RHAMNACEAE) PELA MASTOFAUNA EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA
NO SUL DO BRASIL**

Fernanda Souza Silva³⁷

Cristina Vargas Cademartori³⁸

RESUMO: *Hovenia dulcis* Thunberg (Uva-do-Japão) é considerada exótica e invasora na região sul do Brasil, produz pseudofrutos carnosos e doces, que atraem a fauna, sendo difundida principalmente por via de dispersão zoocórica. O objetivo do trabalho é estudar frugivoria e dispersão de sementes de *H. dulcis* por mamíferos silvestres na Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa. Até o momento foram realizadas amostragens mensais de maio a agosto, durante quatro noites consecutivas, por meio de armadilhas-fotográficas e de filmagem, e armadilhas de captura viva do tipo *Tomahawk*. Das oito espécies de mamíferos silvestres registradas na área, somente *Dasyopus novemcinctus* foi observada se alimentando dos frutos de *H. dulcis*.

PALAVRAS-CHAVE: Uva-do-Japão; Mamíferos; REBIO Mata Paludosa.

INTRODUÇÃO

Hovenia dulcis Thunberg (Uva-do-Japão) é considerada exótica e invasora na região sul do Brasil (INSTITUTO HÓRUS, 2016). Pertence à família Rhamnaceae e é nativa do Japão, China e Coréia; apresenta um período de frutificação prolongado, de março a outubro, e produz pseudofrutos carnosos e doces que atraem a fauna dispersora, sendo difundida principalmente por via zoocórica (CARVALHO, 1994). A invasão de plantas introduzidas em comunidades naturais constitui a segunda maior causa de perda de biodiversidade, após a perda e degradação de habitats (CDB, 2001). Ao encontrarem condições favoráveis e na ausência de inimigos naturais (competidores, predadores, patógenos), tornam-se mais eficientes que as espécies nativas no uso dos recursos, ocasionando o empobrecimento dos ambientes, a simplificação dos ecossistemas e até mesmo a extinção de espécies nativas (BRASIL, 2016).

Desde a década de 1990 vem se discutindo a importância da conservação das interações entre espécies na manutenção da integridade das comunidades nas quais ocorrem (SECHREST et al., 2002; JORDANO et al., 2006). Um exemplo disso é a dispersão de sementes, um processo essencial no ciclo de vida da maioria das plantas. Neste sentido, a estratégia zoocórica (efetuada por animais) é muitas vezes predominante, especialmente em ambientes tropicais e subtropicais (BUDKE et al., 2005; JORDANO et al., 2006), onde os frutos representam uma importante fonte energética para um grande número de animais (GALETTI et al., 2004). Em florestas tropicais e subtropicais, os animais são os principais dispersores de sementes e seus padrões de forrageamento podem ter fortes efeitos sobre a distribuição de plantas (JORDANO, 2000). Muitos animais consomem frutos, mas dentre os principais dispersores de sementes destacam-se as aves e os mamíferos (JORDANO et al., 2006). Mamíferos frugívoros, particularmente,

37 Bacharelado em Ciências Biológicas, Mestranda do PPG em Avaliação de Impactos Ambientais – Universidade LaSalle/Canoas. Bolsista Fapergs. E-mail: fernandanea@hotmail.com

38 Doutora em Zoologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais, e do PPG em Avaliação de Impactos Ambientais – Universidade LaSalle/Canoas. E-mail: cristina.cademartori@unilasalle.edu.br

podem defecar sementes intactas por toda a sua área de vida, sendo importantes vetores da endozoocoria (JORDANO et al., 2007). *Hovenia dulcis* é uma espécie de dispersão zoocórica e considerada atrativa para a fauna mais generalista, uma vez que produz um pseudofruto carnoso e doce, rico em açúcares (CARVALHO, 1994). Neste contexto, o objetivo do trabalho é investigar as interações entre mamíferos não voadores e a Uva-do-Japão na REBIO Mata Paludosa.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa está sendo realizada na Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, localizada no município de Itati, na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul (29°30'S e 50°05'O). Esta unidade de conservação situa-se no curso médio da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas, numa extensão de 17 km, sendo seccionada em dois lotes pela rodovia RS-486; a vegetação é formada por Floresta Ombrófila Densa de terras baixas, aluvial, e Floresta Ombrófila Densa Submontana (VIEIRA, 2007). O clima caracteriza-se por alta precipitação pluviométrica, com média anual de 1.411 mm, bem distribuída ao longo do ano. A temperatura média anual é de 18,5 °C com média do mês mais frio (julho) equivalente a 11,3 °C e do mais quente (janeiro), a 26,2 °C (SILVA, 2012).

PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM

Foram realizadas cinco amostragens mensais de abril a agosto, durante o período de frutificação da Uva-do-Japão, por quatro noites consecutivas. Para o levantamento das interações entre a mastofauna e *Hovenia dulcis* foram instaladas seis armadilhas-fotográficas e de filmagem, distribuídas em seis áreas diferentes, onde ocorre concentração de indivíduos da Uva-do-Japão. Nessas seis unidades amostrais foram criadas estações de alimentação contendo agregações de pseudofrutos para atrair a fauna, de modo a se avaliar os comportamentos de manipulação pelos mamíferos (consomem, não consomem e transportam).

As amostragens de marsupiais foram realizadas em duas estações de captura, em áreas diferentes daquelas onde foram dispostas as armadilhas-fotográficas e onde também há concentrações de indivíduos de *H. dulcis*. Em cada estação foram definidas quatro transecções partindo-se de um indivíduo de *H. dulcis*, considerado como ponto central, a partir do qual foram alocadas sete armadilhas do tipo *Tomahawk* por transecção, equidistantes 15 m. Deste modo, totalizaram 21 armadilhas por estação de captura e 42 na área de amostragem. Como isca, utilizou-se uma mistura de pasta de amendoim, essência de baunilha, sardinha e milho-verde. Plásticos foram colocados embaixo de cada armadilha para coleta das fezes e posterior triagem e identificação das sementes, sendo esta etapa realizada em laboratório. Os animais capturados foram identificados quanto ao sexo e marcados com brincos numerados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, as cinco expedições realizadas corresponderam a um esforço amostral de 260 armadilhas-dia (armadilhas-fotográficas) e 1050 armadilhas-noite (tipo *Tomahawk*). Dentre os registros fotográficos, foram identificadas sete espécies de mamíferos, sendo elas: *Cerdocyon thous* (graxaim-do-mato), *Dasybus novemcinctus* (tatu-galinha), *Didelphis albiventris* (gambá-de-orelha-branca),

Mazama sp. (cervo), *Nasua nasua* (quati), *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), *Oligoryzomys* sp. Em armadilhas do tipo *Tomahawk* foram capturados quatro marsupiais da família Didelphidae, três indivíduos da espécie *Philander frenatus* (cuíca-de-quatro-olhos) e um indivíduo da espécie *Didelphis albiventris* (gambá-de-orelha-branca).

Quatro bolos fecais das espécies *P. frenatus* e *D. albiventris* foram coletados e triados, mas não foram encontradas sementes de *H. dulcis* em nenhum deles. Das espécies de mamíferos registradas, somente *D. novemcinctus* consumiu os frutos de *H. dulcis*. Esta espécie alimenta-se preferencialmente de invertebrados, mas sua dieta pode variar sazonalmente, incluindo também frutos de acordo com a disponibilidade (McBEE e BAKER, 1982). As outras espécies registradas não consumiram os pseudofrutos, apesar de vários autores relatarem um alto consumo por *C. thous* (FACURE et al., 2003; ROCHA et al., 2008; LIMA et al., 2015), que é descrito como uma espécie generalista e oportunista (SILVA, 2014), embora FACURE e MONTEIRO-FILHO (1996) mencionem a predominância de frutos na dieta deste canídeo no estado de São Paulo, inclusive de *H. dulcis*. *Didelphis albiventris*, por sua vez, detectado com ambos os métodos, é considerado generalista e oportunista, e inclui frutos em sua dieta (SILVA, 2014). Contudo, nossos resultados não demonstraram o consumo de pseudofrutos da uva-do-japão por esta espécie, apesar de alguns trabalhos citarem isso (CANTOR et al., 2010). Por outro lado, a outra espécie de marsupial capturada, *P. frenatus*, não apresenta registros de interação com *H. dulcis* na literatura e nossos resultados, até o presente, corroboram isso.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A Mata Atlântica foi e continua sendo alvo de transformações em toda a sua extensão em razão de diversos impactos, tais como a fragmentação florestal, as invasões biológicas e a degradação dos solos. As alterações causadas por espécies invasoras como a uva-do-japão podem ser percebidas em diferentes escalas ecológicas. As interações que se estabelecem entre espécies de uma comunidade podem acarretar mudanças significativas na paisagem, especialmente no caso de plantas invasoras. A dispersão de *Hovenia dulcis* pela fauna nativa, particularmente em um *hotspot* como a Mata Atlântica, cria desafios complexos que envolvem tanto as riquezas biológicas naturais quanto o bem-estar das populações humanas. Deste modo, investigar as interações ecológicas pode trazer respostas a esses complexos desafios.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Apresentação das Espécies Exóticas Invasoras**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/invasoras/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- BUDKE, J. C.; ATHAYDE, E. A.; GIEHL, E. L. H.; ZÁCHIA, R. A. e EISINGER, S. M. Composição florística e estratégias de dispersão de espécies lenhosas em uma floresta ribeirinha, arroio Passo das Tropas, Santa Maria, RS, Brasil. **Iheringia, Botânica**. v. 60, n. 1, p. 17-24, 2005.
- CANTOR, M; FERREIRA, L. A; SILVA, W. R; SETZ, E. Z. F. Potential seed dispersal by *Didelphis albiventris* (Marsupialia, Didelphidae) in highly disturbed environment. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 2, p. 45-51, 2010.
- CARVALHO, P. E. R. Ecologia, silvicultura e usos da uvado - japão (*Hovenia dulcis* Thunberg). **Boletim Técnico**, 23. Colombo: Embrapa – CNPFloresta. 1994. p. 24.

CDB, CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Invasive alien species – Status, impacts and trends of alien species that threaten ecosystems, habitats and species**. Montreal, 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/especies-exoticas-invasoras>> Acesso em: 9 nov. 2016.

FACURE, K. G.; MONTEIRO-FILHO, E. L. A. Feeding habits of the crab-eating fox, *Cerdocyon thous* (Carnivora, Canidae) in a suburban area of southeastern Brazil. **Mammalia**, n. 60 p. 147-149, 1996.

FACURE, K. G.; GIARETTA, A. A.; FILHO E. L. M. A. Food habits on the crab-eating-fox, *Cerdocyon thous*, in an altitudinal forest of the Mantiqueira Range, southeastern Brazil. **Mammalia**. v. 67 n. 4, p. 503-511, 2003.

GALLETI, M.; PIZZO, M. A.; MORELLATO, P. C. Fenologia, frugivoria e dispersão de sementes. In: CULLEN, L. JR.; RUDRAN R.; PADUA, C. V. **Biologia da conservação e manejo da fauna silvestre**. PR: Editora UFPR. 2004. p. 395-422.

INSTITUTO HÓRUS. **Uva-do-japão** (*Hovenia dulcis* Thunb.). Disponível em: <<http://www.institutohorus.org.br>> Acesso em: 10 nov. 2016.

JORDANO, P. Fruits and frugivory. In: FENNER, M. Seeds: **The ecology of regeneration in plant communities**. 2000. 2 ed. EDCABI PUBL, p. 125-166.

JORDANO, P. M.; GALETTI, M. A.; PIZO, W. R. SILVA. Ligando frugivoria e dispersão de sementes à Biologia da Conservação. In: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; SLUYS, M. V.; ALVES, M. A. S. **Biologia da Conservação: essências**. São Carlos, SP: Rima, 2006. P. 411-436.

JORDANO, P.; GARCIA, C.; GODOY, J. A.; GARCIA, C. J. L. Differential contribution of frugivores to complex seed dispersal patterns. **USA: Proceedings of the National Academy of Sciences**, 2007. v. 104 p. 3278–3282.

LIMA, R. E. M; DECHOUM M. S; CASTELLANI, T. T. Native seed dispersers may promote the spread of the invasive Japanese raisin tree (*Hovenia dulcis* Thunb.) in seasonal deciduous forest in southern Brazil. **Tropical Conservation Science**, n. 8, p. 846-862, 2015.

MCBEE, K; BAKER, R. J. *Dasybus novemcinctus*. **Mammalian Species**, n. 162 p. 1-9, 1982.

ROCHA, V. J; AGUIAR, L. M; PEREIRA, J. E. S; RIOS, R. F. M; PASSOS, F. C. Feeding habits of the crab-eating fox, *Cerdocyon thous* (Carnivora: Canidae), in a mosaic area with native and exotic vegetation in Southern Brazil. **Revista Brasileira de Zoologia**, n. 25 p. 594-600, 2008.

SILVA, J. G. Efeitos da arbórea introduzida *Hovenia dulcis* Thunb. (Rhamnaceae) sobre o componente arbóreo-arbustivo regenerante da Floresta Atlântica no sul do Brasil. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências, Programa de Pós-graduação em Botânica. 2012.

SILVA, F. **Mamíferos Silvestres**: Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDFZB, 2 ed. 2014. 308 p.

SECHREST, W; BROOKS T. M; Fonseca, G. A. B; KONSTANT, W. R; MITTERMEIER, R. A; PURVIS, A; RYLANDS, A. B. GITTLEMAN, J. L. Hotspots and the conservation of evolutionary history. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, n. 99 p. 2067-2071, 2002.

VIEIRA, L. F. S. A leitura da paisagem como instrumento para o plano de manejo: Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa - Itati - RS. (**Dissertação de Mestrado**). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2007.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE LA SALLE: MEMÓRIA EM FOCO

*Robinson Henrique Scholz*³⁹

*Caroline Raupp de Oliveira*⁴⁰

*Maria de Lourdes Borges*⁴¹

RESUMO: O objetivo geral é estudar a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle no período de 2009 a 2017, sob o prisma da memória e economia solidária. Os processos de incubação são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e projeta a assessoria para cooperativas nos municípios de Canoas, Nova Santa Rita e Esteio, RS, Brasil. Com financiamento da FAPERGS, foi realizada uma revisão teórica sobre as temáticas de incubação, economia solidária e memória. Reflexões realizadas a partir da revisão teórica apontam que a atuação na área de incubação foi fundamental para a constituição de cooperativas de resíduos sólidos urbanos de maneira mais solidária por meio de procedimentos técnicos de apoio para a gestão das cooperativas e sistematização das ações por meio de educação popular.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Economia Solidária; Incubadora; Cooperativa; Educação Popular.

INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento de ações pautadas nos estudos e práticas da economia solidária, uma incubadora requer o desenvolvimento de processos metodológicos que orientem as suas atribuições para com os coletivos de trabalho incubados. Os empreendimentos podem ser grupos informais, associações e cooperativas, levando em consideração os processos democráticos e autogestionários na no seio do trabalho, com vistas à geração de trabalho e renda.

Nesse processo, muitas situações que ocorrem ordinariamente conduzem ao aprendizado destes coletivos. Não raro, a memória dos processos de incubação acaba sendo importante para o coletivo que as gerou, bem como a outros que podem se beneficiar por meio da aprendizagem, quando por exemplo, há a geração de tecnologias sociais.

Assim, o objetivo do estudo é estudar a atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle no período de 2009 a 2017, sob o prisma da memória e economia solidária. O ponto de vista da memória social tem muito a favorecer o entendimento de práticas que uma incubadora, uma vez que a memória não é uma reprodução do passado, mas antes uma elaboração do passado, colocada em marcha dentro de uma relação eu *versus* outro (ABREU, 2016). O eu e o outro, no contexto deste artigo, refere-se às cooperadas (mulheres são maioria nas cooperativas) e a equipe da incubadora que esteve com eles por oito anos. Nessa relação, um vai e vem de encontros e desencontros levou a inúmeras reflexões e crescimento conjuntos.

39 Professor no curso de Administração na Universidade La Salle. Contato: robinson.scholz@unilasalle.edu.br.

40 Bolsista de Iniciação Científica e graduanda de Ciências Contábeis. Contato: carolineoliva@live.com.

41 Professora no PPG de Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle. Contato: maluborg@gmail.com.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PRÁTICAS DE INCUBAÇÃO

Uma incubadora possui como metodologia três fases distintas de ação, com as quais busca o fortalecimento dos empreendimentos por meio da assessoria técnica: i) pré-incubação, quando se buscam conhecer reciprocamente ambas as partes interessadas, bem como a coleta de informações e o desenvolvimento de um diagnóstico participativo; ii) incubação, quando a equipe da incubadora e o grupo de pessoas do empreendimento buscam soluções em conjunto, sejam de ordem técnica, gerencial ou grupal; iii) pós-incubação, quando o empreendimento já se encontra fortalecido e possui condições de poder desenvolver as suas atividades sem uma constante presença da equipe da incubadora, podendo esta atender à demandas pontuais (OLIVEIRA, ADDOR, MAIA, 2018).

Levando em consideração as relações sociais entre as equipes (incubadora e empreendimento incubado), se faz relevante compreender os objetivos de cada um para com o processo de incubação, bem como a aderência à proposta, uma vez que sem o alinhamento de um plano de trabalho estruturado, pode haver desinteresse ou rompimento da relação. Assim, na incubação ocorre o crescimento mútuo, podendo ser tratada também, como fomento acadêmico social, devido a troca de conhecimentos e experiências (PIRES, 2017). O processo de incubação requer o respeito na relação entre os formadores e os cooperativistas, a qual é concebida pela proximidade, compreendendo a lógica relacional freiriana da educação popular e do acompanhamento psicoemocional e psicopedagógico (MATARAZZO; BOEIRA, 2016).

Assim, as práticas de incubação possuem uma relevância significativa, uma vez que a incubadora incorpora o papel de elo entre os empreendimentos solidários e a universidade, fomentando ambos os setores. Verifica-se que as práticas sociais desempenhadas nos processos de incubação vão ao encontro da inovação social, a qual tem como atribuição solucionar problemas das demandas de ordem social, seja dentro de uma organização ou mesmo externo a ela, como o caso das cooperativas incubadas e sua relação com o seu contexto de atuação na sociedade. Contribuindo, a inovação social, pode ser considerada por duas ou mais óticas distintas, pois ela pode viabilizar a transformação social, bem como uma oportunidade de negócio, sendo que, ambas podem contribuir para o complexo comunitário, se praticado com ética e com objetivos fins de movimento social (OLIVEIRA, ADDOR, MAIA, 2018).

MEMÓRIA

“A memória nunca é”. Gondar (2016, p. 19) alude ao caráter impermanente e ao mesmo tempo dual da memória: conservação *versus* transformação; fixa *versus* estável; acúmulo *versus* perda; arquivo *versus* restos; lembrança *versus* esquecimento. Há, porém para a autora, “uma única fixidez” que é a sua (re)construção permanente. A constituição conceitual da memória depende de olhares interdisciplinares. Assim, para Gondar (2016) há um desafio conceitual, ético e político no campo da memória social, porém uma certeza: é um conceito em movimento.

Para este estudo, interessa o entendimento de memória social entrelaçada com saberes e discursos, uma vez que a memória passa a ser ponto focal para análise das práticas sociais de uma incubadora de empreendimentos solidários.

Nesse sentido, cabe ressaltar o que Gondar (2016, p. 24) coloca que

[...] uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir.

Assim, considerando que os documentos estudados não são inocentes, e diante do objetivo de estudar a atuação da incubadora, considera-se o desafio que está diante dos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa traz apontamentos significativos acerca do estudo realizado no que tange à compreensão da importância de se relacionar os estudos de incubação de empreendimentos solidários com os estudos de memória e economia solidária. A revisão teórica em tela possibilitou a o desencadeamento de chaves analíticas possíveis neste contexto, levando em consideração os processos metodológicos de assessoria técnica fundamentadas na perspectiva da educação popular.

A memória social contribui nesse entendimento, uma vez que nas relações sociais estabelecidas entre a incubadora e um coletivo incubado, emergem situações das mais variadas ordens, sejam no campo político, econômico, social e cultural. Assim, os estudos mostram o quanto a atuação de uma incubadora universitária de empreendimentos solidários pode ampliar as relações com os incubados, provendo melhores práticas de autogestão, solidariedade, valorização dos saberes populares e as trocas de experiência, fomentando a pesquisa aplicada conjuntamente com a extensão universitária. Dessa forma, a sistematização das ações desenvolvidas contribuem para a memória social, disseminação do conhecimento e a possibilidade da geração de tecnologias sociais no contexto da inovação social.

Outrossim, uma incubadora necessita de fomento para o desenvolvimento de suas ações conjuntamente com os empreendimentos incubados. Por isso, os editais públicos das agências de fomento, como o caso da FAPERGS e CNPq, são primordiais para a construção de tecnologias sociais, desenvolvimento da inovação social e geração de trabalho e renda por meio da economia solidária com vistas à redução das desigualdades e superação da pobreza.

Com base nisso, se percebe que a atuação no campo da economia solidária potencializa que as incubadoras promova o desenvolvimento de inovações de produtos e de processos, focalizando suas competências na construção de tecnologias sociais de gestão, como o caso de metodologias participativas, práticas democráticas de decisão, diagnósticos participativos, sendo uma motivação para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. *Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MATARAZZO, G.; BOEIRA, S. L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Artigo 10, p. 207-227, Jan./Mar. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/31514/56919>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

OLIVEIRA, T. C. S.; ADDOR, F.; MAIA, L. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba,

v. 14, n. 32, p. 38-59, Ed. Especial. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7855/5074>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PIRES, S. D. Empreendimento, comunidade e território: três objetos de incubação em economia solidária. *Revista Realização*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 46-66, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6883/4317>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Agradecimento: FAPERGS e CNPq

ECONOMIA CRIATIVA: REFLEXÕES SOBRE O SEGMENTO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

*Priscila Kieling Pontin*⁴²

*Margarete Panerai Araújo*⁴³

*Judite Sanson de Bem*⁴⁴

RESUMO: O objetivo do artigo é refletir sobre o segmento de Manifestações Culturais em Canoas, que faz parte da Indústria Criativa, através de uma breve observação do cenário local. Para buscar dados para esta reflexão, metodologicamente foi realizada pesquisa na base de dados da Firjan. Infere-se que esse segmento tem potencial no município estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Criativa; Indústrias Criativas; Manifestações Culturais; Mercado de Trabalho; Cenário Econômico.

A INDÚSTRIA CRIATIVA EM CANOAS

As Indústrias Criativas é um nicho do mercado de trabalho que se utiliza da criatividade como produto, fazendo parte de uma esfera maior chamada Economia Criativa. Na esfera econômica dos bens criativos a Economia Criativa, de acordo com a UNCTAD, se define como:

[...] um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico. [...] pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. [...] abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial (UNCTAD, 2010, p. 40).

Ainda dentro do conceito da UNCTAD (2010), vemos que “no centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas”. Deheinzelin (2014, p. 19), especialista em economia criativa, comentou que, para compreender esse conceito é interessante imaginar essa Economia Criativa como uma cebola, por causa de suas camadas:

A primeira, o miolo disso, são as artes, as linguagens artísticas. Depois temos uma segunda camada: além das artes, há os serviços criativos – moda, design, arquitetura, publicidade e tudo o que produz conteúdo, como audiovisual, cinema, TV, rádio, mercado editorial (DEHEINZELIN, 2014, p. 19).

42 Aluna especial do Programa em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE) no curso de Mestrado Profissional. E-mail: kielingpriscila@gmail.com

43 Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE). E-mail: margarete.araujo@unilasalle.edu.br

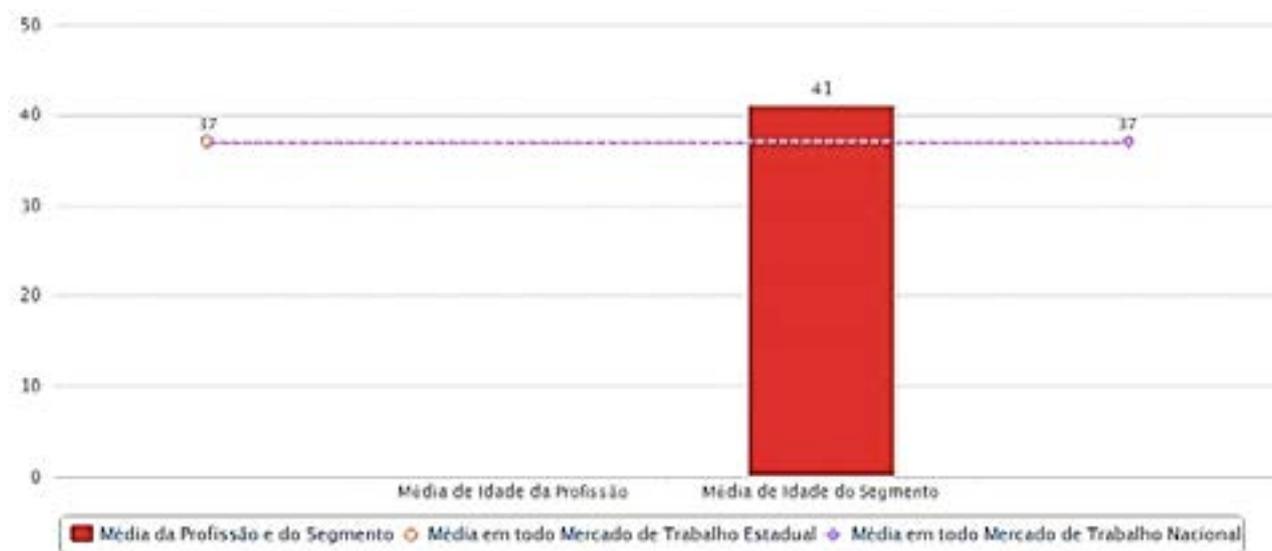
44 Pós Doutora em Economia da Cultura pela UFRGS (2014), Doutorado em História Íbero Americana PUCRS (2001); Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE); E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

Lala esclarece, ainda, que essas duas camadas citadas são os chamados setores criativos. A especialista também comenta que, em sua visão esses dois grupos seriam chamados de Indústria Criativa, por estarem sob uma visão setorial. Continuando o pensamento, depois dessas vem uma terceira camada, que inclui as anteriores, mas também extrapola. Essa seria a das cidades e territórios criativos. “Nesse caso, com uma visão mais sistêmica e integrada, porque considera tudo o que caracteriza uma determinada comunidade” (DEHEINZELIN, 2014, p. 19).

Dentro de um contexto mais direcionado, as Indústrias Criativas são o objeto que queremos refletir no município de Canoas. Uma cidade com 79 anos de emancipação política e econômica, próximo à metrópole, Porto Alegre e, que já detém muitos negócios em diferentes áreas, sendo a Indústria Criativa uma delas. Canoas possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, de acordo com o *website* da Prefeitura Municipal, também possui em seu território empresas nacionais e multinacionais de grande porte. O município vem se desenvolvendo a espelho da capital em diversos segmentos, por isso, vem a ser objeto de estudo. Para iniciar, utilizamos a base dos dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), do ano de 2015 e o segmento escolhido, foi o de Expressões Culturais, que, de acordo com a pesquisa da Firjan, engloba as profissões chefe de bar, de confeitaria e de cozinha; decorador de cerâmica e pintor de cerâmica a pincel. De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT), Canoas possui oito centros de cultura e uma vasta programação cultural. Além disso, o crescimento da cidade nos últimos três anos (2015 a 2017), o rol de bares e locais de entretenimento tem aumentado.

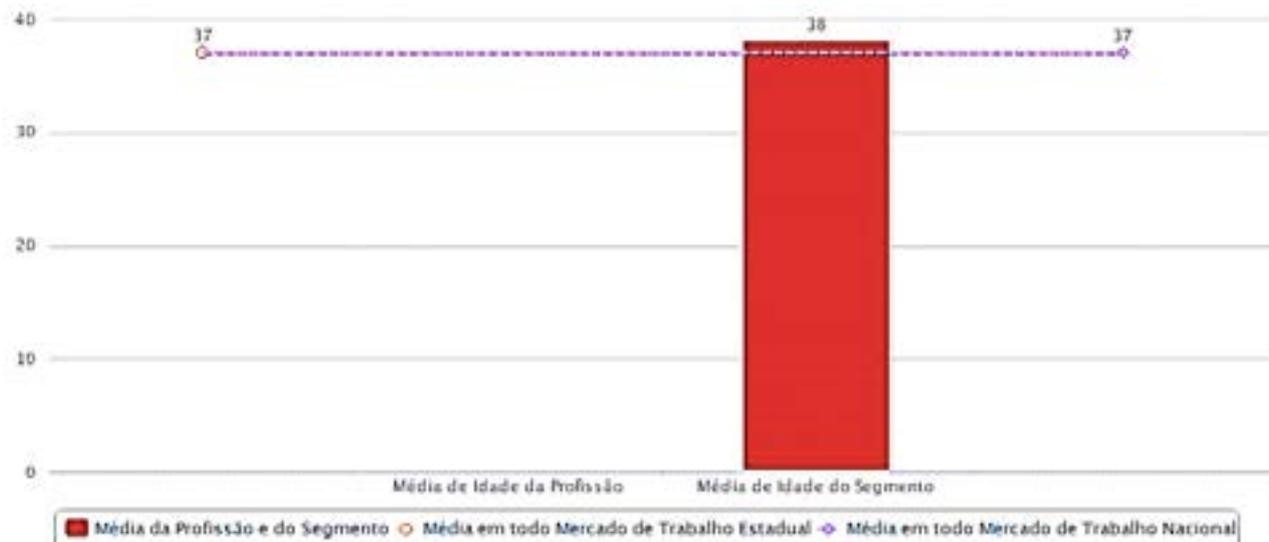
De acordo com os dados de 2015 (FIRJAN), Canoas detém um total de 56 profissionais formais nesta área, dentro de um total de 1.665 profissionais no estado do Rio Grande do Sul (RS) e 26.815, no Brasil. A remuneração Média para o Município foi computado em R\$ 1.650,04, o que não se distancia das médias no RS (R\$ 1.945,39) e no Brasil (R\$ 1.852,02). Em relação à média de idade, está na faixa dos 41 anos de idades e a concentração de profissionais é de grau de instrução médio, sendo 50% dos profissionais neste nível e apenas 1,8%, com formação superior. Segue o gráfico 1 e 2 com a média dos profissionais e segmentos, bem como a distribuição dos profissionais no segmento.

Gráfico 1. Média dos profissionais e segmento



Fonte: FIRJAN, 2015.

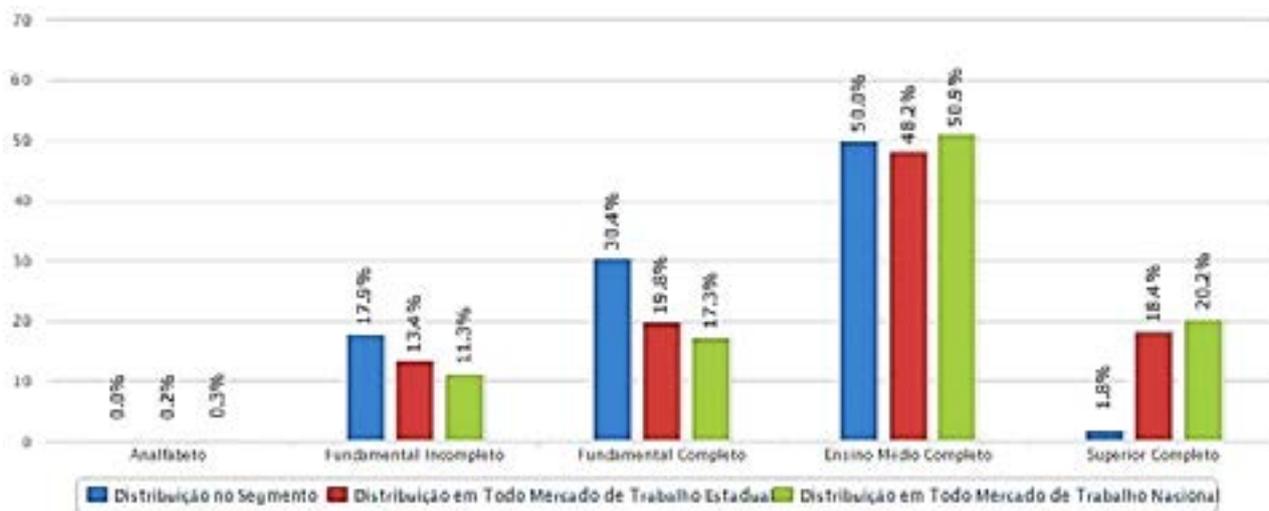
Gráfico 2. Idade média dos profissionais no segmento.



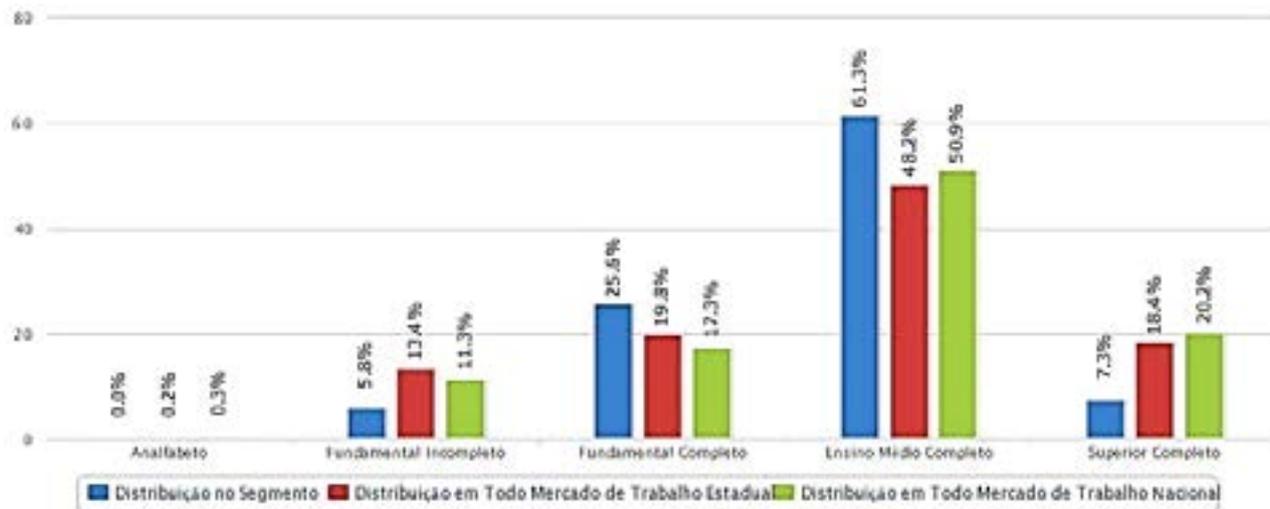
Fonte: FIRJAN, 2015.

Podemos, neste caso, comparar os dados de Canoas com os da capital. Porto Alegre detém 450 profissionais na área, e média de remuneração de R\$ 1.851,22. Em relação à idade média, não se diferencia muito da cidade de Canoas, 38 anos. Além disso, o grau de instrução 61,3% dos profissionais se concentram no grau médio, visto que, no ensino superior o índice é inferior, 7,3% conforme demonstra o gráfico 3 com a idade média dos profissionais no segmento e o gráfico 4 com o Grau de escolaridade dos profissionais no segmento.

Gráfico 3. Idade média dos profissionais no segmento.



Fonte: FIRJAN, 2015.

Gráfico 4. Grau de escolaridade dos profissionais no segmento

Fonte: FIRJAN, 2015.

Se compararmos a população de ambas as cidades Canoas (323.827) e Porto Alegre (1,409 milhão), é perceptível uma diferença de quantidades de profissionais envolvidos, sendo que a capital concentra um maior número. Contudo se levarmos em conta a diferença em relação a população, as quantias de profissionais apresentadas nos gráficos de ambas as cidades se equilibram. Contudo, o que chama atenção em ambos os dados é a pouca quantidade de profissionais registrados, principalmente na cidade de Canoas. Isso nos faz refletir na possibilidade de criação de políticas, programas, projetos, a fim de formalizar os que ainda estão em regime informal. Além desses dados, também impressiona a baixa quantidade de profissionais com grau de escolaridade no Ensino Superior, em ambas as cidades, sendo que atualmente existem opções de cursos na área. Podemos, assim, inferir que a partir dos dados, que os profissionais na área Cultural (Expressões Culturais) acabam se formando informalmente, ou são oriundos de outras áreas. Enfim, este nicho da Indústria Criativa ainda precisa ser explorado e formalizado na região e por ser um segmento novo é possível caracterizar um possível potencial no município estudado.

REFERÊNCIAS

DEHEINZELIN, Lala. Seção Bens & Serviços. **Revista Fecomercio**, p. 18 a 21, julho de 2014.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/economicriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 22/09/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/departamentos/cultura-e-turismo/>>. Acesso em: 22/09/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Disponível em: <<http://oldsite.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/id/7>>. Acesso em: 24/09/2018.

UNCTAD. Relatório de Economia Criativa 2010. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 22/09/2018.

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Ana Ramos Rodrigues⁴⁵

RESUMO: A pesquisa tem como propósito abordar algumas questões sobre a formulação das políticas públicas nos países Argentina, Brasil e Uruguai entre o período de 2003 a 2015 durante os governos denominados de “onda rosa” tendência que marcou a política latino-americana na última década caracterizado pelos governos democráticos populares. Esta investigação visa contribuir para os estudos sobre a formulação de políticas públicas, apresentando o processo do envolvimento de diferentes atores na construção das políticas públicas para os museus entre esses três países do Mercosul com base em uma nova orientação museológica na forma de cooperação internacional demarcada pela diversidade cultural como uma estratégia política cultural de integração da região ibero-americana.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Culturais; Museus; Rede de Atores.

INTRODUÇÃO

O tema das políticas públicas para a cultura ingressou de forma mais significativa na agenda de discussões dos países da América Latina no final dos anos 1990.⁴⁶ Entendendo a cultura como elemento fundamental para a integração regional, as nações do bloco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) criaram, em 1998, o MERCOSUL Cultural.⁴⁷ Com o objetivo de estimular o debate e fortalecer a área, os pontos destacados nesse encontro visaram estimular o intercâmbio de políticas culturais, o desenvolvimento de estudos, a integração de sistemas de informação e estatística, a promoção de intercâmbios técnicos e artísticos, a gestão do patrimônio cultural e a valorização da memória social e da diversidade cultural.

Embora definidas as diretrizes gerais do Mercosul Cultural, somente anos mais tarde se discutiu um plano político para o setor museológico. Em 19 de setembro de 2005 em Buenos Aires, Argentina, ocorreu a *Jornada los Museos y la Política de Mercosur*, onde se ressaltou a dimensão dada à política de museus dos países do bloco.⁴⁸ Com o objetivo de aprovar uma agenda de trabalho para articular um plano estratégico para a integração dos museus da região, a “Declaração de Buenos Aires para os Museus do Mercosul” apresentou os aspectos essenciais a serem trabalhados: os museus do século XXI; Governabilidade e Gestão; Interpretação e Proteção dos Bens Culturais; Prevenção contra o tráfico ilícito de Bens Culturais; Circulação de Bens Culturais; Comunicação e Acessibilidade ao Patrimônio; e

45 Doutoranda em Políticas Públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES/Demanda Social. anarrodrigues@gmail.com

46 *Reunión de Ministros y Responsables de Cultura de los países iberoamericanos* (Salvador de Bahía, Brasil, 9 y 10 de julio de 1993); *Reunión Informal de Ministros y de Responsables de las Políticas Culturales en Iberoamérica* (Madrid, España, 25 y 26 de junio de 1997); *Encuentro Iberoamericano de Ministros de Cultura* (Isla Margarita, Venezuela, 20 y 21 de octubre de 1997) e *III Reunión de Ministros y Encargados de Políticas Culturales de Iberoamérica* (La Habana, Cuba, 10 y 11 de junio de 1999). Acesso em <http://www.oei.es/historico/cumbres.htm>

47 O Mercosul Cultural é constituído pela Reunião de Ministros da Cultura (RMC), entidade máxima do setor, e conta com uma Secretaria, um Comitê Coordenador Regional (CCR), onde se reúnem representantes dos Ministérios de Cultura para articular a agenda do setor e três Comissões especializadas, entre elas, a de Patrimônio Cultural (CPC); a de Diversidade Cultural (CDC); e a de Economia Criativa e Indústrias Culturais (CECIC).

48 Além dos países membros, este encontro contou com a presença do Chile, país associado ao Mercosul.

Política(s) Nacional(ais) de Museus.

Estes encontros e acordos governamentais para a área da cultura – e mais especificamente no âmbito dos museus – tiveram seus avanços mais expressivos nas últimas décadas. A conjuntura política que acontecia nos primeiros quinze anos do século XXI na América Latina foram caracterizados por um fenômeno marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda. Trata-se de algo novo na história latino-americana, marcada por regimes oligárquicos ou patrimonialistas, por ditaduras ou (no máximo) por governos conservadores formados democraticamente (SILVA, 2015).

A redação do documento denominado “Carta Cultural Ibero-americana”,⁴⁹ resultou no favorecimento de uma maior articulação e melhor cooperação entre os países da região ibero-americana. A partir deste encontro, criou-se um projeto político de grande proporção com o objetivo de promover a valorização da cultura como meio de relação e integração. Reconhecendo a diversidade cultural como uma grande riqueza, este documento encontra-se em diálogo com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais (UNESCO, 2005). A Carta Cultural tem os seguintes fins:

1. Afirmar o valor central da cultura como base;
2. Promover e proteger a diversidade cultural;
3. Consolidar o espaço cultural ibero-americano;
4. Facilitar os intercâmbios de bens e serviços culturais;
5. Incentivar laços de solidariedade e de cooperação;
6. Fomentar a proteção e a divulgação do patrimônio (CARTA CULTURAL IBERO-AMERICANA, 2006).

As políticas públicas voltadas para os museus nas últimas décadas tiveram muitos avanços e desafios. Um dos avanços mais expressivos de políticas públicas para os museus foi iniciar uma política de integração entre os países ibero-americanos. Dando continuidade ao encontro em Montevideu, ocorreu no Brasil em junho de 2007, o I Encontro Ibero-americano de Museus (Salvador/Bahia) que contou com a participação de representantes do campo da museologia e dos museus dos países ibero-americanos.⁵⁰

Para Mario Chagas e Marcelo Lages (2016), deste encontro resultou a “Declaração de Salvador, que em termos conceituais e na forma como foi concebida, tem como referência a *Mesa Redonda de Santiago do Chile* realizada em 1972, que reuniu um grupo de profissionais de museus atendendo a uma convocação da UNESCO para discutir a importância e o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo, em um formato de mesa-redonda, onde estavam presentes a área dos museus e a do desenvolvimento econômico e social. A partir deste encontro criou-se dois novos conceitos: o de museu integral e o de museu como ação.

Estas discussões retornam com maior força a partir do século XXI, tendo a necessidade de se criar um Programa para a integração dos museus entre a região ibero-americana,⁵¹ se aprovou o Programa Ibermuseus⁵² iniciando em 2009, e desde então vem se consolidando como um importante espaço de fomento e articulação de políticas públicas para os museus, além de servir de apoio para a realização de diferentes projetos voltados à mobilização do campo museológico.

49 A XVI Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em novembro de 2006 em Montevideu, Uruguai.

50 Países participantes: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

51 Estatuto da Iniciativa Ibermuseus – Documento anexo a Ata da Primeira Reunião do Conselho Intergovernamental da Iniciativa Ibermuseus realizada em Brasília, Brasil, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2008.

52 O Portal Ibermuseus foi criado como um espaço de difusão das ações realizadas entre os 22 países ibero-americanos participantes do Programa Ibermuseus: Para saber mais acesse: <http://www.ibermuseus.org/>

O Programa Ibermuseus avançou nos países ibero-americanos por meio de encontros intergovernamentais e encontram-se vinculado à Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) e é dirigido por um Comitê Intergovernamental integrado por representantes de doze países membros.⁵³ Conta com a colaboração administrativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), além do apoio financeiro da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Dentro desta estrutura encontra-se a sua Unidade Técnica, responsável pela execução dos Planos Operacionais Anuais e pelo funcionamento do Programa.

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS NA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

Estas políticas voltadas para os museus ocorreram com maior progresso entre os anos de 2003 e 2015 na Argentina, Brasil e Uruguai durante os governos de Néstor Kirchner (2003-2006) e Cristina Fernández Kirchner (2007-2015)⁵⁴; Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)⁵⁵; e Tabaré Vasquez (2005-2010) e José Mujica (2010-2015)⁵⁶ denominados de governos democráticos.

Para entender a formulação destas políticas para museus nestes países do Mercosul é importante entender a região ibero-americana e sua complexidade, pois o Programa Ibermuseus faz parte de um grande projeto de cooperação cultural ibero-americana aprovado nas Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, denominado “Programas IBER”.⁵⁷

Conforme Cris Shore (2010), quando decidimos estudar os formuladores de políticas e a operação efetiva de sua elaboração. Algumas questões tornam-se importantes para uma análise: concentramo-nos nas instituições que formulam as políticas ou em funcionários que formulam políticas públicas, ou em categorias específicas do indivíduo e seu comportamento? A análise da formulação de políticas públicas pode ser definida como “práticas e formas organizacionais através das quais as políticas são geradas” (SHORE, 2010, p.25), torna-se essencial a análise dessas formas organizacionais e práticas socioculturais

Conforme Ana Cláudia N. Capella (2007) na área de políticas públicas existem dois modelos mais expressivos para explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas: o Modelo de Múltiplos Fluxos desenvolvido por John Kingdon (2003) e o Modelo de Equilíbrio Pontuado criado por Frank Baumgartner e Brian Jones (1993). No primeiro modelo procura-se responder à seguinte questão:

53 Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai, e presidido pelo México, a partir de 2016.

54 Durante este período tiveram como **Ministro(a)s da cultura da Argentina**: Torcuato Di Tella Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2003-2004); José Nun - Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2004-2009); Jorge Edmundo Coscia - Secretário de Cultura de la Nación Argentina (2009-2014); Teresa Parodi Ministra de Cultura de La Nación Argentina – (maio de 2014 – dezembro de 2015).

55 Durante este período tiveram como **Ministro(a)s da cultura do Brasil**: Gilberto Gil (2003-2008); Juca Ferreira (2008-2010); Ana Buarque de Holanda (2011- até setembro de 2012); Marta Suplicy (setembro de 2012 até novembro de 2014); Ana Cristina da Cunha Wanzeler - interina (novembro de 2014 a janeiro de 2015).

56 Durante este período tiveram como **Ministro(a)s da Educação e Cultura do Uruguai**: Jorge Brovetto (2005- 2008); María Simon (2008 – 2010); Ricardo Ehrlich (2010-2015).

57 Os “Programas IBER” se configuram entre: O **Ibermedia** (1996): Programa de Apoio a Criação de um Espaço Audiovisual Americano; **Iberarquivos** (1999): Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Iberoamericanos; **Iberscena** (2006): Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Cenográfico Ibero-Americano; **Ibermuseus** (2007); **Iberbibliotecas** (2011) Programa Ibero-Americano de Cooperação em Bibliotecas Públicas.

por que alguns problemas se tornam importantes para um governo? No segundo modelo procura-se criar um mecanismo que permita a análise tanto de períodos de estabilidade, como aquele em que ocorrem mudanças rápidas no processo de formulação de políticas públicas.

Para Fligstein e McAdan (2012), as mudanças acontecem num determinado campo a partir de atores coletivos, pessoas que possuem relações e compartilham das mesmas ações estratégicas, e assim legitimam as regras que governam e a ação no campo. Neste sentido, estas teorias analíticas confirmam a motivação de um grupo de profissionais e pesquisadores e atores políticos por mudanças nas políticas voltadas para os museus durante o período de 2003 a 2015.

A formulação de políticas públicas ocorre com diferentes atores políticos no seu processo de estruturação, no caso da política para os museus a sua construção pode ser estudada por meio uma rede de atores. Conforme Capella (2007) os atores contribuem na chegada de uma questão na Agenda e para a construção de alternativas no processo de definição e formulação de Políticas Públicas.

Para Kingdon (2003) os atores podem ser classificados como “atores visíveis”, são os que recebem atenção da imprensa e do público e influenciam mais na agenda governamental. Estes atores são: o presidente, indivíduos por ele nomeados para altos postos na burocracia governamental, atores do Poder Legislativo, partidos políticos, grupos de interesse, participantes do processo eleitoral, mídia e opinião pública. E o outro grupo são os “atores invisíveis” este grupo tem influência sobre a escolha das alternativas e soluções formam comunidades nas quais as ideias são colocadas em circulação (*policy communities*), sendo composto por servidores públicos, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores, e analistas de grupos de interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou algumas questões sobre a formulação das políticas públicas para a área museológica dentro da conjuntura dos acordos de cooperação internacional por meio do Programa Ibermuseum, entre os países do Mercosul Argentina, Brasil e Uruguai. Re-orientando suas políticas culturais em um sentido mais amplo, estes países participaram destes encontros e acordos, assim pretendeu-se compreender o lugar da política para museus nestes países nas primeiras décadas do século XXI na América Latina.

Os câmbios mais importantes na política para os museus se deram nas legislações, nas mudanças institucionais e na atuação de atores políticos com conhecimento teórico em políticas públicas culturais, na influência de órgãos internacionais, tais como (UNESCO, ICOM⁵⁸, OEI, SEGIB, AECID) na construção das políticas públicas para os museus, nos encontros ibero-americanos e nas recomendações sobre as políticas para os museus.

A formulação das políticas públicas para os museus e suas legislações nacionais para o campo da cultura (e, por conseguinte, para os museus), suas respectivas transformações e os atores políticos, é possível visualizar as modificações que o papel do museu e da museologia latino-americana (tendo como centro de análise a brasileira, a argentina e a uruguaia) tiveram ao longo do tempo, bem como a relevância da instituição museológica dentro do entendimento das políticas culturais de maneira geral.

58 Conselho Internacional de Museus.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. **A política cultural no acordo Mercosul**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 08, n.20, 1994. p. 215-2009
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marque, Eduardo. (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 87-122.
- DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE**. Encontro Ibero-Americano de Museus. Programa Ibermuseum. Santiago - Chile. 2009.
- DECLARAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR, 2007**. Encontro Ibero-Americano de Museus. Programa Ibermuseum. Salvador, 2007.
- DECLARAÇÕES DOS ENCONTROS IBERO-AMERICANOS DE MUSEUS**. Programa Ibermuseum, Brasil. 2012.
- FLIGSTEIN, N, and D McADAM. **A Theory of Fields**. New York: Oxford University Press. 2012
- KINGDON, John. (2003) [1984]. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York: Harper Collins.
- MURTA, Marcelo Lages; CHAGAS, Mario de Souza. **Das “utopias museais” ao pragmatismo estruturado**: Declaração de Salvador e Programa Ibermuseum. Musas nº7 – IBRAM – 2017. p. 64-85
- SILVA, Fabrício Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**: Ano: 2015, fev, Número: 5, p. 67-94
- SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la formulación de las política. **Antipoda - Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 10, p. 21-49, jan. 2010.

“NÃO HÁ FEITICEIRO SEM ARRUDA E CATIMBÓ SEM JUREMA”: CÂMARA CASCU DO E UMA HISTÓRIA DA JUREMA E SEUS USOS COMO PLANTA AMULETO DO CATIMBÓ

*Evelyn de Jesus Jeronimo*⁵⁹

*Roberta Barros Meira*⁶⁰

RESUMO: Luís da Câmara Cascudo nasceu no dia 30 de dezembro de 1898, no Rio Grande do Norte (Natal), teve uma vasta vida acadêmica dedicada aos estudos das culturas populares brasileiras nas regiões Norte e Nordeste. O presente trabalho visa analisar uma das suas obras, o livro *Meleagro*, publicado em 1951. Mais especificamente, busca-se trazer para o primeiro plano os depoimentos e as pesquisas sobre os usos da Jurema no catimbó. Nesse sentido, a história ambiental e a história das religiões se torna lócus privilegiado para pensar o papel do entrelaçamento das culturas indígenas, afro-brasileiras e os saberes médico-religiosos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Catimbó; Jurema; Câmara Cascudo.

O Catimbó condiz com a Pajelança amazônica, mas é diferente da Macumba do Rio de Janeiro e Candomblés da Bahia, conhecido também como Xangôs do Recife e Maceió, muambas, canjerês, feitiços, coisa-feita, despacho, ebó. Como acentua Câmara Cascudo (1951, p. 16), o “Catimbó é o feitiço e o processo de prepará-lo. Sua área é o Brasil (...) No feitiço se reúnem as reminiscências mágicas de velhas raças e de mil processos de encantamento”. O Catimbó é impensável sem o feitiço, e é nele que está a credence popular do Nordeste e Norte do Brasil. No Catimbó nenhum feitiço é feito sem a orientação técnica do “mestre do Além”, e para sua eficácia segura não dispensará parte de um todo humano como roupas, cabelo, unha, dente, saliva, sangue, suor e urina. Os mais sábios mestres do Catimbó foram negros, e prevaleceu em maioria os mestiços e mulatos. E é essa a nossa fonte de análise, o livro “*Meleagro*” – depoimento e pesquisa sobre a magia branca no Brasil e que estuda esse mundo de catimbozeiro. Aliás, interessa notar que algumas das superstições registradas por Câmara Cascudo no Catimbó foram registradas pela Primeira Visitação do Santo Ofício em 1593- 1595.

Também o cuspo mata. Denunciando a feiticeira. Ana Jacome, informava Isabel Antunes a 29 de Outubro de 1593 que estava recém-parida, deitada na sua cama, com a filhinha perto e tendo uma mulatinha de três anos próximo. Chegara Ana Jacome dizendo á mulatinha: - Vós afilhada viveste e a minha filha morreu. “E acabando estas palavras cuspiu três vezes com a boca lançando cuspinho fora por cima da dita mulatinha e por cima da cama toda e acabando de cuspir disse: - ora fica-vos!, e saiu pela porta fora, e logo em se ella saindo pela porta fora logo ella denunciante começou a ter febre e frio, e o mesmo começou também a ter febre e frio a dita mulatinha de que depois disso alguns dias estiveram doente e logo tanto que se a dita Anna Jacome saiu pela porta fora a dita criança pagã que até então estivera sempre sã e lhe tomava bem a mama começou de chorar alto, e acudindo a criança a acharão embruxada com a boca chupada em ambos os cantos tendo em cada canto da boca uma nodoa negra com sinal de dentada e assim mais nas verilhas em cada uma outra chupadura e nodoa negra, e nunca mais lhe tomou a mama, nem pode levar pela boca cousa alguma e logo a batizaram em casa, e chorando continuou até que não pode

59 Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: evelyndocumentos@outlook.com. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ.

60 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: rbmeira@gmail.com

mais abrir a bocca e no dia seguinte morreu que ella denunciante parira no sábadó, e o dito caso aconteceu a quinta feira seguinte pela manhã e a criança morreu logo a sexta feira logo pela manhã (MENDONÇA, 1929, p. 25-26.) .

Alguns elementos importantes do todo humano no Catimbó são o hálito, o sopro e o bafo, está crendice está associada a criação do Homem pelo sopro feito por Deus. Câmara Cascudo (1951, p. 104) destaca que “a saliva é a materialização do hálito, o sopro, índice e forma inicial da vida nos animais pulmonados”. Desta forma, as crenças religiosas ordenam os saberes populares sobre o funcionamento do corpo humano e os diagnósticos das doenças contagiosas.

A mistura dessas doenças com a feitiçaria pode ser associada à escassez de médicos nesse período, para todas as classes, é esse o papel também dessas crendices, a cura. A medicina da feitiçaria por assim dizer prevaleceu por muito tempo com legitimidade, podemos comprovar isso, com o catimbó. Por exemplo, a areia é outro elemento importante para a feitiçaria, no catimbó era usada a “areia de rasto” a areia que o indivíduo pisa, é usada no “chá de rasto” que é indicada para hemorragias de um ferimento qualquer, “o chá é feito assim: o doente anda sete passadas, uma pessoa apanha a terra calcada pelos pés do ferido e com ela faz um chá com água fervendo e dá ao paciente para beber” (CÊSAR, 1941, p. 173-174). Os remédios feitos pela flora medicinal do catimbó eram encontrados facilmente nos mercados públicos, “Há mesmo o catálogo dos ervanários cariocas e paulistas, gente com estoque inesgotável” (CASCUDO 1951, p 84)

Ora, não se pode relevar que a medicina passou a atuar de forma mais marcante no Brasil somente a partir da primeira metade do século XIX, buscando principalmente superar as antigas práticas de cura herdadas do período colonial (COSTA, 1983, p. 28). Nesse caso, durante séculos, os saberes indígenas e afro-brasileiros tiveram um peso significativo tanto na cura como no diagnóstico das principais enfermidades que afetavam a população. A luta entre esses dois saberes seria longa e, quiçá, podemos dizer que continua presente até os dias atuais. A face mais visível da permanência dessa cultura médico-religiosa popular seria os usos ainda corriqueiros da flora pela população em geral.

Exemplo disso seria a flora medicinal utilizada no Catimbó, como a Jurema (*Mimosa nigra*, a jurema preta, *Acacia jurema*, a jurema branca). Nesse caso, são utilizadas as raízes, cascas, sementes. Tradição no seu uso existem já que os indígenas bebiam a Jurema para provocar sonhos excitantes. Como lembra Câmara Cascudo (1951, p. 89), esses usos são retratados no romance de José de Alencar, Iracema, “O segredo da jurema é um sinônimo no Catimbó. A fabricação do licor vermelho e amargo, como escreveu José de Alencar, dado aos guerreiros, não se transmitiu aos brancos.”

Henrique Carneiro (2004, p. 113) também destaca a importância dada à Jurema no romance de Alencar. No entanto, ele ressalta que mais do que a centenária apreciação crítica e popular de Iracema, pouco ou quase nada é dedicado a importância de um elemento fundamental dessa obra, que seria os usos da jurema nas práticas médico-religiosas indígenas. Para ele, esse Romance tem uma relevância marcante no imaginário brasileiro desde o século XIX. “Toda a estrutura da narrativa é composta em torno do fio da jurema, seu consumo é o que aproxima os amantes e a violação do seu tabu é o que os lança fora da tribo”.

A jurema também é usada na fricção aromática, que é um processo tradicional no Catimbó de proteção, é soprado pelo Mestre aguardente com jurema, “O mestre ia esfregando com cachaça e raspas de jurema, as “partes fracas”, as entradas” do cliente”. (CASCUDO, 1951). As partes fracas seriam as curvas das pernas e braços, pulso, testa, pescoço, olhos, sobre as pálpebras, narinas, boca e orelhas. Isso então justifica a teoria de pequenas vendas de pedacinhos de jurema, para fins de amuletos passageiros que

pode ser usado nessas partes do corpo. Temos também a Jurema em uma receita sendo usada para causar feridas incuráveis, “feitiço tremendo”, sal misturado com areia de uma criatura, unhas cabelos, pedaço de roupa íntima são usados, o mestre defuma com a “marca” (cachimbo-grande), com fumo e incenso, salpica de cauim, aguardente com sumo raízes de jurema. E enterra o feitiço em uma encruzilhada próximo à casa do paciente. Câmara Cascudo também registra o contra-feitiço,

o contra-feitiço recomendado é o sal diluído em água salgada do Mar, com terra onde a vítima haja deixado o rasto. Tudo junto e defumado e salpicado de aguardente com jurema, atira-se ao mar. O princípio lógico é que o Mar forma e dissolve o sal (CASCUDO, 1951, p. 116).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Embora, Câmara Cascudo reforce uma visão que minimizava a contribuição da cultura negra na formação da sociedade brasileira (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 9-30), ressalta-se a importância de analisar “Meleagro” (1951) por se tratar de um livro construído em 20 anos, com depoimentos e pesquisas sobre a Magia branca do Brasil. Através desse livro, podemos estudar o que é catimbó e as diferenças que apresenta em relação à macumba e o candomblé. De fato, a presença da jurema nessas feitiçarias, e precisamente na flora medicinal que tem peso no catimbó, associaram-se fortemente à cultura negra e indígena muito mais do que a cultura europeia.

Por sua vez, as questões apresentadas por Câmara Cascudo ainda são extremamente relevantes e atuais. Como se sabe, as interpretações sobre a formação da sociedade brasileira envolveram os estudos sobre as religiões e um fluxo de comparações entre as contribuições das diversas identidades brasileiras. Mas, a nosso ver, rever Meleagro reacende a questão que não se pode mais abordar o folclore sem pensar o apagamento e a perseguição das religiões afro-brasileiras que entrelaçam plantas, memórias, violência, preconceitos, mas, igualmente, por uma ciência pouco reconhecida que ainda é defendida fortemente pelos juremeiros do catimbó.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Mãos Negras, Mentis Gregas as Narrativas de Luís Da Câmara Cascudo Sobre as Religiões Afro-brasileiras. **Revista Esboços**, v. 17, n. 23, p. 9-30, 2010.
- CARNEIRO, H. As plantas sagradas na história da América. **Varia História**. n. 32, p. 102-119, 2004.
- CASCUDO, L. C. **Meleagro**: depoimento e pesquisa sobre a magia branca do Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1951.
- CASCUDO, L. C. (depoimentos). **Homenagens dos seus amigos**. Centro de imprensa LTD, Natal. Abril – 1977.
- CÉSAR, Getúlio. **Credices do Nordeste**. São Paulo: Irmãos Pongetti, 1941.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem medica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- MENDONÇA, Heitor Furtado de. **Primeira visitaçã do Santo Ofício às partes do Brasil**: denúncias de Pernambuco 1593-1595. São Paulo: Paulo Prado, 1929.

DO TERRITÓRIO AO CIBERESPAÇO: UMA BUSCA DO CAPITAL SIMBÓLICO DO INDÍGENA MISAK.

*Jennifer Paola Pisso Concha*⁶¹

*Mário Cezar Silva Leite*⁶²

RESUMO: Neste artigo discute-se como as representações sobre o capital simbólico da comunidade indígena Misak de Guambía, Cauca, Colômbia, transcendem o seu território à cultura digital (cibercultura), sob perspectiva de um olhar não indígena (produtores culturais). Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar a cultura indígena contemporânea Misak quando se depara ao ciberespaço e as novas tecnologias. Os objetos de análise são textos digitais, produções audiovisuais, fotografias, blogs, mídias digitais, redes sociais, projetos comunitários indígenas desde as TICs e/ou comunicação, permitindo observar quais são os desdobramentos da elaboração do campo simbólico dos Misak, interligados em uma realidade física/virtual. A metodologia é de abordagem qualitativa, netnográfica e a construção teórico-metodológica é semiodiscursivo. Portanto, analisar os imaginários, rasgos identitários, elaborações de si e sua cultura do povo guambiano contemporâneo, no ciberambiente, pode permitir uma visão mais aproximada da percepção desses povos no âmbito da diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura; Indígena Misak; Ciberespaço; Produtores Culturais; Capital Simbólico.

INTRODUÇÃO

A Colômbia é um país ancestral. 30% do território é habitado por comunidades indígenas e dos 607 povos indígenas da América Latina, 103 vivem no país, porém 35 deles correm risco de extinção (DANE, 2005)⁶³. Diante dessa situação, a partir de Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), desde a área acadêmico-científica-tecnológica, e em uma menor porcentagem, comunidades indígenas colombianas, optaram por fortalecer o capital simbólico e cultural não só desde o território físico, como também o território digital, não obstante, surgem questionamentos acerca do que se diz verdadeiramente a respeito daquela polissemia de significados no ciberespaço, tais como: é realmente como se identificam culturalmente os povos indígenas ou são representações feitas por outros? O que se está gestando naquela nova cultura, a cibercultura, nesse compartilhar de sentidos e novas formas de significação?

Em concordância, a pesquisa olha para a comunidade indígena Misak, localizada geograficamente ao sul da Colômbia, no município de Cauca, tentando analisar qual é seu capital simbólico na cibercultura. Além disso, para este estudo a pesquisa é de abordagem qualitativa; a ferramenta metodológica é a netnografia, e se apoia em um análises semiodiscursivo.

Para analisar quem é o indígena Misak contemporâneo, usou-se mineração de dados [Data Mining], a partir do Researching e Web Scraping, identificando os hipertextos que redirecionaram informação a comunidade Misak no ciberespaço. Em concordância, a referida mineração jogou 2,420 resultados para texto formato PDF; 701 imagens; 1740 vídeos; 287 notícias sobre eles; 5 Blogs; 6 projetos

61 Mestranda em Estudos de Cultura Contemporânea, UFMT. E-mail: www.moryta@gmail.com

62 Professor e pesquisador do PPGECCO-UFMT. E-mail: mcsil@terra.com.br

63 DANE: Departamento Nacional de Estadística da Colômbia

comunitários indígenas Misak desde as TICs e /ou comunicação no território Wampi; 2 contas pelo Facebook, 2 tags de metadados (# ou Hashtag) pelo Instagram. Adicionalmente, criou-se uma alerta em Google para obter atualizações em tempo real, sobre a comunidade Misak durante o tempo da pesquisa.

CIFRANDO E DECIFRANDO

Mergulhar, observar, analisar cada produto hipermídia, obtido da mineração de dados, na medida que se achava um novo hipertexto, e tendo em conta que dentro desse contexto não se pode pensar a cultura contemporânea sem nos remetermos à questão da técnica produzida dentro de uma cultura, a rede passa a constituir-se, uma “terra de símbolos sem império possível, aberta a todos os ventos do sentido, uma geografia movediça de ares paradoxais que sobrevoa.” (LÉVY, 2001:141).

Nesse sentido, os conteúdos produzidos pelos produtores culturais, indo além de fatos históricos, sociais, políticos, culturais e de luta indígena ao longo do tempo, permitem reforçar a ideia de multiplicidade e de discursos assumidos, a partir de onde se fala, desvelando um campo simbólico que ultrapassa o território para o virtual. E assim como o paradigma informático também ocupa um lugar central nessa ressignificação do mundo, o sujeito cria formas de ser e de estar no mundo. Esse novo espaço modificado pela internet, do qual brota uma nova cultura: a cibercultura.

Bem, o material hipermídia em relação à configuração do indígena Misak contemporâneo desde os diversos formatos (texto, vídeo, áudio, blogs, etc.), vem mudando o jeito de enxergar o indígena como indivíduo passivo e invisível, para enxergar o sujeito com voz, rosto, também, como parte da sociedade que procura espaços de visibilidade e que os produtores culturais vêm entendendo nessa trilha por valorizar a diversidade cultural que existe na Colômbia. Embora, aqueles produtos simbólicos se produzem desde areias certamente acadêmicas, é um começo por conquistar novos espaços (Internet) que permitem apontar a criação de espaços de diálogo cultural, compreensão de diferentes modos de conceber o mundo e fortalecer a identidade cultural dos povos indígenas além de uma memória, para começar a falar/pensar, efetivamente, em uma hipermemória simbólica-cultural das comunidades indígenas.

Isto, considerando que a identidade e a memória de um povo no contexto contemporâneo revelam-se como um desafio, pois “manifesta aqueles rasgos próprios, comuns, específicos, que caracterizam uma determinada região ou área do mundo. Mas também, reflete as diferenças dinâmicas de um povo em relação ao outro”, (Bello e Flores 1997:308). A este respeito, Estevão, Ferreira e Vilma indicam: “não se pretende resgatar a memória na sua totalidade, porque seria impossível, mas se deve pensar que a memória não é o passado, mas a rememoração desse passado feita no presente de um indivíduo, sendo determinada pelas condições presentes do momento”, (2005:4).

Além disso, são os produtores culturais nesse poder propriamente simbólico que fazem existir, ver e acreditar nas experiências do mundo (BOURDIEU, 2003). E no ciberespaço torna-se uma forma de contatar pessoas não mais em função de sua posição geográfica, mas sim a partir de seus centros de interesse (LÉVY, 1999:100). Indo além da tecnologia de informação, a Internet passa a ser compreendida como uma nova cultura, já que pode ser entendida como um espaço de permanente construção de sentidos (GEERTZ, 2008).

Construção de sentidos que não só se constrói, desconstrói e reconstrói no território Misak, mas também no ciberambiente, dentro dessa infinidade de significações possibilitadas pela rede que ampliam as possibilidades da linguagem, permitindo ao homem viver de maneira diferenciada o espaço e tempo, a informação, a sociabilidade e a identidade.

Em concordância, Rüdiger (2013), a partir das leituras de Crampton, pensando o campo simbólico território/virtual é uma espécie de mapeamento no qual projetamos nossos medos e esperanças, tornando-se o nosso projeto de vida e rasgos identitários, bem diz Lévy, (2001:140), “o grande tecido do sentido se materializa sob nossos olhos”, assim que pensar no indígena contemporâneo Misak na cibercultura, é quebrar o paradigma do tempo e espaço, a partir de diversos processos de apropriação de um território físico para um território virtual que precisa compreender as peculiaridades das tecnologias sociais e a sociedade que é produzida por elas.

Portanto, a cibercultura não é apenas um espaço comunitário, interativo e harmonioso, é um espaço de luta, um jogo de aceitações e rejeições, “sabemos que a tecnologia tem vantagens e desvantagens, a Internet é muito boa, mais os meninos não usam bem e se deparam com espaços e pessoas que podem afetá-los negativamente e a comunidade internamente”⁶⁴. Mesmo assim, trata-se de um novo espaço para comunicar “uma rede de conhecimentos, porém, na Internet as ideias passam rápido”⁶⁵.

Então, cibercultura como espaço de significados, a hipermemória que se apoia na tecnologia em processos de reapropriação, e um campo simbólico que se pratica e se vivencia primeiro no território, carregando pela tradição, passando à inovação (incorporação de TICs). Assim que, o Misak contemporâneo está imerso em uma trama e busca de significados que se consomem, se produzem e reproduzem culturalmente; uma produção simbólica da vida. Segundo Daniel Bounoux, é vital para um povo ou para uma cultura construir, consumir e manter sua própria imagem, especialmente, quando as formas pelas quais as culturas nacionais também contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (Bounoux, 1999).

Em correlação, o indígena Misak contemporâneo do território à cibercultura, se depara a um processo contínuo de mudanças, naquele confronto real/virtual, espaço físico/ciberespaço. Um campo simbólico que se nutre de elementos milenários, tradicionais, místicos, que determinam a sobrevivência de determinados símbolos pela cultura mesma (Hall, 1999: 74). Eis que a [ciber]-cultura, vai ficar, vai-se modificar, vai andar, tal qual nossa capacidade como produtores ou consumidores culturais de observá-la nessa movimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ir em busca do capital simbólico Misak em um universo que parece interminável pelas numerosas informações e hipertextos que existem no ciberespaço, além de observar, interpretar e analisar os conteúdos dos produtores culturais, naquela configuração do indígena Misak contemporâneo, se torna um desafio para o pesquisador/netnógrafo contemporâneo digital, que tenta compreender as dinâmicas sociais e culturais na lógica do virtual/digital, e da forma em que as comunidades indígenas hoje, se apropriam das tecnologias, seja a partir de suas próprias produções ou em parcerias com um fim específico (revitalizar a linguagem, desenvolver projetos interativos para fornecer suas tradições, estimular sua produção econômica, visibilizar sua luta indígena, etc.).

Nessa perspectiva, os conteúdos Misak, flutuantes em uma web emaranhada, permitem refletir naquelas formas de ser e de estar no mundo, aquilo que é acreditado, mas também o que outros acham que você deve acreditar, fazendo uso do poder simbólico. De modo que, as transformações tecnológicas não são apenas um espaço da produção industrial e da administração do Estado, senão parte da cultura,

64 Data Mining: Discurso Vicente Paja Tombé - Coordenador Acadêmico Instituição Agropecuária Misak. Procurado em “DOCUMENTAL MISAK, entre arraigo y apertura” <https://www.youtube.com/watch?v=XDILbjeF2bQ>

65 Data Mining: Discurso Heidy Criança Misak. Procurado em “DOCUMENTAL MISAK, entre arraigo y apertura” <https://www.youtube.com/watch?v=XDILbjeF2bQ>

imersa em processos comunicativos, que podem tornar-se cada vez mais complexos pela mesma polissemia de significados (quem olha, quem diz ou não olha nem diz), enfim, são diversos olhares que se materializam em diferentes formatos digitais (texto, áudio, vídeo, foto, animações, etc), e são jogados em cenários digitais e caminhos moventes, universais e fragmentados da rede. Assim que, do território ao ciberespaço, existem uma infinita série de cliques que indo além do estudo da cibercultura, é primordial para compreender como vive o habitante da sociedade contemporânea. Observe-se que o habitante, também é o indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, Mario; FLORES, Milagros. “Identidad cultural, transferencia, tecnología y medioambiente”, **Tecnología y sociedad**. La Habana. Grupo de estudios sociales de la tecnología. I.S.P.”J.A. Echeverría”, 1997. t1, p. 308.

BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ESTEVÃO, Elias; FERREIRA, Priscila; VILMA, Lemos. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LÉVY, Pierre. Virtual. Rio de Janeiro: Ed34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. (Trad. Maria L. Homem, Ronaldo Entler). São Paulo: Editora 34, 2001

RÜDGER, Francisco. **As teorias da cibercultura – perspectivas, questões e autores**. 2ª.ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PALEONTOLÓGICA: PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Márcia Talita Ivo da Silveira⁶⁶

Átila Augusto Stock da Rosa⁶⁷

RESUMO: O presente trabalho aborda a acessibilidade ao patrimônio paleontológico rio-grandense por portadores de deficiência visual a fim de facilitar o conhecimento e a importância do mesmo. Atualmente nota-se uma escassez de materiais paleontológicos destinado a este público em museus ou sala de exposições. Por essa razão, propõe-se incluir ao método tradicional de exposição dos materiais paleontológicos, réplicas de fósseis impressos em 3D, junto com textos explicativos em Braille e textos ampliados. Espera-se, com esse processo, que portadores de deficiência visual possam conhecer e compreender a importância do patrimônio paleontológico do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Patrimônio Paleontológico; Deficientes Visuais; Impressão 3D.

INTRODUÇÃO

Este trabalho lida com a promoção do acesso ao conhecimento e conseqüente valorização do Patrimônio Paleontológico, enquanto Patrimônio Cultural da nação, através da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial é um processo permanente de ensino e aprendizagem através das ações realizadas nos espaços culturais com o objetivo de proteger e valorizar o patrimônio.

A palavra Paleontologia tem sua origem no grego (*palaios* = antigo; *ontos* = ser; *logos* = estudo), ou seja, é o estudo dos restos e vestígios de animais ou vegetais que viveram há muitos anos atrás. Segundo Cassab (2000), as evidências das vidas pré-históricas que ficaram preservadas nas rochas ou outros materiais como o gelo, o âmbar e o asfalto, são denominados como fósseis (palavra derivada do latim *fossilis* – extraído da Terra). Um fóssil, como afirma Holz (1999), é um registro raro e preciso do passado geológico do nosso planeta, que pode variar entre ossos, pegadas, ovos, coprólitos (excremento animal), entre outros materiais.

A promoção da cultura está assegurada em tal grau na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 215, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 1988), e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), que reafirma o direito da pessoa com deficiência à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer indiferente das suas limitações.

As ações desenvolvidas na Educação Patrimonial para os deficientes visuais devem ter como objetivos a construção de conhecimento e o lazer, pois a deficiência visual, segundo Nunes et al. (2010), é uma limitação de uma das formas de apreensão de informações do mundo externo - a visão, mas não significa que deva ser um impeditivo para apropriação de novos conhecimentos. De acordo com Freire (2013), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Dessa forma, o presente trabalho abordará a acessibilidade do patrimônio

66 Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria/RS. Email: mtalitasilveira@gmail.com

67 Laboratório de Estratigrafia e Paleobiologia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Maria/RS. Email: atila@smail.ufsm.br

paleontológico para deficientes visuais, propondo a impressão 3D de réplica do fóssil de garra de dinossauro encontrado Rio Grande do Sul, juntamente com textos explicativos em Braille e ampliado, tornando acessível às pessoas cegas ou com baixa visão a apropriação desse conhecimento de forma autônoma e independente.

METODOLOGIA

A metodologia constou do fornecimento pelo CAPP (Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia), a partir do seu acervo digital, de um arquivo de uma garra de dinossauro escaneada em três dimensões (Fig. 1). Esta garra pertenceu a um dinossauro sauropodomorfo encontrado em Agudo, Rio Grande do Sul, no Período Triássico (cerca de 250 a 200 milhões de anos atrás). Após o processo de escaneamento, o arquivo pôde ser visualizado em três dimensões e ajustado para impressão no software Cura.

Posteriormente, a garra foi impressa em 3D no laboratório de Modelagem em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul (ModeLAB) (Fig. 2). Imprimir em 3D (três dimensões) significa que o produto terá altura, profundidade e largura no final do processo. Essa tecnologia, denominada estereolitografia, de acordo com Takagaki (2012), foi desenvolvida, em 1984, por Charles Hull, engenheiro e fundador da 3D Systems (empresa que fabrica e comercializa impressoras 3D). Para este trabalho foi utilizado o processo de prototipagem rápida com Sistema Aditivo que consiste na deposição de camadas finas de material polimérico (PLA-Ácido Polilático) para confecção do objeto tridimensional.

Figura 1. Ajuste do arquivo da garra no software Cura



Fonte: Acervo da autora

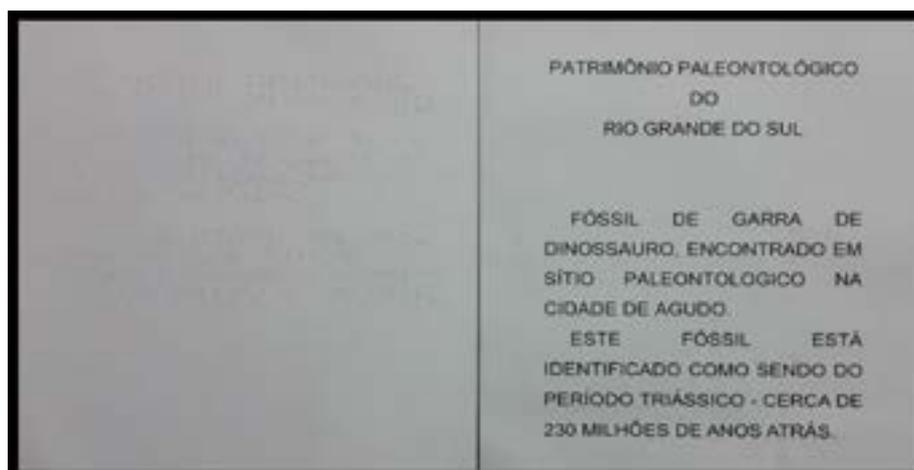
Além da impressão 3D, produziu-se também um texto explicativo sobre a peça impressa (Fig. 3). Este texto foi reproduzido de duas formas: em Braille e em fonte ampliada tamanho 26, conforme indicação da ACERGS (Associação de Cegos do Rio Grande do Sul).

Figura 2. Processo de impressão da garra. A) Impressão 3D; B) Impressão finalizada no suporte; C) Objeto retirado do suporte, com rebarbas de filamento PLA; D) Garra finalizada, após desgaste por lixamento.



Fonte: Acervo da autora

Figura 3. Texto explicativo sobre a réplica do fóssil impressa em 3D.



Fonte: Acervo da autora

RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

A confecção de produtos para deficientes visuais, por si só, não garante sua aplicabilidade, por isso foi realizada visita técnica na ACDV- Associação de Cegos e Deficientes Visuais, localizada no município de Santa Maria/RS. A proposta do material desenvolvido para educação patrimonial paleontológica para

deficientes visuais foi muito bem recebida pela presidenta Sra. Marli Schimitt, cega congênita e formada em Pedagogia. A apresentação desse objeto estabelece um importante feedback para a continuidade e melhoramento das ações propostas. Houve o aconselhamento para melhorar a resolução da impressão 3D devido aos defeitos (buracos e linhas de impressão) causados durante a impressão.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Museus (2011), menos de 3% dos espaços museológicos possuem algum tipo de informação em Braille (textos, etiquetas ou sinalização). Por isso, são necessárias mudanças culturais e institucionais com vistas à elaboração de ações educativas para o público deficiente visual. Essas ações devem respeitar o conhecimento adquirido de cada indivíduo, além de proporcionar bons materiais táteis, disponibilizando junto materiais informativos escritos em Braille ou em tamanho aumentado, áudio-guias e pessoas especializadas que respeitem e auxiliem a visitação desse público.

Em relação ao Patrimônio Paleontológico, existe uma escassez de materiais táteis, privando o conhecimento destas pessoas no que se refere a este tipo de patrimônio. É necessário desenvolver mais propostas com materiais para o público deficiente visual, bem como aplicá-los junto ao público alvo para avaliações e melhorias se necessário.

Observou-se que ao elaborar materiais que possibilitam interação com o patrimônio para deficientes visuais, a efetiva assimilação desse conhecimento e a educação patrimonial deixam de ser apenas medidas paliativas e passam a fazer parte da memória dessa população.

REFERÊNCIAL

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acessado em: 15/07/2017

BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-8/2015/lei/l13146.htm Acessado em: 15/07/2017

CASSAB, R.C.T. 2000. **Objetivos e Princípios**. In: I.S. Carvalho (ed.) Paleontologia Editora: Interciência, Rio de Janeiro

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 46ª ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOLZ, Michael. **Do mar ao deserto. A evolução do Rio Grande do Sul no Tempo Geológico**. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 1999, 142p.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 720p.; 29,7cm; vol.2

NUNES, Sylvia et al. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Psicologia Escolar e Educacional (Impresso)**, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.

TAKAGAKI, L. K. **Tecnologia de Impressão 3D**. Revista Inovação Tecnológica, São Paulo, v. 2, n. 2, p.

28 - 40, dez 2012. ISSN 21792895. Disponível em:<<http://doczz.com.br/doc/26444/capitulo-3.-tecnologia-de-impress%C3%A3o-3d-luiz-koiti-takagaki>>. Acessado em: 27/06/2018.

PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUEM? INQUIETAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO RESIDENCIAL HUGO AMORIM NA AMBIÊNCIA CULTURAL DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS

Tauã Lima Verdan Rangel⁶⁸

RESUMO: A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Quadra pontuar que o meio ambiente cultural, na condição de macrossistema, apresenta-se como algo fluído, incorpóreo, integrado por bens culturais materiais e imateriais que compreendem em seu âmago referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, sensíveis aos aspectos peculiares das comunidades. O presente analisa as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Histórico; Preservação Cultural; Predação Imobiliária; Desenvolvimento Urbano; Plano Diretor Municipal.

INTRODUÇÃO

A cultura brasileira é o resultado daquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Ao se analisar o meio ambiente cultural, enquanto complexo macrossistema, é perceptível que é algo incorpóreo, abstrato, fluído, constituído por bens culturais materiais e imateriais portadores de referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira. Quadra pontuar que o meio ambiente cultural, na condição de macrossistema, apresenta-se como algo fluído, incorpóreo, integrado por bens culturais materiais e imateriais que agasalham em seu âmago referência à memória, à ação e à identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, sensíveis aos aspectos peculiares das comunidades. O presente analisa as alterações no patrimônio cultural do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, em razão das modificações no traçado urbano, advindos do Empreendimento Hugo Amorim Residencial.

ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A PREDACÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE DA IGREJA DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS

Cuida salientar que a Igreja de Nosso Senhor dos Passos foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura por meio da Resolução N° 04, publicada em 30 de agosto de 1985, estando inscrito no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A

68 Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (ESPÍRITO SANTO, 2018). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de “Senhor dos Passos”, nome que permanece até os dias de hoje. Com efeito, é o único exemplar da arquitetura religiosa do século XIX ainda erguido em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando antigas imagens da Capela de São João, demolida em 1884, conforme dados extraídos do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2018).

À sombra dos argumentos expendidos, quadra salientar que a Igreja Nosso Senhor dos Passos, objeto das pesquisas estruturadas, foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, por meio da Resolução Nº 04, publicada em 30 de agosto de 1985, estando inscrita no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, os quais constituem o Livro do Tombo do Patrimônio Cultural. A edificação foi erigida no ano de 1882, quando “o capitão Francisco de Souza Monteiro, pai do governador Jerônimo Monteiro e do primeiro bispo nascido no Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, tomou a iniciativa de erguer uma Igreja” (Espírito Santo, 2018). Cuida salientar que a edificação religiosa recebeu a denominação de “Senhor dos Passos”, nome que permanece até os dias de hoje.

É de se reconhecer que o edifício encerra o que mais marcante existe na arquitetura e arte religiosas locais, configurando verdadeiro ícone que resgata e preserva a memória local, sobretudo da comunidade que floresceu no entorno da edificação. A igreja localiza-se ao final de uma ladeira com sua fachada frontal voltada para o Largo Senhor dos Passos, espaço residual do traçado viário e que, de alguma maneira, resiste minimamente às pressões exercidas pelo adensamento e modernização que incorrem nos ambientes urbanos. Em que pese o Largo Senhor dos Passos não assumir, em razão das alterações sofridas ao longo do transcurso do tempo, tal como pela suplantação da referência do conjunto do entorno, consoante informações ejetadas do Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2018).

Denota-se que não só o impedimento total da visibilidade está proibido, como também qualquer mecanismo ou estrutura que acarrete impedimento parcial ou dificuldade de se enxergar o bem cultural protegido. Neste cenário, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial, localiza-se no entorno imediato da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, consistindo, segundo o projeto encaminhado à Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, em cento e cinquenta unidades habitacionais distribuídas em duas torres, cada qual com quinze pavimentos, totalizando cerca de cinquenta e dois metros de altura. Trata-se de empreendimento que produz consequências lesivas à ambiência tradicional do bem tombado, afetando aspectos característicos singulares de sua moldura cultural e histórica.

É possível afirmar que a Igreja de Nosso Senhor dos Passos personifica um bastião histórico na paisagem, correndo o risco de ser devorado em meio à lógica contemporânea de mercado, notadamente pelo expansionismo imobiliário. Nesta toada, a inserção de novas estruturas na área de entorno da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, a exemplo das apresentadas pelo Empreendimento Hugo Amorim Residencial, devem estar em consonância com a ambiência do patrimônio tombado, traduzida pela rede viária e pela escala do conjunto edificado.

“O não respeito às especificidades do patrimônio em questão certamente anulará a compreensão e o significado do bem para a sociedade”, como bem aponta o Relatório Técnico CHI Nº 001/2012, confeccionado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (2018). De forma demasiada, o Empreendimento Hugo Amorim Residencial afasta-se de qualquer relação harmônica com o Patrimônio

Cultural Material, eis que estabelece uma nova hierarquia na paisagem que tem o condão de desnaturar a ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, de maneira que a edificação tombada perde sua referência no traçado urbano. De igual modo, não é possível esquecer que o Plano Diretor Urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em seu artigo 25, que o gabarito máximo permitido no é de oito pavimentos-tipo, mais três de embasamento, observadas as distinções de cada bairro. Ao lado disso, o §1º do mencionado dispositivo anota que fica facultado o acréscimo de gabarito para até dez pavimentos-tipo, mais três ou quatro de embasamento, desde que mantidas duas unidades residenciais por pavimento.

Não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local. É plenamente perceptível na situação exposta o embate existente entre os projetos imobiliários e a necessidade de preservação da identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Empreendimento Hugo Amorim Residencial interfere significativamente na ambiência da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, afigurando-se como robusta ameaça à percepção deste patrimônio. Ao lado disso, em que pese o expansionismo imobiliário mercadológico propiciado pelo empreendimento em comento, imperioso se revela a delimitação da área do entorno que influencia diretamente no aspecto histórico-cultural do Patrimônio Cultural tombado e, juntamente com essa delimitação, a elaboração de diretrizes da ocupação dessa área, as quais reclamam ampla divulgação, com o escopo de assegurar a participação da sociedade, eis que aquele consagra e preserva a identidade cultural da população.

Desta feita, não se trata de desestruturação dos avanços decorrentes do expansionismo imobiliário, mas sim conformar as edificações às nuances e aos aspectos caracterizadores reclamados para a preservação da estrutura fundamental do meio ambiente cultural, em especial a sutileza ostentada pela Igreja de Nosso Senhor dos Passos e a relação mantida com a população local.

REFERÊNCIAS

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo. Disponível em: < <http://www.secult.es.gov.br> >. Acesso em 14 set. 2018

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2018a.

BRASIL. Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 set. 2018b.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (MUNICÍPIO). Secretaria de Cultura do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso 14 set. 2018.

POR UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS QUADRINHOS

Guilherme Sfredo Miorando⁶⁹

RESUMO: As histórias em quadrinhos são obras abertas cuja linguagem envolve o princípio do fechamento ou do entrelaçamento, que confere a imagens estáticas uma sensação de continuidade e de sequencialidade, exigindo que o leitor complete as elipses da narrativa. Por possuírem essa qualidade que os diferencia, a análise dos quadrinhos não pode se apoiar somente nas imagens ou somente nas palavras. Também não podemos analisar um quadro em separado de sua sequencialidade pelos mesmos fatores. Neste artigo iremos propor uma forma de decodificar essa obra aberta que é o quadrinho através dos parâmetros estabelecidos pelo designer Chip Kidd para criar seu aferidor batizado de Misteriômetro. Faremos isso aplicando teorias de Thierry Groensteen e de Scott McCloud para classificar as gradações entre clareza e mistério na narrativa em quadrinhos.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em Quadrinhos; Metodologia; Análise de Métodos Mistos.

Neste artigo pretendemos propor uma nova forma metodológica de análise de quadrinhos a partir dos pressupostos do design de clareza e de mistério, bem como sua gradação através do método de aferição do Misteriômetro, adaptado do modelo usado por Chip Kidd (2016) para avaliar a inteligibilidade do design gráfico. Na nossa metodologia utilizaremos o Misteriômetro para avaliar quão aberta é uma obra, seja através de frequência ou de classificação dentro das categorias, estas, fundadas em teorias de Thierry Groensteen (2011) e Scott McCloud (2005).

No âmbito das histórias em quadrinhos, “uma imagem é interpretável no sentido em que, dentro de uma narração sequencial como a da história em quadrinhos, ela está sempre próxima de outras imagens, situadas antes ou depois na trajetória narrativa” (GROENSTEEN, 2015, p. 134). Groensteen acredita que os quadrinhos podem operar de forma muito mais poética do que narrativa. O autor propõe que o quadrinho pode ter três planos de produção de sentido: *o mostrado*, *o ocorrido* e *o decodificado* (GROENSTEEN, 2011). Nos quadrinhos, geralmente o que é *mostrado* serve para entendermos o *ocorrido*, trabalhando a mudança de tempo e de espaço na cognição do leitor.

Quadrinhos poéticos, contudo, podem envolver outro nível de ação, a subjetividade do personagem, explorada por meio de figuras de linguagem em estilo visual ou efeitos rítmicos. Assim, esse tipo de quadrinhos vai além da exposição do *ocorrido*, demandando ao leitor “um trabalho de interpretação no qual a categoria do *decodificado* entra em jogo” (GROENSTEEN, 2011, p. 40). Temos então, o seguinte esquema onde o *decodificado* engloba o *ocorrido*, que abrange o *mostrado*:

69 Mestrando em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle (Canoas/RS). E-mail: guilhermesmee@gmail.com

Figura 1. Planos de produção de sentido dos quadrinhos.



A reflexão de Groensteen (2011) ecoa a teoria do “fechamento” de Scott McCloud (2005), sobre a dinâmica das elipses, ou como ele chama, transições, dos quadrinhos. Contudo, para Groensteen, “quando McCloud interroga a natureza da ligação entre duas imagens consecutivas, ele está preocupado apenas com o relacionamento que elas podem ou não ter com um referente comum” (GROENSTEEN, 2011, p. 41).

Tendo isso em vista, propomos aqui uma metodologia para compreender esse tipo de quadrinho. Para isso, baseamo-nos aqui nos pressupostos de McCloud (2005) combinados aos planos de produção de sentido nos quadrinhos de Groensteen (2011). Associamos, ainda, os conceitos de mistério e clareza do design de Kidd (2016), que utiliza uma tabela a que confere o nome de “Misteriômetro”.

Figura 2. Misteriômetro



Para Kidd (2016), peças de *design* que apresentam mais clareza estão mais próximas de número 1, ou seja do sinal de exclamação (!). Aquelas que apresentam mais mistério estão próximas do número 10, ou do sinal de interrogação (?) dentro da tabela do misteriómetro. Para transferir estes conceitos para os quadrinhos, tomamos emprestados as seguintes categorias de McCloud (2005):

1 - *Duo específicos*: Esta classificação exige bastante do contar e o faz não apenas com o texto, mas com a imagem, contando a mesma coisa. Estes quadrinhos acabam parecendo redundantes.

2 - *Interdependente*: Neste quadro, palavras e imagens trabalham juntas para ampliar o significado uma da outra, utilizando o contar e o mostrar ao mesmo tempo, sendo imprescindível a ligação entre as duas para a compreensão total da sequência.

3 - *Aditiva*: Neste quadro, palavras e imagens também trabalham juntas para ampliar o significado uma da outra, utilizando o contar e o mostrar ao mesmo tempo, entretanto uma não depende da outra para ser compreendida.

4 - *Específica das Imagens*: Aqui as imagens dão o tom da narrativa, é através delas que nosso cérebro constrói a unidade da história.

5 - *Ação para Ação e Quadro a Quadro*: Estas duas classificações dizem respeito a movimento: é ele que conduz a narrativa, seja ela um zoom, uma panorâmica, um travelling, ou mesmo um sequência de ações.

Figura 3. Categorias de McCloud aplicadas ao Misteriômetro



6 - *Aspecto para Aspecto e Cena a Cena*: Aqui temos a mudança de quadros em uma sequência deliberada, mas todos eles convergem para o mesmo sentido e são colocados debaixo do guarda-chuva de um aspecto ou de uma mudança de tempo, de espaço ou espaço-temporal.

7 - *Específica das Palavras*: Nesta classificação as palavras são o elemento principal levado em conta para a composição do quadro e da sequência. Nestes casos, a imagem serve apenas como um complemento próprio da linguagem dos quadrinhos.

8- *Paralela*: Diferente da classificação duo específico, essa junção imagem/palavra mostra duas histórias paralelas. Um delas acontece a nível de texto e outra a nível de imagem. Por vezes pode-se tirar um terceiro sentido das duas linguagens ocorrendo no mesmo quadro, mas em narrativas diferentes.

9 - *Tema para Tema*: Permanecendo dentro de uma ideia ou cena, essa classificação depende de um bom grau de envolvimento do leitor para a compreensão da narrativa da sequência.

10 - *Non Sequitur*: É uma sequência deliberada de imagens que não tem a ver com a outra nem temporal nem espacialmente. Geralmente servem para expressar confusão mental, delírio, sonhos ou abuso de entorpecentes.

Dessa forma, a utilização do Misteriômetro como ferramenta de análise pode auxiliar em pesquisas com quadrinhos realizadas sob diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o Misteriômetro pode auxiliar uma análise de conteúdo que busque significados da obra, intencionalidade dos autores e potencialidade de apreensão por parte do leitor. Na pesquisa quantitativa, pode-se explorar a frequência, a repetição e a intersecção desses elementos numa história em quadrinhos. Nos métodos mistos, pode auxiliar a obter uma visão sistêmica do todo da obra, entendendo quais estratégias de expressão estruturam sua linguagem.

REFERÊNCIAS

- GROENSTEEN, Thierry. Comics and narration. Jackson: The University Press of Mississippi, 2011.
- GROENSTEEN, Thierry. O sistema dos quadrinhos. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2015.
- KIDD, Chipp. Julgue isto! TED Books. São Paulo: Alaúde Editorial, 2016.
- MCCLLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos. São Paulo: M. Books, 2005.

AFRO-MERCOSUL: O FATOR ECONÔMICO DA CULTURA AFRO-RELIGIOSA ALÉM DAS FRONTEIRAS SUL-RIO-GRANDENSES

*Roberto Jair Bastos da Cruz*⁷⁰

RESUMO: O tema do presente artigo aborda o fator econômico da cultura afro-religiosa que abrange o Rio Grande do Sul e os países platinos: Argentina e Uruguai. Nessa abordagem não se encontra um problema a ser resolvido, mas apresenta a autogestão econômico-financeira para manutenção e permanência da cultura afro-religiosa através de seus praticantes, juntamente com os comércios locais num processo transnacional, envolvendo também simpatizantes e clientela devota. O objetivo desse trabalho é relatar o fator econômico-financeiro nas práticas afro-religiosas. A metodologia aplicada está dentro de uma visão teórico-argumentativa, baseada em fontes secundárias de autores que tratam o tema abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Afro-Religioso; Autogestão; Economia; Mercosul.

O artigo apresenta um conteúdo voltado ao fator econômico-financeiro da cultura afro-religiosa que se refere ao Rio Grande do Sul e aos países do Prata, provocado por um processo contínuo. Esse conteúdo possui uma metodologia teórico-argumentativa e contém em sua abordagem as informações decorrentes da fundamentação teórica para melhor compreensão do circuito financeiro, gerado por esse processo e baseado na autogestão econômica.

Inicialmente é descrito aqui o artigo intitulado “O atual campo afro-religioso gaúcho”, de Ari Pedro Oro (2012) que apresenta dois enfoques: a importância da Quimbanda⁷¹ na atualidade e a forte influência de pertencimento ao referido campo religioso. Esse campo não se restringe apenas à Quimbanda. Essa se apresenta como um caminho paralelo a outros dois existentes: o Batuque⁷² e a Umbanda. Esses três caminhos que em alguns casos se entrelaçam, formam o que Oro (2012) chama de campo afro-religioso.

O artigo “Religião e mercado no Cone-Sul: as religiões afro-brasileiras como negócio” também de Oro (1998), possui uma abordagem que se conecta com outra obra de Oro (1999), que tem como título “Axé Mercosul: as religiões afro-brasileiras nos países do Prata”. Essa obra, em forma de livro, juntamente com os artigos descritos, trazem uma contribuição para melhor compreensão do tema proposto.

O conteúdo do artigo “El derecho a la autogestión cultural”, de Jorge Eduardo Padula Perkins (2010), explana o direito que as pessoas e os grupos sociais possuem em relação à cultura que não se limita apenas às formas e às manifestações, mas também aos processos produtivos, promocionais e à autogestão. Quanto à autogestão, o referido autor demonstra a capacidade que as pessoas têm em manifestar-se culturalmente sem a necessidade de um gestor cultural. A autogestão abordada pelo autor está inserida no sistema afro-religioso do Rio Grande do Sul e dos países platinos.

O artigo “Mercosul: um processo de integração”, de Rodolfo H. Rodríguez (1995), está embasado nos vários setores que agregam os países-membros. Antes de apresentar todo o processo de acordos e tratados, o referido autor apresenta os antecedentes desse processo, com início em 1986, entre o Brasil

70 Doutorando em Memória Social e Bens Culturais, pela Universidade LaSalle/RS. E-mail: omitoki@bol.com.br

71 Constituída de Exus e Pombas Giras é o lado oposto da Umbanda, mas há o cruzamento entre Umbanda e Quimbanda com a denominação de Linha Cruzada. Nem todos os umbandistas optam pelo cruzamento.

72 Variante africana sul-rio-grandense que está no mesmo patamar do Candomblé baiano, do Xangô pernambucano e do Tambor de Mina maranhense.

e a Argentina e logo depois com o Uruguai e o Paraguai. Em 1991, na cidade de Assunção, Paraguai, foi assinado o tratado, envolvendo os quatro países mencionados na possibilidade de integração com outros países nessa abrangência político-econômica. O conteúdo de Rodríguez (1995) é retomado na conclusão desse tema, com uma crítica mais aguçada em relação às questões afro-religiosas.

Após a fundamentação teórica e retomando o atual campo afro-religioso gaúcho, Oro (2012) vê esse campo de três formas: o Batuque, a Umbanda e a Quimbanda. O Batuque é o que mais se aproxima das origens de matriz africana; a Umbanda é uma mescla de Orixás, Caboclos, Pretos Velhos e outras entidades espirituais provenientes do Espiritismo, agregando aí os elementos mais conhecidos no cenário brasileiro; a Quimbanda é constituída por seres espirituais chamados de Exus e Pombas Giras.⁷³

As três formas do referido campo religioso não ficaram apenas na esfera sul-rio-grandense. Todas elas atravessaram as fronteiras da Argentina e do Uruguai através de seus praticantes: pais e mães-de-santo, chefes de terreiro de Umbanda e de Quimbanda e todos os que agregam a esse sistema religioso. As religiões afro-brasileiras, principalmente as radicadas no Rio Grande do Sul, adentraram os países do Prata a partir da década de 1950 e continuaram nas duas décadas seguintes, com um aumento mais acentuado na década de 80.

Dentro de uma nova visão, relacionada às transformações, globalização e neoliberalismo na América Latina nos anos 1970/80, surgiu a importância do fator econômico para acentuar o lucro e fazer da cultura afro-religiosa um negócio lucrativo, isto é, transformando-a em fonte de renda de forma contínua. Percebe-se, nessa realidade, que no início do processo vinculado às primeiras décadas, o lucro não prevalecia, mas com o tempo, principalmente na década de 70 em diante, o comportamento dos dirigentes religiosos mudou, modificando até mesmo as etapas ritualísticas de iniciação religiosa, porque encontraram aí uma boa fonte de renda.

Sob a ótica de Oro (1999), além dos valores financeiros erguidos por meio de consultas, trabalhos espirituais e contribuições de seus praticantes, simpatizantes e clientes para a manutenção dos templos dos países platinos e seus dirigentes e familiares, o fator econômico abrange também a transação comercial dos produtos religiosos. A referida manutenção é uma prática exercida pelos dirigentes espirituais gaúchos e que foi transmitida aos dirigentes platinos com todo o conjunto de conhecimentos religiosos.

Nesse contexto, observa-se “... la percepción de cada individuo como gestor de su propio desarrollo cultural y el de su comunidad” (PERKINS, 2010, p. 2). A realidade apresentada demonstra que não existe um gestor oficial para controlar as atuações e os trabalhos dos afro-religiosos, exercendo aí a autogestão. Outro fator importante nessa realidade é o social, voltado aos negócios e ao trabalho, tendo o vínculo empregatício e não o religioso. Com a efervescência afro-religiosa transnacional, envolvendo o Rio Grande do Sul com os países platinos, encontra-se uma variedade de produtos religiosos para exportação de Porto Alegre para os países platinos, surgindo nesse universo capitalista o comércio e a indústria.

Algumas lojas, tanto em Porto Alegre quanto nos países platinos, oferecem serviço de consulta através do jogo de búzios⁷⁴ e do jogo de cartas para atrair mais clientela. Outras lojas deixam cartões

73 Exu e Pomba Gira (também chamada de Exu-Mulher) pertencem à Quimbanda e surgiram no Brasil. Não confundi-los com o Exu ancestral, que veio da África, com a denominação de Bará, no Batuque do Rio Grande do Sul.

74 Os búzios são jogados em cima de uma toalha, circundada com colares rituais chamados de guias. O Orixá responsável pelo jogo de búzios, no campo da adivinhação, é o Orixá Ifá, mas quem traz a mensagem ao consulente, através desse jogo, é o Orixá Exu (Bará).

expostos nos balcões de recepção aos clientes para que os mesmos tenham acesso aos templos afro-religiosos para futuras consultas e trabalhos espirituais, demonstrando que, direta e indiretamente, tudo funciona. No comércio e na indústria os interesses são apenas lucrativos, mas os consumidores têm outra visão em relação aos produtos adquiridos.

Os religiosos e simpatizantes, que compram os produtos para determinados fins, encontram nesses produtos não apenas o valor monetário, mas também o valor simbólico-religioso, isto é, os produtos estão impregnados de elementos necessários para a resolução dos seus próprios problemas existenciais. Os produtos são agregados dentro de um conjunto simbólico para o surgimento do efeito desejado.

Essa prática da cultura afro-religiosa induz ao pensamento de que “La cultura no es sólo un bien de consumo, tangible o intangible, sino un bien integrador y creativo, emergente personal y social” (PERKINS, 2010, p. 3). Quando o autor afirma que a cultura não é somente um bem de consumo, fica claro que há o consumismo, mas a prática cultural afro-religiosa direciona esse consumo a outro patamar de significados.

É importante salientar que o comércio e a indústria de forma avassaladora, dentro do contexto apresentado, não se restringem somente ao Batuque, Umbanda e Quimbanda, mas também a outras religiões fora dessa realidade, porque nesse mundo globalizado, em constante transformação, voltado ao consumismo, o capitalismo se tornou imperativo.

Foram constatados que, desde a década de 1950, os cultos afro-religiosos do Rio Grande do Sul, mais precisamente os de Porto Alegre, se dimensionaram até chegarem aos rincões platinos. Essa dimensão se tornou uma efervescência religiosa nas duas décadas posteriores, mas foi nos anos 80 que essa efervescência chegou ao seu auge, com toda uma administração e uma organização de iniciativa dos próprios afro-religiosos.

Nos anos de 1970/80, a América Latina foi marcada pela globalização e pela influência neoliberal. No tocante aos países platinos, antes da década de 80, a cultura afro-religiosa era tida como uma cultura marginalizada “Ao se referirem ao início de sua atuação nos países platinos, as mães e pais são quase unânimes em afirmar que foram tempos muito difíceis devido à discriminação religiosa sofrida sobretudo na Argentina...” (ORO, 1998, p. 6), surgindo até caso de polícia. Mesmo assim, os dirigentes afro-religiosos de Porto Alegre encontraram campo fértil em relação aos países platinos nas questões econômico-financeiras. O referido campo, com toda a efervescência, acentuou-se nos anos 80 com as mudanças político-sociais nos países do Prata.

Quando tudo isso aconteceu não existia ainda o Mercado Comum do Cone Sul. O Conesul se intensificou na década de 1990, com etapas graduais e dentro de relacionamentos adaptáveis em relação aos acordos com os países membros. Na referida década, alguns pais e mães-de-santo de Porto Alegre que tinham filhos e netos-de-santo nos países platinos, faleceram.

Os dirigentes platinos ligados diretamente aos falecidos se emanciparam religiosamente e se tornaram independentes. O fluxo e refluxo entre Porto Alegre e os países platinos se tornou menos movimentado e com a crise houve queda nos negócios do comércio e da indústria dos produtos afro-religiosos. As transações comerciais, de forma mais lenta e reduzida, ainda continuam.

A efervescência afro-religiosa e todo o seu conjunto cultural não foram contemplados nesse processo porque “O Mercado Comum do Cone Sul tem como base a reciprocidade de direitos e obrigações entre os países-membros” (RODRÍGUEZ, 1995, p. 12) e, nesse caso, sem a participação

das formas culturais aí existentes. Diante dos fatos apresentados, percebe-se que houve a exclusão das culturas locais, pelo fato de que, por um lado, trata-se de um bloco econômico voltado apenas às questões lucrativas e não culturais e, por outro lado, o que restou relacionado aos acordos desse bloco econômico foram o comércio e a indústria dos produtos afro-religiosos dissociados da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORO, Ari Pedro. Religiões e mercado no Cone-Sul: as religiões afro-brasileiras como negócio. In: XXII Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1998.

ORO, Ari Pedro. Axé Mercosul: as religiões afro-brasileiras nos países do Prata. Petrópolis: Vozes, 1999.

ORO, Ari Pedro. O atual campo afro-religioso gaúcho. Civitas. Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 556-565, set.-dez. 2012.

PERKINS, Jorge Eduardo Padula. El derecho a la autogestión cultural. Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, 2010.

RODRÍGUEZ, H. Rodolfo. Mercosul: um processo de integração. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995, p. 8-29.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): ENTENDA UM POUCO MAIS SOBRE OS IMPACTOS DESSA POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Luciano Franco Machado*⁷⁵

*Vinícius Oliveira Braz Deprá*⁷⁶

RESUMO: A pesquisa será desenvolvida a partir da bibliografia relacionada às Políticas Públicas, e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e dados dos sites relacionados, da legislação pertinente a BNCC. Primeiramente, serão ressaltados aspectos conceituais, e questões teóricas das políticas públicas, e o desenvolvimento do BNCC, seus aspectos, e oportunidades sociais. No segundo momento será realizada uma abordagem sobre a Legislação pertinente. Posteriormente, será ressaltado o papel do governo frente à compreensão das questões relacionadas às inovações tecnológicas. Na direção de um ensino humanizado que busca desenvolvimento, pelos saberes dos professores e educadores a BNCC passa a transmitir conhecimento entendido como processo. O grande desafio do conhecimento não consiste tanto em repetir o já sabido, em incorporar os saberes científicos, mas, reiterar a sua importância estratégica para retroalimentação do ciclo das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; Políticas Públicas; Desigualdades.

INTRODUÇÃO

O entendimento do impacto dessa aprovação das alterações na Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB) Lei nº 9.394/96, levantou dúvidas sobre a nova organização da educação básica. Pois o futuro decorrente da ineficácia ou inadequada produção de políticas públicas não devem ser aceitos numa sociedade em desenvolvimento que busca dar valor à educação e igualdade para o seu povo, e sonha com a erradicação do analfabetismo.

A pesquisa usará a bibliografia pertinente as Políticas Públicas, dados dos sites relacionados à BNCC. Primeiramente, ressaltam-se aspectos conceituais das Políticas Públicas, e aspectos gerais sobre a BNCC. No segundo será realizada uma abordagem relativa à legislação. Posteriormente, mesmo que brevemente, será comentada a relação da BNCC com as inovações tecnológicas.

DOS CONCEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, LEI DE DIRETRIZES E BASES EDUCACIONAIS (LDB) LEI Nº 9.394/96 E ASPECTOS DA BNCC

Da definição, uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Nesse sentido, contribuindo para construção de uma definição do conceito de políticas públicas, segue o pensamento de Leonardo Secchi.

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2013, p.19).

75 Doutorando em Desenvolvimento Regional – PPGDR. UNISC. (advenfo@gmail.com).

76 Doutorando em Desenvolvimento Regional – PPGDR. UNISC. (viniciusdepra@gmail.com).

Outra definição da política pública na solução de problemas é formada do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza e processos (SOUZA, 2006, p. 25). Os caminhos investigativos em busca da melhor conceituação para as políticas públicas, nestes tempos de dissipação de limites, de movimentações que nos posicionam, implica assumir riscos de ousar nas fronteiras do pensamento, compartilhar e dizer que a política pública surge para atender as necessidades do coletivo e do indivíduo como um todo, constituída a partir de direitos normativos voltados para solucionar um problema público.

O papel do governo, sobre políticas públicas, implica na implementação de políticas públicas, que reflita as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados deliberam uma autonomia relativa que gera determinadas capacidades, que por sua vez, criam as condições para implementação de objetivos de políticas públicas.

A recente aprovação das alterações na Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB) trás à tona a urgência de se determinar as condutas que trariam uniformidade à educação brasileira e a discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se intensificou. Em 20 de dezembro de 2017 foi aprovada a nova BNCC. Foi um grande passo em direção de um ensino humanizado que busca o desenvolvimento de cada pessoa. Na BNCC, neste novo texto são abordados temas como: Direitos da criança e do adolescente; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Diversidade cultural e Educação Financeira, entre outros. Através desse documento construído colaborativamente por especialistas de todo o Brasil, gestores, docentes, alunos e até uma consulta pública online, a BNCC pretende reduzir as desigualdades de aprendizado, estabelecendo as habilidades e competências fundamentais. Nesse contexto, o dispositivo normativo dispõe conforme será disponibilizado abaixo:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC. Oficialmente, busca-se uma educação de qualidade e que contribua para que as crianças possam ter uma vida melhor, mais igualitária e, com isso, construir um mundo melhor.

A BNCC E AS NOVAS TECNOLOGIAS: UMA BREVE RELAÇÃO MIDIÁTICA

Para quem tem a educação como lema, nesse caso o professore e o educador aplaude tudo que possa colaborar para o crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade. Estes professores e educadores passam seus dias com alunos que nasceram com a internet e o celular ao lado do berço, que assistiam ao You Tube ao invés de ouvir canções para dormir ou ficarem quietinhos. É um desafio conseguir que os alunos se interessem pelas aulas, precisam superar a falta de recursos, fazer mágica para lidar com seus salários, ter um amor e um empenho absurdo para buscar se qualificar para abordar esses novos temas integradores, ter paciência com os alunos que não entendem que a educação tem que vir de casa e ainda fazer tudo isso com um imenso sorriso.

Nesse contexto, encontra-se uma sociedade da informação e da comunicação ligadas em seu espaço-tempo diretamente com novas tecnologias, bem informadas, que se comunicam diretamente entre si e com diferentes mídias. Quando envolvem questões da BNCC, apesar de a educação ser parte essencial na formação cidadã, seu potencial de alcance para transformação é limitado ao contexto escolar e pode não dar conta, de preencher todas as lacunas sociais da desigualdade. A pobreza e a desigualdade podem ter poder de natureza econômica, portanto, durante o desenvolvimento dessa política pública da educação, será primordial praticar avaliações das políticas públicas. Numa perspectiva de cidadania e de democratização, as avaliações podem ser um eficaz procedimento para contemplar interesses opostos num momento em que complexos fenômenos provocam mudanças nas sociedades, nas instituições e nas formas como as pessoas orientam as suas ações para o “*novidoso*” (PRESTES, 2012, p. 98).

REFLEXÕES FINAIS

Além das mudanças do governo, a questão de políticas públicas é reflexiva. Pois o governo passa a responder pela agenda, desta forma novas questões entram na agenda, como parte da ideia de que

problemas são construídos, o debate de política pública vai pautar essas ideias, coalisões, alternativas de soluções, para dar prosseguimento. Seguindo conceitos e definições à respeito das políticas públicas, construção essa realizada a partir da necessidade de ampliar o entendimento para que a definição escolhida possa ser melhor adequada para o tipo de política pública à ser pensada.

Na direção de um ensino humanizado que busca desenvolvimento, pelos saberes dos professores e educadores a BNCC passa a transmitir conhecimento entendido como processo. O grande desafio do conhecimento não consiste tanto em repetir o já sabido, em incorporar os saberes científicos, mas, reiterar a sua importância estratégica para retroalimentação do ciclo das políticas públicas. Quanto a legislação pertinente, se faz necessário para que ocorra uma normatização na formulação e seguimento das diretrizes dos programas, planos e projetos das políticas públicas em todo o nosso território brasileiro. Para se construir num dado momento as políticas de avaliação, por meios dos sistemas de informações gerenciais existentes, a fim de construir indicadores de desempenho do BNCC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 agosto de 2018.

PRESTES, M. E. T. **A avaliação de políticas sociais: questões teóricas, metodológicas e políticas**. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n22a06.pdf>. Acesso em: 02 setembro de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cap. 1 – Introdução: percebendo as políticas públicas**. Editora: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

CULTURA ORGANIZACIONAL

*Carla Furtado*⁷⁷

*Carla Weber*⁷⁸

*Margarete Panerai Araújo*⁷⁹

RESUMO: Normalmente os indivíduos procuram conhecer o mundo e as pessoas que os rodeiam e desenvolvem sistemas que permitem saber a natureza das coisas e o comportamento das pessoas. Adquirem grande quantidade de informações e aprimoram seus conhecimentos através das percepções e interpretações do ambiente externo. O principal objetivo do artigo é refletir sobre a cultura organizacional. Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada a técnica bibliográfica. É possível identificar que a cultura organizacional é um dos eixos do mundo empresarial nos dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Organização; Política Interna.

RESUMO EXPANDIDO

As organizações são constituídas por pessoas e por grupos com diferentes interesses, sendo que algumas destas estarão mais envolvidas em orçamentos, tecnologias, projetos avaliações de desempenho e política interna segundo Veppo (2007). O objetivo desse artigo é refletir sobre alguns conceitos da cultura organizacional.

A principal medida adotada pelas organizações é praticar ações que sejam capazes de influenciar outras pessoas e conceber vantagens internas. A política se relaciona com o poder, e o administrador que consegue converter esse poder para benefícios para sua equipe e influenciá-los positivamente de acordo com os objetivos da empresa estará politicamente correto. Esse amadurecimento e a realização de grandes projetos se concebe através de desencontros de ideias onde se aprende a argumentar, defender propostas, implantar projetos estabelecidos na cultura democrática. Para obter o sucesso político nesse ambiente democrático das organizações evita-se defender interesses próprios, mas sim da organização que gerem resultados e para isso é necessário trabalhar ao lado da cultura da empresa.

Para o autor Torquato (2012) o mais importante é o poder nas organizações. Para ele o poder é a habilidade de alguém para influenciar ou induzir outra pessoa a seguir suas diretrizes e, consiste em comandar a natureza e os homens. Afirma que as organizações utilizam três tipos de poder:

1) Normativo que é um conjunto de regras, princípios e diretrizes distribuídos e manipulados por meio de recompensa simbólica,

77 Mestranda do programa de Memória Social e Bens Culturais na Linha de Pesquisa de Memória e Gestão cultural pela UNILASALLE (2018); Pós-graduada em Marketing Estratégico pela UNILASALLE (2013); Graduada em Publicidade e Propaganda pela ULBRA (2008). E-mail: carla.furtado@outlook.com.br

78 Mestranda do programa de Memória Social e Bens Culturais na Linha de Pesquisa de Memória, Cultura e Identidade pela UNILASALLE (2018); Graduada em Psicologia pela UNILASALLE (2017). E-mail: carla.nunesweber@gmail.com

79 Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE). E-mail: Margarete.araujo@unilasalle.edu.br

2) Remunerativo: através de meios materiais e recompensas como salário, gratificações e comissões,

3) Coercitivo: a aplicação ou ameaça de sanções físicas.

Torquato (2012) também cita a comunicação como um quarto poder chamado de poder expressivo, capaz de alterar estados de comportamento, podendo ser decisivo na participação do funcionário e ter eficácia nos programas empresariais. A cultura das empresas se modelam a partir de *inputs* técnicos, administrativos, políticos, estratégicos, táticos, misturados às cargas psicossociais, que justapõem fatores humanos individuais, relacionamento grupais, interpessoais e informais. Para Bateman (2007) sintetiza que a cultura de uma empresa proporciona uma estrutura que organiza e orienta o comportamento das pessoas no trabalho, ou seja, “[...] cultura organizacional: é o conjunto de pressupostos importantes sobre a organização e suas metas e praticas compartilhada pelos componentes da empresa (BATEMAN, 2007, p. 66).

O autor Veppo (2003) exemplifica a concepção de Bateman (2007) afirmando que a cultura organizacional é um conjunto de valores, crenças e normas compartilhadas pelos membros da empresa e faz com que as pessoas se comportem de uma determinada maneira.

Segundo a visão de Bateman (2007) a cultura de uma empresa é facilmente identificada como se fosse a personalidade de um indivíduo, como por exemplo, o modo de se vestir e o comportamento das pessoas, etc. Robbins (2006) esclareceu que os indivíduos com diferentes antecedentes ou em níveis e hierarquias diferentes de uma empresa tem que defender a cultura das organizações em termos similares, no entanto a maioria das grandes empresas possui uma cultura dominante e diversos conjuntos de subculturas, definidas normalmente por anseios departamentais e separação geográfica. Esses significados comuns também identificados como valores centrais fazem da cultura um poderoso dispositivo para orientar e moldar o comportamento dos indivíduos.

Para Bateman (2007) a cultura é determinada por ser forte ou fraca, ou possui uma forte e grande influência na forma que as pessoas pensam e agem, onde todos compreendem as metas, os princípios e as práticas da empresa e acreditam nelas. Informou ainda em sua obra que o comportamento forte promove vantagens, pois está enraizado na cultura da empresa e é disseminado entre todos. Robbins (2007) defende a mesma concepção:

Em uma cultura forte, os valores centrais da organização são intensamente assumidos e compartilhados. Quanto mais membros aceitarem os valores centrais e quanto maior seu comprometimento com tais valores, mais forte é a cultura. Em conformidade com essa definição, uma cultura terá uma grande influencia no comportamento de seus membros, porque o alto grau de comunhão de valores cria um ambiente interno de elevado controle comportamental. (ROBBINS, 2007, p. 289).

Contudo vemos, segundo Bateman (2007) que a cultura fraca consiste em diferentes pessoas e valores, quando as metas da empresa não são claras e há constantes mudanças nos princípios que orientam as decisões. É possível identificar conforme os autores Veppo (2003), Bateman (2007) e Robbins (2007) que a cultura organizacional pode ser percebida como positiva ou negativa, valorizando a cultura forte que todos entendem, a partir das metas e práticas que interessam para empresa e a fraca ou negativa que ocorre quando as pessoas desenvolvem comportamentos diferentes das metas da organização, geram conflitos e são resistentes a mudanças.

O mundo organizacional entende que as afirmações apresentadas para a cultura buscam altos ideais e inspiram os demais membros da organização. E que devem prestar atenção a detalhes e pequenos

problemas do cotidiano e os transformem em soluções através de uma comunicação clara, transparente, objetiva gerando credibilidade interna entre os membros. Segundo Bateman pode-se identificar a cultura de uma empresa a partir da análise de diversos aspectos como a missão corporativa e metas oficiais, observação das práticas de negócios, símbolos, ritos e cerimônias e relatos de pessoas, etc.

É possível concluir que a construção de uma nova cultura pode ser longa, e a busca de novos valores competitivos voltada para o mercado, é o segredo, que está em cultivar uma cultura alinhada com o seu ambiente que contribui para êxito da organização. Robbins (2010) considerou que a cultura desempenhada em uma organização, define as fronteiras, proporciona sentido de identidade aos membros da organização, facilita o comprometimento com algo maior do que os interesses de cada indivíduo, e estimula a estabilidade do sistema social.

Marchiori (2008), afirmou que a cultura organizacional está se tornando um tema fundamental e inquestionável nas empresas para os profissionais, pois atua nas raízes da empresa de forma estratégica na área de comunicação. Convém lembrar que a comunicação deve agir para construir e consolidar o futuro da organização, pois colabora com a imagem, que resulta do desenvolvimento da identidade empresarial e personalidade da organização.

REFERÊNCIAS

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. **Administração**, Liderança e Colaboração no Mundo Competitivo. 1 ed. São Paulo: Mcgraw Hill Brasil, 2007.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**: um olhar estratégico sobre a organização. São Caetano do Sul/SP, Difusão Editora, 2006.

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 7 ed. São Paulo: Pearson, 2007.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, Comunicação**, Crise e imagem: fundamentos das organizações do século XXI. 2 ed. São Paulo: CengageLearning, 2012.

VEPPO, Gilberto. **Administração**: Gestão Invisível. 1. Ed Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

MODELO COGNITIVO DE LIDERANÇA EMPREENDEDORA PARA GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS

*Luciano Vignochi*⁸⁰

*Maria de Lourdes Borges*⁸¹

RESUMO: Uma vez que a economia solidária busca a autogestão dos trabalhadores, o estudo de fenômenos de gestão, tais como empreendedorismo e liderança, se faz necessário e ainda é inexpressivo neste setor. O objetivo deste estudo é descrever um modelo cognitivo de liderança empreendedora aplicado à gestão de organizações solidárias. Trata-se de um modelo experimental que combina o levantamento de auto percepções de estilos cognitivos e flexibilidade com a observação de um desafio em grupo. O modelo pode tornar-se um dispositivo de aprendizagem coletiva para o estímulo à qualificação da gestão de empreendimentos solidários.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; Organizações Solidárias; Liderança; Empreendedorismo.

CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL

A economia solidária [...] compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (SINGER, 2005, p.87).

Dito isto, considera-se, neste estudo, que o empreendedorismo não é somente um atributo de gestão de grandes empresas capitalistas. Um traço do empreendedorismo é a multiplicidade das suas expressões concretas, segundo as circunstâncias para além da oportunidade, tal como o empreendedorismo de necessidade (GAIGER, 2008; GAIGER; CORREA, 2011). As experiências já estudadas refletem a existência de um empreendedorismo associativo com uma lógica de desenvolvimento orientada por objetivos econômicos e sociais (GAIGER; CORREA, 2011). Quando faltar a competência específica ao ramo de negócios escolhido, ela poderá ser construída ao longo da vida da empresa, como ocorre com a empresa capitalista. E o desenvolvimento do espírito empreendedor pode promover a autogestão dos grupos de trabalhadores cooperados.

Entretanto, arranjos autônomos e associativos de produção de bens e serviços, como os da economia solidária, têm merecido uma atenção inexpressiva quando se trata de assuntos relacionados ao ato de empreender (GAIGER, 2008; GAIGER; CORREA, 2011). Combinar o empreendedorismo tradicional com modelos colaborativos favoráveis à experimentação e à descoberta em regime de riscos partilhados se faz necessário. Centrar a análise no equilíbrio logrado entre risco e prudência, ou entre a inclinação e a aversão ponderada ao risco é um ponto a ser estudado. A condução dessa tensão pode auxiliar a dimensionar e desenvolver a capacidade de gestão coletiva na forma de autogestão em ambientes de incerteza.

80 Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento – Unilasalle. Pós-Doutor em Liderança e Comportamento Empreendedor, Doutor em Engenharia de Produção UFSC/ estágio na Universidad Politecnica de Madrid. Mestre em Administração, Especialista em Gestão de Pessoas e Graduado em Psicologia pela UNISINOS.

81 Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento – Unilasalle. Dra. e Mestra em Administração. Especialista em Gestão de Pessoas e Graduada em Psicologia pela UNISINOS. Professora do PPG Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

A experiência social dos indivíduos em coletividade, anterior ao envolvimento com as organizações econômicas como as cooperativas solidárias, pode favorecer ou refrear o comportamento empreendedor (PORTELA et al., 2008). Neste sentido, a cultura operária sofre das limitações herdadas do conhecimento parcial do processo produtivo e pela condição subalterna ocupada na divisão do trabalho (GAIGER, 2008). Por outro lado, é beneficiada pela solidariedade e o desejo de libertação. Assim, a aversão ao risco e a demora em aderir à inovação refreia seu espírito empreendedor. Ao passo que a capacidade de iniciativa e a flexibilidade na gestão pelo senso prático de adaptação, os impulsionariam no sentido da evolução libertária (GAIGER, 2008).

Pires (2018) aponta para a necessidade da criação de dispositivos de discussão das defesas psicoemocionais que os novos cooperados apresentam ao processo de protagonismo e liderança em organizações solidárias. Neste sentido, é preciso diagnosticar a situação do grupo frente ao seu processo de autonomia e independência, podendo ser despertado pelo estímulo ao comportamento de liderança e empreendedorismo para o enfrentamento de problemas de gestão de empreendimentos solidários.

A administração satisfatória de qualquer organização da economia não é somente uma questão de competência técnica, mas de habilidade em lidar com problemas diários, o que exige autonomia e liderança. Quando as experiências dos sócios se somam, espera-se que propiciem maior acerto nas decisões e maior legitimidade para os responsáveis por sua execução (GAIGER, 2008). Sendo assim, a experiência conduz ao aprendizado coletivo necessário as formas de gestão de organizações solidárias.

Por estas razões, o diagnóstico por meio de modelos cognitivos e o estímulo ao comportamento de liderança empreendedora apresenta uma possível tecnologia de desenvolvimento de competências que estimulem a gestão para resultados não só de ordem econômica, mas também sociais.

Portanto, o objetivo deste estudo é descrever um modelo cognitivo de liderança empreendedora aplicado à gestão de organizações solidárias. Três são os principais conceitos do modelo a saber, Estilos Cognitivos, Flexibilidade Cognitiva e Liderança Empreendedora (LIZOTE et al, 2018; VIGNOCHI, 2018)⁸².

DESCRIÇÃO DO MODELO COGNITIVO

O método para a descrição do modelo consiste na formulação de um quase-experimento para triangulação entre dados resultantes da aplicação do *Cognitive Style Index* (ALLINSON; HAYES, 1996), o *Cognitive Flexibility Scale* (MARTIN; RUBIN, 1995) e da performance de futuros participantes no “Desafio do Marshmallow” (DE SIMONE, 2016). Destacam-se os instrumentos utilizados, as etapas da operacionalização do modelo e um desenho quase-experimental.

“Desafio do Marshmallow”: Um exercício de liderança em equipes é proposto aos participantes que construam uma estrutura de torre usando 20 filetes de espaguete não cozidos, 1m de fita adesiva, 1m de corda e 1 *marshmallow* em 18 minutos. Os participantes precisam encontrar alternativas coletivas para a construção da estrutura, com recursos escassos, que eles não conhecem até abrir um pacote contendo o material. Os grupos devem buscar a consolidação do empreendimento, ou seja, construir uma torre tão alta quanto possível com um *marshmallow* anexado ao topo da estrutura dentro de um período de tempo limitado.

Cognitive Style Index: Questionário para mensurar o estilo cognitivo em cinco tipos: Intuitivo, Quase-intuitivo, Adaptativo, Quase- Analítico e Analítico.

82 Nestes artigos encontra-se a bibliografia que fundamenta os respectivos conceitos.

Cognitive Flexibility Scale: Questionário para mensurar a Flexibilidade Cognitiva segundo as dimensões flexibilidade de atenção, representação e de resposta. Consiste em 12 itens para auto avaliação da capacidade do indivíduo de integrar conhecimento e procedimentos relacionados à resolução de situações problemáticas.

Protocolos de observação: Os especialistas utilizam três protocolos de observação durante o experimento. Os itens de *Cognitive Style Index* e *Cognitive Flexibility Scale* devem ser adaptados ao contexto⁸³ para registrar as respectivas observações. Os critérios estabelecidos na Tabela 1 compõem o protocolo de observação de Liderança Empreendedora durante o “*Desafio do Marshmallow*”.

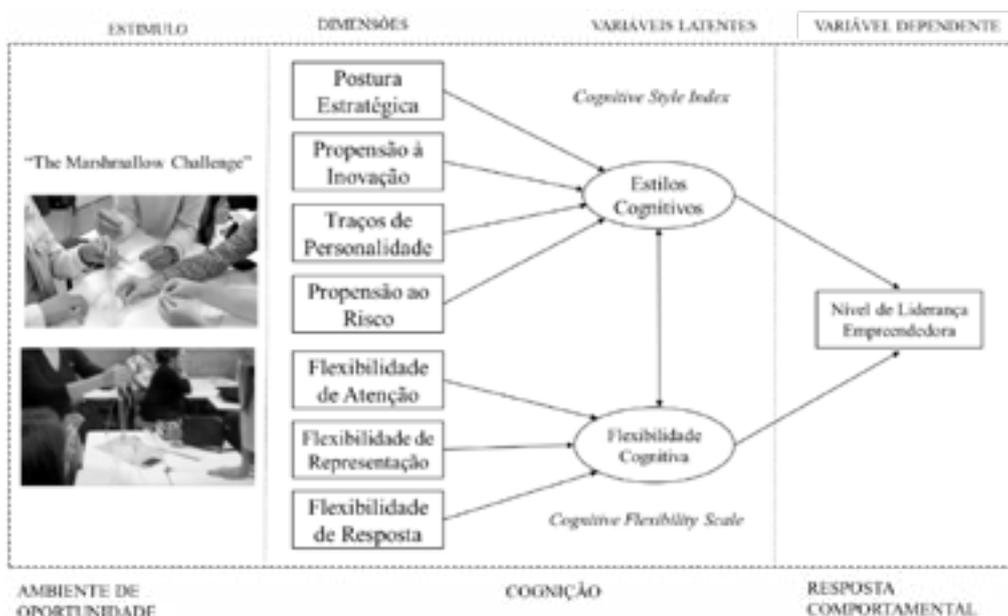
Tabela 1. Escala de propensão à liderança empreendedora.

NÍVEL	INTERVALO	CRITÉRIO
Baixo	0-1	Grupo não cumpriu a tarefa e os procedimentos adotados.
Médio	1-2	Grupo cumpriu a tarefa e resultou na segunda torre mais alta.
Alto	2-3	Grupo cumpriu a tarefa e resultou na torre mais alta.

Fonte: Vignochi (2018)

Etapas: (1) Aplicação do *Cognitive Style Index* e *Cognitive Flexibility Scale*; (2) “*Desafio do Marshmallow*” e (3) Observações de especialistas. No primeiro passo especialistas aplicam os dois questionários. Na segunda etapa, os participantes são convidados a realizar o “*Desafio do Marshmallow*”. Os participantes devem ser distribuídos aleatoriamente em grupos de quatro membros com o objetivo de envolver todos os voluntários. Posteriormente instrui-se os participantes e distribui-se os envelopes fechados com o material para cada grupo. O terceiro passo consiste nas observações de comportamento grupal por especialistas durante o desafio (ver a Figura 1).

Figura 1. Modelo Cognitivo de Liderança Empreendedora



Fonte: Vignochi (2018)

O modelo descrito sugere a simulação de um ambiente de oportunidade para executar a tarefa empreendedora em grupo, de acordo com os estímulos dados no “*Desafio Marshmallow*”. A aplicação

83 Para a aplicação deste quase-experimento em contextos de economia solidária, os questionários devem ser adaptados ao contexto e verificados com pré-testes.

dos questionários visa coletar a auto avaliação individual sobre cognição (estilos e flexibilidade). A observação de especialistas visa o registro do comportamento e a compreensão das relações grupais inerentes às decisões coletivas na tarefa de liderança empreendedora. Sugere-se que imagens do “*Desafio Marshmallow*” sejam gravadas em vídeo e reprisadas em uma reunião com especialistas para confirmação a dos protocolos de observação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo pode ser útil na investigação e no estímulo ao desenvolvimento de competências de gestão em organizações solidárias, tais como a liderança empreendedora. O experimento por meio de levantamento de auto percepções combinadas com a observação de um desafio em grupo pode tornar-se dispositivo de aprendizagem coletiva para estimular a solução de problemas e qualificar a gestão de empreendimentos solidários.

REFERÊNCIAS

ALLINSON, Christopher W.; HAYES, John. The cognitive style index: A measure of intuition-analysis for organizational research. **Journal of Management studies**, v. 33, n. 1, p. 119-135, 1996.

DESIMONE, Justin A. Exemplary Exercises for Entrepreneurship Education. **Management Teaching Review**, v. 1, n. 3, p. 170-175, 2016.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio; DA SILVA CORRÊA, Andressa. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

LIZOTE, Suzete Antonieta et al. Adaptação a Ambientes de Incerteza: influência do estilo e flexibilidade cognitiva. In: **XII Congresso ANPCONT**, 2018. João Pessoa, PB, Brasil. Anais do XII Anpcont, 2018. <http://www.anpcont.org/congresso?phpitem=25>

MARTIN, Matthew M.; RUBIN, Rebecca B. A new measure of cognitive flexibility. **Psychological reports**, v. 76, n. 2, p. 623-626, 1995.

PIRES, Sanyo Drummond. Perlaboração de mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de Economia Solidária. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 7, n. 1, p. 39-53, 2018.

PORTELA, José et al. **Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas**. Lisboa: INSCOOP, 2008.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura Souza (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*; 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 81-129.

VIGNOCHI, Luciano. **Modelo de Competências Empreendedoras para o Enfrentamento de Incertezas**. 2018. 9fl. Relatório de Estágio Pós-Doutoral. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Itajaí. 2018.

Obs.: Agradecemos ao fomento do CNPq.

CASA ENXAIMEL EM JOINVILLE: PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

*Caroline Gonçalves*⁸⁴

*Mariluci Neis Carelli*⁸⁵

RESUMO: Este projeto de pesquisa tem como objetivo estudar as casas enxaimel em Joinville considerando a sua arquitetura e a paisagem na visão dos moradores. A metodologia utilizada na pesquisa tem como abordagem a qualitativa, pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com fotografias e aplicação de entrevistas com moradores da região rural de Joinville-SC, na Serra Dona Francisca, Estrada Mildau.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural; Casa Enxaimel; Proteção do Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar as casas enxaimel da cidade de Joinville, tombadas pelo Patrimônio Histórico ou Unidades de Interesse Patrimonial da cidade de Joinville. O estudo das edificações enxaimel oferece uma perspectiva diferenciada na discussão sobre a importância do patrimônio cultural, uma vez que essa arquitetura está diretamente ligada à história de Joinville, o tombamento dessas edificações protege a memória e propicia novas interpretações e usos do patrimônio no tempo presente.

Esta pesquisa converge não somente para a arquitetura enxaimel, mas também ao entendimento que se tem do patrimônio cultural e como este pode ter contribuído na construção de subjetividades e destaca a relevância da criação de um repertório sobre o objeto em estudo. As paisagens que a casa enxaimel representa estão principalmente na área rural, onde predominam pequenas propriedades das quais vislumbrada na paisagem e o conjunto de manifestações imateriais inerentes à região.

Para esta pesquisa o patrimônio material se sobressai, em função do objetivo proposto, entretanto o imaterial, aqui no saber fazer entrelaça material e o imaterial. O estudo da arquitetura do enxaimel passa a ser uma temática relevante para compreender os processos construtivos, a memória e a identidade, enfim a imaterialidade trazida pelo imigrante em Joinville no século XIX (FICKER, 2008; OSWIECIMSKY, 1992).

A CASA ENXAIMEL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em se tratando do valor atribuído ao patrimônio cultural, seja qual for o valor, evidenciamos a questão de que o patrimônio não pode ser visto ou tratado de forma a não distinguir material, imaterial, natural, cultural, histórico, arquitetônico, considerando que “valor é sempre uma atribuição” (MENEZES, 2009, p. 33) e a referência desta atribuição é a sociedade.

O patrimônio material e imaterial contribui para criação da memória, com sua preservação é capaz de perdurar. A memória faz parte da identidade e proporciona o sentimento de pertença para uma comunidade. “Preservar significa permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do

84 Estudante do quarto ano do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

85 Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

fazer sentido” (KÜHL, 2008, p. 282).

A casa enxaimel é marca indelével na paisagem criada pelo imigrante em Joinville, onde o trabalho do homem sempre esteve combinado com a natureza. Quando aqui chegaram esses imigrantes cercaram sua propriedade “com árvores frutíferas e com uma horta que, por força das circunstâncias, teve que ser “esticada” ao máximo na tentativa de envolver o conjunto de construções” (WEIMER, 1994, p. 72).

As casas carregam os valores intangíveis como as memórias e lembranças, o saber construir uma casa enxaimel foi trazido nas memórias. Esse designer se ajustou à paisagem local, tornando-se um patrimônio do tempo presente. Segundo Weimer (1994), não basta entender as formas arquitetônicas e o sistema construtivo das casas enxaimel, deve-se buscar a compreensão do ambiente social e cultural que proporciona as paisagens identidade de tamanha relevância.

A CASA ENXAIMEL EM JOINVILLE

Foram realizadas visitas e entrevistas com 13 moradores de casa enxaimel da região rural de Joinville, no distrito de Pirabeiraba. Os moradores entrevistados possuíam entre 55 e 75 anos, grande parte deles agricultores aposentados, com ensino fundamental incompleto. Todas as edificações visitadas são usadas como moradia, a maior parte delas com mais de 100 anos, e os moradores atuais são quase sempre herdeiros de terceira geração.

Grande parte das moradias possuem dois quartos, cozinha, sala de estar e banheiro. Muitas delas acabaram passando por adaptações pois na época de sua construção o banheiro não era implantado na mesma estrutura da edificação. Portanto a maior parte das casas passaram por ampliação, trazendo o banheiro e a lavanderia para estrutura principal da casa. Comparando as residências com os padrões atuais, são consideradas pequenas, com cerca de 50m².

Todas as casas visitadas possuem o “sótão”, que fica entre o forro e o telhado, e eram utilizados como dormitório. As escadas de acesso para o sótão são em madeira, e muito íngremes, com piso de cerca de 20cm, e espelho com cerca de 29cm. Como um degrau sobrepõe o outro cerca de 16 cm, o acesso ao pavimento superior toma-se dificultado. Sendo a maioria dos moradores atuais das casas idosos, esses espaços acabam não sendo mais utilizados da mesma forma que anteriormente, mas sim apenas como depósitos. A casa acaba não podendo então abrigar muitas pessoas.

Grande parte dos moradores entrevistados possuem uma ligação afetiva muito forte com a edificação, por se tratar de um patrimônio que passou de geração a geração na família. As casas carregam com eles uma série de lembranças e fazem parte da identidade da família. Um exemplar de casa enxaimel em Joinville é a casa Fleith, construída em 1913, tombada em 2001, pelo Estado de Santa Catarina, figura 1.

Figura 1. Casa Fleith, Estrada do Pico – Joinville, 2018



Fonte: Fotografia de Caroline Gonçalves, 2018

A maioria das casas visitadas são tombadas ou de interesse patrimonial municipal ou estadual. Essa é uma questão que acabou gerando algumas discussões durante as entrevistas. O ato do tombamento é visto como algo que não traz benefícios ao proprietário do imóvel. Os moradores sentem falta de benefícios que assegurem a manutenção das casas enxaimel. Entre os moradores das casas que não são tombadas, é visível o temor de que após o tombamento o proprietário acabe não possuindo o poder total sobre a edificação, sem a possibilidade de fazer as interferências desejadas. Outra preocupação visível é com relação aos custos para preservar a casa, que acabam se tornando-se muito altos por se tratar de casas já centenárias.

Algumas das casas que foram visitadas encontram-se em um estado de deterioração e sem condições mínimas para moradia. Em contato com os proprietários, argumentam que não possuem condições financeiras para reforma, e a casa acaba exposta a ação do tempo. Algumas das casas visitadas estavam com o telhado danificado, partes destelhadas, e a casa exposta completamente às intempéries. Os proprietários dizem que não possuem condições financeiras para reforma da casa e possuem uma certa revolta pelo seu tombamento, restam praticamente ruínas que não podem ser demolidas.

Dentre as 13 casas visitadas, 5 estavam em um estado de deterioração muito grande. Dessas 5, 3 delas eram tombadas. As casas conservadas correspondem a 62% (8 casas), e destas, apenas 2 eram tombadas.

Quando os moradores foram questionados sobre o que é Patrimônio Cultural, a maioria das respostas foram voltadas a preservação, valorização, história, cultura e memória. Em geral, os proprietários possuem o conhecimento do que é Patrimônio, e sua importância para o legado a Identidade Cultural.

Com relação a paisagem, os moradores expressam com alegria a paisagem em que as casas estão inseridas, consideram ser paisagem os rios, montanhas, plantações, estradas, e que revelam memórias significativas de suas vidas. Descrevem a mudança da paisagem ao longo dos anos, que demonstra o desenvolvimento da cidade, e a mudança do modo de vida das pessoas. Os moradores das casas nas margens da SC 418 relatam uma enorme mudança na paisagem, consequência da implantação da rodovia, e se queixam pelo fato da rodovia ter sido construída tão próxima das edificações, o que mudou totalmente o estilo de vida das famílias que ali moravam.

A última pergunta que foi realizada para os moradores foi: Qual palavra expressa para você as casas enxaimel e a região que você mora? As palavras mais citadas foram: tranquilidade (32%); preservação(18%); memória (11%); patrimônio e pequena (7%); família, cultura, conhecimento e ruínas

(4%); velha, antiga e beleza (3%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe muitas reflexões sobre o patrimônio histórico edificado como um objeto social, problematizando as práticas sociais e os significados que derivam da cultura material. O patrimônio histórico edificado é entendido como artefato arqueológico, ou seja, um dos elementos da cultura material. Nesse caminho reflexivo está a casa enxaimel em Joinville.

Assim, o estudo das casas enxaimel e suas paisagens culturais oferece uma perspectiva diferenciada na discussão sobre o patrimônio cultural, uma vez que traz no seu bojo conceitual a inseparabilidade dos elementos tangíveis, e neles os arqueológicos, e intangíveis, combinados na relação significativa do homem e natureza.

A casa enxaimel encontrada em Santa Catarina é uma edificação de cerca de 50m², que tinha como intuito acolher as necessidades de moradia do imigrante europeu e possuem valor paisagístico, etnográfico e históricos, contemplam também técnicas e práticas exclusivas, diferenciadas da arquitetura, resgatando valores da colonização alemã do sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Letradágua, 2008.

IPHAN, Portal. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 11 maio 2018.

IPHAN. **O patrimônio do imigrante**: Roteiros Nacionais da Imigração. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

IPHAN, Depam. **Paisagem Cultural**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia/SP: Atelie Editorial, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto/MG, p. 25-39. 2009.

OSWIECIMSKY, Theodor Rodowicz. **A colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 1992.

RIBEIRO, R.W. **Paisagem cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

WEIMER, Günter. **Arquitetura enxaimel de Santa Catarina**. P. Alegre: L&PM, 1994.

UM OLHAR SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS

*Maria de Lourdes dos Santos*⁸⁶

*Judite Sanson de Bem*⁸⁷

RESUMO: Neste artigo pretende-se analisar a memória institucional da Escola de Engenharia da UFRGS. Esse objetivo refere-se à necessidade prática de sistematizar o caminho percorrido nos anos de 1980 – 2018 em relação à Escola. “Sendo assim, é delineado o problema de pesquisa deste projeto: como construir a trajetória da Escola de Engenharia da UFRGS para divulgar sua memória institucional à comunidade acadêmica nacional e internacional”. O referido artigo faz parte de um projeto para dissertação de mestrado que se encontra em elaboração.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Institucional; Trajetória; Escola de Engenharia da UFRGS.

INTRODUÇÃO

Historicamente, tudo começou com uma reunião em uma residência na Rua Duque de Caxias em Porto Alegre/RS no final do século XIX, proposta por um grupo de engenheiros militares preocupados com as necessidades de ensino técnico e profissional, especialmente nos graus médio e superior. Por iniciativa deste grupo de engenheiros fundava-se em 10 de agosto de 1896 a Escola de Engenharia de Porto Alegre, com o objetivo de desempenhar importante papel na formação de profissionais nos diversos campos da engenharia, como também no desenvolvimento técnico profissional e rural em nosso Estado. (JORNAL DA UFRGS, 1896). Os fundadores da Escola de Engenharia da UFRGS foram João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Octaviano Miller, Gregório Paiva Meira e Lino Carneiro da Fontoura, todos os professores da antiga Escola Militar de Porto Alegre, e decidiram convidar o engenheiro civil Álvaro Nunes Pereira para dirigir a instituição. Num segundo momento foram convidados os engenheiros militares José Marques Guimarães, professor da Escola Militar e Alfredo Leal, diretor da Faculdade de Farmácia, para fazerem parte do corpo docente. Outras escolas superiores de ensino livre foram fundadas no final do século XIX e início do XX, como a Faculdade de Farmácia (1895), a Faculdade de Medicina (1898) e a Faculdade de Direito (1900). (LERSCH, 2016).

Cabe aqui ressaltar que a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi pensada na sua origem como uma Escola de Agrimensura, no entanto a proposta cresceu e passou a formar uma instituição com programas diferentes daquelas escolas de ensino oficial. A ideia era tomar por referência os moldes dos institutos ingleses e americanos, formados pelas escolas técnicas-profissionais. (LERSCH, 2016). Com o passar dos anos e com uma trajetória de 122 anos, tem-se criado diariamente uma memória importante para a sociedade brasileira e internacional, e tal importância se deve à sua abrangência em termos numéricos de alunos, professores, instalações, bem como de projetos, convênios, intercâmbios, acordos, protocolos e outros processos.

O quadro 1 apresenta alguns dados referentes à estrutura da Escola de Engenharia da UFRGS:

86 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória social e Bens Culturais. Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS.

87 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória social e Bens Culturais. Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS.

Quadro 1. Estrutura Física-Organizacional da Escola de Engenharia da UFRGS

DADOS	QUANTITATIVOS
Prédios	18 (espalhados entre campi centro e vale)
Técnicos Administrativos	130
Docentes permanentes	230
Alunos matriculados (graduação e pós-graduação)	11.000
Laboratórios	93
Grupos de Pesquisa	13
Departamentos	9
Programa de Pós-Graduação	8
Cursos de Graduação	13
Centro de Tecnologia	1
Incubadora Tecnológica Héstia	1
Biblioteca de Grande Porte	1

Fonte: Setor de Gestão de Pessoas da Escola de Engenharia da UFRGS, 2018.

A Escola de Engenharia da UFRGS possui um arquivo permanente com a documentação oficial tanto da fundação (atas, relatórios, álbuns de fotografias entre outros) quanto do seu desenvolvimento, seja em termos de área física, a de criação de setores, cursos, etc. Diante disso, há a necessidade prática de organizar o caminho percorrido em relação aos diversos avanços em seus 122 anos; sendo assim, é delineado o problema de pesquisa deste projeto: “Formas de organizar a trajetória da Escola de Engenharia da UFRGS para poder divulgar a sua memória institucional à comunidade acadêmica nacional e internacional”.

O objetivo deste artigo é divulgar, brevemente, a memória institucional da Escola de Engenharia da UFRGS.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Para Costa (1997) os conceitos referentes à organização e instituição não podem ser confundidos. A memória organizacional é entendida, para a autora, como conservação e compartilhamento das informações de uma organização. Sendo assim, a memória organizacional trata da informação, enquanto a memória institucional contempla a memória organizacional, mas avança especialmente no que trata da sua legitimidade.

A memória é um dos elementos principais no funcionamento de uma instituição, pois é através dela que as instituições refletem a própria sociedade. Isso acontece porque ela resulta de escolhas feitas no seio da sociedade, sendo que tais escolhas são embasadas nos valores elencados pelo respectivo grupo social que formou aquela instituição. Por isso, mudar uma instituição é difícil, uma vez que para tanto é preciso que haja mudança nos valores que embasam essas escolhas. Valores esses que estão por trás da produção da subjetividade que ocorre dentro de cada instituição. Nesse sentido, para promover uma mudança na instituição é preciso que haja espaço para transformação dos valores que estão por trás das escolhas que formaram a mesma tal qual se encontra no momento. Caso não haja esse espaço para

mudança, diante de uma tentativa de mudança forçada, há o risco de intolerância nas relações, pondo em xeque a própria instituição. (COSTA, 1997).

Precisa-se entender a memória como singularidade e não como conservação de informações. Portanto é necessário compreender que são as pessoas que fazem a instituição através da construção diária de sua trajetória e divulgação. Para que a instituição possa sobreviver, um dos requisitos é que elas estejam com suas portas abertas à sociedade, servindo-a de alguma maneira, bem como em termos de confiança em seu funcionamento. Sendo assim, as informações, documentações e transparência formam a confiança da sociedade, que é à base de uma instituição. (COSTA, 1997).

Segundo Nassar (2007) a construção da memória institucional está vinculada à história e uma narrativa, seja ela individual ou coletiva, social ou organizacional, foi ou é representativa para cada um, e o relevante é registrado. Afirma, ainda, que a memória institucional promove a preservação do capital emocional e intelectual do patrimônio técnico e informativo, tangível e intangível, do indivíduo e da instituição.

Nesta mesma perspectiva histórica de marcas do passado, a autora Barbosa conclui em seu estudo que a memória institucional consiste em uma (re) construção do passado, e que não é possível voltar ao que não se presencia mais, ao tempo decorrido, se não for pela memória. Como todo o processo de escolha e seleção, constituirá a memória da instituição aquilo que foi relevante para ela estará impregnada de sua cultura. (BARBOSA, 2010).

METODOLOGIA

A pesquisa sobre a memória institucional da Escola de Engenharia da UFRGS será realizada utilizando-se de uma metodologia qualitativa que é uma forma de saber como os indivíduos ou grupos solucionam um problema social ou humano. (CRESWELL, 2010). Para elaborar a trajetória da Escola de Engenharia da UFRGS pretende-se fazer entrevistas com professores e técnicos administrativos. Os documentos abrangem a coleta e sistematização de relatórios, álbum de fotografias, atas de fundação, jornais e demais documentos que servirão de apoio para traçar a trajetória desta Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste projeto é investigado o problema de como construir a trajetória da Escola de Engenharia da UFRGS para divulgar sua memória institucional à comunidade nacional e internacional. A memória desta Escola e sua relação com a sociedade é de grande importância para todos nós, pois apresenta uma visão de que devemos colaborar para o desenvolvimento da sociedade e isso está na raiz de sua formação.

O valor da Escola de Engenharia para a Universidade e para a sociedade é inestimável, e trazer a memória, a tradição, o reconhecimento é também olhar para o futuro. Esta unidade é um dos grandes pilares da UFRGS. Cabe ressaltar também que o referido projeto de pesquisa faz parte de minha dissertação de Mestrado, portanto, encontra-se na fase inicial, ainda sem resultado concreto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS – ABRAPCORP, 4., São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: ABRACORP, 2010. Disponível em: <<http://doczz.com.br/doc/553660/mem%C3%B3ria-institucional--uma-revis%C3%A3o-de-literatura---CRB>>. Acesso em: 29 Set 2018.

COSTA, Icléia Thisen Magalhães. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica.** 1997. 169f. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

CRESWELL. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2010. 296p.

LERSCH, Inês Martina. Contribuições da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a formação do campo profissional do urbanismo (1896-1930). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 14, 2016, São Carlos. **Anais...** São Paulo: IAU/USP, 2016.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas: a construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações.** São Caetano do Sul: SP: Difusão Editora, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 108p.

MULHERES NA ESCOLA DE ENGENHARIA: PRECURSORAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970⁸⁸

Maria de Lourdes dos Santos⁸⁹

Judite Sanson de Bem⁹⁰

RESUMO: Neste artigo intenciona-se analisar a presença de mulheres nas áreas de engenharias a partir de um estudo de caso na Escola de Engenharia da UFRGS. Para isso, serão analisadas coleções de fotografias do início da década de 1970, em comparação, com a crescente inserção de mulheres nos espaços da Escola de Engenharia no período recente (2016), a partir de registros feitos pela autora.

PALAVRAS CHAVES: Mulheres; Precursoras; Escola de Engenharia; UFRGS.

INTRODUÇÃO

Historicamente a Escola de Engenharia foi idealizada por cinco engenheiros militares, que eram professores do Colégio Militar da capital, e um engenheiro civil; fundaram em 10 de agosto de 1896 a Escola de Engenharia de Porto Alegre, que possuía como princípios ser uma instituição voltada à prática, à técnica e a interligação entre diferentes níveis de ensino. Em 1897 ocorreu a inauguração solene da Escola de Engenharia, nas salas do Ateneu Rio-Grandense - escola pública que cedeu seus espaços para a nova instituição. Os cursos oferecidos, segundo estatutos criados e reformulados entre 1897/1900, foram os de Estradas, Hidráulica, Arquitetura, Agrimensura e Agronomia.

O prédio específico para receber a escola foi entregue em 1900, elaborado sob a perspectiva do movimento cultural historicista, inspirado nos palacetes italianos do renascimento. Em 1903, surge o Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE). Em 1931 passa a unidade ser chamada oficialmente Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. No entanto, com a criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, a partir da junção das diferentes unidades de ensino superior da capital, a denominação passa a ser Escola de Engenharia, nome utilizado até hoje.

Neste artigo intenciona-se mostrar como transcorreu a presença de mulheres no início da década de 1970, época que marca o início da entrada destas no mercado de trabalho, porém em profissões mais “softs” devido considerarem as engenharias como uma profissão típica para o sexo masculino. Pretende-se mostrar, também, a ampliação do espaço que a mulher engenheira obteve no início do século XXI.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise de fotografias tiradas pela autora, identificando as mudanças, os textos emitidos em aula, documentos e a internet.

UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA DE ENGENHARIA

Este ensaio contará com a observação e análise de fotografias, visando extrair os significados dos elementos das imagens. Para tanto, na visão de Monteiro (2007) fotografia é uma imagem técnica de

88 Artigo sobre um ensaio fotográfico da disciplina: Seminário Paisagens e Identidades Urbanas do PPG em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle. UNILASALLE, Canoas, RS.

89 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória social e Bens Culturais. Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS.

90 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória social e Bens Culturais. Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS.

estrutura híbrida, gerada por técnicas físico-químicas pela ação humana e pelo uso de aparelho óptico, que agrega princípios técnicos, políticos, sociais, culturais e ainda estéticos do fotógrafo e da sociedade na qual ele pertence. Assim, a imagem gerada nas fotografias e nos ambientes que as cercam, conta com interpretações que dependem do contexto da época em que foram produzidas.

A figura 1 mostra o Prédio da Escola de Engenharia ocupando o tempo e o espaço. Segundo Kossoy (1992) a imagem fotográfica é antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor.

Figura 1. Vista do Prédio da Escola de Engenharia, 1905

Fonte: Escola de Engenharia, Biblioteca e Observatório Astronômico [1938].



A figura 2 mostra o Prédio da Escola de Engenharia depois de sua restauração, demonstrando a interação entre o sujeito e o território, tendo em vista que a noção de paisagem envolve pelo menos três componentes unidos em uma relação complexa: um local, um olhar e uma imagem.

Figura 2. Prédio Centenário da Escola de Engenharia, 2018

Fonte: Escola de Engenharia, Biblioteca e Observatório Astronômico [1938].



O estilo do prédio original foi mantido, o que pode ser percebido na fachada. Localizado em

frente à Praça Argentina, antiga Praça Independência, onde originalmente existia uma íngreme ladeira, corrigida em 1857 com aterro e construção de um muro de contenção. O terreno onde foi implantado o prédio caracterizava-se, no início do século XX, como o começo da zona plana e alagadiça, chamada Campo da Redenção. Na década 1920, a praça passou por importantes modificações: arborização, ajardinamento e construção de muralhas e escadarias. O entorno sofreu várias modificações nas últimas décadas, como por exemplo, as reformulações das avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha que ali se iniciam. A construção de edifícios altos, as demolições e a introdução de duas elevadas mostram no início do século XXI outro contexto, que, no entanto, não tirou a beleza do histórico prédio Centenário, já com os seus 120 anos de existência.

Pelo artigo 70 do Estatuto da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1912 vetava-se, expressamente, a matrícula de mulheres em qualquer Instituto da Escola. A Primeira Guerra Mundial começaria a alterar este panorama. Em 1918 já havia uma datilógrafa auxiliar, um cargo que viria a substituir o de segundo auxiliar do secretário. Mas havia planos que antecipariam o próprio movimento feminino e que, ainda que de forma coerente com a concepção da época, inseririam as mulheres nos relatos da Escola: uma seção do Parobé só para elas. Em 1919, foi criado um curso feminino neste Instituto destinado ao ensino de artes e ofícios domésticos. (HASSEN; FERREIRA, 1996). No ano da Semana de Arte Moderna, em 1922, quando Anita Malfatti e Tarsila do Amaral rompiam com a lógica da dominação masculina no cenário artístico, timidamente, a Escola de Engenharia daria um passo que mais revoltaria do que contentaria as feministas: o curso de educação doméstica e rural para as meninas recebia aí suas primeiras alunas no seu prédio novo (onde hoje está a Faculdade de Arquitetura da UFRGS). No contexto das classes populares de um estado de economia rural, de uma cultura machista, foi um grande passo.

O Presidente da Escola, João Ferlini, consulta o Conselho da Administração sobre o tratamento que se deveria antepor ao nome da aluna moça, a primeira mulher a concluir o curso de Químicos Industriais. Na ata do Conselho Administrativo consta que houve uma ligeira discussão sobre o referido assunto, e a solução foi indagar a Escola Normal sobre procedimentos que adotava com suas moças. Tratava-se da primeira mulher a concluir um curso superior na Escola: Juraci Simões Lund, formada em química industrial em 1933.

Com o passar dos anos a mulher vai se inserindo na vida acadêmica e doze anos depois (1945) a primeira mulher a se formar Engenheira Civil Lili Boeckel dá, então, espaço para outras mulheres seja inserida no meio acadêmico (Figura 3).

Figura 3. Lili Boeckel, a primeira Engenheira Civil formada pela Escola de Engenharia



Fonte: Escola de Engenharia, Biblioteca e Observatório Astronômico [1938].

A figura 4 refere-se ao quadro de Engenheiros Civis de 1972, que se encontra localizado no Prédio Centenário, na Sala do Memorial da Escola de Engenharia, mostrando a todos que já haviam mulheres inseridas no meio acadêmico.

Figura 4. Quadro de Engenheiros do curso de Engenharia Civil, 1972



Fonte: Escola de Engenharia, Biblioteca e Observatório Astronômico [1938].

Segundo Kossoy (1999) a fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto (objeto do registro) no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado.

De acordo com Achutti (1997), a fotografia pode nos passar vários desenhos diferentes que podem ser falados visualmente. Com uma máquina fotográfica na mão ou simplesmente um celular é possível retratar a história e tudo que é visto. Cada foto traz uma visão, sentido e imagem. Assim, é possível fazer uma comparação, do espaço físico de antes e agora, com todas as modernidades e tecnologias.

Deve-se, no entanto, ressaltar que a fotografia não é a cópia da realidade, mas a realidade de segundo nível, uma recriação na realidade que leva a um terceiro nível, aquele criado na mente de quem observa a fotografia Kossoy (1999).

A seguir na figura 5 mostra o quadro de engenheiros civis, do segundo semestre de 2016, com setenta e dois formandos sendo que cinquenta e cinco são homens e dezessete são mulheres representando um aumento de vinte e quatro por cento de mulheres formadas. Cabe ressaltar que a figura cinco foi tirada pela autora.

Figura 5. Quadro de Engenheiros do curso de Engenharia Civil, 2016



Fonte: Escola de Engenharia, Biblioteca e Observatório Astronômico [1938].

As figuras 4 e 5 relacionam a presença de mulheres nos cursos de engenharias, tendo em vista que a ciência exata, mais especificamente as engenharias, sempre foi vista como uma atividade realizada por homens e foi somente após a segunda metade no século XX que ocorreram mudanças. Enfim, a imagem fotográfica é uma representação resultante do processo de criação/construção do fotógrafo.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, percebeu-se que com o decorrer do tempo houve um aumento na participação feminina no cenário acadêmico e profissional, incluindo o objeto em estudo: a Escola de Engenharia. Hoje o perfil das mulheres é diferente daquele do início do século XX. Apesar da evolução da participação da mulher em uma profissão tida como exclusivamente masculina, elas estão cada vez mais presente adquirindo conhecimentos e saberes no universo acadêmico e profissional, os salários não acompanharam este crescimento. E ainda hoje, esta realidade não mudou, pois persiste no mercado de trabalho uma discriminação em relação à participação feminina.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, L. E. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Livraria Palmarinca. 1997.

HASSEN, Maria de Nazaret Agra; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Escola de Engenharia - UFRGS: Um Século**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996, p. 96.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MONTEIRO, C. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n° 53, p. 159-176. 2007.

ESCOLA de Engenharia, Biblioteca, Observatório Astronômico. Porto Alegre, 1938. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/9380>>. Acesso em: 02. out. 2018.

PRÉDIO Centenário da Escola de Engenharia. Porto Alegre, 2009. 1 Fotografia, color. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/55710>>. Acesso em: 08. out. 2018.

SANTOS, Maria de Lourdes. **Quadro de Engenheiros do curso de Engenharia Civil, 1972**. Porto Alegre, 2018. 1 fotografia, color.

SANTOS, Maria de Lourdes. **Quadro de Engenheiros do curso de Engenharia Civil, 2016**. Porto Alegre, 2018. 1 fotografia, color.

BALÉ DA CIDADE DE SANTA MARIA: UMA ANÁLISE CENOGRÁFICA

*Isadora Forner Stefanello*⁹¹

*Tiago Giora*⁹²

RESUMO: No estudo buscou-se fazer uma análise de três trabalhos coreográficos do Balé da Cidade de Santa Maria a fim de verificar se havia uma preocupação estética com o projeto cenográfico. Para isso, através de pesquisa bibliográfica, foi estudado um histórico do grupo e da cenografia na dança e a sua evolução, bem como, os conceitos de percepção e as relações entre espaço, espectador, luz, cor, som e espaço virtual. Foram descritos e analisados o cenário, o figurino, a composição coreográfica, a luz e a trilha sonora, por contribuírem para a linguagem espacial e estética cenográfica. Como resultado, obteve-se um registro poético-artístico da cenografia além da preservação da memória da produção artística do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Balé da Cidade; Santa Maria; Cenografia; Percepção; Patrimônio.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O estudo buscou analisar alguns espetáculos de dança do Balé da Cidade de Santa Maria – RS, iniciando não só um registro histórico, perceptivo e fotográfico da companhia, mas também da arte da dança no Estado, acreditando ser carente de registros da cenografia e da dança. Buscou apresentar também, as percepções que são produzidas no espectador, bem como os tipos de recursos tecnológicos de iluminação e materialidade que foram utilizados para que se alcançasse tais objetivos.

Através de um breve histórico do panorama cenográfico na dança e sua evolução, apresentado por imagens, conceitos e pensamentos de cenógrafos como Appia e Svoboda e de coreógrafos como Isadora Duncan, Martha Graham, Alvin Nikolais e Pina Bausch, obteve-se uma compreensão inicial do papel da cenografia e sua importância para o entendimento do tema proposto pelo artista. Em seguida, buscou-se conceitos e análises sobre a percepção estética e suas relações com o espaço, o artista, o espectador, a luz, a cor e o som. Também através de um histórico da companhia, citando os espetáculos criados e as suas premiações, obteve-se a compreensão da necessidade da criação de um grupo profissional na cidade de Santa Maria.

Foram escolhidos três trabalhos coreográficos onde o cenário é um elemento existente e significativo: “Seres” de Eduardo Severino (POA) em 2001, “Desenhos e Rascunhos para uma Dança” de Tatiana Rosa (POA) em 2002 e “Do Poeta à Dança” de 2007 que se divide em duas partes coreografadas pelos próprios bailarinos intérpretes: “Na Busca... Um Encontro” de 2005 e “Retratos – Entre a Essência e a Aparência” de 2006.

91 Especialista em Arquitetura e Cenografia pela UNIRITTER (2017) e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela ULBRA Campus Santa Maria (2014). E-mail: isastefanello@hotmail.com

92 Doutor em Poéticas Visuais pela UFRGS (2015), Mestre em Artes Visuais pela UFRGS (2009) e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS (2002). Professor Orientador do Curso de Especialização em Arquitetura e Cenografia da UNIRITTER. E-mail: tiagoxgiora@gmail.com

“SERES” (2001)

“Seres” (Imagem 01) trata das relações entre os povos e suas diversas características que incluem a hierarquia, o poder, as diferenças e semelhanças, a luta e o estabelecimento de fronteiras. Na concepção estética, essas fronteiras são estabelecidas pela delimitação do cenário, ou seja, do andaime. As bailarinas no alto representam o poder que poucos têm sobre muitos enquanto os demais fazem a máquina toda girar, ou seja, a população que precisa trabalhar para que todo o sistema funcione. Tecnicamente, esse trabalho permite com que o cenário influencie diretamente no tema, atribuindo significados subjetivos e principalmente influenciando a movimentação, que interage com o cenário e adapta o movimento ao que o cenário permite. O desenho de luz é simples, mas há grande compensação na concepção cenográfica, em que o cenário é interativo e colabora diretamente com a movimentação. A trilha sonora de John Cale e Cirque du Soleil é adequada e impactante tanto quanto o cenário. O figurino é simples, mas trabalha bem com o impacto causado pelo cenário e a trilha, não competindo com os mesmos.

Imagem 01. Coreografia “Seres” de Eduardo Severino (POA)



Fonte: Acervo Associação dos Amigos do Balé da Cidade de Santa Maria

“DESENHOS E RASCUNHOS PARA UMA DANÇA” (2002)

“Desenhos e Rascunhos para Uma Dança” (Imagem 02) trata das tentativas de criação, erros e acertos. Na concepção estética, o registro da criação é estabelecido pelo cenário que exhibe cada passo efetuado necessário para a criação dos movimentos que compõe a obra coreográfica. Toda a coreografia é baseada em tentativas, erros e acertos, onde sempre um dos integrantes erra, desiste ou para no meio do processo, impedindo que todos atinjam o objetivo proposto. Tecnicamente, o trabalho permite com que o cenário mesmo estático, atribua significados subjetivos e o espaço fique livre para a execução dos desenhos formados pelos bailarinos, ao exemplo das diagonais e círculos. Na coreografia há uma preocupação maior com a luz, provavelmente pelo fato de o cenário ser estático. O cenário conversa bem com o tema e a proposta de falar de um ateliê e seus artistas. O vermelho da tinta que suja o cenário é

o ápice do trabalho, sendo impactante através do destaque que o vermelho tem no cenário totalmente branco. A trilha sonora no ritmo Jazz, é uma constante e indica uma rotina, sendo propícia para um local de trabalho como um ateliê. O figurino trabalha bem com o cenário, sendo bem discreto e tornando um trabalho esteticamente monocromático.

Imagem 02. Coreografia “Desenhos e Rascunhos para uma Dança” de Tatiana da Rosa (POA).



Fonte: Acervo Associação dos Amigos do Balé da Cidade de Santa Maria.

“DO POETA À DANÇA” (2007)

“Do Poeta à Dança” (Imagem 03) trata de temas e reflexões baseados em poemas e poesias de grandes autores. A primeira parte, que trata da obra e vida do poeta e jornalista gaúcho Mario Quintana, fala da infância e de temas como a rotina, a velhice e a morte. Na concepção estética, são usadas janelas que representam um limite físico, mas que com a transparência permitem a observação. As mesmas fazem uma alusão às janelas dos hotéis onde Quintana passou grande parte de sua vida, ao exemplo da atual Casa de Cultura Mario Quintana, localizada no centro histórico de Porto Alegre e tombada em 1990 pelo Patrimônio do Estado. O cenário também é estático, mas por estar preso em varas de cenário localizadas próximo ao centro do palco, o mesmo permite a passagem dos bailarinos entre eles, dividindo bem o palco em dois ambientes. Já na segunda parte, o tema tratado é o silêncio como ferramenta de expressão humana. Para esse trabalho serviram de estímulos obras do escritor e jornalista mineiro Fernando Sabino, onde os temas são a inquietude e a busca por um sentido na vida. Também foram usados fragmentos de textos da escritora gaúcha Lya Luft e do escritor e poeta curitibano Paulo Leminski. Na concepção estética, os elementos cênicos cilíndricos, com pinturas abstratas, permitem uma linguagem que instiga o espectador ao questionamento, à busca do entendimento da sua existência através da solidão. O espetáculo é o mais trabalhado no sentido da iluminação, onde se percebem pontos focais com maior clareza, além do uso de cores variadas como o âmbar, o ciano e o magenta. A fita amarela colada no chão é uma barreira bastante visível, mas que fisicamente não interfere no espaço livre necessário para a movimentação em cena. Por exibir um tema mais profundo e diverso, adota também vários figurinos e trocas de roupa durante a apresentação. Isso permite, juntamente com o plano de luz mais elaborado, um maior dinamismo do espetáculo, que não é proporcionado pelo cenário.

Imagem 03. Coreografia “Do Poeta à Dança” dos Intérpretes-Bailarinos (SM).



Fonte: Acervo Associação dos Amigos do Balé da Cidade de Santa Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As coreografias analisadas possuem a cenografia como um instrumento importante para o entendimento do tema e principalmente da composição coreográfica. Assim, ficou claro o quanto é importante considerarmos que um espetáculo não se faz somente pelo cenário, mas que outros elementos, como a luz, as cores, o figurino, a música e os elementos cênicos, colaboram para que a estética seja um instrumento que transporte o espectador para outras realidades, proporcionando sempre novas experiências, mas também instigando o pensamento e o questionamento a respeito de determinados temas.

O Balé da Cidade de Santa Maria, nos seus dez anos de existência, buscou através da pesquisa e do fomento da dança tornar essa arte acessível e popular, produzindo uma verdadeira cultura da dança em Santa Maria. O trabalho do grupo buscou projetar Santa Maria como cidade cultura, mostrando a produção local em vários pontos do país e do estado. É lamentável que a municipalização deste projeto não tenha ocorrido e por falta de estrutura o grupo tenha sido desfeito em 2009, deixando um buraco cultural na história da dança do Rio Grande do Sul, mas que através de registros e análises dos trabalhos produzidos, pode-se manter a história dessa arte e possivelmente resgatá-la ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- CAMPELLO NETO, Antônio H. C.; VIANA, Fausto R. P. Introdução Histórica Sobre Cenografia. Os primeiros rascunhos. São Paulo: Fausto Viana, 2010. 194 pág.
- CARVALHO, André S. Cenografia: uma história em construção. São Paulo: Faculdade Paulista de Artes/Arterevista, 2013. 25 pág.
- DEL NERO, Cyro. Máquina para os Deuses. São Paulo: Senac, 2009. 381 pág.
- MACHADO, João C. Três Paradigmas para a Cenografia: instrumentos para a cena contemporânea. Porto Alegre: Revista Cena UFRGS, 2006. 18 pág.
- RATTO, Gianni. Antitratado de Cenografia. Variações sobre o mesmo tema. São Paulo: Senac, 2001. 192 pág.
- SILVA, Eliana R. Encenação e Cenografia para Dança. Salvador: FSBA/Diálogos Possíveis, 2007. 14 pág.
- URSSI, Nelson. J. A Linguagem Cenográfica. São Paulo: USP, 2006. 122 pág.
- VILLELA, A. A Dança de Isadora Duncan e Martha Graham. Ouro Preto: UFOOP, 2009.
- WHITE, G. Perspectiva: um guia para artistas, arquitetos e designers. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p.11.

A REDE COUCHSURFING COMO INTERCÂMBIO DE HOSPITALIDADE

Marcelo Luis Henriques Silveira ⁹³

RESUMO: O turismo, por se tratar de um fenômeno multidisciplinar, depende de diversas áreas do conhecimento para seu melhor entendimento, faz-se então necessária a presente pesquisa sobre o intercâmbio de hospitalidade que a rede social *Couchsurfing* teria como objetivo principal. Dessa forma, para verificar se o *Couchsurfing* pode contribuir para o turismo através dos princípios da hospitalidade, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica para a construção dos referenciais teóricos. Dessa pesquisa, depreende-se que a rede social visa estreitar as relações entre os seus usuários, já que a convivência através da hospitalidade doméstica é parte importante dessa nova forma de receber que vem se apresentando a serviço do turismo na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Hospitalidade; *Couchsurfing*.

INTRODUÇÃO

Muitos são os envolvidos no processo de desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo, desde o poder público até as instituições privadas, o terceiro setor e a comunidade local. O objetivo dos envolvidos de diversificarem os serviços de infraestrutura disponíveis aos seus consumidores, tem como intenção desenvolver a economia do polo receptor de forma a atrair mais visitantes assim levando o fenômeno turístico em benefício de todos. Segundo Lages (2014), turismo e bem-estar estão diretamente ligados, pois os viajantes privilegiam os destinos seguros visto que a segurança é um bem coletivo, antes de tudo voltado ao cidadão, o turista por sua vez o usufrui diretamente.

Com o intuito de investigar se os meios de hospedagem convencionais constituem-se como a única alternativa a um viajante, este trabalho explorou a rede social *Couchsurfing* por meio de uma pesquisa bibliográfica. O objetivo é levantar conceitos dos princípios da hospitalidade e relacioná-los ao *Couchsurfing*, facilitando assim o entendimento acerca do intercâmbio que ocorre entre os envolvidos.

COUCHSURFING

O *Couchsurfing* é uma das redes virtuais de hospitalidade e pode ser considerada a mais expressiva em número de usuários ou denominados de Couchsurfers, contando com mais de 10 milhões de cadastrados, residentes em 236 países (COUCHSURFING, 2015). *Couchsurfing* ou “Surfando no Sofá” (o próprio nome do site), nada mais é do que um neologismo criado pelo fundador da página com a junção dos verbetes “*couch*” e “*surfing*”, que abre aos interessados a possibilidade de surfar de sofá em sofá oferecidos pelos membros da comunidade sem a necessidade de desembolsar nenhum centavo em hospedagem (ARAUJO, 2013).

Como a rede social *Couchsurfing* possui um site próprio, de forma que facilita a interação de seus usuários nesse processo de hospitalidade, observa-se o conceito prestado por Camargo (2004, p. 51) que

93 Bacharel em Turismo. Aluno especial do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail: marcelo.201120050@unilasalle.edu.br

tal contribui para as atividades relacionadas ao turismo quando afirma que

Sites na Internet de empresas, de cidades, de órgãos públicos, de indivíduos etc., mostram uma tendência de tal forma ascensional, que é difícil imaginar o futuro da hospitalidade sem uma consideração efetiva deste campo virtual.

Para melhor compreender as redes virtuais de intercâmbio de hospitalidade, como a exemplo do *Couchsurfing*, pode se afirmar que esta

[...] funcionam como redes em que os internautas se dispõem a hospedar turistas em sua própria casa, sem nenhum encargo financeiro. Existem diversos *sites* que trabalham com esse tipo de serviço, em que os participantes oferecem uma vaga na casa onde vivem, recebendo o turista e, em geral apresentando a cidade a este (STERN, 2009, p.2).

Idealizado pelo americano Casey Fenton a partir de uma viagem feita a Islândia, sem ter reservado nenhuma hospedagem convencional, teve a ideia de buscar uma experiência diferente de um turista-padrão. Resolveu então mandar *e-mails* para mais de mil e quinhentos estudantes locais, atingindo assim a hospitalidade de vários grupos que estariam dispostos a apresentar a capital do seu país (STERN, 2009). A partir desta experiência pessoal de Casey Fenton, a rede social teve lançada sua versão inicial em 2003, divulgada através do site www.couchsurfing.com. A finalidade do projeto é a de conectar pessoas de diversos países, que tenham por objetivo compartilhar suas experiências em turismo (STERN, 2009).

No ano de 2006, o site saiu do ar por falhas no sistema e perdeu grande parte de seu banco de dados. Casey, então, comunicou aos Couchsurfers que o projeto como concebido havia terminado. Nas vinte e quatro horas seguintes, foram recebidos cerca de dois mil e-mails de apoio de usuários que estariam dispostos a ajudar na reconstrução do site, e desde então foi concebida a versão que é utilizada até hoje (STERN, 2009).

Apesar de ter uma equipe de funcionários pagos, o projeto *Couchsurfing* é mantido principalmente por voluntários, como o americano Daniel Hoffer, o francês Sebastien Le Tuan e o brasileiro Leonardo Bassani da Silveira. Stern (2009, p.14) afirma que “a maioria dos que trabalham para a manutenção e o desenvolvimento dos intercâmbios de hospitalidade, o fazem pela crença de estarem contribuindo para um mundo melhor, como objetivo comum”.

Para tornar-se usuário da rede *Couchsurfing*, basta acessar o site www.couchsurfing.com e criar um perfil de forma gratuita. Como o projeto inclui pessoas do mundo todo, encontram-se disponíveis dez idiomas em sua plataforma virtual. Para a comunicação entre os membros, o idioma inglês é o mais utilizado, com o intuito de facilitar a interação entre eles (COUCHSURFING, 2015).

Os perfis contam com uma descrição pessoal, seus interesses, filosofias de vida, características dos tipos de pessoas que os usuários se relacionam de uma melhor forma, lugares que já conhecem, bem como suas experiências em *Couchsurfing*. Tais informações servem como efeito facilitador no momento em que é feita a busca por uma pessoa que esteja disposta a lhe hospedar (DUTRA, 2010).

Além dos dados pessoais é possível deixar depoimentos no perfil dos usuários por pessoas que já tiveram contato com eles. Tais comentários, não podem ser apagados e servem para atestar a confiabilidade, tanto para o anfitrião quanto para o hóspede (DUTRA, 2010).

Os usuários que estão dispostos a receber costumam descrever informações e até mesmo fotos sobre as acomodações que serão disponibilizadas (cama/sofá/colchão), bem como se vivem sozinhos, se possuem animais, se fumam e outras informações que acharem pertinentes aos futuros hóspedes

(COUCHSURFING, 2015).

É possível também detalhar no perfil a localização de suas casas, indicações de pontos de interesse, se existe transporte público nas proximidades, ou qualquer outras referências que venham a ser úteis para hóspede (COUCHSURFING, 2015). Todas os informes disponibilizados na rede social aos usuários do *Couchsurfing* facilitam a escolha do seu anfitrião e do que este estaria disposto a oferecer ao viajante.

Embora apenas um sofá seja ofertado na sala da casa do anfitrião, podendo este não estar disponível ao *Couchsurfer* para mostrar-lhe os atrativos da cidade, mesmo assim através dessa interação social entre os sujeitos que os laços de amizade já estariam estreitados. Cooper (apud Stern, 2009, p.11) define que apesar da hospitalidade “oferecer segurança as pessoas, considerando conforto físico e psicológico em troca de pagamento”, Stern diverge argumentando que

[...] o intercâmbio de hospitalidade baseia-se em receber outro membro como convidado em sua casa, de forma que o anfitrião pode funcionar como guia local do hóspede, embora não seja algo obrigatório, sem que haja remuneração por esta hospedagem (STERN, 2009, p.11).

Revela-se através do *Couchsurfing* uma nova possibilidade de hospitalidade a disposição do turismo, de forma que utilizar-se dos meios de hospedagem convencionais não seriam as únicas alternativas aos viajantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode confundir *Couchsurfing* com outros sites de hospedagem doméstica, como *Airbnb* ou *Bed and Breakfast*, embora todos possuam características similares através da convivência entre as partes, o *Couchsurfing* não se propõe a ser um negócio para o anfitrião visto que não ocorre cobrança ao hóspede pela sua estadia. Simplesmente o usuário da rede social procura um local para ficar por alguns dias sem que ocorra uma relação comercial entre os envolvidos, é puramente com objetivo de receber um desconhecido de forma gratuita em seu próprio lar.

Entender *Couchsurfing* e hospitalidade pelos desdobramentos que ocorrem nessa relação de receptividade domiciliar evidencia as inúmeras possibilidades da interação social entre os atores mesmo que de diferentes culturas. Conviver com um “estranho” abrigando-o sob seu próprio teto, é parte da vida e vem servir de aprendizado real para a construção coletiva do saber, da visão do mundo e também dos valores que orientarão a existência dos envolvidos (BOFF, 2006a).

Boff (2006b), ainda contribui para a hospitalidade quando esclarece a respeito do ato de comer e beber como sendo rituais carregados de significados, e por conseqüências tais ritos revelam nossa humanidade bem como o grau de civilização que os homens podem alcançar.

O morador no momento que se torna de fato anfitrião deixa de lado uma possível receptividade comercial, estabelecendo então uma relação social a qual o turista é tido como convidado e não como forasteiro (GOMES apud STERN, 2009, p. 13). Assim tem-se como certeza que a convivência proporcionada pela hospitalidade contribui para que as diferenças sejam aceitas, e tornem a ideia do intercâmbio através da *internet* mais difundida, visto que ela está diretamente ligada ao paradigma moderno, pois possibilita a comunicação e a troca de informação na velocidade que a contemporaneidade exige.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Elói de C. B. de. Análise estatística dos perfis global e local dos usuários do site Couchsurfing. com. **VII Fórum Internacional de Turismo de Iguassú**. Paraná: 2013.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível: convivência, respeito e tolerância**. Petrópolis: Vozes, 2006a. v II

_____. **Virtudes para um outro mundo possível: comer e beber juntos e viver em paz**. Petrópolis: Vozes, 2006b. v. III

CAMARGO, Luiz O. de L. Os Domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, Ada (Org.). **Planejamento e gestão de turismo e hospitalidade**. São Paulo: Thomsom, 2004.

COUCHSURFING. Disponível em: <<http://www.couchsurfing.com/>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

DUTRA, Mariana. **Turismo 2.0: Um Estudo de perfil de usuários da rede Couchsurfing**. Porto Alegre: UFRGS. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LAGES, Vinícius. **Turismo e segurança: uma relação virtuosa**. Agência de notícias do turismo. Disponível em: <<http://turismo.gov.br>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

STERN, Raquel Farias. Turismo e pós-modernidade: uma análise do intercambio de hospitalidade – O caso do *Couchsurfing*. **Revista Itinerarium**. v. 2. Rio de Janeiro, Unirio, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ROTEIRO DE VIAGEM DE ESTUDOS EM CACHOEIRA DO SUL

Antoniela A'Costa Rodrigues⁹⁴

Marta Rosa Borin⁹⁵

RESUMO: A partir da metodologia da educação patrimonial e da exploração de espaços não formais de aprendizagem como ferramentas didático-pedagógicas para o ensino de História, objetiva-se conhecer a história local de Cachoeira do Sul. Busca-se proporcionar uma ferramenta que possa conduzir à sensibilização da comunidade escolar para a história e o patrimônio histórico e cultural do município. A elaboração de um roteiro de viagem de estudos, para ensinar sobre a história de Cachoeira do Sul, foi organizado em forma de circuito por espaços de memória e de patrimônio histórico da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Educação Patrimonial, História Local.

INTRODUÇÃO

Nossas reflexões neste artigo são resultado das nossas propostas de dissertação de mestrado, em fase inicial de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em História - Mestrado Profissional UFSM/UFRJ. A fim de contribuir com a prática pedagógica de professores na Educação Básica, buscamos elaborar uma ferramenta que possa ser aplicável no âmbito escolar, um roteiro de visita de estudos aos pontos históricos do município de Cachoeira do Sul.

A pesquisa orienta-se a partir das seguintes indagações: que proveito didático pode ser extraído de uma experiência de ensino de História executada através de visitas de estudo a espaços não formais de aprendizagem, notadamente espaços de memória e de patrimônio históricos locais? De que maneira a educação patrimonial pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da história do município?

No entendimento de Horta et al., “esses assuntos que extrapolam os limites do currículo escolar, estimulam os alunos a desenvolver o espírito crítico, a formular hipóteses e propor soluções, preparando-os para o exercício da cidadania” (HORTA et al., 1999, p. 26).

Percebe-se hoje, na prática profissional, certo distanciamento dos estudantes de ensino fundamental com relação à disciplina de História e aos saberes a ela associados. Optamos por abordar neste projeto o ensino da história local também por entender que o mesmo se presta à aproximação entre conhecimento histórico e a realidade em que os estudantes se inserem. Segundo Joaquim dos Santos:

Tal perspectiva permite que os alunos de uma determinada escola compreendam, apalpando, diferentes aspectos da história do Brasil e de suas relações com o mundo, ao terem como referência o espaço e a história do lugar onde vivem. Leva-os a entender, no sentido inverso, que a história mundial, nacional e regional chega ao seu bairro, à sua rua, à sua sala de aula, articulada entre si e explicando muito do cotidiano dos que ali viveram no passado, ou o que eles

94 Mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória/UFSM, graduada em História pela PUCRS e professora de História na rede municipal de ensino de Cachoeira do Sul. antoniela@gmail.com.

95 Orientadora. Doutora em História, Professora do Programa de Pós-graduação em História - Mestrado Profissional UFSM/UFRJ, Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, UFSM; Programa de Pós-graduação em História, Mestrado e Doutorado acadêmicos, UFSM. mrborin@gmail.com

próprios (os alunos) vivem na atualidade. (SANTOS, 2002, p. 111).

Uma abordagem diferenciada, nessa lógica, pode colaborar para a prática docente e favorecer o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, tornando aquele conhecimento útil e caro para os estudantes em suas vidas cotidianas, e não apenas mais uma carga de conteúdos aparentemente sem sentido, necessários unicamente para sua aprovação escolar.

A escolha da perspectiva da educação patrimonial para acercar-se de tal intento baseia-se na vontade de oportunizar aos educandos o contato com novas prática educativas:

(...) proporcionar aos alunos uma interligação entre a disciplina de História ao cotidiano escolar e ao seu meio social, libertando-se do exclusivismo absolutista exercido pelo material didático (BESSEGATTO, 2004, p. 22).

Segundo Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, “a implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população” (FUNARI et al., 2006). Entende-se que estender a atuação da educação patrimonial para o público escolar pode auxiliar na inserção da valorização do patrimônio histórico e cultural cachoeirense na comunidade escolar.

A educação patrimonial pode, ainda, estimular uma relação afetiva entre a comunidade e seus bens patrimoniais, a fim de despertar o sentido de pertencimento da população ao espaço público; isso poderia contribuir para que as pessoas desejassem preservá-los (OLIVEIRA et al., 2008, p. 32).

Nossa contribuição está relacionada a uma abordagem diferenciada sobre o ensino da história local nas escolas de nível fundamental, utilizando como subsídio um olhar atento ao patrimônio histórico cachoeirense, a partir da educação patrimonial. Alcançar a sensibilização da comunidade escolar para a história e a memória cachoeirenses, bem como o reconhecimento da importância e conseqüente valorização e preservação dos bens que compõem seu patrimônio, são finalidades últimas a que se propõe este trabalho.

METODOLOGIA

A natureza da nossa proposta é aplicativa, uma vez que trata-se de um estudo de caso e da elaboração de um produto voltado para a prática em sala de aula. Em função disso, é de fundamental importância a inserção prática, através da utilização do roteiro para visitas de estudo.

O roteiro de visita de estudos será destinado aos professores da rede de ensino básico de Cachoeira do Sul que desejem abordar a história do município através de recurso didático diferenciado. Tenciona-se executar um plano piloto junto a estudantes e professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton da Cruz, a fim de verificar a viabilidade e engajamento do público-alvo, revisar questões contingenciais e aperfeiçoar o roteiro enquanto ferramenta metodológica.

Pesquisas de campo realizadas em acervos públicos estão sendo realizadas para a elaboração do material didático, tendo em vista a coleta de dados, informações e documentos relacionados aos espaços que se pretende incluir no roteiro. Também contamos com o depoimento de pessoas que possam, de alguma maneira, contribuir para o desenvolvimento do produto final. Assim, abrimos espaço para demonstrar as disputas de poder envolvidas na construção da memória local, através da preservação (ou destruição) patrimonial, as mudanças e permanências típicas da construção histórica e a evolução da história município de forma geral.

REFERÊNCIAS

BESSEGATTO, Maurí L. O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2004, 2ª ed.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, 72p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, 68p.

OLIVEIRA, Fabiana de; WENCESLAU, Franclin Ferreira. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In: Educação patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007, 200p.

SANTOS, Joaquim Justo M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. In: História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):105-24, jan.-abr. 2002.

RELEVÂNCIA DO PAPEL DESEMPENHADO PELO SISTEMA FIERGS DENTRO DA ECONOMIA CRIATIVA A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE SUAS AÇÕES CULTURAIS – POR SUA NATUREZA E ESTRUTURA

*Margarete Panerai Araujo*⁹⁶

*Salete Bavaresco*⁹⁷

RESUMO: O artigo visa identificar e caracterizar em que áreas a Entidade FIERGS está atuando dentro da indústria cultural no Rio Grande do Sul e quais tem sido suas ações culturais, além de levantar dados sobre a quantidade de equipamentos culturais, tais como: centros de eventos, teatros e outros equipamentos estão sendo ofertados no mercado cultural da Capital Porto Alegre. A partir dos dados coletados identificou-se a importância do Sistema FIERGS dentro do desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul dados os equipamentos culturais ofertados no mercado da indústria criativa e a variedade de ações culturais que o Sistema FIERGS se envolve.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Criativa; FIERGS; Bem Cultural; Produtor Cultural; Equipamento Cultural.

CORPO DO ARTIGO – RESUMO EXPANDIDO

O presente artigo objetiva identificar as áreas em que a Entidade FIERGS está atuando dentro da indústria cultural no Rio Grande do Sul e caracterizar quais tem sido suas ações culturais, seja no papel de produtor cultural ou gestor cultural. Analisar qualitativamente se tais ações têm contribuído na valorização da diversidade cultural no desenvolvimento sustentável local, através da disseminação da cultura, dentro de sua área de atuação, segundo missão e visão das entidades que a compõe e que colaboram com esse segmento econômico e com a comunidade. Para identificar sua importância dentro do Estado do Rio Grande do Sul enquanto produtor cultural se fará um levantamento de quais equipamentos a capital do Estado tem a oferecer e quais são as suas capacidades em termos de estrutura de atendimento ao público.

O tema do artigo visa identificar no Sistema FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul sua participação dentro desse universo cultural e seu papel no desenvolvimento econômico, dentro da ótica da cultura, enquanto um dos setores de atividade econômica mais promissor na contemporaneidade – numa visão da economia clássica - pelo menos no âmbito dos países desenvolvidos. Para Perez nos países desenvolvidos, o setor cultural é considerado como sendo mais um dos setores de atividade econômica, gerador de produtos culturais – tanto os ativos tangíveis como os intangíveis de natureza cultural - nos quais o oferta é formada graças ao trabalho e ao capital humano e não humano de artistas, individual ou coletivo, onde há a presença de empresas de todos os portes dedicadas à reprodução, comercialização e difusão dos produtos acima mencionados.

Em contrapartida há a outra ponta que alimenta esse sistema econômico através do consumo

96 Pós Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ (2013); e Pós Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UESP (2010); Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); É professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao PPG em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. E-mail:mpanerai@terra.com.br

97 Mestre em Ciências Sociais (PUC/RS) com especialização em Psicologia da Comunicação e especialização em Dinâmicas de Grupos. Doutoranda do PPG de Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle – UNILASALLE.

desses produtos, ou seja, consumidores que já demandam bens e serviços que são derivados desses produtos culturais que veem sendo ofertados a partir de distintos mercados, com diferentes formas e tamanhos. Concomitantemente a oferta e demanda do mercado está a presença do Estado, a partir da atuação ou não do conglomerado de entes públicos que fixam as regras do jogo dos agentes no mercado de produtos culturais e intervem nele, ditando políticas ou medidas específicas para atingir um conjunto de objetivos (a promoção de atividades artísticas, o desenvolvimento cultural da população, a protecção dos identidade cultural, etc.). Simultaneamente a esses agentes e a partir de instrumentos diferentes de promoção, entre os quais os orçamentários - ganhos e renda público – através do patrocínio e ou mecenato, de natureza privada, também são fontes de incentivo nesse setor, favorecendo o desenvolvimento da arte e da cultura.

Ao avaliar o papel que a indústria criativa vem desempenhando economicamente nos países desenvolvidos, Perez afirma que se pode conceber [...] la cultura como el cuarto pilar del desarrollo sostenible en los países desarrollados.” (PEREZ, 2010. p.41)

Segundo Canclini

Es ya un consenso internacional que las industrias culturales son el sector más dinámico del desarrollo social y económico de la cultura, el que atrae más inversiones, genera mayor número de empleos e influye a audiencias más amplias en todos los países. (GARCIA, 2002, p.1)

E qual seria a visão contemporânea sobre cultura dentro do contexto Brasil? O artigo se apoia no conceito de cultura segundo a visão brasileira, atualizada no Plano Nacional de Cultura, que adota uma abordagem antropológica abrangente e retoma o sentido original da palavra cultura, visando “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Conforme o PNC as “políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima e laços de identidade entre os brasileiros.” (PLANO NACIONAL DE CULTURA – Diretrizes gerais 2010). A escolha desse conceito se justifica pelo fato de se estar analisando ações culturais brasileiras, visando aproximar ao máximo o conceito com os dados coletados, viabilizando uma maior coerência com relação à atividade cultural e sua significância em termos simbólicos, levando em consideração o local que as origina e promove. Considerando que a dimensão social precede a cultural, pois para Vigotski, num sentido mais amplo, “tudo o que é cultural é social”, o que significa dizer que o social é um gênero e o cultural uma espécie. “Isso quer dizer, que o campo do social é bem mais vasto que o da cultura, ou seja, que nem tudo o que é social é cultural, mas tudo o que é cultural é social.” (SIRGADO, 2000, p.53). Percebe-se, com base ao que o PNC se propõe realizar, uma nova tendência no país, no que se refere aos direitos culturais e acessibilidade, considerando-se está postura como sendo um avanço nessas discussões.

DADOS IDENTIFICADOS DE AÇÕES CULTURAIS VINCULADAS AO SISTEMA FIERGS

As informações que serão apresentadas são provenientes de pesquisa na web sobre o Centro de Eventos FIERGS, o IEL e o SESI, além dos sites institucionais e fanpages dessas entidades no facebook, procedeu-se de igual forma para identificar quais os demais equipamentos culturais existem, atualmente, no mercado de Porto Alegre. Identificou-se ao longo da coleta que os dados encontram-se dispersos não havendo padronização na apresentação das características desses equipamentos culturais selecionados, e nem um único site que agrupe a todas essas informações a respeito de todos esses equipamentos culturais pesquisados. De maneira a complementar a pesquisa na web se utilizou de informações provenientes do

Relatório Anual de Atividades da FIERGS, que visa apresentar todo o trabalho realizado pelo Sistema FIERGS, ao longo do ano de 2016, e suas consequências para o setor industrial e toda a sociedade.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando conhecer a contribuição do Centro de Eventos dentro do Sistema FIERGS e identificar sua posição de destaque como gestores de produtos culturais dentro da indústria criativa no Rio Grande do Sul, tracei um paralelo com as outras organizações que atuam nesse mesmo setor dentro da cidade de Porto Alegre e o volume de atendimentos que comportam segundo suas estruturas. Verificou-se segundo as informações coletadas que o Sistema FIERGS ultrapassa as fronteira de gestor de eventos ou gestor cultural para assumir eventualmente atividade de promotor cultural, quando assumi para si a iniciativa de criação e promoção de conteúdos próprios, visando atender o segmento da indústria, Entidade representativas e comunidade, contribuindo com a promoção cultural a partir de ações mais amplas e outras mais dirigidas ao seu público-alvo. Além da proposição de conteúdos o Sistema FIERGS mantém ações de disseminação de produtos artísticos de forma local e itinerante.

Segundo dados levantados o Sistema FIERGS imprimi sua marca como um promotor e gestor cultural a partir das ações executadas em seu equipamento cultural, especialmente estruturado, para atender a diferentes públicos e tipos de eventos. Sendo assim, em termos de variedade e versatilidade de sua estrutura esse se destaca em relação aos demais equipamentos culturais ofertados no mercado porto-alegrense. Em termos de capacidade de sua estrutura e volume de atendimentos, o Centro de Eventos FIERGS, compreendendo todo o seu complexo estrutural, ultrapassa a capacidade de atendimento de todos os demais equipamentos culturais existentes na Capital. No processo de identificação dos 'Teatros' disponíveis, atualmente na Capital do Estado, identificou-se 26, sendo que apenas 24 estão em atividade no momento. Entre os Teatros, o do SESI-FIERGS (1.773 mil) é o que tem maior capacidade de público, sendo que o do Bourbon Country (1.074 mil) seria o segundo com maior capacidade de público.

Foram identificados 7 equipamentos como sendo 'Centros de Eventos' e segundo sua capacidade de atendimento de público podemos observar que entre esses a FIERGS possui, também, a maior estrutura capaz de receber um maior número de pessoas (44.417 mil), sendo que o Centro de Eventos da PUC ficaria em segundo lugar (3 mil). Com relação a equipamentos voltados mais diretamente a eventos do tipo 'Shows de música', dentre os 8 identificados, o Anfiteatro Pôr-do-Sol tem a maior capacidade de atendimento de público (70 mil), sendo que a área externa da FIERGS, voltada para esse tipo de evento, fica em segundo lugar podendo atender um público de até 30 mil pessoas. Com relação à variedade de espaços e tamanhos de locais de recepção de eventos, dentro da categoria de equipamento de 'Centro de Eventos', o da FIERGS, oferece o maior número de opções ofertando no total, 12 espaços diferentes.

Segundo dados do Anuário produzido pelo Ministério da Cultura, sobre estatísticas culturais, de 2010, a Região Sul possuía 77 teatros no Paraná, 76 no Rio Grande do Sul, ocupando a 5º posição no Brasil, e 30 em Santa Catarina. O estado brasileiro com maior número de teatros seria São Paulo, com 306. O Índice de concentração de equipamentos na capital do Rio Grande do Sul é de 50%, sendo que em termos de percentual de cidades com teatros e ou salas de espetáculos no Estado, identificou-se que 19,15% das cidades possuem algum equipamento cultural desse gênero. Em termos de número de teatros para cada 100.000 habitantes, Porto Alegre teria um índice de 0,38 (IHC), ocupando o segundo índice no Brasil, ficando apenas atrás da capital Vitória, com um índice de 0,24. Cabe destacar que esses dados são de 2010, quando Porto Alegre possuía uma população de 1 milhão e quatrocentos e nove mil habitantes e o Rio Grande do Sul, no mesmo período, possuía uma população de 10.693.929 habitantes.

Concluí-se que o Rio Grande do Sul possui uma posição privilegiada frente a maior parte das regiões brasileiras dados aqui apresentados. O Sistema FIERGS com base nos dados levantados demonstrou ter um papel de destaque dentro da área cultural no Estado, tanto na oferta de seus equipamentos culturais, a partir de seu Centro de Eventos FIERGS, dada a sua grande capacidade de público, diversidade de modalidades de eventos, e variedade de ações culturais, além das atividades relacionadas às demais instituições ligadas ao Sistema (IEL e SESI) também focadas na promoção de eventos culturais, atuando em públicos diversos, com atividades complementares.

REFERÊNCIAS

CULTURA EM NÚMEROS: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição. Brasília: MinC, 2010. 252 p. Disponível em: <<http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>>. Acesso em: 09 ago.2018.

GARCIA, Canclini N. Las industrias culturales y El desarrollo de los países americano [em línea]. 2002. Disponível em:< <http://www.oas.org/udse/espanol/documentos/1hub2.doc>>. Acesso em: 28 jul.2018.

PLANO NACIONAL DE CULTURA – Diretrizes gerais 2010. Ministério da Cultura. Segunda Edição. Texto atualizado com a revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Disponível em: < http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf> Acesso em: 29 jul.2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES FIERGS -2016. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/sites/default/files/relatorio_atividades_pda_2015.pdf>. Acesso em: 02 jul.2018.

SIRGADO, Angel Pino. Texto: O social e o cultural na obra de Vigotski. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a03v2171.pdf>> Acesso em: 25 jul.2018.

SITE CENTRO CULTURAL DO SESI. Disponível em:<<http://www.fiergs.org.br/pt-br/video/centro-cultural-sesi>>. /> Acesso em: 25 jul.2018.

SITE MODELOATRIZ. Disponível em:<<http://modeloatriz.com.br/o-que-faz-o-gestor-cultural/>> Acesso em: 28 jul.2018.

SITE FIERGS. Disponível em:<<http://www.centrodeeventosfiergs.com.br/>> Acesso em: 25 jul.2018.

PALETA DE CORES NO CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES DO DIRETOR SANTA-MARIENSE LUIZ CARLOS GRASSI

Tiago Forner Stefanello⁹⁸

Bruno Bortoluz Polidoro⁹⁹

RESUMO: No estudo buscou-se analisar se as paletas de cores de três filmes do diretor santa-mariense Luiz Carlos Grassi colaboram para a construção da narrativa. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foi abordado o conceito de cor, suas propriedades, harmonias compositivas e questões psicológicas, além da evolução do uso das cores no cinema e um estudo de caso de filmes dos diretores Tim Burton e Wes Anderson. Foi apresentado um histórico do cenário audiovisual na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul e a importância de Grassi no fomento da sétima arte na região. Como resultado, constata-se que nesses filmes as cores tem grande importância para a melhor compreensão da história, elas nos trazem referências de tempo, de personalidade e das emoções vividas por cada personagem.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema Gaúcho; Luiz Carlos Grassi; Cor; Cinema Brasileiro; Patrimônio.

OBJETIVOS

Sempre houve fortes indícios de que as cores poderiam trazer sensações e até mesmo afetar o humor das pessoas. Com o aprimoramento dos estudos sobre esse tema e o surgimento da cor no cinema a discussão continuou, pois no princípio a cor presente nos filmes poderia trazer distrações aos espectadores. A discussão foi longa até os diretores perceberem que as cores são uma poderosa ferramenta para as suas obras. Os diretores Wes Anderson e Tim Burton se destacam justamente pelo modo como as utilizam em seus filmes.

Tendo em vista a importância das cores como elemento dramático, esse trabalho irá trazer uma análise referente a três filmes do diretor de cinema santamariense Luiz Carlos Grassi cuja sua história é importante no fomento do audiovisual no interior do estado do Rio Grande do Sul. Os filmes abordados por este estudo são: “Os irmãos”, “EmSaías” e “Toma Que o Filho é Seu” que são de gêneros e propostas bastante diferenciadas.

Esse estudo busca descobrir se na criação audiovisual de Grassi, houve alguma preocupação com o uso das cores, não simplesmente de forma que tragam uma estética harmônica e agradável. Mas principalmente se o uso delas colaboram para dar mais dramaticidade, trazendo sentimentos e sensações aos espectadores de modo que elas ajudem a trazer informações fundamentais para contar a narrativa da história.

98 Especialista em Arquitetura e Cenografia pela UNIRITTER (2017) e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela ULBRA Campus Santa Maria (2014). E-mail: tiagostefanello@hotmail.com

99 Mestre em Comunicação pela UNISINOS (2009) e Graduado em Realização Audiovisual pela UNISINOS (2006). Professor Orientador do Curso de Especialização em Arquitetura e Cenografia da UNIRITTER. E-mail: bruno.polidoro@gmail.com

METODOLOGIA

De cada frame estudado foram retiradas 10 cores que compõem a paleta de cores que foram escolhidas através da ferramenta conta gotas no software Corel Drawn. Os critérios para a seleção das cores foram sua predominância na cena, a importância ou significado que a cor traz para a narrativa e a diversidade de tonalidade para que não fossem analisadas só cores muito parecidas. É importante salientar que os frames que originaram essas paletas de cores trazem as cores reais do filme, portanto não sofreram nenhum tipo de tratamento de imagem como ajustes de brilho, contrastes e saturação. Também não foram aplicados filtros para edição ou correção.

“OS IRMÃOS” (2006)

Na fazenda a jovem Elvira mantém o luto pela morte do pai. O dia de um novo casamento de sua mãe está próximo, mas dessa vez o casamento é com o seu tio Francisco, isso torna evidente o ódio que Elvira tem da mãe.

Henrique irmão de Elvira está retornando do seminário, ele chegará próximo ao casamento, isso preocupa a mãe deles, pois os irmãos mantêm laços fortes. Elvira conta para Henrique que recorda-se de estar descendo do quarto para buscar um copo de água e através da porta percebe a conversa de sua mãe e seu tio Francisco tramando a morte do pai deles, pois ambos mantem um romance secreto. Henrique não acredita que sua mãe seria capaz de cometer tal crime e logo pergunta pelo tio Francisco. Elvira explica como se livrou dele, para ela Francisco foi um aproveitador que matou seu pai para ficar com a fazenda. Elvira convence seu irmão a continuar a vingança. Em uma noite chuvosa Henrique entra no quarto onde sua mãe dorme e a asfixia com um travesseiro.

Elvira retira o luto, para ela a justiça foi feita, já Henrique está chocado com o que fez. As circunstâncias tornam os laços ainda mais fortes dos irmãos.

No filme “Os Irmãos” (Imagem 01) a fazenda tranquila e de cores vibrantes e naturais vai aos poucos perdendo o seu encanto, suas cores vão se tornando mais pesadas carregadas de preto e cinza em ambientes cada vez mais escuros e com uma paleta que em alguns momentos torna-se quase que monocromáticas. As cores trazem as explicações quanto à personalidade dos envolvidos e as situações que a história apresenta. As cores indicam tempo, destacam elementos e trazem carregados significados psicológicos.

Imagem 01. Cena do curta-metragem “Os Irmãos”



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de frames do filme

“EMSAIAS” (2012)

Um ator aparece chegando ao Theatro. Mais tarde, já travestido de mulher se apresenta para uma plateia adulta que riem e se divertem. Seu monólogo tem o tema liberdade sexual, durante a apresentação ele fala rapidamente de sua doença. O mesmo ator aparece atuando em cinema onde o tema central do seu texto é a pornografia. No final o ator aparece debilitado em uma cama falando sobre a morte. A última cena é o fim do espetáculo com a cortina do teatro se fechando e ao som de aplausos.

No filme “EmSaiais” (Imagem 02) as situações apresentadas trazem cores bem características. O melhor momento do ator parece ser no camarim do Theatro enquanto se maquia e traça seu figurino feminino, as cores desse ambiente são as mais luminosas, vibrantes e aconchegantes. A apresentação no palco já se mostra mais pesada, a caixa cênica e os elementos de cena são pretos, a única luminosidade que se percebe se dá pelos tons de pele do próprio ator. Na entrevista que está sendo rodada para um filme, é possível notar o auge da carreira do ator, a filmagem é em um ambiente elegante repleto de vitrais coloridos. Já a vida real do trabalho de um ator é bem menos interessante, pois é desgastante e trabalhosa, na mesma sequência quando a diretora, fotógrafo e cinegrafista aparecem em cena, às cores no mesmo ambiente são bem mais apagadas. Já durante o tratamento da doença, o quarto traz cores que buscam alegrar, mobiliário claro e um cobertor vermelho, porém como um todo o ambiente é escuro, dessaturado e as cores evidenciam a sua falta de esperança e decadência.

Imagem 02. Cena do curta-metragem “EmSaiais”



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de frames do filme

“TOMA QUE O FILHO É SEU” (2013)

Uma mulher espera ansiosa no banco da praça enquanto um pipoqueiro se instala de forma suspeita. Um homem com uma maleta de trabalho se aproxima da mulher que começa a desenrolar a história com dificuldade. Ela revela que está grávida, se abraça no homem e chora. O homem se recompõe e também faz uma revelação, ele diz que antes de ir fazer a especialização em Cuba teve que fazer uns exames e descobriu que é estéril. O homem se retira. O pipoqueiro dá um sorriso debochado, a mulher corresponde com um sorriso incrédulo.

No filme “Toma Que o Filho é Seu” (Imagem 03) as cores são vivas e alegres, a história é uma tragicomédia, e a paleta colabora para esse ambiente harmônico e agradável. As cores do mobiliário urbano e da carrocinha do pipoqueiro ilustram bem as relações dos personagens desse filme. Onde se evidenciam os sentimentos de infidelidade, desconfiança e insegurança. As roupas que o casal veste

traz algumas pistas de como ambos tratavam esse relacionamento com insegurança, falsidade, desejo e traição.

Imagem 03. Cena do curta-metragem “Toma Que o Filho é Seu”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de frames do filme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar que as cores têm papel fundamental em termos compositivos e narrativos nos filmes aqui estudados. Elas compõem a cenografia, trazendo sensações de alegria, tranquilidade ou obscuridade do lugar. As cores também trazem à tona os sentimentos dos personagens como amor, ódio, infidelidade, tensão, doença e melancolia. Esteticamente as cores são fundamentais, pois valorizam objetos e detalhes, equilibram e compõem um quadro agradável através de seus atributos e harmonias.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Tami C. ANDRADE, Ana L. Revista Anagrama – O Uso da Cor no Cinema de Animação de Tim Burton. São Paulo: USP, 2016. 18 p.
- FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde e BASTOS, Dorinho. Psicodinâmica das Cores em Comunicação. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2006. 173 p.
- FREITAS, Ana K. M. Psicodinâmica das cores em comunicação. São Paulo: ISCA Faculdades, 2007. 18 p.
- HELLER, Eva. A Psicologia das Cores: como as cores afetam a emoção e a razão. Barcelona: Gustavo Gili, 2012. 541 p.
- PETER, Cris. O uso das cores. Rio de Janeiro: Marsupial, 2014. 160 p.
- PRÄKEL, David. Iluminação. Porto Alegre: Bookman, 2015. 192 p.
- SCHWENDLER, Bruna L. As Cores e o Cinema: uma análise do filme Moonrise Kingdom (2012), de Wes Anderson. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 67 p.
- SOUTO, Roberto P. Segmentação de Imagem Multiespectral utilizando-se o atributo Matiz. São José dos Campos: INPE, 2003 171 p.

MEMÓRIA EXPOSTA, CULTURA PRESERVADA: INTERATIVIDADE, VÍDEO E CIBERCULTURA

EM CUIABÁ

*Aline Wendpap Nunes de Siqueira*¹⁰⁰

*Lúcia Helena Vendrúsculo Possari*¹⁰¹

RESUMO: Produzido pelo sujeito-autor cuiabano K-Bça Pensante, a partir de sua releitura da sequência da dança, do filme *Pulp Fiction: tempo de violência* (1994), o vídeo “Concurso de Lambadão” é o objeto de estudo deste trabalho, que adota a análise fílmica e semiótica, como bases metodológicas. A opção por este objeto deve-se ao fato de o mesmo ser um exemplo bem-sucedido de como a interatividade, potencializada na contemporaneidade pelo desenvolvimento da cibercultura, pode, através da exposição de memórias sociais atuar na preservação da cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Interatividade; Cibercultura; Memória; Cultura.

Ainda que seja algo intangível, a memória constitui-se como um objeto de grande fascínio para pesquisadores de diversos campos do saber. Por isso é suscitadora de estudos multi, inter e transdisciplinares. Aqui, ela será abordada como doutrina psicológica fundamentada por Henri Bergson, para quem a memória é um trabalho sobre o tempo vivido e conotado pela cultura e pelo indivíduo. Esta conotação delinea-se por meio das escolhas realizadas pelas sociedades, representada obviamente por seus cidadãos, a respeito do que lembrar.

Concomitante aos estudos bergsonianos apresenta-se como pertinente a análise do vídeo “Concurso de Lambadão”, texto audiovisual que será aqui evidenciado, pois suscita memórias, ao mesmo tempo em que se utiliza da interatividade e da cibercultura, para a preservação da cultura cuiabana. Visto que tem como cenário geográfico e cultural a “baixada cuiabana”, região composta pela capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá e as cidades de seu entorno.

O vídeo em questão foi produzido pelo sujeito-autor K-Bça Pensante, a partir de sua releitura da sequência da dança, do filme *Pulp Fiction: tempo de violência* (TARANTINO, 1994), que recentemente completou vinte anos de lançamento, indicado quando de seu lançamento a sete categorias do Oscar e vencedor de Melhor Roteiro Original, assim como da Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1994.

Mesmo aqueles que não gostam do estilo do diretor, concordam que *Pulp Fiction* é um divisor de águas do cinema. E uma das causas disso é a maneira com que Tarantino lida com toda a filmografia pregressa ao seu cinema. Ele faz de suas produções uma miscelânea dos filmes já vistos, cada cena dele é fruto da interatividade com outras obras. E sua maestria reside justamente em fazer isso de maneira explícita, uma vez que, todos nós estamos, sempre, nos baseando em algo ou alguém, para dizer o que queremos dizer, todavia, evitamos ao máximo citar as nossas fontes, pois corremos o risco de parecer menos sábios. Neste constante intertexto, o roteirista e diretor nomeou sua obra em referência às revistas *Pulp* – feitas com papel barato, fabricado a partir de polpa de celulose –, de onde se originou a expressão *pulp fiction*, empregada para descrever histórias de qualidade menor ou absurdas.

Com o passar do tempo, *Pulp Fiction* foi deixando de ser apenas cool, para se tornar ele próprio, um ícone da cultura pop, e por que não dizer um clássico, afinal, como postulou Ítalo Calvino (p. 10,

100 Professora Colaboradora e Bolsista Pós-Doc do PPGECO/UFMT. E-mail: alinewendpap@gmail.com

101 Professora Titular do PPGECO/UFMT. E-mail: luciahvp@hotmail.com

2007) os “clássicos [...] exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual.” Debruçando um olhar minimamente atento, é possível verificar que elementos de *Pulp Fiction* foram sendo introjetados na cultura contemporânea, hibridizando-a e mimetizando-se com ela.

A sequência da dança é protagonizada pelos atores John Travolta e Uma Thurman, interpretando respectivamente Vincent Vega e Mia Wallace, a locação é o clube Jack Rabbit Slim’s – um restaurante temático que tem como empregados, sócias de ícones pop (detalhe para Marilyn Monroe e, ao fundo Michael Jackson, na imagem abaixo) e a ação é a participação do casal em um concurso de dança.

Figura 1. Cena do Concurso de Dança *Pulp Fiction*



É importante ressaltar que esta é considerada atualmente uma das cenas mais famosas do cinema mundial. E, assim como o vídeo “Concurso de Lambadão”, ela própria é fruto da interatividade realizada pelo diretor, que mesmo tendo se baseado em Godard para criá-la, não deixa de carregar consigo toda a história de John Travolta, o intérprete, que representa, segundo Jerome Charyn “o mito da estrela do cinema que caiu em desgraça, mas ainda reside em nossa memória como o rei da discoteca” (CHARYN, 2006, p.68. Tradução minha).

Portanto, até os atores elencados para o filme, saíram, como John Travolta, de carreiras decadentes, ou, ainda inexpressivas – como Uma Thurman e Samuel L. Jackson – para, a partir disso, ascender ao estrelato. Na cena em questão, por exemplo, os clubes de dança famosos entre os anos 60/70 – principalmente devido a filmes como “Nos embalos de sábado à noite” estrelado por John Travolta –, ganham brilho e vigor pelas lentes de Tarantino. Ou seja, não são lembranças soltas e vagas, mas sim atuam para a preservação da cultura da *disco music*.

Ao protagonizar esta passagem, John Travolta, tem a oportunidade de se transformar novamente num ídolo e retomar sua carreira de onde havia estagnado. Isso contribui para inserção de mais um ingrediente enigmático na cena “tarantinesca”, que é celebrada, como uma das mais importantes do cinema contemporâneo.

INTERATIVIDADE, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

Dissertar sobre interatividade equivale a falar quais os pontos foram alterados da obra original,

para a composição do novo texto audiovisual. Neste vídeo duas principais intervenções por parte do sujeito-autor K-Bça Pensante se fazem significativas, a primeira diz respeito a linguagem e a segunda a edição/montagem do vídeo. Nas palavras de Possari

A riqueza dessas combinações toca e impele o leitor a produzir sentidos, não necessariamente verbais, lógicos. A imagem mostra, a palavra explica, a música sensibiliza e o ritmo retém. Essas funções se intercambiam, se sobrepõe (POSSARI, 2009, p. 59).

Através da “dança” que se estabelece no momento da criação, ou como disse Possari, ao intercambiar as funções audiovisuais, K-Bça interage com a cena, possibilitando a ela a produção de uma gama de sentidos outros, seguindo talvez os passos do mestre Tarantino, que movido pelo sentimento de saturação com relação as imagens do cinema, cria um novo tipo de cinema, baseado em elementos pré-existentes, em outras palavras, trabalho calcado na memória dos tempos vividos e nos instantes de duração (BERGSON, 1965) que fazem o coração pulsar.

No quesito linguagem, este vídeo apresenta uma vastidão de termos a serem explorados, porque seu sujeito-autor, literalmente, esparrama o linguajar cuiabano por toda a extensão da produção. K-Bça Pensante lança mão de um grande número de palavras, expressões, particularidades, usos e costumes da população local, com intuito de, entre outras coisas provocar o riso, por meio da linguagem. Provando, de certa maneira, que Lótman estava certo, ao pontuar que

La cultura contemporánea es verbal y em ella abundan los objetos hechos de palabras: los libros, los periódicos, las revistas. La representación de estos objetos es un signo icónico y la palabra adquiere una función figurativa (LÓTMAN, 1979, p. 54).

Pelo fato de as palavras adquirirem função figurativa, como apontado por Lótman, elas geram não apenas o riso, mas trazem à tona as memórias sobre o tempo vivido, que é “conotado pela cultura e pelo individuo” (BOSI, 1993, p. 281). Suscitando o aparecimento do que a psicanalista Jô Gondar (2016, p. 23) chama de “lugares de memória”, que nada mais são do que a “tentativa de contrabalançar o que foi destruído” com o esfacelamento das tradições. Como o que aconteceu com Cuiabá, quando da incorporação de tradições outras, vindas com os migrantes de várias regiões do país, principalmente do sul e sudeste.

Ao recriar a memória, por meio da linguagem, o sujeito-autor possibilita a preservação, no caso específico deste artigo, da cultura cuiabana, que enfrentou e ainda enfrenta diversos embates. Pois, ao receber os migrantes muitas tradições foram sendo gradativamente deixadas de lado e menosprezadas, porque eram vistas como menores ou inferiores àquelas das outras regiões.

Deste modo, ao nomear o vídeo como “Concurso de Lambadão” K-Bça Pensante não diz apenas sobre os concursos de lambadão existentes nas casas noturnas, que compõem o Circuito de Lambadão Cuiabano, ritmo que trata

(...) de histórias de garimpeiros, pedreiros e outros profissionais dos segmentos populares da Baixada Cuiabana, que, num primeiro momento em iniciativas isoladas, e em momentos posteriores, já em iniciativas coletivas, inventaram o que nos dias de hoje representa o maior e mais significativo movimento de cultura popular urbana em Mato Grosso (GUSHIKEN e SOUZA, 2013, p. 02).

Mas sim, interage com o título da cena original de Pulp Fiction, onde também ocorre um concurso de dança. Esta conjunção entre elementos da cultura pop com o ritmo tradicional, além de ser pós-moderna e contemporânea, dá um lugar de destaque à memória, ao mesmo tempo em que colabora

para a preservação das tradições, e em ampla escala, da cultura cuiabana.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. DINGLE, Herbert. *Duration and simultaneity: With reference to Einstein's Theory*. Indianapolis, Bobbs-Merrill, 1965.

BERGSON, Henri. DINGLE, Herbert. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. Tradução: DE CASTILHO, Guilherme 1980.

BOSI, Ecléa. *A pesquisa em memória social*. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Editora Companhia das Letras, 2007.

CHARYN, Jerome. *Raised by Wolves: The Turbulent Art and Times of Quentin Tarantino*. Nova Iorque: Thunder's Mouth Press, 2006.

FICTION, P. U. L. P.; DE VIOLÊNCIA, TEMPO. Direção: Quentin Tarantino. Produção: Lawrence Bender. Intérpretes: John Travolta, Samuel L. Jackson, Ving Rhames, Uma Thurman, Bruce Wills, Harvey Kaitel e outros. Los Angeles: Miramax Films, c1994, v. 1, 1994. DVD.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: GEIGER, Amir [et al.]; Vera Dodebei, Francisco R. de Farias, Jô Gondar (Org.). *Por que memória social?* Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. 1. ed. (Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, v. 9, n. 15).

GUSHIKEN, Yuji; SOUZA, Sandra Rosa Maria de. *Lambadão: A invenção de um circuito cultural e comunicacional na Baixada Cuiabana*. Artigo apresentado no GP de Folkcomunicação (DT 8 Estudos Interdisciplinares) do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 04 a 09 de setembro de 2013 na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, Amazonas, Brasil. In: <<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0734-1.pdf>>> Acesso em 19 de junho de 2018.

LÓTMAN, Yuri. *Estética y Semiótica del Cine*. Colección Punto y Línea. Barcelona: Gustavo Gili. 1979.

POSSARI, Lucia Helena Vendrúsculo. Produção de material didático para a EaD. In: NEDER, Maria Lucia Cavalli; POSSARI, Lucia Helena Vendrúsculo. *Educação a Distância: Material didático para a Ead: processo de produção*. Cuiabá: EdUFMT, p. 47-62, 2009.

MANGIA CHE TE FA BENE: A MESA FARTA COMO ATRATIVO TURÍSTICO GASTRONÔMICO DA SERRA GAÚCHA

Alexandra Marcella Zottis ¹⁰²

RESUMO: O trabalho propõe refletir como o apelo da mesa farta perdura na oferta turística gastronômica da Serra Gaúcha, em oposição à memória da fome, recorrente nas narrativas dos imigrantes italianos que colonizaram a região. Discorre sobre a fartura alimentar presente nas diversas versões da Cocanha e o tensionamento entre fome e abundância. Utiliza como procedimento metodológico a revisão bibliográfica das temáticas abordadas. Verifica-se que a promessa da fartura alimentar é uma dos fatores que contribui com a invenção do imaginário turístico Serra Gaúcha.

PALAVRAS-CHAVE: Serra Gaúcha; Memória; Turismo; Gastronomia.

INTRODUÇÃO

A Serra Gaúcha, principal polo turístico do Rio Grande do Sul, emprega o apelo da mesa farta como um dos principais recursos para promover a sua oferta gastronômica. Pode-se considerar que, de certo modo, a fartura alimentar retoma a promessa da Cocanha - país imaginário onde frangos assados caíam prontos do céu e nos rios corria vinho de vários tipos.

No final do século XIX, numa Itália assolada pela fome e pela falta de empregos, agentes de imigração anunciavam aos que se aventurassem, que encontrariam na América, o sonho cocaniano. Embora soubessem ser uma proposta inverossímil, um expressivo contingente de imigrantes italianos atravessou o oceano e contribuiu para povoar e desenvolver boa parte dos municípios que hoje compõem a região.

Esse trabalho deriva de um recorte de tese em andamento que investiga as relações da gastronomia e da memória na invenção do imaginário turístico Serra Gaúcha. Propõe-se aqui refletir sobre como a fartura perdura na promoção turística gastronômica da região, numa oposição à memória da fome, frequente nas narrativas dos primeiros imigrantes. Como abordagem metodológica, emprega-se a revisão bibliográfica das temáticas relacionadas.

A COCANHA

As crises de fome e de escassez de alimentos que perpassam determinados períodos da história europeia têm no imaginário da Cocanha um instigante contraponto. Nessa sociedade imaginária quatro temas são recorrentes em suas diversas versões: a abundância, a ociosidade, e juventude e a liberdade. Jacques Le Goff, no prefácio de *Cocanha: a história de um país imaginário* (1998), de Hilário Franco Júnior, defende que a abundância cocaniana é uma resposta à realidade vivida por uma dupla insatisfação, que reúne carência e fome, diante das limitações da natureza e da economia, e a abstinência e os jejuns impostos pela Igreja. Le Goff acrescenta, que neste contexto, a Cocanha é também o ideal anticristão da comilança, um desafio à Igreja que estigmatiza a gula (a paixão de comer) como um dos pecados capitais mais detestáveis, combatido com a instituição da Quaresma. (FRANCO JÚNIOR, 1998)

102 Doutoranda do Programa em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle- Canoas-RS. Bolsista Capes/Prosup. Professora dos cursos de Turismo e de Gastronomia da Universidade Feevale.

Franco Júnior (1998) situa que a utilização mais antiga do nome Cocanha para descrever um país imaginário é o *fabliau de Cocaingne*, de meados do século XIII, em um texto proveniente do Norte francês, possivelmente da Picardia, consistindo num poema com 188 versos curtos. O texto descreve que nesse país gordos gansos que giram vão se assando sozinhos pelas ruas, regados com molho de alho e encontram mesas postas com toalhas brancas, onde é permitido beber e comer tudo o que se quiser, sem proibição. Na Cocanha, a fartura está ao alcance de todos e a abundância cocaniana, mais do que uma resposta à fome, resulta de um insaciável desejo de comer, presente nas diversas versões que compõem o “mosaico textual” desse país imaginário. (FRANCO JÚNIOR, 1998)

As tradições folclóricas que serviram de fonte à glotonaria, presente na obra de Rabelais, em 1532, são para Franco Júnior a indicação de que esse autor parecia conhecer direta ou indiretamente o *fabliau de Cocaingne* e as festas populares de sentido carnavalesco e de espírito cocaniano, que inspiraram sua obra e seus principais personagens, os gigantes glutões Gargântua e seu filho Pantagruel.

Bakhtin (1987) interpreta que as primeiras experiências de Pantagruel, desde o seu nascimento, são todas experiências alimentares. No livro de Rabelais, as imagens de banquete, os atos de comer e beber, estão ligados às festas populares, fora do cotidiano:

Trata-se do *banquete* que se desenrola na *feira popular*, no limite da *boa mesa*. A poderosa tendência à *abundância* e à universalidade está presente em cada uma das imagens do beber e do comer que nos apresenta Rabelais, ela determina a forma de apresentação dessas imagens, o seu *hiperbolismo positivo*, o seu *tom triunfal e alegre*. Essa tendência à abundância e à universalidade é o fermento adicionado a todas as imagens de alimentação; graças a ele, elas crescem, incham até atingir o nível do supérfluo e do excessivo. (BAKHTIN, 1997, p.243)

O apetite descomunal de Pantagruel é uma referência que persiste nos dias atuais. O significado do termo pantagruélico é descrito nos dicionários como “aquele como come em excesso” e um banquete pantagruélico como um evento “em que há muita comida”. (DICIONÁRIO AULETE DIGITAL, 2017).

As relações da Cocanha com a imigração italiana no Rio Grande do Sul também ganharam versões cinematográficas. Em 2011, o curta-metragem florense O País da Cocanha (*Il Paese Della Cuccagna*), venceu o festival audiovisual europeu sobre migração italiana, o *Concorso Memorie Migranti VII Edizione*, que ocorreu em Perúgia, na Itália. O documentário produzido pelo Núcleo de Produção Audiovisual de Flores da Cunha, ganhou na categoria principal denominada *Vincitore Assoluto*. Conforme o diretor Juliano Carpeggiani optou-se por uma versão romântica no curta rodado em Flores da Cunha, a partir das memórias dos netos e bisnetos de imigrantes italianos, que através de seus testemunhos narraram que a realidade encontrada na Serra Gaúcha era muito diversa, e bem mais dura que os sonhos de abundância da Cocanha. (JORNAL O FLORENSE, 2011)

A obra *A Cocanha* do pesquisador e escritor José Clemente Pozenato, poderá ser adaptada para o cinema pelos produtores e cineastas Luiz Carlos e Lucy Barreto. O anúncio foi feito durante o Festival de Cinema de Gramado, que ocorreu no final de agosto de 2017. *A Cocanha* (2000) compõe uma trilogia, juntamente com *O Quatrilho* (1995) e *A Babilônia* (2006), sobre o processo migratório italiano na Serra Gaúcha. (JORNAL PIONEIRO, 2017)

FOME E ABUNDÂNCIA

A oposição fome e abundância merecem cuidadosa atenção porque parece perpassar aparentes contradições ao se analisar a oferta gastronômica da Serra Gaúcha. De um lado, a abundância alimentar

tão prometida no imaginário da Cocanha personificou-se em produtos turísticos, que prometem a mesa farta, aliada a uma tradição que seria herança dos imigrantes alemães e italianos. Do outro, a escassez e a preocupação em evitar qualquer tipo de desperdício, presentes nos relatos dos imigrantes, tanto alemães quanto italianos, em especial nas primeiras fases dos processos migratórios. Há uma diversidade de empreendimentos gastronômicos que competem por clientes pela quantidade de itens.

Considerado um dos maiores estudiosos sobre os aspectos históricos da gastronomia, o italiano Massimo Montanari é o autor de *A fome a abundância: história da alimentação na Europa* (2003). Nesta obra, analisa os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que mantêm historicamente relação direta com as questões alimentares, tanto nos períodos de escassez e fome quanto nos de abundância.

Em relação à Cocanha, Montanari afirma que o sonho é o antídoto mais eficaz ao medo da fome e projeta-se para além da tranquilidade e do bem-estar alimentar. Sonha-se com um lugar onde a comida seja inesgotável e ao alcance da mão; onde gigantescas panelas de nhoque sejam vertidas sob montanhas de queijo derretido. Observa que nesse novo lugar, não se imaginam alimentos e bebidas exóticas, mas reservas infinitas de alimentos então inacessíveis por questões financeiras ou religiosas. (p. 122)

Em *História da Alimentação*, Paolo Sorcinelli (1998), professor de Literatura Moderna da Universidade de Bolonha aborda as crises de fome e escassez de gêneros alimentícios em períodos determinados da história. Os altos índices de mortalidade foram interpretados nos estudos da demografia histórica como uma compensação à falta de recursos disponíveis para atender à população da época.

Trata-se de acontecimentos cíclicos que dificilmente poderão ser imaginados por quem vive nos países industrializados do século XX. Atualmente é difícil compreender o que representavam a fome e a escassez de víveres, principalmente quando elas tomavam tais proporções que não era de modo algum raro encontrar indivíduos mortos na estrada, com a boca cheia de ervas e os dentes cravados na terra. (SORCINELLI, 1998, p. 794)

O temor pela falta de alimentos e pelas colheitas ruins atingem a toda sociedade. É a introdução do cultivo da batata e do milho que ajudam a amenizar esse quadro. O milho, em especial, vai permitir ao cidadão italiano mesmo que vivendo em pobreza, ao menos não morrer de fome. No entanto, no centro e no norte da Itália, durante todo o século XIX e o início do XX, há surtos de pelagra e de outras doenças, atribuídas à falta de nutrientes. A carência nutricional não estava relacionada apenas ao milho ou ao consumo da farinha de milho na forma de polenta, mas por ser preparada sem sal e outros temperos capazes de elevar seu teor em vitaminas e por constituir, em muitos casos, o único alimento disponível. (SOCIRNELLI, 1998)

Dickie (2013) também descreve como a polenta estava associada à memória da fome. O autor relata os dias que precediam, no porto de Gênova, o embarque para a América:

[...] Muitos dos emigrantes que então faziam fila para ter seus passaportes inspecionados tinham dormido ao relento. Eles chegaram a Gênova, vindos de toda a Itália: famílias de Veneza, expulsas do campo por dívidas, impostos e um dieta de caldo de cebola e polenta; camponeses da zona rural de Mântua- para sobreviver ao inverno eles eram forçados a cruzar o Rio Pó para suplementar sua dieta de polenta com raízes sem sabor; trabalhadores dos campos de arroz da Lombardia amaldiçoados pela febre, onde pão mofado, gordura de porco rançosa e polenta eram a única recompensa por longos dias trabalhando com as costas dobradas e pernas e braços imersos na água lodosa, castigados pelo sol. Polenta, polenta, sempre polenta. (DICKIE, 2013, P. 193)

Dickie complementa que em qualquer dialeto o que se ouvia a razão para partir era a mesma: *mi emigro per magnar*. Mesmo enfrentando o desconhecido, com a grande chance da Cocanha continuar

inacessível, o futuro na América dificilmente seria pior. De forma contraditória, a “exportação” de camponeses famintos contribuiu para tornar a culinária italiana mundialmente popular, a partir da intensa ligação entre identidade e alimentação. As lembranças alimentares da maioria dos que imigraram estavam associadas a alimentos de pobres e à exclusão de uma civilização da mesa. No novo mundo, estes sentimentos marcaram a atitude em relação à alimentação e transformaram a comida num distintivo de quem eram e de onde partiram. (DICKIE, 2013, p. 195).

SERRA GAÚCHA E A MESA FARTA

Uma simples busca na Internet aos termos “mesa farta serra gaúcha” resulta num significativo número de páginas onde a temática é abordada, em blogs de viagens, sites de agências, operadoras, empreendimentos gastronômicos e reportagens voltadas ao Turismo.

A série de Manta e Cuia- composta por material multimídia publicado nos veículos do Grupo RBS, de julho a setembro de 2018- , trouxe frequentes referências à gastronomia da Serra Gaúcha, acompanhadas de adjetivos como rica, saborosa e principalmente, farta. Em matéria intitulada *Mesa farta e pratos diversificados identificam a Serra Gaúcha*, a historiadora Luiza Iotti salienta que a fartura na mesa caracteriza a região e atribui esse comportamento ao medo que os imigrantes tiveram de passar fome. Para Iotti (2018), a memória afetiva está presente na experiência gastronômica da Serra:

Quando você toma sopa de *agnoline*, aquele gosto te remete ao passado, te remete a tua infância, te remete a casa da sua avó, do teu avô, da tua mãe. Tu vens com aquele sentimento e eu acho que é isso também que a gente passa para o turista uma história, um passado, uma vivência que é diferente dos outros locais do país. (IOTTI, 2018).

A fartura é então o sonho concretizado, uma resposta a fome que motivou um grande número de italianos a atravessar o oceano em busca da Cocanha, na América. Não se trata mais de um país imaginário, mas de um lugar onde fartura, passado e tradição são formatados como produtos turísticos de grande atratividade.

CONSIDERAÇÕES

A oferta turístico gastronômica da região ainda encontra na promessa da mesa farta um apelo atraente. O *mangia che te fa bene* resiste mesmo em tempos de tantos modismos que recomendam comedimento ou restrições a alimentos que, outrora, embalaram sonhos cocanianos, como os pães gigantes, os imensos frangos assados e os rios de vinho. Entende-se que perdura, entre diversos motivos, por se tratar de uma construção histórica embalada por memórias de cheiros, aromas e sabores. Relações entre memórias e gastronomia, que contribuíram com a invenção do imaginário turístico Serra Gaúcha. A Cocanha pode ser aqui.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo, SP: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

DICKIE, John. Delizia: a história dos italianos e sua comida. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Cocanha: a história de um país imaginário. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Cocanha: várias faces de uma utopia. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1998.

FRONZA, Raquel. Com a chegada do frio, municípios da Serra Gaúcha oferecem festas com farta gastronomia. Jornal Pioneiro, 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2018/06/com-a-chegada-do-frio-municipios-da-serra-gaucha-oferecem-festas-com-farta-gastronomia-10369545.html>. Acesso em 05 de outubro de 2018.

MONTANARI, Massimo. A fome e a abundância: história da alimentação na Europa. Bauru, SP: Edusc, 2003.

NOAL, Flávia. Mesa farta e pratos diversificados identificam a Serra Gaúcha. GaúchaZH, Série de Manta e Cuia, 21 de setembro de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/09/ Mesa-farta-e-pratos-diversificados-identificam-a-serra-gaucha-cjmc1zdg3052z01pxs3rwjvhv.html>. Acesso em 05 de outubro de 2018.

OTOBELLI, Danúbia. Curta metragem florense é finalista em festival na Itália: O País da Cocanha, dirigido por Juliano Carpeggiani, concorre em dois prêmios. Jornal O Florense, 15 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/caderno-de-sabado/8/curta-metragem-florense-e-finalista-em-festival-na-italia/1728>. Acesso em: 05 de outubro de 2018.

SORCINELLI, Paolo. Alimentação e saúde. In: História da Alimentação. FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. (orgs.). São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998.

VIEIRA, Siliane. Gramado: “A Cocanha”, de José Clemente Pozenato, será adaptado para o cinema. Jornal Pioneiro, 25 de agosto de 2017. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/noticia/2017/08/gramado-a-cocanha-de-jose-clemente-pozenato-sera-adaptado-para-o-cinema-9879340.html>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

RELIGIOSIDADE E AS ÁGUAS – A FESTA DE NAVEGANTES NA PRAIA DO PAQUETÁ – CANOAS/RS

*Juliana Pugliese Christmann*¹⁰³

*Cleusa Maria Gomes Graebin*¹⁰⁴

RESUMO: Este trabalho apresenta relatos de pescadores artesanais da Praia do Paquetá, situada na margem da interseção do Rio dos Sinos com o Parque do Delta do Jacuí, sobre as festas de navegantes que acompanham suas vidas e reforçam sua devoção pelas águas. O estudo foi de cunho qualitativo, a partir da metodologia da História Oral (HO). Foram realizadas entrevistas com pescadores e os dados obtidos foram analisados e interpretados seguindo a técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática. Como resultados, verifica-se que independente das crenças individuais as práticas relacionadas a fé e as águas fazem parte da identidade do pescador.

PALAVRAS-CHAVE: Pescadores Artesanais, Memória, Religiosidade, História Oral.

INTRODUÇÃO

Em Canoas, no Rio Grande do Sul, situa-se um pequeno povoado de pescadores artesanais, nas margens do Rio dos Sinos, conhecida como Praia do Paquetá. Este contrasta com o todo de Canoas, fortemente povoado e industrializado - refere-se de um espaço ainda com pontos rurais, com propriedades familiares, firmada em uma Área de Proteção Ambiental (APA). As famílias residem na região há aproximadamente 40 anos e com base nos dados do Censo 2010, a população do local era de 294 moradores (158 homens e 136 mulheres), distribuídos em 113 domicílios (IBGE, 2010). De acordo com a Prefeitura Municipal de Canoas, indica que 138 são pescadores tradicionais que foram reconhecidos em 2014, por meio de lei municipal, como comunidade de pesca tradicional. Os pescadores que contribuíram nesta pesquisa se declararam católicos, umbandistas, ou evangélicos e que as festas religiosas, no local, também são reconhecidas como uma celebração pela atividade da pesca.

A festa na capital do estado iniciou em 1875, com a influência dos imigrantes açorianos, que vieram pelas águas, de fé cristã e tinham como lema a “Estrela do Mar, guiados à glória do Reino dos Céus por Maria” e já neste ano foi realizada a primeira procissão por terra e pelas águas do Guaíba (ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, 2018). Já em Canoas a festa em 2018 completou a sua 29ª edição. É Uma das importantes ocasiões do calendário religioso de Canoas sendo feriado municipal de 2 de fevereiro, quando católicos celebram sua devoção à Nossa Senhora dos Navegantes e as religiões de matriz africana reverenciam Iemanjá. A Praia do Paquetá é o local onde as duas festividades se encontram.

NAVEGANDO EM SUAS ÁGUAS

Em 2 de fevereiro de 2015, a convite dos pescadores, se participou das celebrações da 26ª Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e da Festa de Iemanjá, na Praia do Paquetá. A atividade envolve todo o povoado local, que recebe grande quantidade visitantes de vários bairros e cidades vizinhas. O evento

103 Doutoranda do PPG Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle, bolsista CAPES modalidade: taxa – E-mail: juliana.christmann1517@unilasalle.edu.br

104 Professora do PPG Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle - E-mail: cleusa.graebin@unilasalle.edu.br

foi organizado pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Paróquia Imaculada Conceição, Clube Náutico Albatroz e Associação de Moradores da Praia do Paquetá, com a parceria da Coordenadoria Municipal de Integração Institucional.

A celebração na igreja católica inicia pela manhã, após a missa, os fiéis seguem com a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes em procissão até o local que embarca às margens do Rio dos Sinos. Deste ponto, a imagem e os devotos partem rumo à Praia do Paquetá, em embarcações diversas.

Durante a procissão por terra, os praticantes das religiões de matriz africana se uniram ao grupo católico e seguiram indo até a Praia do Paquetá, nos barcos. Durante o caminho pluvial, o número de embarcações que estiveram presentes e agregaram no trajeto foi grande. A chegada da procissão fluvial, no local, foi recepcionada por muitas pessoas. Após o desembarque da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, católicos e umbandistas se dividem para suas homenagens. Na Praia do Paquetá, existem esculturas próprias, das duas representações religiosas.

As religiões de matriz africana realizaram sua celebração à Iemanjá – orixá feminino mais popular do Brasil que, na língua Yorubá¹⁰⁵, significa: mãe cujos filhos são peixes. Grupos de capoeira lideraram a Puxada de Rede – homenagem feita pelos pescadores, em que declaram a sua fé na proteção de Iemanjá ao seu ofício, para que todos retornem com vida para suas casas e com uma boa pesca.

A pescadora Janaína, afirma que este momento de separação da festa de Navegantes e Iemanjá é relativamente recente. Ela relata que:

O padre não quis mais fazer a missa junto. Então, os umbandistas vieram botar duas santas agora. Aí separaram. Era tão bom quando era tudo junto. Cada um respeitava sua religião. Agora fazem separado, a missa deles lá. Mas a festa da santa foi linda igual. A gente ia assistir igual, porque até era bom. Quem não acompanha uma missa de igreja, assim que nem nós, porque não consigo ir numa igreja, nem tenho como ir, mas era bom porque naquele dia a gente ia lá todo mundo, fazia missa, eles dão aquela hóstia. Já aproveitava e fazia tudo junto.

Por se tratar de um evento popular na cidade, ele atrai muitas pessoas de fora para o local, os moradores da Praia do Paquetá aproveitam estes momentos para ter um lucro extra com a movimentação no local. Entretanto, esse movimento desperta interesse de ambulantes de outros bairros que levam seus produtos, até mesmo imagens da santa e do orixá, e aumentam a concorrência para os moradores locais. Devido à grande movimentação de pessoas no dia 2 de fevereiro, Miro, que é evangélico, explica que é impossível ficar fora da festividade. Ele afirmou que:

Nós somos evangélicos. [Para nós, a festa] não tem nada a ver com religião. Eu só acredito em Deus. Eu posso até morrer, mas eu sei que a minha alma está limpa, o meu coração é limpo, é verdade. [A santa] da água é a Nossa Senhora dos Navegantes, né? Não tem como a gente sair daqui [de casa], porque ela [imagem da santa] passa aqui na frente.

Apesar de ser evangélico, Miro revelou que participa há 15 anos da Assembleia de Deus. A troca se deu para facilitar a ida aos cultos com segurança, como ele relembra: *A gente seguia essa Igreja Deus é Amor. Aí, depois, [a igreja] ficou lá para fora. Ficou muito ruim de sair daqui, de carroça, de noite, né, com criança. Na época, estava meio perigoso nessas bandas aí para fora. Aí, [a gente] parou, não foi mais. A gente ficou parado por um bom tempo. Agora que surgiu essa igreja aqui, a gente começou a ir ali.*

105 Mais informações sobre a língua Yorubá em: <<https://ocandomble.wordpress.com/2012/09/26/o-idioma-yoruba/>>. Acesso em: 30 de março de 2015.

Embora acompanhe bastante as festividades católicas na Praia do Paquetá, Janaína declarou ser umbandista. Ela considera que que, no geral, a convivência das pessoas de diferentes crenças é harmoniosa. Porém, ela já presenciou um vizinho incomodado com as oferendas deixadas pelas religiões de matriz africana que começaram a ir com frequência no entorno da estátua de Iemanjá no povoado. Janaína revelou que:

Aqui tem um vizinho nosso que não mora aqui [próximo à casa dela], mas, às vezes, ele vê os umbandistas largando alguma coisa e reclama. Aí, eles meio que reclamam dele. Eu e o Nego não reclamamos. Deixa eles fazer as coisas [oferendas na água] deles. Antes [os umbandistas] não vinham assim. Eles só largavam escondido, sabe, as oferendas e iam embora. Mas agora não. Depois que botaram a santa ali, aquela ali é a Iemanjá [indicando o local da estátua próxima de sua casa], então o pessoal larga oferenda ali na beira dela, traz presente para ela, faz sessão de umbanda ali na frente.

CONSIDERAÇÕES

As religiosidades existentes no povoado são parte das tradições e costumes da comunidade, elas são pontos de referências no quadro social que constitui a memória coletiva. Conforme Pollak (1989, 1992) tais demonstrações religiosas fundamentam e evidenciam o sentimento de fazer parte de com o local. O que pode ser inferido a partir dos depoimentos, é que, independentemente de sua prática religiosa, os pescadores se compreendem como parte delas. Identifica-se um conflito dentre as versões da memória ritualizada entre os grupos que representam três confissões religiosas. As memórias surgem e reivindicam serem ouvidas em uma apropriação social do sagrado remontando as lembranças a partir dos símbolos religiosos.

Surgem também as estratégias da memória, em que os acontecimentos se tornando modelo para a projeção do futuro, construindo uma versão sobre a estabilidade das relações entre as diferentes confissões religiosas, a reconhecimento senão totalmente harmoniosa, mas coerente das diferenças. Conforme Tedesco, “o testemunho não tem nem um pouco de neutro, é também um jogo” (2004, p. 31). Portanto as leituras feitas pelos pescadores sobre as religiosidades ali presentes também representam o seu jogo de interesses.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. **Festa de navegantes**. Disponível em: <https://www.arquidiocesepoa.org.br/single-post/2018/02/01/Prociss%C3%A3o-de-Navegantes-deve-reunir-mais-de-100-mil-devotos-nesta-sexta-2> Acesso: 01.02.2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 1977.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MEIHY, J. C. S BOM. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história**

oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011. 198 p. ISBN 9788572446907.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 80 p. (Coleção temas sociais; 1). ISBN 9788532611451.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória:** temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo/Caxias: UPF/EDUCS, 2004.

GRUPOS, ORGANIZAÇÕES E IGREJAS PROTESTANTES NAS PÁGINAS DA REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (1953-1971)

Augusto Diehl Guedes¹⁰⁶

RESUMO: Dentre as diversas publicações da Igreja Católica na primeira metade do século XX, a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), veiculada a partir de 1941 pelos franciscanos de Petrópolis (RJ), apresentou-se como um veículo articulador do clero nacional. Dentre os assuntos por ela divulgados, percebemos a recorrência da temática dos protestantismos difusos nas várias sessões da revista. Como um tema ascendente em meados do século XX e visando avaliar como e o quê a REB publicava sobre seus concorrentes no campo religioso, mapeamos inicialmente os grupos, organizações e igrejas do protestantismo nacional e internacional que foram mencionados pelos articulistas da REB entre os anos de 1953-1971, período no qual o periódico estava sob a condução de Frei Boaventura Kloppenburg, conhecido e consagrado por seus trabalhos apoloéticos. O trabalho apresenta resultados parciais e objetiva auxiliar na compreensão acerca das dinâmicas católicas na relação com o protestantismo no Brasil de meados do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: *Revista Eclesiástica Brasileira*; Catolicismos; Protestantismos; Campo Religioso.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar da inserção dos protestantes, de maneira efetiva, ter se dado durante os anos do Brasil Imperial (1822-1889), foi no decorrer do século XX, com ênfase no pós 1950, que a presença dos evangélicos se intensificou no país. Como ponderou Alencar (2005, p. 18), uma característica comum dessas múltiplas igrejas derivadas do protestantismo – anglicanos, luteranos, presbiterianos, congregacionais, batistas, metodistas, pentecostais, entre outros - no Brasil é o apelo ao anticatolicismo.

Essa presença protestante não ficou despercebida, aos olhos da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), maior denominação religiosa no Brasil. Na busca pelo monopólio contínuo do campo religioso brasileiro, diversas foram as estratégias que a ICAR adotou com relação a estes grupos. Um dos meios utilizados como forma de veicular seu discurso nesse cenário foi a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) tanto para informar, quando para formar os religiosos sobre como entender tais grupos.

Revista sucessora da *COR: Revista Eclesiástica Brasileira*¹⁰⁷, editada pelo Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis a *Revista Eclesiástica Brasileira*, lançada em 1941, foi proposta como um impresso católico com periodicidade trimestral que pudesse alcançar e articular o clero católico disperso pelo território brasileiro. Seu primeiro editor foi o Frei Tomás Borgmeier (1892-1975), entomólogo, professor do ITF e então diretor da Vozes de Petrópolis (editora católica de inserção nacional que imprimia a revista). Teria sido com a administração de Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009) - o

106 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF, bolsista PROSUC CAPES. Graduado em Licenciatura em História pela UPF, integrante do Laboratório de Estudo das Crenças (LEC) e do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC). E-mail: augustodguedes@hotmail.com.

107 A *COR* (título em alusão ao Sagrado Coração de Jesus) foi uma revista mensal, publicada pela Vozes entre 1939 e 1941. Com o intuito de ser uma revista brasileira, como pretendido em seu subtítulo – *Revista Eclesiástica Brasileira* -, a revista não obteve muito êxito, tendo sua circulação ficada mais restrita a região sudeste, dado seu caráter diocesano, uma vez que veiculava em suas páginas o boletim da Cúria do Rio de Janeiro.

segundo editor do periódico - que a REB foi consolidada e alcançou seu maior número de assinantes e de tiragem. Para nossa proposta, cabe destacar que foi enquanto esteve à frente da revista (1953-1971) que notamos uma notável visibilidade da temática do protestantismo: 185 publicações que versaram acerca deste assunto. Assim sendo, após o mapeamento das publicações da revista, tabelamos quais foram as igrejas, grupos e organizações protestantes¹⁰⁸ mencionadas nas veiculações da REB. Este trabalho é um levantamento inicial de dados que tem por intuito auxiliar na interpretação posterior dos textos publicados na REB a partir da metodologia da Análise do Discurso, principalmente com base nas obras de Eni Orlandi, com as adaptações ao fazer historiográfico.

OS MÚLTIPLOS PROTESTANTISMOS

Percebemos inicialmente que a REB apresentou 185 publicações acerca dos protestantismos entre 1953-1971, não somente do quadro brasileiro, mas também internacional. Destas 185, 134 não possuem autoria declarada. As outras 51 veiculações foram escritas por 32 autores. Dos escritores na revista, a grande maioria é composta por membros do clero católico, sejam eles párocos, freis, teólogos, bispos, cardeais, professores de teologia em grande parte. É importante salientar que os protestantismos ocuparam todas as seções¹⁰⁹ (menos necrologia – reservada para membros da ICAR) da revista, o que nos indica para uma diversidade nas formas de apresentação destas, visto que cada seção propunha-se a finalidades distintas.

Inicialmente pensamos em grandes grupos que pudessem agrupar as diversas igrejas. São eles: adventismos, anglicanismos, batistas, calvinismos, presbiterianismos, luteranismos, metodismos, pentecostalismos, congregacionalismos, episcopalianismos e “outros”. Assim, dentro da categoria “presbiterianismos” encontramos menções a Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente, Aliança Presbiteriana Mundial, a igrejas fora do país – Igreja Presbiteriana da Escócia, Igreja Presbiteriana Unida (EUA), Igreja Presbiteriana do Sul (EUA), dentre outras. Por sua vez, em “outros” encontramos uma diversidade de igrejas e movimentos, tais como: quakers, zwinglianismo, menonitas, valdenses, Exército da Salvação, “nazarenos”, “discípulos de Cristo”, Igreja Unida de Cristo, Igreja do Espírito de Jesus Cristo, Igreja Unitária Universalista, dentre outras. Em nosso mapeamento algumas instituições foram mencionadas, como o Conselho Ecumênico de Igrejas, o Conselho Mundial de Igrejas, a Sociedade Bíblia do Brasil (também dos EUA, Inglaterra, Americana, da África, Unida), missões internacionais (*Home Mission*, Aliança Cristã Missionária, Junta das Missões Estrangeiras, Junta Missionária de Orebro, *Christian and Missionary Alliance*). Visto que não estão vinculadas especificamente a uma matriz elas não foram computadas na sequência.

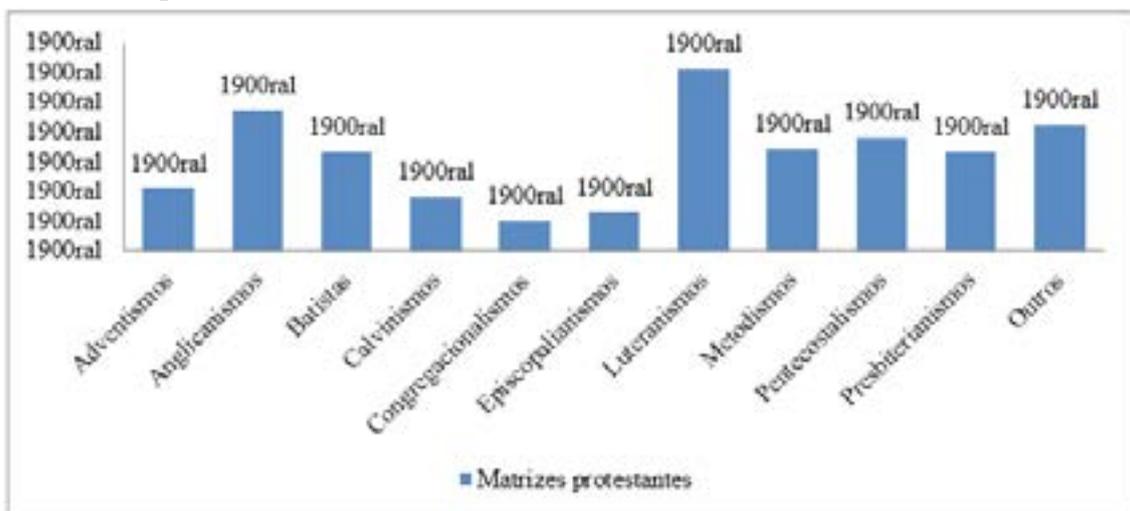
Para melhor compreensão dos dados levantados, os apresentamos em formato de gráfico. Nele, não houve discriminação entre igrejas nacionais ou estrangeiras, dado que a REB, apesar de ser uma revista brasileira, apresentava muitas questões do contexto internacional, levando também em consideração que a maior parte das igrejas no Brasil possuem, estão vinculadas ou aliançadas a igrejas internacionais. Salientamos ainda que computamos mais de uma matriz dos protestantismos, quando presente, numa mesma publicação. Em alguns casos quando do aparecimento do nome de várias igrejas, estas eram

108 Para a compreensão de protestantismos, dada sua pluralidade, partimos das considerações de Delumeau, ao asseverar as três doutrinas fundamentais dos protestantes: a justificação pela fé, o sacerdócio universal de todo cristão e a infalibilidade da Bíblia Sagrada (DELUMEAU, 1989, p. 59). Desta forma, apesar da sua diversidade (formas de batismo, hierarquia, formas de governo, liturgias, contribuição, sacerdócios), entendemos que estes pontos, que partem da sistematização das premissas dos movimentos das Reformas Protestantes do séc. XVI, nos permitem caracterizar esses grupos.

109 As seções da REB eram as seguintes: artigos, comunicações, assuntos pastorais, *ministerium verbi*, documentação, pelas revistas, crônica eclesiástica (do Brasil e do estrangeiro), necrologia e apreciações.

posteriormente agrupadas podendo computar mais de uma vezes para a mesma matriz (por exemplo: Igreja O Brasil para Cristo e Assembleia de Deus, ambas integrantes do pentecostalismo).

Gráfico1. Matrizes protestantes



Fonte: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1953-1971). Produzido pelo autor.

Inicialmente, podemos perceber que os autores da REB não ficaram circunscritos a uma ramificação ou denominação protestante, mas permitiram aos seus leitores perceber a pluralização desta matriz religiosa. É interessante também perceber que nenhuma matriz tem grande destaque no gráfico, apesar da preponderância dos luteranismos e anglicanismos que juntos chegam a quase um terço das menções, representantes daquilo que se entende por “protestantismo de imigração”¹¹⁰. O referenciamento significativo a esses dois grupos nos permite levantar tanto a questão de que esses grupos foram os primeiros a se inserir no Brasil, mas também os grupos que se aproximaram de forma significativa da ICAR na adoção de posturas em direção ao ecumenismo entre as igrejas cristãs após o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Por sua vez, o “protestantismo de missão”¹¹¹ representa uma fatia maior do gráfico, 46%. Isso se deve tanto ao fato de serem mais numerosos os grupos – presbiterianos, batistas, congregacionais, episcopais, metodistas, calvinistas¹¹² e adventistas - quanto maior o número de membros no contexto global. Já os pentecostais¹¹³, o grupo que apesar de apresentar a maior taxa de crescimento no período, representa um décimo da totalidade.

Levamos em consideração o momento no qual esses textos foram publicados. Durante os 19 anos analisados, os primeiros nove anos apresentam uma média de nove publicações por ano e representam 44% das veiculações. Durante o período do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), a média cai para 6 vezes ao ano, representando 13% do total. No entanto, é o período posterior ao Concílio – 1966-

110 O “protestantismo de imigração”, representado principalmente por anglicanos e luteranos, foram os que primeiro chegaram ao Brasil efetivamente. Sua atuação se deu mais no acompanhamento das comunidades que para cá migraram do que na atividade de conquistar fiéis (DREHER, 2002, p. 120).

111 O “protestantismo de missão” é integrado pelos grupos protestantes, principalmente estadunidenses, que chegaram entre os anos de 1835-1859 com intuito proselitista. Dentre eles destacamos metodistas, batistas, adventistas, presbiterianos, episcopais e congregacionais (DREHER, 2002, p. 120).

112 Apesar da fé calvinista estar presente em igrejas do protestantismo de imigração e do pentecostalismo, a incluímos entre os de missão visto que a maioria das referências se dava a vínculos com as igrejas reformadas e presbiterianas.

113 O “pentecostalismo” apresentado inicialmente no país pelas igrejas Congregação Cristã no Brasil (CCB) e Assembleia de Deus (AD). Chegou com imigrantes que tiveram contato com esta doutrina nos Estados Unidos e apresentam-se com intuito proselitista, alcançando principalmente as camadas mais baixas da população, (DREHER, 2002, p. 120-121).

1971 que nos chama a atenção, com média de 13,3 comunicações por ano, representando 43% do total.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante das questões iniciais aqui levantadas podemos compreender que a presença do protestantismo, seja no cenário nacional ou internacional, foi alvo da produção intelectual de eclesiásticos católicos que escreviam na REB para seus pares. Dentro das dinâmicas que orientam o campo religioso e a disputa por capital neste espaço estes agentes discutiram, a partir da atuação dos protestantismos, qual seria a postura que a ICAR deveria tomar ante a tal realidade – mesmo em momentos e cenários distintos - partindo tanto de textos com teor pedagógico, crítico, apologético ou informativo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. *Protestantismo Tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4.ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. Tomo III. Vol. 11. p. 337-421.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DREHER, Martin N. Protestantismos na América Meridional. In: DREHER, Martin N.(Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis, vol XIII – XXXI, 1953-1971.

IMIGRAÇÃO E MEMÓRIA: AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA A PARTIR DA MOBILIDADE TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

*Danielle Heberle Viegas*¹¹⁴

*Josemir José Gregory*¹¹⁵

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo tecer considerações introdutórias sobre um estudo de memória social que busca relacionar imigração germânica e mobilidade territorial no Sul do Brasil (Município de Estrela/RS). Para isso, este texto versa sobre as relações Brasil-Alemanha, além de contextualizar as correntes imigratórias germânicas no decorrer do século XIX, notoriamente aquela que se instalou na chamada “nova colônia”, hoje Município de Estrela/RS, a partir de 1856. A metodologia utilizada é qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental. A pesquisa em desenvolvimento visa a criar uma plataforma digital interativa, baseada em fontes cartográficas históricas voltada, prioritariamente, para alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas do Município de Estrela/RS.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Alemanha; Estrela/RS; Imigração Germânica; Memória Social.

INTRODUÇÃO

Alemanha e Brasil mantêm um largo histórico de aproximação desde o século XIX, que perpassam todas as configurações político-administrativas que ambas nações assumiram desde então. Ela está sustentada por laços socioculturais, promovidos pelos sucessivos movimentos imigratórios, mas, não obstante, por intensas trocas econômicas. Trata-se, portanto, de uma conexão múltipla e historicamente estruturada, o que coloca a Alemanha, depois de Portugal, como o principal país europeu a possuir ligações com o Brasil, fato que é mensurado pela bibliografia que se dedica ao assunto em ambos os países. Sobre o assunto, Stefan Rinke comenta que as relações germano-brasileiras estiveram pontuadas por espaços de poder consagrados, porém:

(...) sob a superfície do poder, residem dimensões de contato e de interações, por exemplo, entre estabelecimentos comerciais, em culturas especializadas, e na vida cotidiana de imigrantes, que conferiram solidez à relação entre os dois países distantes. (RINKE, 2014, p. 6)

Esse conjunto de elementos representam uma gama de temas que podem ser estudados na atualidade, do ponto de vista da memória social, em muitas das ex-colônias germânicas no Brasil. Com base neste lastro de informações, o presente texto busca relacionar os temas da imigração germânica e da mobilidade territorial no Sul do Brasil, a partir do caso do Município de Estrela/RS. Para isso, está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, são compartilhadas informações gerais sobre o tema da mobilidade territorial dos imigrantes e seus descendentes no Município de Estrela/RS; sequencialmente, arremata-se com considerações sobre as possibilidades de estudo em memória social sobre imigração germânica no Sul do Brasil, com a sugestão de um produto didático a ser compartilhado nas escolas da região do Vale do Taquari.

114 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. E-mail: danielle.viegas@unilasalle.edu.br

115 Graduado em História/UNIVATES (Lajeado/RS); Mestrando em Memória Social e Bens Culturais/ UNILASALLE (Canoas/RS). E-mail: josemirgregory@outlook.com

MOBILIDADE TERRITORIAL DE IMIGRANTES GERMÂNICOS NO SUL DO BRASIL: O CASO DE ESTRELA/RS

Os primeiros imigrantes alemães aportaram no Brasil em 1824 após uma propaganda de incentivo à imigração ao chamado “novo mundo”, ou seja, a América. O pesquisador Marcos Kreutz cita alguns motivos para a migração de São Leopoldo, a chamada colônia velha, para outras colônias do interior do Rio Grande do Sul a partir de 1850:

Em 1850, no Brasil entra em vigor a Lei de Terras (Lei 601 de 1850). A partir disso, a terra é considerada mercadoria, sendo que só pode ser vendida aos imigrantes e demais interessados, sendo definitivamente proibida a prática de concessões. Somente pessoas com condições financeiras poderiam adquiri-la, ou pessoas que com trabalho fossem capazes de quitar a dívida adquirida com ela. (KREUTZ, 2018. p. 40)

Uma das cidades ocupadas pelos imigrantes que se deslocaram internamente, uma vez que já estavam no Brasil, foi o atual Município de Estrela/RS, no Vale do Taquari. Trata-se de colônia fundada em 8 de março de 1856 e que recebeu 45 famílias de imigrantes de diferentes nacionalidades europeias. São famílias oriundas de países como Baviera, Dinamarca, França e Prússia.

Essa diversidade nacional gerou certo estranhamento entre os recém-chegados que acabaram julgando a si mesmos estrangeiros por serem provenientes de diferentes regiões da Europa. Após dois anos da criação da Colônia Estrela, Coronel Victorino Ribeiro, antigo proprietário da *Fazenda da Estrella*, valendo-se da Lei de Terras de 1850 e da constante procura por novas terras, aproveitou para realizar o aumento de sua propriedade no ano de 1858 para futuras negociações com os imigrantes europeus, ou seja, tornou sua propriedade em um negócio imobiliário.

Assim, conforme consta nos documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/AHRS, as famílias de imigrantes germânicos foram se instalando nas “picadas” e a agricultura foi se intensificando. Eram cultivados diversificados alimentos como milho, feijão, batatas, cevada, centeio, trigo, ervilha, mandioca, cana e fava. Além do cultivo havia a criação de animais como cavalos, gado vacum e suíno.

As primeiras picadas que foram ocupadas em Estrela foram Novo Paraíso, localizada ao norte do Município, e Arroio do Ouro, no sentido contrário. Já o centro da cidade teria sido ocupado posteriormente, conforme segue:

Quase todas as colônias de que consta esta nova paróquia, criada em 1873, foram iniciadas nos últimos anos com a vinda de novos colonos, que acorreram de todas as partes, sendo principalmente de origem alemã. Foram atraídos pela fertilidade do solo. As colônias de Conventos, Novo Paraíso, Arroio do Ouro, União, foram iniciadas há 14 anos. As outras, entre as quais sobressai Estrela, foram iniciadas nos últimos quatro ou cinco anos.(SPOHR, 2018, p.19).

Assim, em 1876, o Município de Estrela foi emancipado de Taquari por meio da Lei nº 1044. No início do século XX, já possuía grande parte dos traços de sua estrutura territorial recente. O mapa abaixo, datado de 1922, indica as picadas constituídas no município de Estrela, além de uma série de outros elementos que podem ser explorados do ponto de vista da memória social, como as nomenclaturas dos bairros e ruas atuais da cidade e sua especificidade geográfica e histórica como, por exemplo, a importância do Rio Taquari.

Figura 1. Mapa do Município de Estrela em 1922



Fonte: DINIZ; TOTH; (1926, p. 206)

Tratando-se de análise de mapas, segundo a pesquisadora Daniela Filho: “é preciso analisar o que foi enquadrado pelo mapa, como ele enquadrou, assim como o que ficou de fora” (FIALHO, 2010, p. 77). Com base nos brevíssimos apontamentos acima, encaminhamos as considerações finais e a sugestão da produção de uma plataforma interativa, que tomará por base referido mapa, em cruzamento com outros, para apontar as transformações do território de Estrela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES DE ESTUDO EM MEMÓRIA SOCIAL SOBRE IMIGRAÇÃO GERMÂNICA

Os imigrantes europeus foram fundamentais para a organização de novas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais no Sul do Brasil. Tal processo teria exigido dos imigrantes e de

seus descendentes a construção de uma identidade em que as origens foram muitas vezes obscurecidas. Nesse sentido, é importante a realização de um estudo de memória social sobre o tema. A proposta que está sendo desenvolvida trata-se da elaboração uma plataforma digital interativa, baseada em fontes cartográficas históricas por meio da qual seja indicada as primeiras picadas e igrejas construídas quando do início da colonização do Município de Estrela. A plataforma é voltada para alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas do Município. A intenção é que os alunos e alunas possam inferir sobre o desenvolvimento territorial do Município de Estrela, seja por meio das relações de trabalho (picadas) ou religiosas (igrejas). O presente trabalho encontra seu sentido, assim, na busca pela reconstrução do passado; buscando a semente da rememoração e a construção da memória social (HALBWACHS, 1990) a partir de estudos que relacionem a construção do espaço do Município de Estrela no tempo com marcos identitários da presença germânica na região.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Colônias. Caixa 31. Porto Alegre, RS.
- DINIZ, Achylles Guerra; TOTH. Eugenio. Albam comemorativo do Cincoentenário do Município de Estrela. Estrela: Paladino, 1926.
- FIALHO, Daniela Marzola. Cidades visíveis: para uma História da Cartografia como documento de identidade urbana. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, UFRGS, 2010.
- GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. Cadernos ADENAUER XIV, Relações Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- KREUTZ. Marcos Rogério. Educação Patrimonial: dinâmicas da colonização humana no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Lajeado: Ed. Univates, 2018.
- RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299-316, Mar. 2014.
- SPOHR, Inácio. História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil- Paróquia Santo Antônio- Estrela/RS. Porto Alegre, Ed. Padre Réus, 2018.

MEMÓRIA DOS MÚSICOS E REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS NO PROJETO UNIMÚSICA

*Rubens Clair Viana Filho*¹¹⁶

*Maria de Lourdes Borges*¹¹⁷

RESUMO: Este artigo tem por objetivo propor uma releitura ilustrada a partir do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva nos músicos, por meio da análise de representações imagéticas de apresentações musicais ocorridas e fotografadas no âmbito do Projeto Unimúsica. As imagens referem-se a nove fotografias, sendo três selecionadas como dados para este artigo (BONI; ACORSI, 2006) e interpretadas à luz de Halbwachs. Observou-se a presença da atenção concentrada da plateia e dos músicos em um espaço que é apenas sonoro, onde o músico expressa disposições particulares e provoca uma ambientação para a emergência de emoções nele e no público, em um momento que não tem outra significação senão ela mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva; Músicos; Unimúsica.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é de propor uma releitura ilustrada a partir do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva nos músicos, por meio da análise de representações imagéticas de apresentações musicais ocorridas e fotografadas no âmbito do Projeto Unimúsica. O pressuposto deste artigo é que o entendimento de Halbwachs (1990) pode ser ilustrado a partir da aproximação de imagens que ocorreram nas apresentações do Projeto Unimúsica.

O contexto aplicado são apresentações que ocorreram no contexto do Projeto Unimúsica da UFRGS, o qual foi concebido em 1981, junto à Pró-Reitoria de Extensão. O objetivo inicial do projeto era o de dar vazão aos trabalhos artísticos musicais produzidos pelos alunos, professores e técnicos administrativos da Universidade. Com o tempo, o Projeto Unimúsica ganhou vulto no cenário artístico musical de Porto Alegre e gaúcho como um importante espaço de mostra de músicos de âmbito nacional e sul-americano.

O Unimúsica é um dos projetos congregados pelo Departamento de Difusão Cultural (DDC) da UFRGS. Estabelecido dentro do DDC, o Projeto Unimúsica está diretamente à ligado a estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Extensão. A gama de apresentações que o Unimúsica oportunizou aos gaúchos em termos de qualidade e quantidade é significativa e reconhecida pela sociedade, perfazendo 293 apresentações em seus 35 anos de existência. Além disso, apresentando uma programação não segmentada por gênero musical, possibilita ao público um amplo conjunto de apresentações, dentre esses, música regional, erudita, folclórica e popular, com autores de várias nacionalidades.

Para a realização de uma releitura ilustrada, das ideias referentes à memória coletiva dos músicos apresentadas por Halbwachs (1990), as fotografias capturadas de momentos de apresentações do Unimúsica são ora consideradas como dados. Para Boni e Acorsi (2006) é possível usar imagens como dados de pesquisa, uma vez que elas não possuem uma legibilidade natural, pois prescinde de percepção

116 Mestre em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. Servidor da UFRGS. rubens.viana@sph.ufrgs.br

117 Professora do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle.

e interpretação, empreendimento proposto neste artigo. Cabe ressaltar ainda que algumas fotografias foram feitas pelo autor e outras referem-se a imagens de documentos públicos disponíveis na internet, bem como documentos que estão em construção, em todas elas creditando-se a respectiva autoria.

Para esta pesquisa, concorda-se com Pinto (2001) para o qual o entendimento de música vai além dos seus elementos estéticos, mas entendido enquanto uma forma de comunicação e de linguagem, onde são manifestadas crenças e identidades, sendo ao mesmo tempo universal e singular.

Depois de apresentadas as principais ideias de Halbwachs (1990), uma análise é realizada e a finalização do artigo é encaminhada.

REFERENCIAL TEÓRICO

No livro *Memória Coletiva* Halbwachs (1990) dedica um capítulo (na verdade ele denomina de Anexo contendo 27 páginas) para falar sobre a memória coletiva dos músicos. O autor reflete sobre como os sons fazem sentido às pessoas, tais como vozes, ruídos, gritos, etc. Quando a atenção se concentra sobre a voz humana a atenção é dirigida não para as palavras expressas em si mesmas, mas a ênfase recai sobre o timbre, a entonação e o acento. São experiências sonoras que passam noções estáveis de som, porque conhecidos. O mesmo não acontece com os sons musicais. Para os não músicos, os motivos melódicos “perdem-se tais como pérolas de um colar em que o fio se rompeu.” Isso porque para Halbwachs a fixação de sons musicais na memória não ocorre sob “a forma de lembranças auditivas, mas aprendemos a reproduzir uma sequência de movimentos vocais” (HALBWACHS, 1990, p. 163) para pessoas leigas, ou seja, para aqueles sem formação musical.

Todos os sinais e interpretações musicais não podem ser considerados isoladamente (HALBWACHS, 1990), pois os músicos e suas partituras formam um conjunto que precisa ser considerado como um todo para o entendimento da formação das lembranças musicais (HALBWACHS, 1990). Para Halbwachs (1990) entre um músico que toca de cor e outro que lê as notas de uma pauta há uma diferença de grau porque ele certamente estudou por longos períodos aquela música. “Não há sensação que não demande um certo tempo para que dela tomemos consciência, porque jamais existe contato imediato entre a consciência e o objeto” (HALBWACHS, 1990, p. 168). A música que foi estudada consiste em um sistema de sinais que foi “fixado pelo grupo sobre o papel”, portanto a ação daquele grupo permanece sobre ele. Porém, a maioria da plateia não conhece o sistema de notação musical e mesmo assim, como então reconhece as músicas e muitas de suas peculiaridades? Isso porque a atenção do ouvinte se concentra sobre a combinação de temas (ou de notas) que lhe é apresentada, fazendo com que a tarefa da memória musical seja simplificada. (HALBWACHS, 1990).

A memória dos músicos está repleta de dados humanos, daqueles que se relacionam com os dados musicais. Quando a plateia reconhece o talento de um músico é porque, em última análise, é porque ele “encarna com maior sensibilidade as tendências do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 181) dos músicos.

RELEITURA ANALÍTICA ILUSTRADA

Para a realização de uma releitura analítica ilustrada utilizam-se fotografias captadas durante apresentações do Projeto Unimúsica como dados para esta análise. Salienta-se que, devido ao tamanho reduzido disponível, não foi possível colocar todas as imagens analisadas, por isso selecionou-se três para este artigo.

Uma imagem prescinde de análise porque ela não tem uma legibilidade natural, ao contrário do

que possa parecer, uma vez que ela não é naturalmente legível porque passa pelos processos de percepção e de interpretação por quem a olha. Percepção refere-se ao reconhecimento de “um ou outro motivo na imagem”, enquanto a interpretação ocorre “quando se decifra o que esse conteúdo representa para cada um”. (BONI; ACORSI, 2006, p.129). Portanto, para encontrar/decifrar os significados, para além de sua aparente naturalidade, é necessário um empreendimento interpretativo (BONI; ACORSI, 2006), em que, dada a subjetividade subjacente, torna-se variável para cada pessoa que o realiza.

Foram coletados registros fotográficos de diferentes apresentações do Projeto Unimúsica. O corpus para análise foram 91 fotografias, porém foram selecionadas nove imagens (e por fim três para este artigo) para esta análise a partir do entendimento de que essas apresentavam coerência interpretativa com as ideias de Halbwachs (1990) explicitadas no capítulo ‘A Memória Coletiva dos Músicos’.

Na Imagem 1 há um registro fotográfico do espetáculo de Espetáculo de Mônica Salmosa, Ná Ozzetti, Izabel Padovani.

Imagem 1. Espetáculo de Mônica Salmosa, Ná Ozzetti, Izabel Padovani



Fonte: Fotos do Livro UNIMÚSICA 2016 (no prelo) *

Pode-se perceber sutilmente na imagem 4 que há uma certa cumplicidade dos artistas no que se refere à comunicação entre eles naquilo que o músico depreende dos símbolos e das letras musicais, o que permite conjecturar que há um entendimento bem mais amplo da música que uma plateia possa observar entre os músicos. Tal análise se justifica em Halbwachs (1990) quando ele diz que o ritmo dos músicos “supõe um espaço que é apenas sonoro” (p. 176), em que muitos dos sons são percebidos apenas pelos músicos. A captura da imagem 4, pode transparecer certo olhar de conivência entre os músicos. Olhar esse que pode estar revelando alguma nuance mais delicada do sentimento dos músicos, em prol da harmonia que a música, naquele momento, tornou capaz a expressão (HALBWACHS, 1990).

A Imagem 2 é um registro fotográfico do espetáculo da cantora Maria João.

Através da imagem 5, percebe-se que a cantora expressa sua livre interpretação, demonstrando ao público através de uma performatividade, sua sensibilidade e emotividade com o envolvimento musical interpretando a música à sua maneira. A performatividade refere-se à maneira peculiar da expressão corporal (PINTO, 2001) da cantora capturada na Imagem 5. Segundo Halbwachs (1990) ao executar uma música e ter consciência de que não está isolado dos demais, o músico pode expressar disposições particulares quando executa a música, demonstrando, por vezes, sua sensibilidade musical por meio de sutilezas pessoais aparentes. Além disso, o corpo do músico, ao ser considerado como agente, demonstra a sua inserção no espaço e no local por meio da sua performatividade naquele instante do show, pois demonstra uma reação a estímulos sensoriais sociocultural (PINTO, 2001).

Imagem 2. Espetáculo de Maria João



Fonte: Fotos do Livro UNIMÚSICA 2016 (no prelo) *

A Imagem 3, a seguir, é um registro fotográfico do espetáculo de Maria Bethânia, cantora reconhecida nacionalmente, expressando sua interpretação de uma música.

Imagem 3. Espetáculo de Maria Bethânia



Fonte: Agenda Cultural Mai/Jun 2016

Maria Bethânia possui grande empatia com seu público. Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 181) “é como se [o músico] estivesse possuído por um demônio invisível, cujo espírito se apodera de todos os músicos, mas que se deixa prender e dominar somente por um pequeno número”. Grupo seletivo que certamente Maria Bethânia faz parte, devido ao reconhecimento que tem de seu trabalho (NUNES, 2012). Além disso, o enquadramento da fotografia e os gestos do corpo da cantora denotam uma

performance musical que pode estar significando aspectos de entonação, interpretação e comunicação corporal (PINTO, 2001). Sabe-se que na fotografia é possível perceber aspectos visuais, mas para Pinto (2001, p.229) “através da sua performance o acontecimento sonoro da música traz à tona fenômenos diversos, por vezes inesperados e não necessariamente acústicos”. O posicionamento da cantora frente ao microfone, seus gestos e expressão fisionômica, tal como capturados na imagem 6 denotam signos de performance, os quais também fazem parte da memória coletiva dos músicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo propor uma releitura ilustrada do entendimento de Halbwachs (1990) quanto à memória coletiva nos músicos. Ficou evidenciado através das análises das imagens, que algumas ideias de Halbwachs (1990) puderam ser interpretadas, pois o instante de um registro fotográfico é mínimo para captar todos os pontos citados, muito embora a fotografia possa registrar momentos com espantosa precisão, transcendendo ao registro instantâneo e demonstrando aspectos sui generis do espetáculo (pressuposto deste artigo).

As análises das imagens mostram elementos que Halbwachs (1990) tinha apresentado sobre a memória coletiva dos músicos tais como a atenção concentrada da plateia e dos músicos em um espaço que é apenas sonoro; onde o músico expressa disposições particulares e provoca uma ambientação para a emergência de emoções nele e no público, em um momento que não tem outra significação senão a própria música.

Dito de modo mais pormenorizado: a música mostra-se como uma arte sui generis, uma vez que, quando apresentada em grupo, necessita de interpretação conjunta e harmônica dos sinais (partitura e letras), fazendo sentido para os músicos e para a plateia, momento em que o músico e sua partitura podem ser considerados como um todo no momento da apresentação: além disso há um momento ou espaço apenas sonoro que somente os músicos compreendem. Nesse sentido, a performatividade dos músicos em conjunto ou não com a da plateia evidenciam emotividade, sensibilidade e/ou vibração, captadas nas imagens por meio da comunicação não verbal.

Pode-se entender também que a tarefa da memória musical é simplificada ao ouvinte, o qual não precisa distinguir entre notas, ritmo, cantor e temas que lhe são apresentados. Já ao músico, a tarefa vai além e explora sua sensibilidade e emotividade, resultando uma música interpretada à sua maneira e no aqui e agora, tal como um “demônio invisível” (HALBWACHS, 1990), que um grupo de músicos consegue prender e dominar. Tal domínio do músico é evidenciado nas emoções que a plateia expressa durante a apresentação, fazendo com que aquele momento seja único, prendendo a atenção somente para o ato de ouvir e apreciar a arte da música, que passa a não ter outra significação senão ela mesma, colocando em ação todos os recursos da memória coletiva.

Sugere-se que mais trabalhos possam explorar a relação entre a música e a memória coletiva explorando-se outros dados além das imagens.

REFERÊNCIAS

BONI, Paulo; ACORSI, André. A margem de interpretação e a geração de sentido no fotojornalismo. **LÍBERO**, Ano IX, n. 18, dez 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

NUNES, Geraldo. **Maria Bethânia**: quinta melhor voz da MPB em todos os tempos. 2012. Disponível em: <http://www.jornalmovimento.com.br/geraldo-nunes/1298-maria-bethania-quinta-melhor-voz-da-mpb-em-todos-os-tempos> Acesso em 30 ago. 2016.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia sonora. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 222-286, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007&lng=en&nrm=iso>. Access on 29 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012001000100007>.

SANTAELLA, Lúcia; NOTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

UNIMÚSICA 2016. **Unimúsica 35 anos**. Livro no prelo.

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo do capítulo. In: SOBRENOME, Nome do autor/organizador do livro. *Título do livro: subtítulo do livro*. Local de publicação: Editora, data de publicação. paginação referente ao capítulo.

SOBRENOME, NOME. Título: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, número. ano. Local de realização do evento. Anais... Local de publicação dos resumos: Editora, ano. Paginação.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ARQUITETURA NO RIO GRANDE DO SUL: A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA CAU/RS

*Danielle Heberle Viegas*¹¹⁸

*Gelson Luiz Benatti*¹¹⁹

*Patrícia Kayser Vargas Mangan*¹²⁰

RESUMO: Esta comunicação apresenta uma descrição introdutória da criação de um Centro de Memória para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul/CAU/RS, com o objetivo de organizar, catalogar e divulgar o acervo histórico da instituição, que conta com aproximadamente 21.000 documentos, gerados desde 1933. O trabalho utiliza aportes teóricos dos estudos de memória institucional e justifica-se pela necessidade de proporcionar visibilidade à história do CAU, que busca ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que busca valorizar a profissão da Arquitetura e Urbanismo. O Centro de Memória se apresenta como um espaço de preservação da memória, um repositório e fonte de disseminação do conhecimento organizacional. O produto deste trabalho será um projeto, aprovado pelo CAU/RS, para a criação do Centro.

PALAVRAS-CHAVE: CAU-RS; Memória Institucional; Memória da Arquitetura; Centros de Memória.

INTRODUÇÃO: NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE ARQUITETURA DO BRASIL

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismos dos estados (CAU/UF) foram criados no ano de 2011, por meio da Lei n.º 12.378, que regulamentou o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Embora instituídos em momento recente, os conselhos profissionais possuem uma trajetória expressiva, cujo sentido surge da memória institucional e coletiva, construída por determinados grupos e que tem o efeito de aumentar a estabilidade destes grupos (PECI, 2006).

No Brasil, os Conselhos surgem a partir de 1950, impulsionados pela necessidade social de disciplinar, normalizar e fiscalizar as atividades profissionais (SANTOS, 2018). Nesses termos, ocorreram disputas em campos técnico-científicos para definir quais seriam os profissionais responsáveis pelo gerenciamento do fenômeno da urbanização em larga escala. Os Conselhos, embora nascidos como prolongamentos do Estado, têm uma organização mais semelhante a entidades privadas, pois recebem recursos compulsoriamente pagos por seus integrantes e zelam pelos interesses destes. Segundo Fernandes:

Uma política nacional para as cidades, fazendo confluir um conjunto de experiências anteriores e de iniciativas e formas de regulação - não necessariamente articuladas, é bem verdade - que inserem a questão urbana na complexa e disputada constituição do interesse público. (FERNANDES, 2012, p. 48).

118 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. E-mail: danielle.viegas@unilasalle.edu.br

119 Aluno do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. E-mail: tutorgelson@gmail.com

120 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais/UNILASALLE. E-mail: patricia.mangan@unilasalle.edu.br

As formações de grupos se fazem através de associações, que deixam traços (LATOURE, 2012). No caso dos conselhos, a jornada de criação se inicia por movimentos no seio da categoria, com sucessivas associações que culminaram na formação de uma instituição representativa. Para os arquitetos e urbanistas, um pilar inicial de permanência pode ser mapeado na década de 1950, quando o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), criado em 1921, entregou ao presidente Juscelino Kubitschek uma proposta para criar o Conselho de Arquitetura, em 1958.

O Conselho de Engenharia e Arquitetura, que existia desde 1933, juntava engenheiros, arquitetos e urbanistas e agrimensores. A esse respeito, é relevante conceito de profissionalismo, ligado “ao domínio de uma expertise, e as formas através das quais os indivíduos que possuem esses conhecimentos especializados criam, a partir de suas redes de relações, mecanismos que possibilitem o monopólio da prática profissional” (SILVA, 2014, p. 28). Assim, em idos de 1966 foi criado o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs) regionais. Não à toa, boa parte da historiografia especializada (FELDMAN, 2009; VILLAÇA, 1998) reconhece como o ápice do planejamento urbano no Brasil o conjunto de práticas implementadas em momentos imediatamente anteriores e no decorrer da Ditadura Militar (1964-1985).

Nessa diversidade de atores, os arquitetos e urbanistas percebiam seu espaço como restrito e buscavam formas de aumentar seu reconhecimento social. Isso é reforçado pelo surgimento de novas entidades: em 1971, os primeiros sindicatos (SP, RJ e BA); em 1973, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA); em 1976, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e, em 1979, a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA). O mundo social representado pelo Conselho de Arquitetura vai sendo composto por redes de interações, que a cada novo contato e nova interação, se transformam e se refazem (LATOURE, 2012).

Já na década de 1990, mais precisamente em 1997, um novo pilar de permanência é construído no XV Congresso Brasileiro de Arquitetos, com a discussão da medida provisória 1549/97, que deu aos profissionais a prerrogativa de definir em assembleias a própria regulamentação. Esse aparente avanço sofreu um revés depois de seis reedições da medida provisória, que, em 1998 tornou-se a Lei n.º 9.649, que conferiu aos Conselhos já existentes a atribuição de organizar as profissões. Não obstante, o Congresso serviu para unir a classe em torno de um objetivo comum: em dezembro de 1997, a Assembleia do IAB em São Paulo votou pela saída do Sistema Confea/CREA. Em maio de 1998, a AsBEA emitiu a “Carta de Ilhéus”. Em julho de 1998, as cinco entidades nacionais dos Arquitetos constituíram o Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA).

Em 2003, no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, foi emitida a “Carta do Rio”, um anteprojeto de lei para a regulamentação da profissão e criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Depois de tramitar no Legislativo entre 2003 e 2007, o Projeto de Lei/PL 347 foi vetado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob o argumento de que a iniciativa de tal matéria seria competência do Executivo, sendo determinada a redação de um novo PL com o mesmo teor. Em 2009, a “Carta de Ouro Preto”, assinada pelas cinco entidades, pediu urgência na aprovação do projeto.

Finalmente, no final de 2010, o presidente Lula assina a Lei n.º 12.378, que regulamentou o exercício da Arquitetura e Urbanismo e criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismos dos estados (CAU/UF). Em 2011 aconteceram as primeiras eleições, com a participação de aproximadamente 60 mil arquitetos e urbanistas. A primeira

reunião plenária aconteceu em 15 de dezembro de 2011, data de nascimento de Oscar Niemeyer, que também passa a ser o dia do Arquiteto e Urbanista no Brasil.

A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA O CAU/RS

A jornada de mais de cinco décadas relatada acerca da institucionalização dos conselhos de arquitetura está repleta de controvérsias e produziu um formidável acervo de rastros. Os rastros das transformações que afetam as instituições e as estratégias concebidas para enfrentá-las, se não sofrerem esforços de preservação, serão perdidos no tempo (CAMARGO & GOULART, 2015). É necessário, portanto, promover a institucionalização de um espaço que sirva ao propósito de manter firmes os pilares de permanência.

No CAU/RS, os rastros e a sua institucionalização são responsabilidade do Memorial, um organismo criado em 2015, com o objetivo de recuperar, conservar e divulgar testemunhos materiais e imateriais representativos da trajetória e da história da Arquitetura e Urbanismo, preservando a memória e aperfeiçoando a instituição. O memorial se propõe a cuidar do Arquivo, da Biblioteca e do Museu do Conselho.

Em seu acervo, constam atualmente 2.065 caixas de documentos gerados desde a regulamentação da profissão (Decreto n.º 23.569, de 11/12/1933). São atas e documentos da Câmara de Arquitetura; processos de registros profissionais e éticos; Anotação de Responsabilidade Técnica (ARTs) e expedientes diversos. No ano de 2016, o Arquivo realizou a triagem e classificação dos documentos, resultando em um agrupamento de 21.195 processos por tipologia de expediente, enquanto o Museu realizou a 1ª Exposição do CAU/RS, com dados e imagens extraídos de seu acervo, no 1º Encontro Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. Em 2017, foram produzidas, 1.582.324 imagens digitais das ART, que são disponibilizadas aos profissionais. Foram catalogados em Excel 19.713 processos diversos; 126 processos éticos e 4.641 dossiês de registros. Aos elementos históricos, foram sendo agregados os registros atuais. O Museu digitalizou 100 pranchas arquitetônicas de alta resolução, datadas das décadas de 1920 e 1940, e realizou 09 edições da Exposição Memória, em cidades históricas do RS.

Para o ano de 2019, existe a dotação orçamentária gravada para o Memorial do CAU/RS, sendo os valores são destinados a ações como a constituição de uma Comissão do Memorial, guarda e exposição de documentos e realização de visitas de benchmarking. Há, portanto, condições materiais e anímicas sólidas para que o projeto seja desenvolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo CAMARGO & GOULART (2015, p. 17), “cada coisa deve ocupar seu lugar: arquivos, bibliotecas e museus”. Entretanto, Michael Fox, em evento em 2005, afirmou que “os bons museus devem ficar cada vez mais parecidos com bibliotecas especializadas e com arquivos, da mesma forma que as boas bibliotecas e os bons arquivos devem tirar proveito da experiência dos museus” (CAMARGO & GOULART, 2015, p. 21). Surge, portanto, a necessidade de institucionalizar-se um espaço que permita a estes três atores agirem de forma integrada, criando associações que possam ser rastreáveis (LATOUR, 2012) e que permitam explicar, por meio da observação dos agentes envolvidos, sua função na rede e dos fatores que influenciam os fenômenos que envolvem a institucionalização do CAU/RS. Uma possibilidade de espaço é o Centro de Memória, um espaço que, além da preservação do elementos

históricos do CAU-RS, também se ocupa do arquivo corrente (CAMARGO & GOULART, 2015, p. 67), continuamente produzido.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria & GOULART, Silvana. Centros de memória: uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC, 2015, 112p.

FELDMAN, Sarah. 1950, a década de crença no Planejamento Regional no Brasil. IN: XIII ENANPUR: Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR/UFSC, 2009. v. 01. p. 01-23.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. IN: REZENDE, Vera (org.) *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: UFF/Intertexto, 2012, p. 45-70.

LATOURE, Bruno. Reagregando o Social. Salvador: Edufba, 2012.

PECI, Alketa. A Nova Teoria Organizacional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. Cadernos EBAPE, v.4, n.º 01, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n1/v4n1a06.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

SANTOS, Alexandre Noal dos. Conselhos de fiscalização e as organizações da sociedade civil. In: MENDES, Michelle Diniz (Coord.). *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Fórum, 2018 (no prelo).

SILVA, Monia Franciele Wazlawoski da. A escola modelar e os profissionais do progresso: carreiras e recursos de diplomados da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1899-1916). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História). PUCRS, 2014.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. IN: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (orgs.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 1999, p. 169-243.

REGISTRO FOTOGRÁFICO SOBRE CAMINHADA: ESPAÇO DO MOVIMENTO OPERÁRIO EM PORTO ALEGRE (1889-1930)

*Carlos Augusto Godoi da Silva*¹²¹

*Moisés Waismann*¹²²

*Gilca Maria Lucena Kortmann*¹²³

RESUMO: Esta comunicação tem como objetivo realizar um relato sobre a participação do autor na atividade cultural complementar do V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, na qual foi realizada uma caminhada desde o antigo quarto distrito até o Parque Farroupilha na cidade de Porto Alegre, passando pelos bairros Floresta e Bom Fim. A caminhada teve a finalidade de produzir um registro fotográfico comentado de como a classe trabalhadora se organizou e atuou no espaço urbano da capital do Rio Grande do Sul entre os anos de 1889 e 1930. Assim, o escopo deste trabalho busca relatar a construção da memória dos locais onde o movimento operário (anarquistas, socialistas, comunistas e sociais-democratas) se organizava durante a Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Economia da Cultura; Movimento Operário; Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo realizar um registro fotográfico comentado da caminhada proposta no minicurso “Espaço do Movimento Operário em Porto Alegre (1889-1930)” atividade cultural complementar do V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, realizado em setembro de 2018 em Porto Alegre. Para realizar esta tarefa, a apresentação está organizada em três partes: Na primeira, apresentamos os conceitos das indústrias culturais à economia criativa relacionando-os ao percurso como um produto cultural; na segunda parte, mostra-se o trajeto registrando o que mais se destacou no momento; e por fim, problematiza-se a ideia de transformar este roteiro em um produto turístico-cultural.

DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS À ECONOMIA CRIATIVA

O turismo é um fenômeno econômico e social que permite relacionar cultura de cada região, propiciando as trocas mútuas de experiências culturais com os turistas. O turismo caracteriza uma indústria cultural capaz de promover a economia criativa. Para Ribeiro, Souto, Santo (2012, p. 265):

O turismo pode ser entendido como fenômeno social e econômico advindo dos avanços técnicos e tecnológicos em transportes e meios de hospedagens, para atender necessidades de deslocamento de grupos ou indivíduos. As formas de atrair estes grupos ou indivíduos a determinados destinos são forjadas a partir de suas motivações, entre as quais se podem citar os elementos culturais patrimoniais como a arquitetura, as artes, o artesanato, a gastronomia e a paisagem natural e cultural.

121 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas, graduado em Gestão de Recursos Humanos.

122 Professor-pesquisador Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas

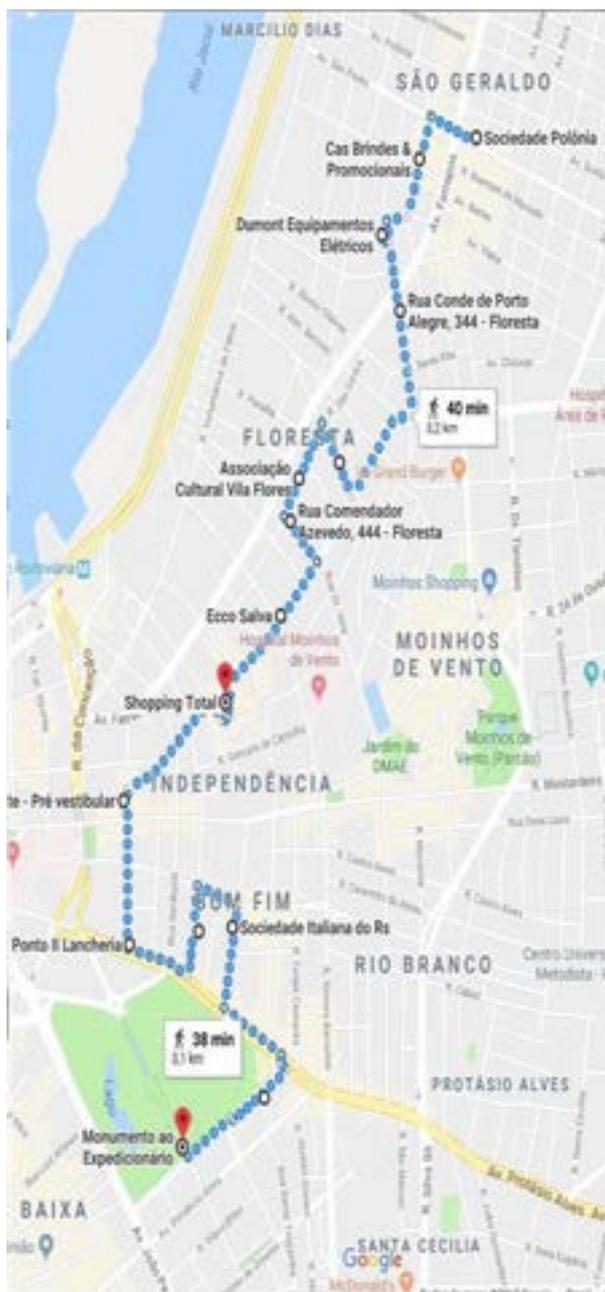
123 Professora-pesquisadora Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas

Desta forma pode-se utilizar-se da indústria do turismo para articular a cultura, a economia, o patrimônio com a memória de uma comunidade ou grupo social.

O TRAJETO

A caminhada pedagógico-turística teve início no antigo 4º distrito e terminou no Parque Farroupilha, percorrendo os bairros Floresta e Bom Fim. Passando por avenidas e ruas, como mostrado na figura 1, estudantes, pesquisadores e curiosos acompanhados de suas famílias puderam conhecer e reconhecer o patrimônio existente, bem como um pouco da vida operária no final do século 19 e início do século 20. A mediação do percurso foi realizada pelo Doutor em História Frederico Duarte Bartz.

Figura 1. Mapa do percurso realizado



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <https://gtmundosdotrabalho.files.wordpress.com>

SEDE DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Na Rua do Parque ocorriam os refúgios do movimento anarquista e socialista da cidade de Porto Alegre. Nesta rua, existiam várias associações anarquistas e comunistas nos anos de 1920. O prédio, que está em ruínas, foi muito importante para o movimento operário. Neste local, funcionava a sede da Federação Operária do Rio Grande do Sul nos anos de 1924 até 1927. No prédio foi realizado o 3º Congresso Operário do RGS, no qual os militantes reafirmaram a hegemonia dos anarquistas do movimento operário do RGS. No local também se reuniam os sindicatos dos marceneiros, metalúrgicos e marmoristas. Mais adiante, há uma casa que foi o local onde era a sede, no final dos anos de 1920, da União Marítima, na qual era o sindicato dos trabalhadores do Porto. Este também sediava um grupo anarquista chamado Nova Era. A Rua do Parque foi o coração do movimento operário radical de Porto Alegre.

Figura 2. Vista frontal da Sede da Federação Operaria do Rio Grande do Sul

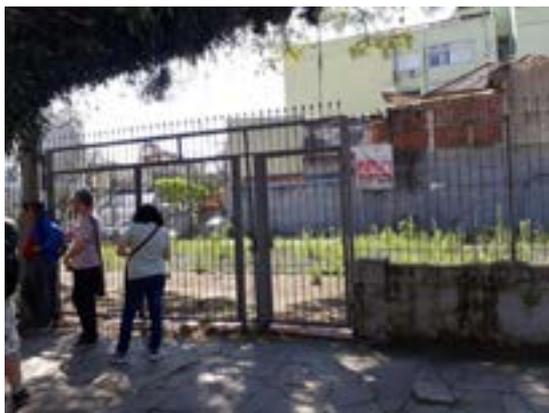


Fonte: Acervo Pessoal

BARBEARIA DE ABÍLIO DE NEQUETE

Abílio de Nequete, fundador da União Maximalista de Porto Alegre, foi o primeiro secretário geral do Partido Comunista do Brasil. Além disso, foi o primeiro líder de um grupo apoiador das causas soviéticas. Abílio migrou da aldeia de Fih-el-Khoura, localizada ao norte do Líbano, para o Brasil em 1903, estabelecendo-se em Porto Alegre. A barbearia de Nequete localizava-se no centro de Porto Alegre, porém entre os anos de 1918 e 1919, mudou-se para o local onde hoje há um terreno vazio. Apesar de ser um espírita não deixou de ser comunista, muito em função da sua origem cristã ortodoxa do oriente médio. Abílio criou uma teoria segundo a qual a religião teria que se emancipar dos preconceitos e teria que se ligar às lógicas da ciência do marxismo. Como Nequete sentiu-se tolhido no meio anarquista, acabou se desvencilhando e fundou a União Maximalista, que foi uma das principais organizações a comandar a greve de 1919.

Figura 3. Vista do terreno onde se localizava a barbearia de Abílio de Nequete



Fonte: Acervo Pessoal

CONDOMÍNIO VILA FLORES

Em meados da década de 20, em Porto Alegre, Oscar Bastian Pinto, encomendou para o engenheiro-arquiteto alemão Josef Franz Serapf Lutzenberger a construção de um condomínio popular para os trabalhadores das fábricas em seu entorno. Na época, próximo ao condomínio havia a fábrica de fogões Wallig, a cervejaria continental, posteriormente comprada pela cervejaria Brahma, o Moinho Germani, além das instalações fabris que havia na Rua Voluntários da Pátria. O conjunto construído entre os anos de 1925 e 1928 é uma obra arquitetônica inspirada pela arquitetura de prédios dos operários alemães da década de 10. Atualmente, o condomínio Vila Flores abriga espaços para exposições e escritórios para profissionais da indústria criativa, acolhendo as mais diversas áreas da cultura.

ROTEIRO DE PRODUTO TURÍSTICO-CULTURAL

Esta comunicação teve o intuito de fazer um registro fotográfico comentado da caminhada do roteiro “Espaço do Movimento Operário em Porto Alegre (1889-1930)”. A ideia é pensar [o] produto turístico-cultural que contemple tanto as “experiências turísticas através das representações do passado, como a história e a memória coletiva dos lugares, conduzindo à percepção e ressignificação de novos espaços de sociabilidade a partir do exercício da caminhada, memória coletiva” (GRANSOTTO, 2016). Verifica-se desta forma uma possibilidade constituir uma memória do trabalho a partir do trajeto visitado.

REFERÊNCIAS

SPERANZA, Clarice. V Seminário Internacional Mundos do Trabalho IX Jornada Nacional de História do Trabalho IX Jornada Regionais do GT Mundos do Trabalho, p. 1 - 16, 2018. Disponível em: <<https://gtmundosdotrabalho.files.wordpress.com/2018/09/caderno-programac3a7ao.pdf>>. Acesso em 07 out 2018.

RIBEIRO, Marcelo; BUZATTI, Claudia Souto; SANTOS, Eurico de Oliveira. A Valorização da Memória e do Patrimônio Cultural Como Atrativos Turísticos em Propriedades Rurais do Rio Grande do Sul: **REVISTA ROSA DOS VENTOS**, v. 4, p. 263-275, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Desktop/Downloads/1569-5846-3-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Desktop/Downloads/1569-5846-3-PB%20(4).pdf)> Acesso em 10 out 2018.

GRANSOTTO, Luciana Rodrigues. ITINERÁRIO HISTÓRICO-CULTURAL DOS BECOS DE PORTO ALEGRE NO FINAL DO SÉCULO XIX, 2016. <Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2016/lrgransotto.pdf> Acesso em 10 out 2018.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E JUVENTUDES NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRGS

*Carla Rosane da Costa Alves*¹²⁴

*Luciane Marques Raupp*¹²⁵

*Maria de Lourdes Borges*¹²⁶

RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar as questões relacionadas à memória, identidade e juventudes, de moradores e ex-moradores da CEU-UFRGS, foco de projeto de pesquisa de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, em andamento. O projeto está em andamento e espera analisar vivências de jovens moradores e ex-moradores da CEU-UFRGS e como eles construíram memórias, no tempo em que lá residiram.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias, Identidade, Juventudes, Casa de Estudante.

INTRODUÇÃO

Esse artigo visa problematizar a temática da moradia estudantil nas chamadas ‘Casas de Estudantes’ sob o ponto de vista das inter-relações entre as temáticas memória social, construção de identidade e juventudes. O tema surge de um projeto de investigação em andamento, realizado no âmbito do programa de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. O projeto tem por objetivo compreender a importância da Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para moradores e ex-moradores. Mais especificamente, visa compreender as percepções desses sujeitos sobre sua passagem pela CEU, bem como analisar a vivência relatada e os significados de residir no local.

Este projeto está em andamento, por isso, para o alcance desses objetivos serão entrevistados moradores e ex-moradores que ali residiram em diferentes décadas – desde a inauguração da CEU em 1971 até os dias atuais. O método de História Oral será a técnica de coleta de dados por possibilitar entender como, do ponto de vista do sujeito, as experiências foram vivenciadas e de como elas serão relatadas, considerando-se o contexto histórico e socioculturais (ALBERTI, 2005). O processo de recordação é individual e dele depende a forma como foi percebido e a importância deste sob cada indivíduo (ALBERTI, 2005).

No escopo do presente trabalho serão abordados dados oriundos da revisão bibliográfica efetuada no escopo do projeto em tela. A pesquisa sobre casas de estudantes vem se desenvolvendo e atualmente é possível encontrar um número significativo de teses, dissertações e artigos sobre o assunto. Ao efetuar busca bibliográfica em bases de dados indexadas (SciELO e CAPES) inicialmente limitou-se a procura à utilização do descritor ‘casa do estudante’, tendo então sido encontrados apenas dois trabalhos. Expandiu-se então a busca ao adicionar os descritores utilizados outros, como ‘república’ e ‘moradia

124 Mestranda do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle – carla.201810745@unilasalle.edu.br

125 Prof^a Dra do PPG Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle.

126 Prof^a Dra do PPG Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle. Doutora e Mestre em Administração. Líder do GP Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento.

estudantil'. Desta busca, chegou-se a sete trabalhos sobre o tema, a maioria dos quais aborda a questão sob o enfoque das políticas públicas.

Os estudos considerados relevantes para a compreensão do objeto de estudo do projeto serão apresentados ao longo desse trabalho de forma a descrever o surgimento e consolidação da CEU/UFRGS como espaço de moradia e de expressão identitária dos jovens de diferentes épocas, desde sua inauguração até suas configurações atuais. Também são abordados autores que permitem compreender a experiência de vivenciar o cotidiano de uma moradia estudantil como um rito de passagem juvenil, que produz memória e influência de forma significativa na construção identitária dos sujeitos que ali residem.

A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRGS

A necessidade de oferecer moradia a estudantes de baixa renda, vindos de outras cidades, é uma reivindicação antiga que foi conquistada através das lutas do movimento estudantil. Antes da construção da CEU a UFRGS já contava com duas casas de estudantes: a CEFAV - Casa do Estudante das Faculdades e Agronomia e Veterinária destinada ao público masculino, situada próxima ao Campus do Vale e a CEURGS, criada para acolher as estudantes a qual, por não ter sede própria, trocou de endereço duas vezes, até se fixar em sua sede atual, próxima ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Como a CEFAV era distante do Centro da cidade e a CEURGS era apenas destinada ao público feminino, a UFRGS tinha de resolver a questão dos estudantes de cursos localizados no Campus Central que residiam em pensões ou em outras casas privadas, umas das quais era a Casa do Estudante Universitário Cora de Almeida, que recebia estudantes da UFRGS e de outras universidades localizadas em Porto Alegre.

Diante da necessidade de atender a essa demanda, nos anos de 1950, sob a administração do então Reitor Elyseu Paglioli, ficou acordada a construção de um prédio que atendesse a demanda por moradia estudantil. O projeto previa a construção da Casa do Estudante Universitário (CEU), com alojamento para receber quinhentos alunos e um restaurante universitário com capacidade para servir duas mil refeições diárias (SILVA, 2004).

A primeira etapa da obra foi concluída na década de 1960, quando foi estruturado o andar térreo onde se localiza o restaurante universitário (SILVA, 2004). A partir desse momento inicial houve um atraso na obra em decorrência da necessidade de destinação de recursos para outras obras consideradas prioritárias pela Administração Central, como a conclusão do Hospital de Clínicas e da Faculdade de Odontologia. Por isso a conclusão da CEU levaria mais alguns anos, sendo inaugurada em 27 de julho de 1971.

Segundo Silva (2004), mesmo desfrutando de uma casa nova confortável alguns moradores entendiam que isso era uma forma que a Administração tinha para desviar sua atenção de assuntos mais importantes como a questão da autonomia da CEU, da moradia mista e da integração entre os moradores. Conscientes dos problemas políticos pelos quais o país passava durante a ditadura militar, os moradores participavam dos movimentos de luta por direitos políticos e sociais, organizando-se politicamente. Criaram então a Associação de Moradores da CEU (AMCEU), criada para representá-los junto à reitoria, levando suas reivindicações.

Assim, desde o início a CEU constituiu-se como um espaço marcado por reivindicações por autonomia, flexibilização no rigorismo do regimento interno, imposto pela Reitoria, por moradia mista e melhora na qualidade da comida do restaurante universitário, o que resultou na invasão e controle do restaurante por uma semana (SILVA, 2004). Esses movimentos conquistaram mudanças, tais como a

chamada ‘invasão das mulheres’ que resultou na permissão do ingresso de mulheres em 1982, quando a CEU passa oficialmente a ser uma casa mista.

Pelo projeto original a CEU teria 15 andares, visando acomodar 500 moradores. Com as alterações neste projeto, quanto à disposição de quartos e de andares, a CEU foi construída com nove andares, dos quais seis foram destinados aos moradores totalizando 204 quartos, abrigando 400 moradores. Atualmente opera na sua capacidade máxima. Acomoda alunos de graduação e pós-graduação vindos do interior do Rio Grande do Sul, de outros Estados e do exterior. Os moradores ingressam por processo seletivo e residem no local, em média, por cinco anos.

MEMÓRIA, IDENTIDADE E JUVENTUDES

Ao atualizar o termo juventude, há que diferenciá-lo do conceito de adolescência, pois ambos comumente são empregados como sinônimos. A adolescência caracteriza-se como período de transição entre a infância e a adultez. *“Além das grandes transformações físicas, emocionais e sexuais, típicas desta fase, o adolescente é submetido às pressões e expectativas do meio a que pertence”* (EISENSTEIN, 2005).

O emprego do termo juventudes, no plural, justifica-se a partir da multiplicidade de formas de expressão de identidades e sociabilidades dentro de uma construção social, considerando aspectos culturais, históricos e econômicos, que atuam de forma a compor distintas juventudes, de acordo com o contexto e grupo social no qual estão inseridas (RAUPP; BORGES, 2018).

Levando em conta essa complexidade, a delimitação do início e do final da fase da juventude na atualidade não é uma tarefa simples, pois os parâmetros etários não são considerados os únicos demarcadores e, na inexistência de ritos de passagem estabelecidos socialmente, fica a cargo de cada jovem viver e superar os desafios inerentes a essa fase e fazer sua passagem à idade adulta (PAIS, 2009).

Segundo Campbel (1997), a transformação da criança em adulto, alcançada na maioria das sociedades modernas através de anos de educação, era efetivada nas sociedades tribais por meio dos ritos da puberdade, ou ritos de iniciação, que para essas sociedades eram as cerimônias mais importantes de seu calendário religioso. A iniciação comportava, assim, uma educação que era, sobretudo, uma modificação do estatuto ontológico do sujeito a iniciado e a forma específica dessas cerimônias variava de acordo com a sociedade em questão (Raupp, 2006). O objetivo dessas práticas era transformar os jovens em seres humanos competentes, pais e membros da tribo. (CAMPEL, 1997).

Levando em consideração o desafio de ser jovem na atualidade, nesse trabalho considera-se que o ingresso na universidade e a residência por um determinado período em uma casa de estudante pode constituir-se como um rito de passagem, por levar o jovem ao afastamento do núcleo familiar, demarcando uma importante mudança no ciclo vital. Assim, o ingresso em uma moradia estudantil demarcaria o início de uma nova etapa de vida, quando o jovem adentra em um território desconhecido, tendo que se adaptar e buscar seu lugar, o que conduz a construções e reconstruções identitárias, embasadas nas memórias familiares e genealógicas, bem como nas novas influências que recebe a partir de então.

Longe de casa, da família e dos amigos esse jovem tem de adaptar-se a um novo modo de vida. Administrar despesas, vida acadêmica e, ainda socializar-se de modo a se enquadrar em seu novo *status*. Dentro dessa nova realidade o jovem se depara com uma nova situação: está só e precisa administrar sua vida longe do núcleo familiar, dividir espaço com estranhos, entre outras mudanças. Para Berlatto e

Sallas (2008), na divisão de um espaço coletivo, o público se sobrepõe ao privado, e é essa vivência que resulta em um aprendizado diário de convivência e de respeito.

Além do reconhecimento de si mesmos, os jovens buscam identificação com características desejáveis do grupo a que pertencem, constituindo assim sua identidade geracional (LEÓN, 2005). Esse jovem identifica-se e sofre influência do ambiente em que está inserido, e neste processo de interação, o grande desafio é a busca pela constituição da sua identidade. Segundo Pollak (1992), a identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros. Daí a importância da sociabilidade, do pertencimento a esse ambiente, pois disso dependerá sua disposição de permanecer e criar vínculos e, assim o desenvolvimento de sua identidade, agora não mais como criança, mas como um jovem/sujeito em busca de seu espaço dentro de uma sociedade.

Esses jovens trazem consigo suas memórias anteriores, formadas a partir do convívio com a família – primeiro grupo social no qual o indivíduo se insere – e das vivências com os amigos. No novo espaço de moradia criam-se novas comunidades afetivas que levarão à constituição de memórias associadas a essas novas vivências que serão importantes na constituição da identidade. Para Halbwachs (2006) esta memória se constrói em relação ao que o grupo alimenta e ao que ele permite recordar, situação facilitada na hipótese de que esses sujeitos tenham mantido contato após seu afastamento, no caso sua saída da CEU.

Assim, busca-se entender melhor este processo de formação identitária dos estudantes universitários que residem e residiram na CEU através de seus relatos. O recorte temporal que nos possibilitará levantar estes dados compreende-se de 1971 (ano de inauguração da CEU) até os dias atuais. Marcados pelas suas bagagens pessoais e por algumas especificidades, estes relatos serão importantes na compreensão da contribuição da CEU na formação de suas memórias e de sua identidade geracional enquanto indivíduos membros de uma determinada sociedade. Por meio da convivência com o outro, as sociabilidades podem ser desenvolvidas com os demais membros de um determinado grupo. Assim há a criação de vínculos afetivos e memoriais, responsáveis por delinear a identidade deste jovem universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exposta nesse trabalho, ainda em andamento, tem por objetivo “ouvir” desses moradores e ex moradores como sua permanência na CEU contribuiu para construção de sua identidade geracional e de suas memórias e qual a importância dessas em suas vidas. Estas e outras questões só serão entendidas ao abordar-se de forma mais objetiva no desenvolvimento desta pesquisa. Bem como, compreender se o grande objetivo destes jovens era a conclusão do curso e uma perspectiva de mudança no nível de vida, e de sua família.

Sabe-se que, por serem considerados “pobres”, muitos dos moradores da CEU não participavam da vida social dos colegas de curso, pois não eram convidados a eventos promovidos fora da CEU, logo sequer tinham a oportunidade de socialização fora do seu local de residência. Conforme Silva (2004), há relato de ex morador da Casa, que na década 1978 o ingresso na CEU só era realizado mediante atestado de pobreza.

Com esse depoimento pode-se perceber que ser morador da CEU ou de qualquer outra casa, é mais do que fazer parte de um bando de arruaceiros, maconheiros que só sabem fazer festas e viver à custa do governo (MACHADO, 2012), crença disseminada por parte da população. A CEU como muitas outras moradias estudantis, tem dentre seus moradores uma população de jovens que, como qualquer

um de sua faixa etária, quer se divertir, mas não pode fazê-lo como alguns de seus colegas de curso, pois não dispõe das mesmas condições desses.

Com a evolução da pesquisa e com as primeiras entrevistas realizadas, espera-se avançar no entendimento das memórias de jovens estudantes de agora e de outrora que tiveram em comum o universo da CEU. Pois serão os depoimentos, dessas vivências que evidenciarão as memórias compartilhadas por aqueles que viveram ou vivem na CEU e, através de seus relatos que se poderá entender de que forma essa experiência contribui para suas memórias.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERLATTO, Fábila; SALLAS, Ana Luisa Fayet. Um lar em terra estranha: Espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. **Revista Chilena de Antropología Visual**, n. 12, 2008.

CAMPBELL, J. **As máscaras de Deus: mitologia primitiva**. São Paulo: Editora Palas Athena, 1997.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, v. 2, n. 2, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LÉON, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 09-18.

MACHADO, Juciára Teixeira. **Em busca de um mesmo “CEU”**: Estudo antropológico sobre (ex) moradores da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/03.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2018.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5 n. 10, 1992, p. 200-212.

RAUPP, Luciane. **Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, 2006.

RAUPP, Luciane; BORGES, Márcia. Juventude, Identidade e Memória. In: Artur César Isaia/Cleusa Graebin. (Org.). **Memória e identidade: entre oralidade e escrita**. 1ed. Canoas - RS: Editora Unilasalle, 2018, v. 1, p. 81-91.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da (org) - **As Casas de Estudantes da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MEMÓRIA OFICIAL E OUTRAS MEMÓRIAS NO CONTEXTO COOPERATIVO

*Rita De Cássia da Rosa Sampaio Brochier*¹²⁷

*Maria de Lourdes Borges*¹²⁸

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de refletir sobre como a memória oficial e outras memórias podem ser percebidas em uma oficina realizada em uma cooperativa de reciclagem Canoas/RS. A memória pode ser refletida como a posição da organização sobre a sua própria história, o alinhamento dos valores focalizados e atuantes no presente. A metodologia utilizada foi qualitativa. A técnica foi a observação de um evento com registro em caderno de campo. Os resultados das análises apontam que na oficina foi possível perceber a emergência das memórias silenciadas, memórias subterrâneas e memórias esquecidas. Contudo, a memória oficial observada nessa oficina, evidenciada na fala de outro catador “O cara que me deu oportunidade”, relata sua própria história, em relação a valores evidenciados no presente, a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Oficial; Outras Memórias; Cooperativa.

MEMÓRIA OFICIAL E OUTRAS MEMÓRIAS

Para Le Goff (1992) o que perdura enquanto memória são as escolhas e não a totalidade do que se viveu no passado. Ou seja, compreende-se ocorrem escolhas no que se refere à memória conforme o interesse pela sua utilização na organização, vinculada às relações de poder por meio de uma seleção entre verdades que são reveladas ou silenciadas. Le Goff (1992) corrobora que nem mesmo os documentos de uma organização, omitidos ou não, podem ser considerados neutros, pois eles carregam consigo uma parte da história daquele lugar. Costa e Saraiva (2011) destacam a possibilidade da intencionalidade organizacional, aquela de lembrar ou esquecer por interesse da organização, todavia Le Goff (1992) destaca que nesse contexto até mesmo o silêncio pode ser manipulado.

Ratifica Pollak (1989) sobre as classificações das memórias que o que pode ser comum para um grupo, pode não ser para o outro, reforçando dessa forma, sua integralidade e limites socioculturais. Costa e Saraiva (2011) apresentam o que denominam de memórias oficiais e outras memórias, reveladas pela determinação ideológica das organizações a respeito do seu posicionamento sobre a sua própria história:

Para Costa e Saraiva (2011), a memória das organizações denotam a postura da organização sobre a sua própria história, em relação aos valores evidenciados no presente. Dessa forma, entende-se que as memórias são abordadas de fato como a organização almeja, enquanto objetivo, revelar no presente. As **memórias oficiais** segundo, Costa e Saraiva (2011) referem-se ao que está contado/registrado sobre o passado. Há uma prevalência de autoridade, pois se dá por interesse da organização ou de quem está à frente dela, podendo, por vezes, conter memórias silenciadas ou até negadas (POLLAK, 1989).

Além disso, o poder e a dominação dentro das organizações podem influenciar na construção da memória organizacional (COSTA; SARAIVA, 2011), ainda, como corrobora Weber (2004) a dominação

127 Doutoranda do PPG Memória Social e Bens Culturais – Universidade LaSalle Canoas/RS. E-mail: ritadecassia.brochier@gmail.com

128 Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges do PPG memória Social e Bens Culturais – Universidade LaSalle Canoas/RS. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br

demonstra a possibilidade de autoridade em grupos de pessoas.

Nesse contexto, Costa e Saraiva (2011) destacam a existência de *outras memórias*, que se referem aquelas díspares às memórias oficiais e que por algum motivo (interesse, poder, dominação) são enjeitadas, as quais são descritas a seguir.

No que se refere as *memórias esquecidas*, Costa e Saraiva (2011) relatam que elas são ‘oportunamente julgadas’ como menos importantes e por isso não precisam ser lembradas. Para Pollak (1989) as lembranças individuais permanecem vivas em cada indivíduo, porém é na memória coletiva que as lembranças poderão ser manipuladas em prol do esquecimento. A *memória subterrânea* é atribuída às memórias não oficiais, aquelas que se constituem sob rumores, justamente por não serem consideradas verídicas pela memória oficial (COSTA, SARAIVA, 2011). Para Pollak (1989), a memória subterrânea é evidenciada nas culturas minoritárias, como oposição à memória oficial, e emerge em momentos de crise, rompendo com o silêncio dos excluídos e marginalizados. Nesse contexto, compreende-se a memória subterrânea como aquela que, por motivos de interesse do estado maior, não pode ser oficializada, mas que, em momentos de crise, aflora.

Ainda, a *memória clandestina*, caracterizada pelos autores como aquela que a organização não reconhece como legítima, sendo por essa razão, contestada por meio da memória oficial. Pollak (1989) destaca que mais importante do que a chegada do momento em que a memória clandestina torne-se oficial de fato, é que ela seja preservada o mais integralmente possível ao longo do tempo. Percebe-se, portanto que a memória clandestina, mesmo não sendo legitimada pela organização, pode em algum momento da vida organizacional, tornar-se integral ou parcialmente oficial. Além disso, há as *memórias silenciadas*, as quais não se deseja que sejam rememoradas e dessa maneira coagidas; a essas memórias não são permitidas nem mesmo rumores. Silenciar memórias, para Pollak (1989) significa que a memória oficial foi adulterada e que os silenciados são obrigados a renegar suas próprias memórias. Nesse sentido, entende-se que as memórias silenciadas, reprimidas sob pressão, contribuem para que a memória oficial seja forjada.

As *memórias vergonhosas* produziram acontecimentos que causaram vergonha na organização. Tais memórias são armazenadas, mas em segredo. Ao logo do tempo, porém acabam esquecidas (POLLAK, 1989). Assim sendo, também são memórias silenciadas sob a pressão de não revelar algum acontecimento vergonhoso da organização. E por fim, a *memória proibida* refere-se àquela que, sob hipótese alguma, poderá ser rememorada, tão pouco revelada (COSTA; SARAIVA, 2011). Pollak (1989) corrobora com a ideia de memória proibida, ao mencionar que tais memórias são segredos velados, mas não poderão ser revelados, em obediência ao poder e a dominação.

A OFICINA

A Oficina denominada “A árvore” foi realizada no dia 06/09/2018, por quatro integrantes da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade LaSalle. Estavam presentes 11 cooperados da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas Ltda – Coopcamate faz parte do grupo de atividades da Incubadora, cuja cooperativa está em processo de desincubação. As autoras foram as facilitadoras da atividade. A cooperativa recebe visitas mensais da equipe da Incubadora para a realização das atividades propostas no Projeto: Etnometodologia na Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária no Campo da Reciclagem CNPq 27/2017. Além disso, foram realizadas outras observações no contexto que duraram 120 horas desde 2015, pela primeira autora, fruto da coleta de dados da dissertação.

O objetivo da oficina foi o de promover uma reflexão sobre o tema “autoestima”, sugerido pelos próprios cooperados nos encaminhamentos da oficina anterior, realizada no mês de agosto de 2018. A atividade iniciou com uma contação de história sobre uma árvore, denominada “A árvore triste” de Jéssica Cajeca. Resumidamente, a história contava que uma árvore era muito triste porque em seus galhos jamais tinha brotado uma flor e por isso, as abelhas, as borboletas e os pássaros não ficavam na árvore. Mas, ao cair de uma noite, um menino deitou-se debaixo da árvore e dormiu. A árvore, preocupada com o menino, derrubou sua folhas para aquecê-lo durante a noite fria. Ao amanhecer, o menino percebeu que tinha sido coberto pelas folhas da árvore e para recompensá-la transformou-a em uma bela árvore cheia de flores, perfumada e alegre. Depois disso, as abelhas, as borboletas e os pássaros voltaram.

Ao final da história, sugeriu-se uma atividade com argila em que cada catador participante, pudesse expressar uma parte da árvore (da história) que mais havia se identificado. Os demais se motivaram com a ideia. Foram disponibilizados aproximadamente 10 minutos para o desenvolvimento da atividade com a argila.

Figura 1. Registros da Oficina “A árvore”



Fonte: Arquivo Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle Canoas.

Ao término da oficina realizou-se o processamento da mesma junto ao grupo. Inicialmente todos foram convidados a apresentar aos demais o trabalho que havia feito, falando que parte da árvore tinha escolhido, porque tinha escolhido. Ainda no processamento da atividade, questionou-se como tinha sido a experiência da atividade, como tinham se sentido ao realizá-la. E por fim, refletiu-se o que a escolha da parte da árvore representava. Sendo esse auge da reflexão, como se destaca em algumas falas registradas pela equipe da Incubadora no relatório da atividade e que serão analisadas a seguir.

Destaca-se que o grupo da Coopcamate, na maioria das vezes, participa com espontaneidade das atividades, assim como demonstram capacidade de reflexão, apesar de a cultura do silêncio (FREIRE, 1977) ainda prevalecer em determinados momentos.

Os excertos a seguir apresentam os relatos dos catadores referenciando a forte influência do atual presidente no trabalho dos cooperados, o referenciando, na relação com a árvore da história, como “o lenhador”.

A importância que damos ao lenhador...

Nesse momento um catador começou uma encenação com as árvores: “No começo do dia podemos pensar nas flores. À tarde com frutas e de noite as folhas caíram” O poder do lenhador pode acabar com a árvore no final do dia” (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

Medo de perder o serviço (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

A professora coordenadora do projeto provocou uma reflexão com o grupo, questionando de que forma poderiam enfrentar esse medo. Durante a conversa um catador mencionou: “Infelizmente

eu tô perdido, pois eu tenho medo” (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

Na fala de um cooperado que faz analogia da história da árvore nas relações dos cooperados com o presidente da cooperativa, trazendo a figura de um lenhador. Em seguida, o segundo e o terceiro excertos ratificam tal influência do presidente nas relações do grupo e com o grupo, enfatizando relações de medo e poder. O medo aparece em outra fala dos cooperados, mas dessa vez o cooperado parece demonstrar não ter capacidade de superá-lo (“eu to perdido”) e dessa forma, assumindo um conformismo com a situação. Observa-se que durante a fala o catador não citou nomes, não indicou pessoas, sua analogia do lenhador pode estar relacionada com o que Costa e Saraiva (2011) mencionam sobre as *memórias silenciadas*, aquelas memórias coagidas, renegadas e que não são permitidas nem sobre murmúrios. Dessa forma, compreende-se que ao silenciar, calar ou reprimir memórias (POLLAK, 1989), as memórias oficiais podem estar sendo adulteradas. Isso porque, as *memórias oficiais* segundo, Costa e Saraiva (2011) fazem relação com o que está contado e/ou registrado no e do passado, e dessa forma, a memória oficial pode não ser verdadeiramente interpretada no presente. Tal questão pode demonstrar ainda que o poder nas organizações pode induzir a construção da memória organizacional (COSTA; SARAIVA, 2011). Corroborar ainda Pollak (1989), sobre a memória dominante, como aquela que disputa e determina a memória oficial.

Ainda a *memória subterrânea* que também não está referenciada às memórias não oficiais, é evidenciada nas culturas minoritárias, como aquela que, não podem ser oficializadas, por motivos de interesse maior da organização (lenhador), mas que, em momentos de crise, podem aflorar. Pode-se analisar que a memória subterrânea aparece quando o cooperado trás a figura do lenhador, não se referindo ao presidente explicitamente.

Algumas falas destacaram evidências da valorização da família, assim como consideram a cooperativa como uma família também, tais como:

Todo desse negócio ai de raiz de árvore [referindo-se ao trabalho com argila], eles são a minha família, cada raiz é um deles [colegas] e eu não vou mais deixar eles na mão, eles não vão me deixar ir embora, não vou fazer essa burrada de novo (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

Sentimento de se unir (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

Tem que ter um ogro pra empurrar a cooperativa “Tô saindo fora, todo mundo me olhava e corria [de mim] tipo bicho, foi ele que me pegou.” “O cara que me deu oportunidade (RELATÓRIO DE ATIVIDADE INCUBADORA, 24/09/2018).

Na primeira fala o catador demonstra o seu vínculo com o grupo, mesmo saindo e retornando algumas vezes da cooperativa e por isso menciona que o grupo não o deixará ir embora mais. As cooperativas de reciclagem são um ambiente de inclusão. Nesse contexto, outro cooperado também relata sua ligação com o grupo quando fala do sentimento de união. Na última fala o catador relata que em sua opinião a cooperativa precisa ser gerida com pulso forte e que a mesma pessoa que chama de “ogro”, foi a pessoa que o acolheu, referenciando a cooperativa como um lugar de acolhimento e inclusão. Nesse sentido, há aspectos de inclusão que fazem parte da memória oficial da cooperativa.

Pode-se observar nessas análises que há um misto de *memória oficial* com outras memórias no relacionamento do grupo entre si e com o presidente nos seguintes aspectos: por um lado há comportamentos de inclusão e acolhimento dos cooperados, mas por outro há as *memórias esquecidas* (COSTA; SARAIVA, 2011) que são ‘oportunamente julgadas’ como menos importantes, tal como o medo, que enquanto memória coletiva poderão ser manipuladas em prol do esquecimento (POLLAK, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs-se a refletir sobre como a memória oficial e outras memórias podem ser percebida em uma oficina realizada em uma cooperativa de reciclagem situada na cidade de Canoas/RS. Os resultados das análises apontam que na oficina foi possível perceber a emergência das outras memórias, tais como: a memórias silenciadas, memórias subterrâneas e memórias esquecidas. Concluiu-se que em momentos de reflexão, como o proporcionado com a oficina “A árvore”, observa-se que são as outras memórias que se destacam em meio às falas. Talvez isso se explique porque as memórias subterrâneas são aquelas que emergem em momentos de crise, nesse caso, em momento de reflexão, manifestadas pelas minorias (os catadores), pois parece não haver interesse da organização (presidente) que algumas memórias se tornem memórias oficiais. Por exemplo, quando se fala do próprio presidente sem denomina-lo (com o nome e/ou cargo), chamando-o de lenhador, como aquele que corta a árvore, sendo essa uma memória silenciada pelo “medo de perder o serviço”, como foi dito por outro catador. Contudo, a memória oficial observada nessa oficina, evidenciada na fala de outro catador “O cara que me deu oportunidade”, relata sua própria história, em relação a valores evidenciados no presente, a inclusão.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Alessandra de Sá da; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista Monografias Ambientais*, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, p. 86-99, mai-ago. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1992.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2004.

ENTRE O MACHADO DE ASSIS E DE XANGÔ: O SINCRETISMO RELIGIOSO NO RAP BRASILEIRO DE DJONGA E DE BACO EXÚ DO BLUES

Lia Machado dos Santos ¹²⁹

Dra. Rosângela Fachel de Medeiros ¹³⁰

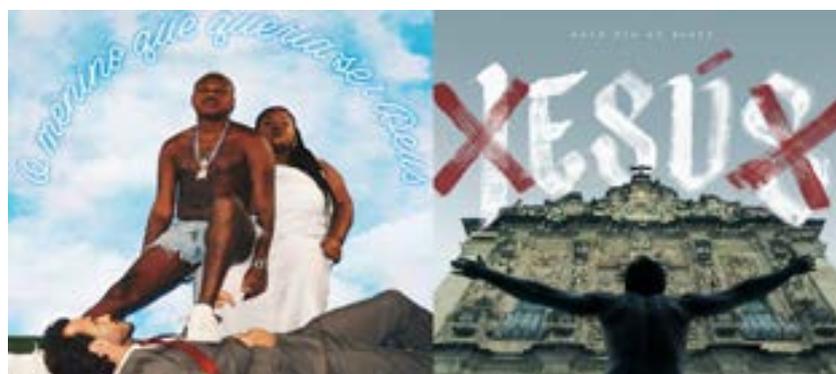
RESUMO: Este artigo propõe uma análise comparatista do sincretismo religioso (CANCLINI, 2004) presente em duas obras de expoentes do RAP fora eixo SP/RJ – o álbum *Esú*, do baiano, Baco Exú do Blues, e *O menino que queria ser Deus*, do mineiro, Djonga. Religiosidade, credos e denúncia ao racismo misturado às suas experiências intimistas marcam o trabalho destes dois artistas que vêm causando polêmicas e reflexões no cenário da música brasileira contemporânea. Nesse sentido, propomos o cotejo entre a iconografia das capas dos álbuns e as letras das canções entrecruzadas pela ressignificação de um ritmo – RAP. Buscamos assim discutir a forma como essas obras constituem, ou não, um discurso que enfrenta e denuncia o contexto nacional de crescente intolerância religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: RAP Brasileiro; Sincretismo; Iconografia Religiosa.

O SINCRETISMO RELIGIOSO NO RAP BRASILEIRO DE DJONGA E DE BACO EXÚ DO BLUES

A constituição da religiosidade brasileira é formada por diferentes combinações e criações culturais que partiram do encontro das tradições religiosas africanas, cristãs e ameríndias e resultaram no que chamamos de religiões afro-brasileiras. O fato é que este trânsito religioso fez com que o Brasil deixasse de ser unicamente católico e passou a concorrer com o crescimento das pentecostais e dos umbandistas, principalmente das classes populares. Dito isso passaremos a análise das capas destes dois Rappers brasileiros que demonstram um pouco do que falamos até agora em suas letras, o mineiro Gustavo Pereira, nascido e criado na Favela do Índio e mais conhecido como Djonga, e o baiano Diogo Moncorvo que, falando em hibridação, tem um nome artístico curioso: um Deus romano, divindade do vinho; o orixá mais conhecido na cultura ioruba e um ritmo norte-americano de origem negra “Baco Exú do Blues”. Ambos gravaram, respectivamente, os álbuns *O menino que queria ser Deus* (2018) selo independente, gravadora CEIA Ent. e *Esú* (2017) selo independente, gravadora 999, ambos com 10 faixas.

Figura 1



Fonte: Internet

129 Mestranda em Literatura Comparada- URI. Email: lia.machado@iffarroupilha.edu.br

130 Professora visitante do Mestrado em Artes visuais UFPEL. Email: rosangela fachel@gmail.com

Começamos a análise pelo conteúdo verbal das capas, inicialmente notamos a temática religiosa, na primeira “O menino que queria ser Deus” nota-se que em cima da palavra menino há uma espécie de Aureola que dá um toque de angelical à palavra menino, ou seja, uma característica boa que de certa forma dá vazão ao pensamento cristão de que só as pessoas boas e merecedoras “vão pro céu”, a escolha da fonte da letra e a forma como ela é colocada na imagem também corrobora nessa interpretação. Já na segunda capa, a escrita que primeiro chama a atenção é a palavra Jesus escrita em branco com o J e o S riscados com um X e um acento na letra U, todos da mesma cor e convidam o enunciário a ler a palavra que dá nome ao álbum: *Esú*. Se focarmos apenas na imagem verbal das capas, a segunda delas pode parecer uma afronta para muitos cristãos e até mesmo uma ofensa imperdoável. Porém se somarmos à análise as categorias do plano de expressão a partir da composição topológica, cromática, é possível fazer um diálogo sobre o sincretismo religioso e estabelecer algumas relações também com a primeira capa que um olhar artificial revela apenas uma produção tosca, muito parecida com as capas dos anos 1970.

A primeira capa traz vários elementos, uma mulher gorda, negra vestida de branco, sentada em seu colo está o cantor Djonga, vestindo apenas bermuda e alguns colares. Ele está com um dos pés sob o peito de um homem branco de terno e gravata que olha para os dois acima. Os únicos que encaram o enunciário é a mulher e Djonga. Em seu peito o cantor carrega um colar azul mais conhecido como Guia de Ogum (candomblé), muito usado pelos “filhos” das casas que representam esse guia. Verifica-se aqui uma mistura de crenças e um sincretismo religiosos que Djonga vai demonstrar ainda mais em suas letras, a seguir.

Já a segunda, observa-se um homem negro em frente à Ordem Terceira de São Francisco, igreja católica de Salvador inaugurada no início do século XVIII. Sem dúvida, uma igreja histórica onde séculos atrás os negros cultuavam seus orixás diante dos santos católicos, em um método em que era depositado dentro das imagens dos santos elementos do “Asê”, um processo que deu origem ao sincretismo religioso que constituiu, principalmente, a Umbanda.

A segunda faixa de Djonga chamada “Junho de 94”, faz referência a sua data de nascimento e tem como refrão o título do seu álbum, o que dá a entender que ele é o menino que queria ser Deus, na própria música o cantor faz uma reflexão do estigma recebido de seus antepassados em um país escravocrata e agora que possui visibilidade, denuncia:

Eu percebi que tava tudo errado
Quando esqueci que meu primeiro som chama Corpo Fechado
E que se eu pular daqui
Eu deixo vários pai e mãe desamparado
Eu vou descer dessa marquise
Depois de tudo que eu andei seria retrocesso
Não sou o primeiro que falou verdades
Mas um dos únicos que fez sucesso

O sincretismo se faz presente aqui quando o personagem que afirma o desejo de ser Deus faz citação a sua primeira música “Corpo fechado”, um rito de fechamento de corpo é uma cultura antiga e praticada em terreiros e protege o corpo astral daqueles que o fazem. O sincretismo religioso no álbum de Djonga é tão entranhado que “santos e orixás transitam [...] sem manterem uma fronteira rígida, dialogando entre si e as diversas identidades.” (PREVITALLI, p.33, 2013). Um exemplo é na canção “De lá” onde é possível relacionar a guia de Ogum que o cantor carrega no peito na capa de seu álbum e a identidade que ele afirma em seus versos: “Meu pai ogum mandou chamar/ Eu vim, eu vim de lá”.

A canção “Esu” quinta faixa que carrega o mesmo nome do álbum, Baco Exu do Blues trabalha com orixá Exu que carrega o maior estigma das religiões de matriz africana por ser sincretizado com o diabo judaico-cristão. Segundo Cavazzi (1965, p.88 apud PREVITALLI, p.34) as divindades africanas foram associadas aos demônios desde os primeiros contatos com os europeus.

Existem muitas histórias sobre Exu, uma delas é que ele foi considerado o primeiro Orixá a chegar na Terra, participando de sua criação e sendo o mais próximo dos humanos por se recusar a voltar ao céu. Por isso, ao cantar “Deus e o Homem sentem medo de mim” é possível inferir que Baco está tratando sobre esta “demonização” que o orixá Esú sofreu ao longo do tempo na história na civilização brasileira. Segundo Liana Trindade:

Exu é resultado de um processo onde se perderam os quadros sociais de referência pela degradação sócio-cultural do escravo africano. Houve o deslocamento de símbolos de uma estrutura lógica de pensamento, para adquirir novos sentidos fornecidos por outro contexto de relações estruturais (TRINDADE, 1985, p.35)

É Exu quem, na concepção do candomblé, dinamiza a vida, levando os pedidos e oferendas para os lugares certos no mundo dos ancestrais e dos deuses, possibilitando a melhora do mau destino. (PREVITALLI, 2009). Nesse sentido, em *Esu* Baco confirma a simbologia que este orixá tem para seus adeptos quando sua letra diz “Abro o seu caminho, Eu sou o canto do mundo”. Na segunda faixa, chamada “Abre caminho” sabendo que é para Exu que se pede passagem, e como um ritual de iniciação de seu disco, já que antes desta faixa só tem a introdução, Baco pede licença:

Abre caminho deixa o Exu passar
Dá licença deixa o karma da cena passar
Não entra na roda punk sem pedir pra Exu

Além de pedir licença para Exu, Baco nos mostra algo além de Djonga e que é uma característica basilar de seu álbum, o hibridismo: misturando diferentes representações e culturas, à guisa de exemplo: Karma e punk. Apenas nessas duas canções citadas o compositor “samplea” a canção Mistério do Planeta de Novos Baianos, cita as asas de Hermes, o escritor Rimbaud e Machado (de Assis e de Xangô), Ossanha, Thor e São Jorge. Uma mistura de expressões que transgride uma lírica violenta em que literatura, pontos de umbanda, mitologia nórdica criam uma espécie curiosa de polifonia que, infelizmente não cabe aqui espaço hábil para discussão.

Certamente, não podemos realizar esta análise sem mencionar as relações de poder pois “uma cultura subjugada por outra terá certamente sobre si uma ação de domínio imposta por aquela que exerce o poder.” (PREVITALLI, p.31) Portanto, qualquer ação dos dominados sobre a cultura dos dominantes pode ser vista de um lado como resistência no sentido do sincretismo religioso e por outro qualquer adaptação ou tradução de sua cultura parece um erro, o antissincretismo, surgido a partir dos anos 1980 é um exemplo disso.

Essa busca da “origem” apoiada na fronteira da exclusão é muito polêmica, afinal os africanos ao chegarem no Brasil já misturados em grupos étnicos variados buscaram de alguma forma resolverem os problemas cotidianos – cerceados de sofrimento e sevícias- com o exercício de seus rituais religiosos. Mas só foram permitidos na medida em que foram familiarizando com o contexto católico, e assim inferindo adaptações culturais e religiosas. “Essa forma de traduzir dois mundos religiosos distintos ajudou-os a manter vivas suas tradições religiosas ancestrais, ainda que mescladas com o sistema hagiológico católico” (ROMÃO, 2018, p.353)

Nesse sentido, o rap que também passou por um sistema de “tradução” recebe o estigma de forma dobrada quando passa a tratar de temas que vão na contramão da sua comercialização, pois afirma duplamente uma identidade negra, periférica e sincrética ao tratar da religiosidade afro-brasileira, realidade de uma grande parcela que vive na periferia e convive dentro de sua própria localidade com a intolerância religiosa que passou a fazer parte do cotidiano desde que o número de igrejas neopentecostais veio crescendo nessas localidades.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad. Barcelona: Gedisa, 2004.

CUNHA, Christina Vital da. Oração de traficante: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 431 pg.

PREVITALLI, Ivete Miranda. Reflexões sobre hibridação, sincretismo e tradução no candomblé Angola paulista. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], n. 14, mar. 2015. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/22435>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ROMAO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 57, n. 1, 2018, p. 353-381

TRINDADE, Liana (1985). *Exu – poder e perigo*. São Paulo. Editora Icone. 163pg.

LINHA TURISMO DE PORTO ALEGRE

*João Ubirajara da Rosa Martins*¹³¹

*Moisés Waismann*¹³²

*Margarete Panerai Araújo*¹³³

*Judite Sanson de Bem*¹³⁴

RESUMO: Esta comunicação tem como objetivo relatar os pontos turísticos da rota “City Tour Linha Turismo” de Porto Alegre, onde a Empresa Carris é responsável por disponibilizar linhas de turismo para turistas conhecerem locais da capital do estado do Rio Grande do Sul e obterem informações históricas e culturais sobre a região central da cidade de uma posição privilegiada. O trajeto é iniciado no centro histórico e com durabilidade de aproximadamente 2 horas. Assim, este trabalho reconstruirá a memória histórica dos pontos turísticos de Porto Alegre.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Criativa; Memória; Porto Alegre; Turismo.

APRESENTAÇÃO

Esta comunicação tem como finalidade relacionar o turismo à economia criativa da cidade e ressaltar o que se torna importante para a identidade cultural, apresentar os pontos turísticos das regiões centrais visitadas pela “City Tour Linha de Turismo” de Porto Alegre, sugerir alternativas de novos trajetos para a Linha Turismo e analisar os valores e o público frequentador das linhas disponíveis.

TURISMO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ECONOMIA CRIATIVA

Compreendemos como Economia Criativa qualquer atividade onde o capital intelectual e a criatividade necessita de investimentos para criação que levem a produção e distribuição de bens de serviço. Assim, o turismo torna-se matéria-prima da economia criativa. Pois,

O turismo cultural em centros urbanos se sustenta em uma espécie de nostalgia do passado (...). Faz-se necessário que, além do olhar apurado do estudioso da cidade, se viabilizem recursos financeiros, tanto do poder público como da iniciativa privada. Valorizar centros históricos requer um alto investimento, mas compensa. E esses investimentos necessitam de vontade política, de parcerias público-privadas e pessoas capacitadas para executar estas ações. (CARDOSO, CARVALHO, 2013, p.77).

O que move o turismo cultural são os patrimônios históricos. Eles são definidos por bens matérias

131 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas, Graduado em História.

132 Professor-pesquisador Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas

133 Professora-pesquisadora Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas

134 Professora-pesquisadora Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle/Canoas

e imateriais que são importantes para a cultura de um povo ou de uma região. Assim, a preservação do patrimônio é responsabilidade de todos, já que se trata de uma herança que define a identidade cultural da região.

LINHA DE TURISMO

Os transportes utilizados para a “City Tour Linha Turismo” são ônibus de 4 metros de altura com o segundo andar descoberto para que os turistas consigam ver os monumentos em posição privilegiada e confortável. Disponibilizados pela Empresa Carris, os transportes fazem parte de um projeto oferecido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Fig. 1).

Figura 1. Linha de Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <https://www.viagenssecaminhos.com/2016/09/city-tour-linha-turismo-porto-alegre-centro-historico.html>

Apesar dos inúmeros pontos de vendas do ticket (ingresso para o Tour) e de 50% de desconto em condições especiais, como ser estudante e idoso, o valor para a realização do percurso é de trinta reais, considerado caro pelos habitantes de Porto Alegre, tendo em vista que a capital não é uma cidade turística.

TRAJETO

O trajeto inicia-se no Mercado público (Centro Histórico) passando pela Praça da Matriz, a Usina do Gasômetro, o Lago Guaíba, e o Parque da Redenção e outros, como ilustrado na figura 2. Ao longo do passeio turístico, os turistas encontram museus, praças e igrejas históricas. Além da “City Tour Linha de Turismo Centro Histórico” que pode partir do Mercado Público de Porto Alegre e do Terminal Linha de Turismo (Bairro Cidade Baixa), a linha também conta com a “City Tour Linha de Turismo Zona Sul”. Diferente da primeira Linha, no trajeto Zona Sul não há paradas e as atrações são somente as paisagens da cidade, como a praia de Ipanema.

Figura 2. Trajeto



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <https://www.viagenscaminhos.com/2016/09/city-tour-linha-turismo-porto-alegre-centro-historico.html>

MERCADO PÚBLICO

Inaugurado em 1869, o Mercado Público é um dos patrimônios históricos comerciais mais antigos da cidade. O prédio conta com uma grande infraestrutura e por ter passado por alterações arquitetônicas em virtude de enchentes e incêndios, nos anos 90 o mercado passou por uma longa reforma para recuperar sua forma original e melhorar sua qualidade. Hoje, o mercado conta com aproximadamente 100 estabelecimentos com atividades como peixaria, açougues e restaurantes.

USINA DO GASÔMETRO

Inaugurada em 1928, a usina foi criada para gerar energia elétrica para a cidade tendo o carvão mineral como matéria - prima. Com o projeto proveniente da Inglaterra, a usina é um marco da

industrialização do País. Durante quase uma década, a Usina funcionou com duas pequenas chaminés que despejavam fuligem nas redondezas, mas em 1937 a nova chaminé de 117 metros, além de solucionar o problema, passou a ser ponto de referência arquitetônico e geográfico da cidade.

Em 1974, a Usina foi desativada. O intuito do governo municipal era demoli-la e aproveitar a área como extensão da Avenida Perimetral. No entanto, um movimento de preservação conteve a demolição e com a Eletrobrás transferindo – a ao município de Porto Alegre, a edificação foi restaurada e passou a funcionar como Centro Cultural, em 1991, possuindo seis pavimentos e 11.300 m² abrigando um cinema, auditórios e salas de exposição.

PARQUE FARROUPILHA

O local, doado - em 1807 - pelo Governador Paulo José da Silva Gama, era chamado de Várzea ou Campos da Várzea do Portão. Logo em seguida, o parque passou a se chamar Campos do Bom Fim, devido à proximidade da Igreja do Nosso Senhor do Bom Fim. No entanto, em 1884 o local passou a se chamar Campos de Redenção para homenagear à libertação dos escravos do terceiro distrito da Capital.

Em 1901 ocorreu o primeiro ajardinamento e com a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha o parque passou a se chamar Parque Farroupilha, pois o evento se deu no local. Ao longo dos anos, foram incorporados os recantos Jardim Alpino, Jardim Europeu e o Jardim Oriental e o Brique da Redenção. Atualmente, o parque oferece várias opções de lazer, a feira ecológica e o Mercado Bom Fim.

Além dos recantos e do Auditório Araújo Viana, o parque conta com 38 monumentos. O parque não é apenas um patrimônio histórico e cultural, mas também é um patrimônio ambiental, pois abriga mais de 10 mil árvores de inúmeras espécies.

Figura 3. Vista do Parque Farroupilha (Redenção)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <https://www.viagenscaminhos.com/2016/09/city-tour-linha-turismo-porto-alegre-centro-historico.html>

NOVOS TRAJETOS

Além dos patrimônios a cima, Porto Alegre tem outros monumentos que poderiam ser visitados. Uma nova linha turística poderia contemplar a zona norte de Porto Alegre, pois essa zona possui pontos turísticos de grande relevância para a cidade, como a Arena do Grêmio, o laçador e o teatro do SESI, rota

que poderia passar pelo parque Jardim Botânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação procurou problematizar a Linha de turismo da cidade de Porto Alegre, visto que a capital do Estado não possui tantos pontos turísticos com características para o turismo de lazer, como as cidades de Bento Gonçalves e Gramado. Desta forma, os pontos turísticos são visitados, em sua grande maioria, pelos próprios habitantes da cidade, principalmente por estudantes e idosos que buscam o reencontro com suas origens. O roteiro proposto destaca o patrimônio histórico-cultural da cidade e para que isso ocorra é necessária muita pesquisa e alto investimento, razão pela qual pode se explicar o valor do ingresso para o Tour.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Simone; CARVALHO, Eder dos Santos. Centro histórico de Porto Alegre – uma relação entre arquitetura, mídia e história. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 4, p. 75-87, 2013. Disponível em: < <http://projeto.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/view/333/234> >. Acesso em 11 out 2018.

Portal Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/>. Acesso em 11 out 2018.

Viagens e caminhos. Disponível em: <<https://www.viagensecaminhos.com/2016/09/city-tour-linha-turismo-porto-alegre-centro-historico.html>>. Acesso em 11 out 2018.

Mercado público Porto alegre. Disponível em: < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/>>. Acesso 11 out 2018.

Instituto do patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Disponível em: < <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=16118>>. Acesso 11 out 2018.

INDICADORES DE VALORIZAÇÃO: ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.

*Jamily Veit Scheffer*¹³⁵

*Judite Sanson de Bem*¹³⁶

*Moises Waismann*¹³⁷

RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar alguns indicadores que levariam a valorização do acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Trazendo alguns aspectos culturais, históricos e econômicos deste acervo. Bem como, uma breve análise deste tipo de arquivo religioso e sua relevância na vida da sociedade na qual está inserido. Um dos focos de projeto de pesquisa do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Acervo; Memória; Valorização; Esfera Econômica; Esfera Cultural.

INTRODUÇÃO

A escolha em trabalhar com o AHCMPA iniciou ainda no período da graduação em História realizada nesta Universidade. Durante este processo o fato de que a população local, bem como a comunidade acadêmica não terem conhecimento do acervo da AHCMPA chamou muito a atenção. E que apesar de estarmos inseridos em um mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, ainda é incipiente o acesso à documentação histórica existente.

Por este motivo voltamos o olhar novamente ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, a fim de estreitar os laços desta comunidade com a instituição na qual estes documentos pertencem. Não trata-se de questões de confissão religiosa ou crença, mas sim, de uma nova possibilidade e perspectiva de estudo da memória e história.

Todas estas questões relacionadas ao acervo e sua sociabilização, entrem em discussão na disciplina de Economia da Cultura pertencente a grade curricular do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle. Durante o semestre abordamos questões como as noções de valor, mercado e seus impactos no âmbito local, regional e nacional. É com relação a estes aspectos que iremos discutir brevemente ao longo deste artigo. Trazer alguns aspectos culturais, históricos e econômicos deste acervo. E abordar alguns indicadores que levariam a valorização do mesmo.

OS ARQUIVOS COMO INSTITUIÇÕES DA MEMÓRIA

Na atualidade, o foco das discussões a respeito dos arquivos da Igreja Católica é a função pastoral histórica e cultural a eles atribuída. Esta inclusão do arquivo eclesiástico no contexto sociocultural da comunidade cristã e dos territórios nacionais, incentiva pensar em novas práticas de organização,

135 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle. E-mail: jamilyveit@gmail.com.

136 Prof.^a. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle.

137 Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle.

preservação, divulgação e gestão.

Na Carta Circular de 1997 (“A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”), a responsabilidade da preservação da memória institucional nos apresenta um significado mais abrangente e espiritual para a preservação da documentação:

“[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de primeira importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem”.

Explica-nos também que enquanto lugares da memória, os arquivos eclesásticos devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a história da comunidade eclesial no intuito de oferecer uma avaliação do que foi feito, dos seus resultados, das omissões e dos erros cometidos.

Desta forma, cuidar dos arquivos eclesásticos é ao mesmo tempo reconhecer sua responsabilidade com a sociedade, uma vez que a própria cultura desta pode estar embasada nas funções pastorais e civis do cristianismo ocidental. No Brasil, sabemos que a união oficial da Igreja Católica com o Estado perdurou até finais do século XIX. Essa relação denominou-se Padroado Régio e consistia nos privilégios que o monarca português, representado pela Mesa de Consciência e Ordens, mantinha sobre a administração eclesástica, cabendo-lhe a escolha de cargos eclesásticos hierárquicos e o direito de cobrança e administração dos dízimos. Em contrapartida, o poder civil se obrigava a erguer e manter os locais de culto, assim como a sustentar o clero, para a expansão da fé cristã.

Sendo assim, a documentação eclesástica acaba por revelar aspectos da vida social que outros tipos documentais produzidos pelas instituições civis se calaram, sobretudo para períodos mais recuados da história.

AHCMPA: ACERVO E FUNCIONALIDADE

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) está localizado nas dependências do prédio da Cúria Metropolitana¹³⁸¹³⁹ na Rua Espírito Santo número 95 no centro histórico da capital do Estado. O Arquivo guarda, mantém e disponibiliza a documentação histórica da Arquidiocese de Porto Alegre. E seu acervo é formado pela produção documental eclesástica desde 1747 (até os dias atuais).

No AHCMPA conservam-se documentos da antiga comarca de Porto Alegre, da Vigararia Geral e dos primeiros Bispos do RS. Também fazem parte do acervo alguns documentos de paróquias que não pertencem às jurisdições atuais do Arcebispado, mas que foram recebidas pelo Bispo até os sucessivos desmembramentos ocorrerem.

Segundo a Historiadora e Arquivista responsável pelo AHCMPA, Vanessa Gomes de Campos, o quadro de arranjo “*baseia-se na legislação canônica vigente e foi apresentada por Sastre Santos em um*

138 Inicialmente o prédio onde hoje está localizada a Cúria Metropolitana de Porto Alegre e seu Arquivo Histórico, foi construído com o intuito de servir como Seminário Episcopal e residência oficial dos Bispos. Para Dom Sebastião Dias Laranjeira, segundo Bispo do RS “[...] será um edificio magnífico com todas as acomodações não só para um ótimo Seminário, como ainda para a residência dos Bispos, tendo a vantagem de ser edificado contíguo à Catedral com a qual terá comunicação.” Fonte: AHCMPA. *Livro de Registro de Ofícios Expedidos (1863-1868)*, 18 ago. 1865, fl. 62v.

139 A Cúria Diocesana, no Dicionário de Direito Canônico, é definida como um: “Conjunto de organismos e pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese”.

Manual que trata exclusivamente do que ele chamou de “Sistema Arquivístico Diocesano”” e é composto por

três fundos, a saber: a) Fundo Comarcas/Vigarraria (1747 a 1848): documentação administrativa referente ao período; b) Fundo Bispado/Arcebispo (1848 aos dias atuais): destaca-se a documentação referente às decisões tomadas sobre a organização eclesiástica no território; os processos matrimoniais dos séculos XVIII e XIX de Porto Alegre e áreas adjacentes; a orientação pastoral etc; c) Fundo Paróquias (1747 aos dias atuais): em especial, os registros sacramentais de batismos, casamentos e óbitos; documentos administrativos, sobretudo do século XIX; irmandades etc.

Vanessa ainda destaca que: *“a distinção entre os dois primeiros Fundos citados cabe exclusivamente à documentação produzida/ recebida pelos Vigários da Vara e pelos Vigários Gerais e formariam o Fundo fechado (Fundo Comarcas/ Vigarraria), e o Fundo Cúria, a documentação produzida/ recebida pelo Bispo/ Arcebispo. Já, o Fundo Paróquias é um Fundo composto por documentos produzidos/ recebidos pelas paróquias, desde o início de sua criação aos dias atuais”*.

INDICATIVOS PARA A SUA VALORIZAÇÃO

A noção de valor é considerada a pedra angular que une a economia e a cultura. Também é a origem e motivação do comportamento econômico que rege o mercado atual. Para THROSBY (2001), esta noção é dividida em duas esferas extremamente importantes: a esfera econômica e a esfera cultural. Na esfera econômica, a utilidade, o preço e a importância são o tripé que regem este campo. Em sua obra “Las Teorias del valor”, Throsby nos explica que os preços dos produtos produzidos por um determinado segmento, não são um indicativo de valor. E sim de que o valor está diretamente relacionado ao grau de importância, afeição e significação que damos a determinada obra, objeto ou expressão.

Na esfera cultural, os bens e serviços culturais são divididos em três categorias: públicos, mistos e privados. Cada um possui suas características e especificidades, voltadas ao mercado cultural. A grande questão levantada nesta obra é que o valor cultural de determinada obra ou expressão é diferente do seu valor econômico (preço). Esta noção está relacionada às características positivas mais que as negativas. Alinhado ao princípio de prazer formado dentro de um universo moral e social (gosto acumulativo). Sendo que o verdadeiro valor de uma obra está ligado a qualidades estéticas, artísticas, históricas, simbólicas e sociais (sua importância cultural).

Dentro deste contexto, nos reportamos ao acervo do AHCMPA. Sua produção documental que inicia em 1747 e que se estende até os dias atuais, se encaixa neste molde descrito por Throsby de relevância histórica, simbólica, social, entre outros, como fator determinante para a obtenção de valor cultural. Os registros de batismo, matrimônio e similares, continuam sendo a principal fonte documental existente neste Arquivo. Jornais, revistas e materiais alusivos ao “ser Igreja” são minoria ou encontram-se arquivados em outros espaços. Esta documentação como que atesta o poder normatizador e regulador da Igreja sobre o tempo e a existência das pessoas (registros de vida e morte, batismo, casamento). Mesmo assim, é infinitamente rico em informações sobre os séculos XVIII, XIX e XX da cidade de Porto Alegre, Região Metropolitana e sobre o Estado. Revelando aspectos da vida social que outros tipos documentais produzidos pelas instituições civis se calaram, sobretudo para períodos mais recuados da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no decorrer deste artigo a descrição do acervo existente no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, bem como seu intuito de socialização e destaque no projeto futuro de dissertação de mestrado. Algumas características abordadas pelo autor David Throsby sobre a questão das noções de valor que estabelecemos diariamente e sobre a diferença de valor cultural e valor econômico.

Estas características só ressaltam a importância deste espaço localizado no Centro Histórico do município de Porto Alegre e da experiência riquíssima que é desfrutar deste acervo. Estes indicativos demonstrados aqui sobre o valor deste espaço auxiliam na sua promoção e divulgação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAZIONE ARCHIVISTICA ECCLESIASTICA <www.archivaecclisiae.org> Acesso em 18 jun. 2018.

BERTO, João Paulo. *As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada*. <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429>> Acesso em 18 jun. 2018.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. *Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: levantamento documental e análise tipológica para a reestruturação do quadro de arranjo*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006.

CANDAU, Joel. *O jogo social da memória e da identidade: transmitir receber*. In: _____. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARTA CIRCULAR. A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos, 2 fev. 1997. In: ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (Coord.). *Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 281-298

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS. 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2001.

CÚRIA METROPOLITANA <www.arquidiocesepoa.org.br> Acesso em 20 jun. 2018.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

DICIONÁRIO CULTURAL DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA <<http://www.encyclopedicohistcultiglesiaal.org>> Acesso em 21 jun. 2018.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)*. V. I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. V. II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Arquivo Nacional, 1985.

SASTRE SANTOS, Eutimio. *Manual de Archivos: el sistema archivístico diocesano – archivos de la curia y archivos parroquiales*. Madrid: ANABAD, 1999.

THROSBY, David. *Economía y Cultura*. Madrid: Cambridge University Press, 2001, p. 33-56.

MILONGUEANDO MEMÓRIAS: MEMÓRIA CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA

Jucelino Viçosa de Viçosa ¹⁴⁰

Renato Ferreira Machado ¹⁴¹

Cleusa Maria Gomes Graebin ¹⁴²

RESUMO: O presente artigo tem como propósito destacar a memória cultural advinda da participação dos povos africanos e de seus descendentes, bem com sua inserção como efetivos integrantes da paisagem pampiana do Cone Sul da América Latina. Em que a milonga pode ser vista como um vestígio memorial da cultura negra, evidenciando a multiplicidade étnica e cultural do *gaucho*/gaúcho pampiano. O referencial está baseado em autores como Aleida Assmann (2011) e Zilá Bernd (2013), no que se refere a vestígios memoriais; Suzan Oliveira; Carla Mello (2018) e Jeremyas Silva (2015), em estudos relativos à milonga; Augusto Meyer (2002) e Luis Augusto Farinatti, em relação à presença negra na região, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Milonga; Negro.

MEMÓRIA CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA

O presente artigo tem como propósito discutir a memória cultural advinda da participação dos povos africanos e de seus descendentes, bem como sua inserção enquanto efetivos integrantes da paisagem pampiana do Cone Sul da América Latina. Considera-se que a memória pode ser entendida como um fenômeno social, tendo em vista que a cultura de uma dada comunidade, por exemplo, tem por função oportunizar a transmissão de uma identidade coletiva, de modo que a sociedade acaba se inserindo a si mesma nessa memória.

Com base nisso, pode-se dizer que a memória cultural se constitui das chamadas heranças simbólicas e que se encontram materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, e outros suportes capazes de funcionarem como estímulos para estabelecer algum tipo de significação com acontecimentos do passado de um dado grupo social (ASSMANN, 2011). Na memória cultural, a pessoa torna-se capaz de se orientar pelos espaços da recordação por meio de lembranças, transmissões, investigações, interpretações, onde o sujeito pratica o que se recorda e, em razão de seu pertencimento, acaba sustentando e perpetuando certos acontecimentos.

Cabe salientar que o ser humano traz consigo a capacidade de rememoração, tornando-o capaz de reconstruir o passado a partir das lembranças armazenadas; assim sendo, a memória pode ser criada/recriada a partir de vestígios, de rastros que oportunizam diferentes forma de acessar o passado (BERND, 2013).

Imersa nesse contexto está a presença negra na paisagem do pampa, salientando-se a participação de indivíduos escravizados que, inobstante os martírios sofridos em face do sistema escravista, deixaram significativos legados nas mais diversas áreas, como na alimentação, no vestuário, nas manifestações artísticas, entre outras; dando-se destaque, nesse estudo, à música, em especial à milonga como um

140 Doutorando do PPG em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE – Canoas-RS

141 Orientador

142 Coorientadora

importante vestígio da atuação da população negra na sedimentação da base cultural da região pampiana.

Etimologicamente, os termos “pampa” e “milonga” trazem consigo a multiplicidade étnica que caracteriza as origens do elemento humano pertencente ao Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, lugares que compõem o pampa *sureño*. O termo pampa tem origem indígena quíchua e significa planície, região plana; já o vocábulo milonga, de origem africana, vem do quimbundo, e quer dizer palavra, palavreado, estando, portanto, relacionado à oralidade, transmissão, narratividade; além de fazer menção a uma cidade africana de mesmo nome, atualmente pertencente à República Democrática do Congo (OLIVEIRA; MELLO, 2018). Sendo assim, pode-se dizer que esses termos são partes integrantes na formação da identidade e do imaginário do fronteiro.

Considerando-se a efetiva participação do povo negro, sob o jugo da escravidão, no povoamento do sul do Brasil, Argentina e Uruguai, pode a milonga ser entendida como um marco a transpor fronteiras, inserindo-se no contexto da pluralidade cultural latino-americana. Desse modo, evidenciando-se como um gênero musical representativo do pampa, fruto da mescla de elementos africanos, ibéricos e nativos (SILVA, 2015).

De acordo com Oliveira; Mello (2018), a milonga pode ser considerada como um traço significativo da diáspora africana marcada pela introdução de pessoas negras por meio do tráfico luso-espanhol, e conseqüente migração e deslocamentos para zonas urbanas e rurais ao longo do Rio da Prata e, por extensão, no pampa gaúcho, integrando-se a uma identidade por meio de suas expressões performáticas, poéticas e musicais.

A esse respeito, expressam as autoras que

Nesse mosaico, no entanto, havia a recorrente preocupação com a afirmação das origens e com estratégias de produção de memória e sociabilidade traduzidas na constituição de espaços onde práticas culturais performáticas, como o candombe e a milonga entre outros, seriam os meios mais eficazes para os grupos de africanos na configuração de elos simbólicos entre as estruturas de sentimentos preexistentes e suas novas demandas sociais (OLIVEIRA; MELLO, 2018, p. 02).

Enquanto manifestação artística, a milonga, em seus primórdios, representava um baile, realizado nas periferias urbanas, onde os pares dançavam; assim como o desafio em versos entre trovadores, as chamadas *payadas*; além do estilo musical mais conhecido, como sendo as canções compostas de versos rimados e sob acompanhamento de um violão, também predominante nos meios urbanos. Posteriormente, esse último tipo, a milonga mais intimista, migra para o campo, ultrapassa as fronteiras platinas e ingressa no pampa sul-rio-grandense para se tornar o ritmo que simboliza o *gaucho* e o gaúcho (AYESTARÁN, 1977 *apud* OLIVEIRA; MELLO, 2018).

Embora o sofrimento impingido aos africanos, estes buscavam, com suas danças, cantigas e instrumentos (de fabricação própria, especialmente, os tambores) manter os elos com seu lugar de origem e com suas tradições ancestrais, evidenciando, desse modo, a presença da memória cultural. Serve como exemplo, o poema “Milonga”¹⁴³, encontrado na localidade uruguaia de Minas (fundada em 1783), com sua estrutura em décimas, representando uma recriação livre de um gênero ancestral e cujos versos simbolizam o flagelo da escravidão: “Digo que siento aflicción” [...] “Digo que padezco, si” / “Digo que puesto a sufrir” [...] “Tengo la esperanza en Dios” [...] “Tengo en este gran dolor” (OLIVEIRA; MELLO, 2018).

Segundo Fernandes (2016), a vertente *gaucha* clássica tem sua origem na miscigenação de

143 Poema musicado e gravado por Vitor Ramil em - **Ramilonga**: a estética do frio (1997).

africanos, europeus e os originários dessa região, na qual o agente social presente na paisagem pampiana, que compreende um pedaço da Argentina, todo o Uruguai e parte do estado do Rio Grande do Sul, é fruto de uma identidade híbrida que caracteriza o habitante desses três “subespaços”. Assim sendo, pode-se dizer que a milonga está diretamente relacionada à identidade do fronteiriço, enquanto gênero musical de origem pampiana cujo resultado provém de elementos de origem africana, ibérica e dos povos nativos, porém foi forjada na paisagem do pampa; trazendo consigo as peculiaridades dos indivíduos da região tracejada pelo imaginário campeiro e urbano, caracterizando-se como uma narrativa específica da fronteira (CARRARO; MACHADO, 2018).

Para Farinatti (2018), a mão de obra escrava se fez presente na maioria dos estabelecimentos de criação de gado nessa região de fronteira meridional entre os três países, sendo, em maior número os escravos campeiros, além dos chamados roceiros, bem como os considerados “especializados”, que atuavam como pedreiros, carpinteiros e sapateiros.

Augusto Meyer (2002) refere-se à escravidão como sendo uma instituição social, um estado de costumes, forma de propriedade e modo de produção, isso visto sob a ótica de uma ordem política, moral e econômica instituída, onde, por exemplo, o estancieiro “Comprava os quinze ou vinte anos que podia dar-lhe o trabalho de um negro escravo por quantia correspondente à quadragésima parte [...] de um peão, no mesmo período” (MEYER, 2002, p. 26), em seu labor, o escravo desempenhava suas funções no mesmo ritmo dos demais trabalhadores envolvidos na tarefa, apenas cabendo-lhe os castigos e sofrimentos da escravidão, que, no caso sul-rio-grandense, estão simbolizados na Lenda do Negrinho do Pastoreio.

Com base no exposto, entende-se o pampa como um espaço de confluência entre três diferentes países, com uma identidade construída de modo muito próximo, simbolizada pela figura do *gaúcho*/gaúcho, cujos vestígios memoriais apontam para uma efetiva participação dos povos africanos, aqui inseridos por meio da escravidão, podendo a milonga ser vista como marco referencial da memória cultural negra e da multiplicidade étnica da construção do tipo humano pampiano.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Sohete. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- CARRARO, Ghadyego; MACHADO, Jeremias. Entre acordes e versos: da identidade fronteiriça aos aspectos históricos e estruturais da milonga. In: *RIHGRGS, Porto Alegre*, n. 154, p. 77-88, julho de 2018.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870). In: **II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”**. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=119>. Acesso em: 12 out. 2018.
- FERNANDES, Rafael Zilio. A identidade sócio-espacial *gaúcha* em suas vertentes e espacialidades correspondentes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.
- MEYER, Augusto. **Prosa dos pagos**. 4. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Corag, 2002.
- OLIVEIRA, Suzan A, de; MELLO, Carla Cristiane. **De payadas e milongas: os saberes da voz**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2011n1p71>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SILVA Jeremyas Machado. A milonga e as narrativas na região do Pampa. In: *Estudios Históricos* – CDHRPyB- Año VII - Diciembre 2015 - N° 15.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NO FILME COCO

Josefina Maria Toniolo ¹⁴⁴

Rosângela Fachel de Medeiros ¹⁴⁵

RESUMO: Sob uma camada musical e colorida, *Coco* (2017) retrata as aventuras do mexicano Miguel ao mundo dos mortos ao se tornarem uma jornada de autoconhecimento, aprendizado sobre seus antepassados, valorização da família e compreensão da morte. Sob o viés dos Estudos Culturais, fundamentando-se nas questões acerca da identidade cultural, defendidas por Stuart Hall, e da memória, apresentadas por Michael Pollak, o presente artigo busca investigar em *Coco* (2017) a forma como a narrativa apresenta a cultura mexicana, principalmente na construção do mundo dos mortos. Pretende-se ainda entender a representação da memória como elemento fundamental da existência humana e, também, a utilização dos recursos estilísticos como ferramenta de reafirmação de caracterizações e estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais; Identidade Cultural; Memória, Cinema.

Sob uma camada musical e colorida, as aventuras do mexicano Miguel ao mundo dos mortos tornam-se uma jornada de autoconhecimento, aprendizado sobre seus antepassados, valorização da família e compreensão da morte. Mas, para além disso, os Estúdios Disney, por meio de sua empresa de animação *Pixar*, buscam apresentar em *Coco* (2017) elementos da cultura mexicana, enfatizando as tradições do *Día de los Muertos* e as características do povo daquele país.

Em sua filmografia, dentre os cinquenta e seis longas-metragens animados produzidos totalmente pela *Walt Disney Animation Studios*, apenas dois contam histórias que se passam na América Latina e contém referências diretas à sua cultura. *Saludos Amigos* (1942) inicia com imagens de artistas do estúdio visitando os países da América Latina e é desenvolvido em quatro seguimentos nos quais os personagens Pato Donald e Pateta visitam esses locais e conhecem seus costumes. Já *The Three Caballeros* (1944) traz apenas o personagem Pato Donald abrindo presentes de aniversário recebidos de seus amigos latino-americanos, cada um dos sete presentes dá início a um segmento que apresenta cidades, costumes e personagens da América Latina. Ambas as produções são um combinado entre animação e *live-action*. Por sua vez, a *Pixar Animations Studios*, pertencente à *Walt Disney Company*, possui dezenove longas-metragens e *Coco* (no Brasil, Viva – a vida é uma festa) é o primeiro a apresentar a cultura latino-americana em seu enredo.

Essa carência de representatividade não se dá por acaso e compreendê-la é um dos objetivos dos Estudos Culturais que buscam analisar as formas sociais e culturais hegemônicas e contra-hegemônicas e seus papéis de dominação e resistência, que tem como uma de suas ferramentas as representações culturais construídas pela mídia. Dentro desse contexto, Douglas Kellner (2001, p. 48) explica que “a sociedade é concebida como um conjunto hierárquico e antagonista de relações sociais caracterizadas pela opressão das classes, sexos, raças, etnias e estratos nacionais subalternos”. Essa definição ajuda a

144 Mestranda em Letras – Literatura Comparada/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: josefinatoniolo@gmail.com

145 Doutora em Literatura Comparada - professora visitante do Mestrado em Artes Visuais da UFPel. E-mail: rosangela fachel@gmail.com.

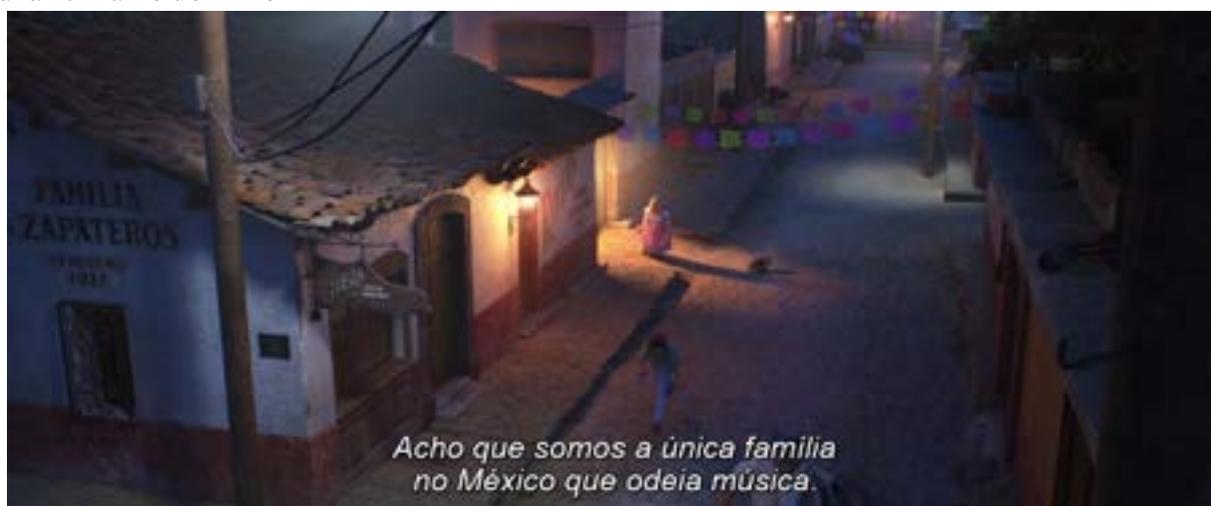
entender a construção das produções do *mainstream* e suas escolhas temáticas marcadas pelo constante apagamento de culturas periféricas, como também a asiática e a africana, em relação às dominantes do mercado internacional – estadunidense e eurocêntrica.

Paralelamente a essa problemática, encontram-se os estudos relativos à construção de identidade cultural que, segundo Stuart Hall, não é um conceito pronto e, apesar de ser histórica, está em constante mutação e atualização. Para ele (1996, p. 68), “deveríamos pensá-la, talvez, como uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação”, logo, se uma identidade cultural é um processo construído intrinsecamente a sua própria representação, como ficam aquelas culturas esquecidas ou minimizadas pelo *mainstream*? Como a identidade cultural de um povo irá se construir baseada em representações estrangeiras? Seguindo o pensamento de Hall (1996), esse processo de construção pode ser prejudicado já que a identidade cultural está associada às particularidades que um grupo ou pessoa atribui a si mesma por fazer parte de uma cultura específica. Essas particularidades em representações estrangeiras são suprimidas ou estilizadas para que as obras sejam mais acessíveis ao público internacional, porém, elas são imprescindíveis para o entendimento da identidade já que fazem parte dos “pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento.” (HALL, 1996, p. 70). Entender o caráter político – de posicionamento, como define Hall - relacionado à identidade cultural é necessário para compreender a importância de sua representação.

O filme *Coco* (2017) é um exemplo de produção que busca trazer a representação de uma cultura, no caso a mexicana, mais especificamente, a tradicional celebração do *Día de los Muertos*. Mesmo trabalhando diretamente com a cultura de um país latino-americano, trata-se de uma produção estadunidense, dirigida por Lee Unkrich e Adrian Molina e produzida por Darla K. Anderson, todos cidadãos dos Estados Unidos. A análise a seguir concentra-se em recortes feitos do próprio filme que vêm ao encontro das discussões supracitadas.

A película conta a história de um aspirante a músico chamado Miguel, que vive em uma família de sapateiros na qual a música é proibida por descontentamentos do passado. A representação da cultura país começa a ser desenhada logo no início do filme quando o protagonista, ao contar a história da origem de sua família, faz a comparação com todas as outras famílias do México:

Figura 1. Frame do filme



Fonte: autoria própria

Nesse frame estão exemplos de estereótipos muito comuns difundidos acerca do país. Na imagem, tratando do caráter festivo seguidamente relacionado ao povo mexicano, ao afirmar que sua família é a única do país que odeia música, o narrador e protagonista ratifica a concepção estrangeira de que se trata de uma cultura extremamente musical, dançante e caricata (com sombreros e roupas típicas).

Outra percepção muito comum sobre a cultura mexicana e que é retratada no filme é a de que o país é composto por mulheres bravas e homens malandros:

Figura 2. Frame do filme



Fonte: autoria própria

Figura 3. Frame do filme



Fonte: autoria própria

No segundo frame, a personagem Mama Imelda, avó do protagonista Miguel, é representada como uma mulher dura, brava e forte, que batalha para manter os valores que ela joga corretos para sua família. Já no terceiro frame, está Hector, o esqueleto que vive no mundo dos mortos e, ao longo da narrativa revela-se pai de Mama Coco, matriarca da família e bisavó de Miguel, fantasiado de Frida Kahlo, tentando burlar as leis do local, que libera apenas esqueletos lembrados por seus parentes na mesa de oferenda no *Dia de Los Muertos* para participarem das festividades. Essa cena, apesar de ocorrer em um mundo paralelo, “o mundo dos mortos”, trata de mexicanos e apresenta outros dois rótulos

comumente associados a esse povo: o homem malandro, que busca conquistar suas coisas por meio de mínimos esforços e a possibilidade de conseguir o que se quer burlando o sistema, por meio de gratificações ou picaretagens.

Ainda no “mundo dos mortos”, sua construção visual lembra a configuração das favelas, frequentemente usadas para ilustrar não apenas o México, mas como todos os países da América Latina, reforçando a imagem de que há majoritariamente pobreza, sujeira e desorganização nesses locais. Vale salientar que o “mundo dos mortos” criado no universo do filme é um reflexo do mundo real, então suas características são entendidas como as mesmas do México, desde a arquitetura e urbanização até a desigualdade social entre seus habitantes, que possuem bens de acordo com as oferendas que recebem dos vivos, sendo que uns possuem muitas e outros nenhuma, como é o caso de Hector.

A história se desenvolve seguindo a aventura de Miguel, que foi enfeitiçado e acabou preso no “mundo dos mortos”, e sua tentativa de voltar ao mundo real antes do amanhecer. Em sua jornada, ele conta com a ajuda de Hector que, ao descobrir que se trata de seu tataraneto, pede ao menino que ajude sua filha, Mama Coco, a recordá-lo, garantindo assim, sua existência naquele lugar. No “mundo dos mortos”, os esqueletos desaparecem quando seus familiares ou amigos deixam de recordá-los e homenageá-los, a chamada morte final:

Figura 4. Frame do filme



Fonte: autoria própria

Nesse sentido, a memória é bastante enfatizada no enredo de *Coco* (2017), que reafirma constantemente a necessidade de mantê-la sempre presente no cotidiano, pois trata-se de parte primordial na constituição da noção de identidade, seja como família ou como povo.

Michael Pollak (1992, p. 5) explica que a memória é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Nessa perspectiva, quando se estuda povos latino-americanos, nesse caso o mexicano, o conceito de memória aparece como peça fundamental da identidade pois entender a história político-social do lugar onde se vive é essencial para sobrevivência e para que erros do passado não se repitam.

REFERÊNCIAS

COCO. Direção: Lee Unkrich, Adrian Molina, Produção: Darla K. Anderson. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, Pixar Animation Studios. 2017.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SALUDOS Amigos. Direção: Norman Ferguson, Wilfred Jackson, Jack Kinney, Hamilton Luske, William Roberts, Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1942.

THE Three Caballeros. Direção: Norman Ferguson, Produção: Walt Disney. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1944.

MEMÓRIA E TRANSMISSÃO EM *MAR AZUL*, DE PALOMA VIDAL

Tanira Rodrigues Soares ¹⁴⁶

RESUMO: O romance *Mar azul* (2012) inscreve-se no cenário literário brasileiro como uma narrativa fragmentada e faz uso dos fluxos de memória para intercalar atividades integrantes na rotina da narradora com memórias de seu passado familiar. Serão apresentadas discussões a respeito da memória cultural (ASSMANN, 2011), pois os rastros e traços que povoam a narrativa estão carregados de sensibilidade, permitindo que um passado seja lembrado à luz do presente (GAGNEBIN, 2009; 2016). Verifica-se, ainda, que a transmissão geracional entrelaça memória individual e memória herdada (POLLAK, 1992), favorecendo a percepção de uma herança que se projetará na relação do Eu com o Outro (SARLO, 2007).

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Transmissão; Lembrança.

- *Você acha que eu vou esquecer?*
- *Acho que não.*
- *Então o que é que eu faço?*
- *Eu não tenho resposta pra tudo, tá?*
(VIDAL, 2012, p. 173).

O romance *Mar azul*, de Paloma Vidal, engloba em sua constituição um estilo peculiar de produção textual, iniciado por um diálogo entre a protagonista e sua melhor amiga, no período da adolescência de ambas, evidenciando uma forma de escrita presente no que se entende como uma espécie de prólogo e no que seria um epílogo do livro. Esse diálogo é mediado por uma narrativa em primeira pessoa que apresenta a protagonista registrando suas memórias a partir da leitura dos cadernos herdados do pai, juntamente com a reprodução de atividades rotineiras do presente, caracterizando uma estrutura circular, pois o diálogo presente no final do romance remete diretamente à escrita do início do livro.

O romance apresenta dois planos temporais e espaciais, onde o passado está diretamente relacionado aos diálogos e acontecimentos ocorridos na Argentina; já o presente, situado no Brasil, é percebido no momento da leitura e da escrita dos cadernos, obedecendo ao fluxo da memória e dos pensamentos, sem preocupações com encadeamento ou linearidade dos acontecimentos. Tudo verte de maneira espontânea e é assim registrado, estabelecendo uma conexão entre os pensamentos e a escrita.

Trata-se de uma narrativa que mescla coisas simples do cotidiano com reminiscências do passado de uma mulher aos 70 anos, em que se evidenciam o quanto a ausência do pai e da amiga Vicky é sentida, bem como a relação de dominação por parte de seu primeiro namorado, mais especificamente na primeira experiência sexual que deixou marcas dolorosas, além de um envolvimento posterior cujo amor brotou de forma espontânea e recíproca.

O passado reconstruído pela protagonista se reveste de uma constituição fragmentada e frágil, sendo que os cadernos herdados do pai servem como elemento motivador de acesso ao tempo pretérito, permitindo observar que, por vezes, ela não sabe ao certo se deseja visitar ou se prefere deixá-lo adormecido e/ou passível de esquecimento. Desta forma, cabe destacar os estudos da memória cultural, quando se observa que

146 Doutoranda – UNILASALLE Canoas (RS). E-mail: tanira_soares@yahoo.com.br

A referência ao passado não se dá de forma única, em momento algum; mais que isso, chega-se a uma estrutura sempre mais complexa de superposições e entrecruzamentos entre diferentes planos da memória: o plano dos textos, dos objetos remanescentes, dos vestígios e do lixo (ASSMANN, 2011, p. 233).

Considerando-se as afirmações de Assmann (2011) e relacionando-as com o romance em estudo, percebe-se uma interligação entre os planos da memória da protagonista, uma vez que é a partir de uma caixa herdada com a morte do pai, que terá acesso aos cadernos escritos por ele e, com o emprego de uma leitura desses escritos, verifica os vestígios e rastros daquele que a gerou, mas que a privou de uma convivência entre pai e filha e de um compartilhar de experiências.

Através dos textos deixados pelo pai, a narradora pode confrontar e relacionar suas impressões e conhecimentos da personalidade dele com o que escreveu, sendo assim, os textos foram responsáveis por trazerem um convívio ausente, por fazer renascer, após a morte, a ligação familiar entre pai e filha, enfim, por tornar possível um diálogo entre o morto e a protagonista numa possível metáfora entre passado e presente. “Isso não é um diário, nem uma carta, nem uma autobiografia, nem qualquer outro modo de escrita íntima. Só escrevo porque ele escreveu do outro lado” (VIDAL, 2012, p. 74).

Já os vestígios são perceptíveis na forma da escrita, nos idiomas empregados (português e espanhol), na troca das letras (m e n), em receitas de chás e comidas, e nas datas (cronologia), isto é, são informações que estão dispostas no texto e que, ao serem lidas, desencadeiam inúmeras lembranças e, conseqüentemente, estabelecem uma conexão entre o autor (o pai) e a leitora dos cadernos (a filha).

Por sua vez, os objetos remanescentes indicados por Assmann (2011) podem ser percebidos no próprio contexto, onde a protagonista recebe como herança uma caixa de cadernos, comprovando que esse objeto estava diretamente ligado ao tempo e espaço vivenciados pelo pai e, simultaneamente, demonstra que pode ser também percebida como uma espécie de lixo, ou seja, trata-se de algo produzido num determinado período, mas que não teria mais nenhuma utilidade no presente, tornando-se, portanto, descartável, relegado e pode, por essa razão, ser perfeitamente considerado como lixo. “[...] entrei no apartamento do meu pai, [...] e me deparei com a caixa de papelão solitária; dentro, seus cadernos. Fechei imediatamente aquele tesouro às avessas” (VIDAL, 2012, p. 69).

Utilizando os planos da memória cultural presentes nos estudos de Assmann (2011), a protagonista de *Mar azul*, empregou uma viagem, a partir do seu cotidiano, com o propósito de edificar uma reconstrução fragmentada do passado, com fragilidade intensa, pois é evidente que no decorrer do romance o ato de lembrar não emerge de uma vontade latente, ao contrário, percebe-se que, às vezes, a lembrança é recalçada, vista como sinônimo de sofrimento e dor, além disso, no presente, a protagonista já experimenta uma rotina em que as dores físicas se manifestam, fazendo com que seu dia a dia seja entremeado de sentimentos ligados a dores, tanto do passado, quanto do presente.

Há, no decorrer da narrativa, memórias que reconstroem de forma fragmentada as dificuldades sentidas pelo pai, com a nova língua (o português), e perfeitamente assimiladas e incorporadas pela protagonista.

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

Nessa reconstrução do passado, tendo como elementos motivadores a leitura dos cadernos herdados e a escrita de uma narrativa que mescla presente e passado, a protagonista vai se revelando e, paralelamente, encobrendo informações.

Ao fazer uma espécie de introspecção, mesclam-se elementos de transmissão e de herança, pois embora a convivência entre pai e filha seja restrita, é possível perceber a adoção de hábitos semelhantes através da narrativa, com o propósito de demonstrar que a memória individual percorre também os elementos constitutivos da memória herdada (POLLAK, 1992), isto é, a protagonista adotou em seu modo de ser comportamentos e atitudes relacionados ao pai, reproduzindo-os de tal forma como a sentir-se construtora dessas manifestações.

A esse respeito, Pollak (1992, p. 2) menciona que os elementos constitutivos da memória, “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. Nesse sentido, a narradora/protagonista incorporou aspectos da vivência do pai e adotou, a partir dessa percepção, aliada ao seu contexto social e cultural, comportamentos que edificaram a memória individual permeada por informações constantes na memória herdada.

É mister enfatizar que a narrativa construída não se caracteriza com a concepção totalizante e linear dos acontecimentos, revestindo-se de características de aproximação com o texto autobiográfico, não da escritora, mas por parte da protagonista, por evidenciar uma escrita de forma fragmentada, sem preocupação com verdades, mais voltada a sugerir e a questionar do que a fornecer respostas e, principalmente, cabe ressaltar a peculiaridade de manter-se anônima até o final do romance.

Paloma Vidal, enquanto escritora, pode ter se utilizado dessa narrativa com aspectos biográficos dentro da ficção como um subterfúgio que possibilita um visualizar de horizontes capaz de sugerir que o engodo da verdade se faz presente, tanto na ficção, quanto na narrativa de testemunho e na autobiográfica, tão emergente na contemporaneidade.

[...] o potencial da primeira pessoa para reconstruir a experiência e as dúvidas que o recurso à primeira pessoa gera quando se coloca no ponto onde parece mover-se com mais naturalidade: o da verdade dessa experiência. Já não é possível prescindir de seu registro, mas também não se pode deixar de problematizá-lo. A própria ideia de verdade é um problema (SARLO, 2007, p. 117).

O enredo do romance situa-se no período ditatorial argentino e tem como narradora/protagonista alguém que presenciou e sentiu esse contexto histórico, além de articular tal experiência com as registradas pelo pai nos cadernos herdados. Portanto, tem-se o relato em primeira pessoa e evidenciam-se a constituição do eu e suas percepções, assim como na relação com o outro, enquanto algo em plena transformação e que a cada nova leitura é capaz de ampliar interpretações.

Paloma Vidal constrói uma narrativa com extrema habilidade ao sugerir, insinuar, ocultar, oferecendo uma escrita que trabalha diretamente com a reflexão e com as possibilidades de expansões interpretativas. A obra provoca o leitor a ir além do que está sendo narrado, sem oferecer respostas prontas, mas, ao descortinar horizontes subjetivos, instiga a novos questionamentos, amplia as possibilidades de interpretação, indicando uma característica do romance contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação; formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soeth. Campinas: editora UNICAMP, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VIDAL, Paloma. **Mar azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CONTANDO A MEMÓRIA DO COLÉGIO ESPÍRITO SANTO

*Kornelia Veronika Wasing*¹⁴⁷

*Moisés Waismann*¹⁴⁸

*Renato Ferreira Machado*¹⁴⁹

RESUMO: Esta comunicação se insere nas comemorações do 60º aniversário do Colégio Espírito Santo, que será celebrado no ano de 2019. Sobre a vida e a missão tanto da escola quanto da comunidade educativa religiosa, originalmente dedicada a dar catequese e alfabetizar as crianças da comunidade. Ao mesmo tempo este tema é parte da pesquisa desenvolvida cujo o objetivo é produzir um *Scrapbook* narrando à memória desta comunidade educativa. Compreende-se que a memória é construção cuja tendência é lembrar o positivo e esquecer o negativo; assume-se que a herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação. O foco da pesquisa é integrar a memória ao cotidiano da comunidade religiosa e escolar, para que se possa elaborar suas narrativas memoriais em uma linguagem acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social; Educação; Educação Confessional; Canoas.

APRESENTAÇÃO

Esta comunicação se insere nas comemorações do 60º aniversário do Colégio Espírito Santo, que será celebrado no ano de 2019. Que trata sobre a vida e a missão tanto da escola quanto da comunidade educativa religiosa, originalmente dedicada a dar catequese e alfabetizar as crianças da comunidade. Ao mesmo tempo esta é parte da pesquisa desenvolvida com o objetivo de produzir um *Scrapbook* narrando a memória desta comunidade educativa.

O *Scrapbook* é um caderno de crônicas e registros memoriais contendo recortes de jornais, revistas, livros, panfletos, colagens de fotografias, cartões, cartas, desenhos, retalhos e também escritos de punho próprio. A intenção é visibilizar os grandes marcos memoriais do Colégio Espírito Santo, relatando os seus 60 anos, no período histórico que vai de 1959 a 2019. O *Scrapbook* será escrito em três línguas: português, inglês e indonésio. A inclusão das línguas estrangeiras se refere, respectivamente, a uma das línguas oficiais da congregação e da língua materna da pesquisadora.

Acredita-se que com o *Scrapbook* teremos uma narrativa compilada sobre a história do Colégio Espírito Santo, em linguagem acessível a toda comunidade, especialmente para as crianças e jovens, que irá narrar o surgimento e a vida da escola. Trata-se de uma construção das memórias onde será recordando os fatos, fortalecendo o pertencimento, fundamentado nos relatórios e nas entrevistas e documentos que recolham testemunhos através da narrativa com pessoas que vivenciaram alguns tempos históricos, com alunos, ex-alunos, professores e as Irmãs fundadoras da escola.

Afirmado que a herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação, pergunta-se: Quais as memórias que marcaram a comunidade educativa, na atualidade? Neste sentido esta comunicação tem por objetivo apresentar uma parte da pesquisa que está em andamento.

147 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

148 Professor-pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

149 Professor-pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

MARCO TEÓRICO

A memória é construção cuja tendência é lembrar o positivo e esquecer o negativo; é o sabor de convivência. O passado sobrevive por meio das lembranças, internalizado a consciência, utilizando as imagens-lembranças. Halbwachs informa que:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 71)

A experiência de uma comunidade, para que sobreviva, deve ser narrada de geração em geração para relembrar a vida vivida, no passado como memória histórica.

Este processo encontra guarida em Ricoeur (1995) que estabelece uma referência ao vivido, de onde a narrativa a ele retorna, transformando-o em um único movimento. Desta forma a narrativa histórica é uma reflexão do Vivido sobre si mesmo, através das imprescindíveis mediações, no caso do pesquisador que constrói o texto e num momento posterior do leitor que o ressignifica.

Para isso é preciso atualizar as narrativas históricas do Colégio Espírito Santo, integrando sua memória ao cotidiano da comunidade religiosa e escolar, como objetivo geral da pesquisa a ser realizada, ao mesmo tempo em que se propõe relacionar os conceitos de memória social e narrativa à história e memória do Colégio Espírito Santo; visitar a memória da instituição analisando documentos que registram sua trajetória histórica, e assim atualizar a memória do Colégio Espírito Santo, para que se possa elaborar suas narrativas históricas em uma linguagem acessível, por meio de um *Scrapbook*.

O estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. O interesse pela memória emerge para além daquilo que é lembrado, questionando, questiona-se também como a memória surge, qual a sua origem e qual a sua relação dentro da História.

Com a narrativa histórica proposta por Ricoeur, o que se busca não é apenas o que se passou, mas o estabelecimento de uma referência ao que foi vivido para depois retornar a ele. É oportuno compreender que a hermenêutica, na compreensão Ricoeuriana da História, auxilia no entendimento do outro, de outras épocas. Neste sentido, a pesquisa a ser feita, consistirá em fazer surgir histórias de vida e narrativas biográficas integradas à história do colégio, em planos históricos ricos de significado, em que aflorem os marcos memoriais que estamos buscando descobrir.

Cada narrativa de uma história pessoal sempre recorda à identidade de um grupo de convivência, de sentimentos, de aprendizagem e de pertencimento.

O COLÉGIO

O Colégio Espírito Santo tem início em nove de março de 1959, com a fundação do então Educandário Espírito Santo pela Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. A instituição educacional foi criada em resposta a um pedido do Cônego Pe. Engelberto Hartmann e da Comunidade Católica do Bairro Chácara Barreto, atualmente, Nossa Senhora das Graças, no município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul.

A comunidade necessitava de uma instituição de ensino que pudesse proporcionar formação religiosa, ao mesmo tempo em educasse e instruisse a infância e a juventude, além de acompanhar e acolher os jovens que manifestavam interesse pela vida vocacional.

As aulas iniciaram nas dependências do salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, com 236 alunos matriculados nas cinco séries iniciais. Após cinco anos de existência, em 1964, teve início o Curso Ginásial, e em 1976, foi aberto o ensino do 2º Grau (atual Ensino Médio). Desde 2005, o Colégio Espírito Santo (CES) conta com o Berçário, além da oferta do Turno Inverso, atendendo às solicitações de famílias que necessitam destes serviços.

Na figura 1, pode-se observar uma foto do primeiro prédio escolar, de 1959.

Figura 1. O Primeiro prédio escolar (1959)



Fonte: Arquivo do Colégio Espírito Santo

Na figura 1, aparecem duas das três religiosas que fundaram a escola. A da esquerda da foto é a Dulce Maria e a direita da foto Bonfilia, ambas já falecidas. Na figura 2, pode-se ver uma foto atual (2018) da escola, com os alunos saindo ao término do turno escolar.

Figura 2. Saída do turno escolar (2018)



Fonte: Arquivo Pessoal

Atento ao que se passa no mundo, o CES sempre buscou responder às exigências e tecnologias dos novos tempos. Por isso, adequou espaço construiu e ampliou prédios, reformou setores, organizou laboratórios, ginásio e quadras de esportes cobertas. Tudo isso em vista de ampliar a qualidade do ensino ofertado.

O município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, fazia parte do município de Gravataí, e foi elevado à condição de vila em 1938, já no ano seguinte, no dia 27 de junho de 1939, Canoas torna-se cidade e sede de município, após 1970 a economia da cidade cresceu rapidamente em comparação com outras cidades da região, assim como sua população. E já era um grande centro urbano, sendo atualmente a 2º maior economia do estado.

Canoas possui, atualmente, o segundo maior polo de ensino do Rio Grande do Sul. As escolas são encontradas em todos os bairros, por isso a qualidade de ensino no município é uma das melhores do estado, segundo avaliação do MEC. A Taxa de analfabetismo atual de Canoas é de 3,23%. A Secretaria Municipal de Educação indica 10 mil analfabetos no município.

O município é um polo de ensino, visto que, possui duas universidades; a Universidade La Salle, a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), o Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter) assim como o Instituto Federal Campus Canoas, no que diz respeito ao ensino confessional, além do Colégio Espírito Santo, existe o Colégio Maria Imaculada localizada no Bairro Fátima, o Colégio Maria Auxiliadora e o Colégio La Salle localizado no centro da cidade de Canoas.

CONTINUANDO

O estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, neste sentido objetivou-se com esta comunicação dar ciência a comunidade do atual estágio da investigação em curso.

REFERÊNCIAS

- BARROS, JOSÉ D'ASSUNÇÃO. **A Hermeneútica**, São Paulo (2 012.v.9).
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. TomoII. São Paulo: Papiros, 1995.
- RICOEUR, P. **O si mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. 3v. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ÍNDICE DE ACIDENTES DE TRABALHO OCACIONADOS POR EXCESSO DE TRABALHO E ASSÉDIO NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

*Sandro Vissoto Campos*¹⁵⁰

*Robinson Henrique Scholz*¹⁵¹

*Moisés Waismann*¹⁵²

RESUMO: Instituições Bancárias estão entre as atividades que mais causam prejuízos ao empregado. Na lista, estão os problemas relacionados aos acidentes de trabalho, assim como o número de ocorrências e doenças decorrentes, tanto corpórea quanto psíquica, que aumentam assustadoramente. Toda empresa enfrenta desafios diários, e na empresa não poderia ser diferente, pois se trata de práticas do interesse Corporativo. Em decorrência do agravamento desse incidente o presente artigo procura identificar e compreender o atual controle dos problemas causadores desse comportamento, gerado por análise e viabilidade do próprio sistema. A conclusão se encaminhará ao acesso dos bancários as informações pertinentes à sua saúde e segurança, como instrumento de efetivação e de forma preventiva para alcançar o meio ambiente de trabalho equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Bancárias; Atividades Bancárias; Acidentes de Trabalho; Problemas Causadores.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente do trabalho nas atividades bancárias constitui-se no objeto desta comunicação. O trabalho é um instrumento fundamental na concretização da dignidade humana do trabalhador, devendo, portanto, ser um ambiente saudável e seguro, para que este possa se desenvolver economicamente, intelectualmente, socialmente, emocionalmente etc.

Entretanto, nos últimos anos, com o crescimento tecnológico, a globalização, o desemprego, a concorrência, dentre outros fatores, houve uma retificação do trabalhador e uma precarização do seu ambiente laboral, aumentando o número de doenças do trabalho. A atividade de bancário é uma das que mais causa problemas físicos (Distúrbios Osteomusculares) e mentais (stress, depressão assédio moral) em seus empregados, devido a fatores como: precisar ser multifuncional, atender um grande número de pessoas em pouco tempo, lidar com a insatisfação do público, ter extremo cuidado com o dinheiro, cumprir metas abusivas, ficar sempre alerta quanto à segurança etc.

A Constituição Federal e a legislação pátria trazem dispositivos que protegem o meio ambiente do trabalho. Contudo, para efetivar essas determinações é necessário o acesso dos trabalhadores às informações referentes ao tema, pois só conhecendo os seus direitos, os problemas que ocorrem, suas causas e consequências, os meios de solução, é que terão instrumentos para lutar por melhores condições de trabalho.

Essa comunicação tem como verificar quais os fatores geradores e/ou que intensificam problemas de saúde ocupacional de profissionais em uma instituição bancária pública.

150 Mestrando no Programa de Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail: sandrovcampos@yahoo.com.br.

151 Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle.

152 Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle.

ANÁLISE DE DADOS

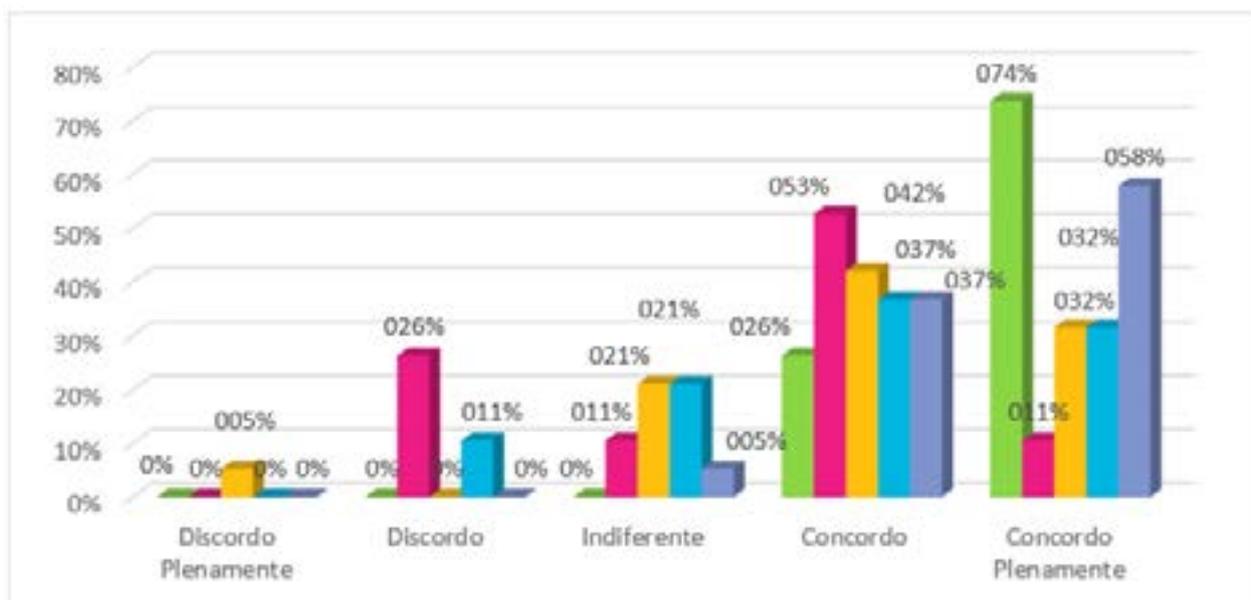
Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa aplicada com os funcionários. Para a apresentação dos resultados os dados foram coletados através de um questionário fechado contendo o total de 10 perguntas, o qual foi enviado por e-mail para 100 colaboradores ativos, afastados por acidentes de trabalho e inativos “aposentados”, obtendo 69 questionários respondidos. O questionário foi formulado com perguntas relacionadas ao objetivo geral e os objetivos específicos, seguindo abaixo a tabela com as respectivas perguntas e a quantidade de respostas através de porcentagem nas opções escolhidas pelos clientes, conforme a escala Likert e em seguida os dados apresentados em forma de gráficos:

Devido à qualidade no meio ambiente de trabalho atual e maior exigência das atividades exercidas, a qualidade em serviço é um importante diferencial e deve ser avaliado constantemente. O funcionário deve estar atento as suas demandas que estão satisfazendo com as normas estabelecidas e suas expectativas supridas para que os resultados possam ser alcançados, assim como foi analisado no gráfico a seguir.

Através da pesquisa de campo é possível obter uma compreensão aprofundada dos objetivos, necessidades e atividades da pessoa entrevistada (KANTNER, 2003). Em relação à análise dos dados, será utilizado a técnica de análise descritiva. Essa que é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados. É utilizada para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos.

Os funcionários que prezam por serviços de qualidade mesmo que o preço seja mais elevado no mundo corporativo, são alvos de reconhecimento e isso agrega a motivação, constatando-se diferentes atitudes individuais durante o desenvolvimento de trabalho, com forma mais abrangente de regularidade, de mudanças e melhorias proporcionando uma estatística exemplar de proteção ao trabalho. Por isso, devido às evidências investigadas nesta metodologia, equilibra todas as expectativas pertinentes a contextualização usada no decorrer do trabalho, conforme os gráficos 1 e 2 apresentados logo a seguir.

Gráfico 1. Qualidade x Satisfação

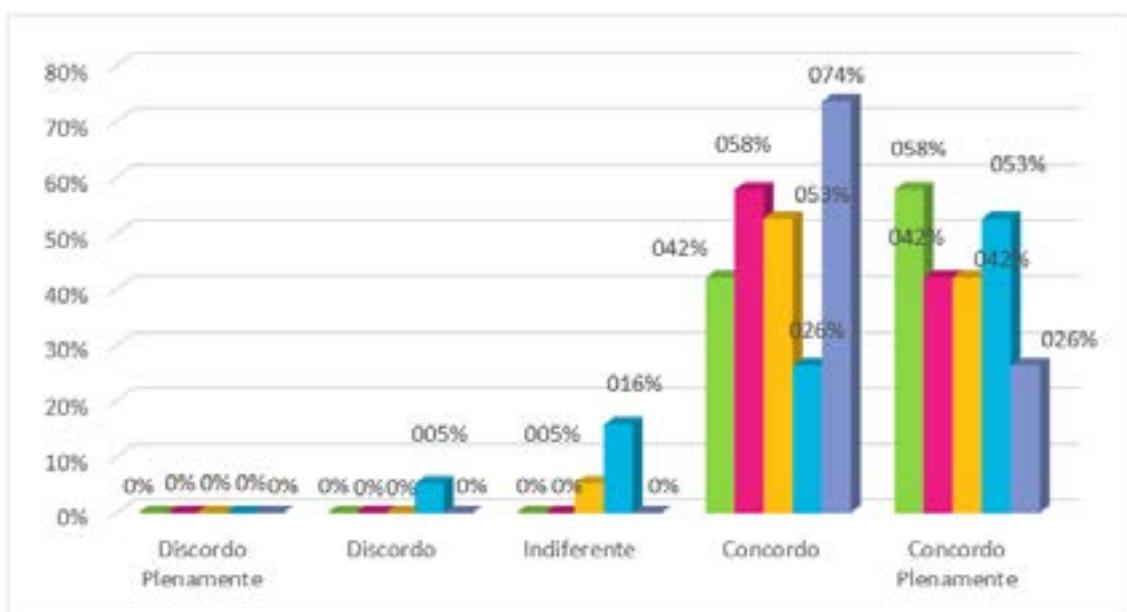


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, o Gráfico 1 acima com a ilustração dos resultados em porcentagens das primeiras 5 perguntas, respondendo o primeiro objetivo geral. Verificamos que

73,68% concordam plenamente, 26,32% concordam e 0% indiferente, discorda e discorda plenamente em relação à satisfação do funcionário a respeito das tarefas executadas priorizando sua saúde e segurança laboral. Nas questões 1 a 5 abordamos a (qualidade no trabalho executado) x a (satisfação dos funcionários) acerca das dificuldades impostas pelo ritmo acelerado das tarefas. Com os dados coletados acima foram mensurados o grau de satisfação dos funcionários que utilizam desses mecanismos para comparar as mais diversas formas da empresa Caixa Econômica Federal, que é o primeiro objeto de investigação deste artigo. Para atingir o nível de excelência foi necessário dedicar-se a cada detalhe. Notou-se através da pesquisa que a qualidade e a satisfação são essenciais para o ótimo comportamento laboral dos bancários. O treinamento de como lidar com estas situações procura ser investido para que todos estejam preparados para qualquer eventualidade e a cumprir com os prazos estabelecidos e dar prioridade aos horários alternados sendo fundamentais para uma organização de atividades prestadas no meio ambiente do trabalho.

Gráfico 2. Resolução dos Problemas/ Agilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com o Gráfico 2 acima com a ilustração dos resultados referente ao segundo item de investigação abordamos os objetivos específicos. Nas questões 6 a 10 observou-se a (resolução dos problemas e agilidade) referente ao respeito da saúde física e moral do trabalhador que podem ser solucionados com uma nova metodologia de prática de esclarecimentos e informações que levem a prevenção e a reabilitação profissional dos afastados ocupacionalmente da empresa Caixa Econômica Federal, 57,90% concordam plenamente, 42,10% concordam e 0% indiferente, discorda e discorda plenamente que atendem as suas necessidades. Sobre os casos que são solicitados com urgência, 52,64% concordam plenamente e 26,31% concordam que é atendido imediatamente e seus problemas são solucionados. Já 15,79% indiferentes, 5,26% discordam e 0% discorda plenamente. Portanto, deve ser preservado o comprometimento com os meios jurídicos utilizados para que possamos manter a qualidade e o desempenho físico da atividade profissional.

A pesquisa sofre uma limitação devido à amostragem utilizada. Foi utilizada uma amostra de conveniência que não é significativa de ponto de vista estatístico pra representar a população. A coleta de dados por meio de questionários auto preenchidos envolve limitações que vão desde a interpretação e

compreensão dos entrevistados sobre questões apresentadas até a capacidade de estruturação e orientação do pesquisador no momento da elaboração das perguntas. Outra limitação importante refere-se ao tamanho da amostra, uma vez que é composta por um grupo de minoria. Desse modo, os resultados obtidos e conclusões não podem ser generalizados estatisticamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa foi mensurado o grau de satisfação de incidentes geradores considerados responsáveis pelo grande afastamento dos trabalhadores na rotina laboral de suas atividades produtivas físicas e psíquicas, bem como suas necessidades de como são realizados os processos de atendimento no meio ambiente das atividades bancárias, ou seja, de modo desumano, continuamente sendo violado, não respeitando os direitos mínimos dos trabalhadores da empresa pesquisada (Caixa Econômica Federal), os quais, formam os objetivos apresentados neste artigo.

REFERÊNCIAS

- CAPELARI, Luciana Santos Trindade. O assédio moral no trabalho e a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao empregado. [2009?] Âmbito Jurídico: seu portal jurídico na internet. Disponível em: <http://WWW.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6686>. Acesso em: 02 Abr. 2018.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUEDES, Marcia Novaes. **Terror psicológico no trabalho**. 3. ed. São Paulo: Ltr, 2008.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa; AMAZARRAY, Mayte Raya. Abalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. **Boletim da Saúde**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, Jan./Jun.2006.
- KANTNER, L. Alternative Methods for Field Usability Research, Reprint of paper from Sigdoc. **Proceedings** San Francisco, California, SIGDOC, 2003.
- LIMA, Everton Herlan Guimarães. História da Caixa Economica. 2006. **Artigos**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-historia-da-caixa-economica-federal/11878/>>. Acesso em: 02 Abr. 2018.
- MACIEL, José Alberto Couto. **Direitos trabalhistas dos bancários**. São Paulo : Ltr, 1982.
- PEREIRA Lia Alt,. **O Setor público brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 75-77, nov. 2001.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudo de Caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012;
- SILVEIRA, Andréia Maria (Coord.). **A Saúde no Trabalho Bancário**. São Paulo: Inst; Cut; Cnb. 1993.
- SZNELWAR, Laerte Idal. **Saúde dos bancários**. São Paulo: Publisher Brasil: Gráfica Ltda, 2011.

A CADEIA PRODUTIVA DA MODA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Denise Porn*¹⁵³

*Moisés Waismann*¹⁵⁴

RESUMO: Em um ambiente mundial globalizado, tanto as necessidades, quanto as formas para superá-las, estão cada vez mais diversificadas, cabendo aos consumidores e aos produtores, a capacidade para encontrar as melhores alternativas de suprir estas necessidades. A disponibilidade de matéria-prima, as etapas de transformação e disponibilização de bens/ serviços para os consumidores configuram a Cadeia Produtiva da Moda. Analisando esta Cadeia Produtiva, enquanto impulsionadora do desenvolvimento da RMPA, identificamos sua contribuição para o desenvolvimento e delineamos suas atividades manufatureiras de base até os serviços avançados de distribuição. Constatamos que se trata de uma Cadeia governada pelo comprador.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Cadeia Produtiva; Moda.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos sistemas produtivos está diretamente relacionado à forma como as sociedades se organizam para produzir os recursos que necessitam. A estrutura da produção reflete a maneira como determinados grupos sociais atendem às suas necessidades, podendo evidenciar a cultura daquela comunidade transmitida por meio da memória da coletividade. Em um ambiente mundial globalizado, tanto as necessidades, quanto as formas para superá-las, estão cada vez mais diversificadas, cabendo aos consumidores e aos produtores, a capacidade para encontrar as melhores alternativas de suprir estas necessidades.

Alcançar o bem estar, neste ambiente de grande concorrência em que se vive, depende da criatividade, tanto para identificar estas necessidades, quanto para fazer com que as soluções cheguem da forma mais apropriada ao conjunto da sociedade.

Diante desta busca pelo bem estar é que se definem algumas estruturas de produção, desta forma conhecer e reconhecer a série de etapas consecutivas e inter-relacionadas, ou seja, a Cadeia Produtiva, que vai da disponibilidade de matéria-prima, passando pela transformação e disponibilização de bens/ serviços para os consumidores, é que se estabelece a possibilidade de sucesso no mercado, tanto para a atividade produtiva, quanto para os consumidores.

As inter-relações, existentes dentre as etapas, ou elos, da Cadeia Produtiva, determinam e são determinadas pela dinâmica dos grupos sociais que pertencem àquela comunidade ou se relacionam indiretamente com ela. Os produtos gerados, quando tomamos como criação e propriedade dos atores, podem ser considerados como bens culturais, uma vez que os bens culturais são saberes, fazeres, expressões, práticas de produção que se referem à história, à memória e à identidade do grupo.

Uma das formas, adotadas contemporaneamente, para se identificar ou caracterizar os grupos

153 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

154 Professor-pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

sociais é através da moda, pois através do predomínio de uso ou consumo de determinados produtos, se pode discernir a cultura e os hábitos das pessoas.

Quando se fala de moda, pensam-se logo em roupas, sapatos, acessórios, etc. e desta forma se percebe que a moda expressa valores, ideias, modos de ser e agir, hábitos, costumes, poder, situação social, tanto coletivos quanto individuais, situados em determinado tempo e espaço. Diante deste sentido, ela se tornou parte constituinte dos sistemas culturais vigentes, perpassando pelo campo social, econômico, político e ideológico.

Percorrendo todas estas áreas e de acordo com o que traz a Economia e Cultura da Moda (2011), não existe um sentido único para a palavra ‘moda’, pois o termo adquire significados variados ao longo da história ocidental, além de abrigar múltiplas facetas. Se a moda possui uma dimensão de alto conteúdo cultural, simbólico e criativo, ela também possui uma vertente mercadológica, gerencial e de negócio, que se relaciona às suas possibilidades de inserção no mercado; além disso, há uma faceta tecnológica, ligada às possibilidades técnicas existentes em um determinado momento para a fabricação de tecidos, uso de novas matérias-primas e cores. Em função de seu caráter de inovação, lançamento de novas tendências, rupturas com padrões antigos ou mesmo de ressignificação de elementos do passado, a moda dialoga constantemente com as artes.

A moda também faz parte da Indústria Criativa, a qual é composta por atividades profissionais e/ou econômicas que têm as ideias/criatividade como insumo principal para geração de valor.

Diante do exposto, analisaremos a Cadeia Produtiva, enquanto impulsionadora do desenvolvimento da RMPA. Identificaremos sua contribuição para o desenvolvimento regional e delinearíamos suas atividades manufatureiras de base até os serviços avançados de distribuição. A metodologia para a pesquisa consiste em pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa exploratória e descritiva.

DESENVOLVIMENTO

A figura 1 mostra o mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre e os seus 34 municípios. A Região se estende dos municípios de Nova Hartz, Taquara, ao norte, até São Jerônimo ao Sul.

Figura 1. Divisão político-administrativa da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Observatório de Política Urbana e Gestão Municipal

O DESENHO DA CADEIA PRODUTIVA

A cadeia produtiva é conceituada por Leão e Vasconcelos (2015), como a organização ou forma de sequenciamento das transformações realizadas nos insumos, até chegar ao produto final. Este encadeamento de atividades pode resultar em uma maior produtividade ao longo da cadeia e a busca pelo nivelamento das capacidades entre os seus elos pode ser entendida como um dos fatores que contribuem para o incremento do ganho na cadeia como um todo.

Conforme estudo de 2005, realizado por pesquisadores da Fundação Pedro Leopoldo e da Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais¹⁵⁵, a cadeia produtiva pode ser conceituada como um fluxo de produtos e serviços que resultam em valor para seus componentes.

Inicialmente vamos contextualizar a Cadeia Produtiva da Moda, a partir dos dados contidos no estudo do Polo da Moda, onde consta que com base na Classificação das Atividades Econômicas (CNAE), a Indústria Têxtil e do Vestuário enquadra-se na seção das Indústrias Transformadoras e contempla a Fabricação de têxteis e a Indústria do Vestuário, Preparação, Tingimento e Fabricação de artigos de peles com pelos.

Amparamo-nos ainda no texto de Rech (2008), onde a autora aponta que a cadeia produtiva da moda engloba diversos setores produtivos, das atividades manufatureiras de base até os serviços avançados de distribuição, sendo governada pelo comprador. Comenta que esta cadeia produtiva apresenta heterogeneidade estrutural e tecnológica em relação ao porte das empresas, segmentação produtiva, adotando estratégias de terceirização e contemplando a informalidade das micro e pequenas empresas, com foco na redução de custos e aumento da competitividade.

Tabela 1. 2015

Elos	Sub-Elos	Estabelecimentos	Proporção
	Fabricação Matriz	110	2,8
Matéria Prima	Fiação	79	2,0
	Subtotal	189	4,9
Transformação	Beneficiamento	132	3,4
	Tecelagem	67	1,7
	Subtotal	199	5,1
Mercado Consumidor	Confecção	1.027	26,4
	Produto Final	2.474	63,6
	Subtotal	3.501	90,0
Total Geral		3.889	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em www.mte.gov.br

REFERÊNCIAS

Caracterização da Região Metropolitana de Porto Alegre; Cristina Maria dos Reis Martins; Porto Alegre, janeiro de 2013 <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312112.pdf>

LEAO, Luís Henrique da Costa; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente. *Saude soc.*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1232-1243, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000401232&lng=en&nr=iso>. access on 08 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015136460>.

155 Maria Celeste Reis Lobo Vasconcelos; Rosileia Milagres; Edna do Nascimento.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo; MILAGRES, Rosileia e NASCIMENTO, Edna do. Estratégia de relacionamento entre os membros da cadeia produtiva no Brasil: reflexões sobre o tema. *Gest. Prod.* [online]. 2005, vol.12, n.3 [citado 2018-09-08], pp.393-404. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2005000300009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-530X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2005000300009>.

Territórios em movimento: **cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. / Vinícius Lages, Christiano Braga, Gustavo Morelli, organizadores; Ignacy Sachs, prefácio. - Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF :SEBRAE, 2004.

EDUCAÇÃO PATRIMOMINAL NO MUSEU MUNICIPAL DAVI CANABARRO NA CIDADE DE SANTANA DO LIVRAMENTO, RS: PROPOSTA EDUCATIVA QUE VISA POTENCIALIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA

*Carlos Roberto de Castilho Rosa*¹⁵⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir o ensino de história a partir da leitura de objetos museais mediados pela educação patrimonial. São abordados conceitos como museu, educação patrimonial, objeto gerador e consciência histórica. Nesse estudo são discutidos os objetos de memória selecionados no museu municipal Davi Canabarro em Santana do Livramento, RS no sentido que possibilitem aos educandos a ressignificar suas aprendizagens do ensino de história a partir da interação com estes objetos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Educação Patrimonial; Museu.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pode-se dizer que surgiu através de inquietações acerca da realização de visitas com os alunos em espaços de memória, principalmente museus na cidade de Santana do Livramento, RS na qual moro e sou professor regente da disciplina de história anos finais no ensino fundamental; sempre pensei nas possibilidades educativas dessas visitas articulando e integrando com as aulas de história no sentido que os educandos pudessem compreender o significado das visitas para além da contemplação ou atividade diferenciada fora do espaço escolar, porém fossem visitas pedagógicas que ressignificasse os conteúdos de história abordados em sala de aula.

Dessa forma este estudo visa pensar o ensino de história e a linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Lugares de Memória proposta pelo prof. história, mestrado em rede nacional problematizado de acordo com a tipologia de Rusen, qual tipo de consciência histórica que se manifesta nas narrativas produzidas pelos educandos da EMEF Paulo Freire na qual atuo a partir de visitas mediadas ao museu municipal Davi Canabarro em Santana do Livramento,RS, fundado em 1952 e atualmente esta instalado na antiga estação ferroviária da mesma cidade, conhecida como “ Estação Cultura” , local onde se desenvolvem atividades ligadas a cultura.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1997, trazem os conceitos norteadores da relação memória/história na construção da identidade individual e social dos indivíduos.

Os PCNs enfatizam os diferentes pontos de referência que estruturam a memória individual e que a inserem na memória coletiva. A preocupação da formação indentitária põe à tona a importância da aproximação dos estudantes a locais onde a história pode ser visualmente experimentada, onde esta realidade experiencial de um passado recriado possibilita diálogo entre memória e identidade.

Nesse sentido este artigo tem como proposta pensar o ensino de história dialogando com a educação patrimonial conforme Horta autora diz:

“A metodologia específica da educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio

156 Licenciado em sociologia, mestrando no profhistoria em Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória-UFSM/ Santa Maria. E- mail: Vignoli.araujo@hotmail.com.br

histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural (...)” (HORTA, 1999, p. 6)

Esta metodologia foi divulgada por Maria de Lurdes Horta (1999), como metodologia mediada por meio do estudo do objeto cultural musealizado; educando o olhar dos sujeitos no espaço museal através dos objetos expostos nestes locais de memória, com afirma:

O museu é um ambiente educativo peculiar. Ele tem um acervo de registros selecionados da vivência sócio histórica. Ele tem, afinal, materialidade e oportunidades de simbolização não encontradas na escola. E é a partir de uma educação para olhar através dessa materialidade (dispersa, contraditória, lacunar e plural) que se realiza seu papel educador, sua peculiaridade e sua potencialidade.” (SIMAM, et ali, 2007, p. 37)

Na definição do Internacional Council of Museums (ICOM) “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Esta é a atual definição, e inclui o patrimônio imaterial, fruto das discussões no campo da museologia e que tem servido para a reorientação e reformulação das propostas dos museus.

Nessa perspectiva surge a chamada nova museologia que reforça a função social do museu, a necessidade de interação com a comunidade e seu caráter educacional. Esta nova concepção museológica disseminou novas práticas e inspirou tanto a reorganização das exposições com a intenção de contextualizar os objetos, quanto a expansão de setores educativos, exclusivamente para atender as demandas dos estudantes que os visitam.

Nessa nova abordagem de ensinar história através da educação patrimonial e o espaço formativo museal percebe-se o objeto museal como possibilidade de leitura, sensibilizar o olhar do aluno a partir dos objetos e nesse sentido uma abordagem do patrimônio articulada ao ensino de história vem sendo divulgada pelo professor de história da UFCE Francisco Regis Lopes Ramos o qual propõe uma educação com patrimônio por meio de objetos geradores, o autor dialoga com o pensamento Freiriano e propõe o objeto gerador como forma de propor questionamentos, explorar os objetos museais, como diz:

E plausível defender que uma das possibilidades para o início de uma alfabetização museológica pode ser o trabalho com objetos geradores. Em sala de aula, no museu, ou em outros espaços educativos, o professor ou o orientador faria uma pesquisa e escolheria objetivos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e a partir daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo através de objetos (RAMOS,2004, p.32).

Ainda pensando o objeto a ser explorado Bittencourt afirma:

“A bagagem cultural que o aluno traz fornece os elementos essenciais para a ‘descoberta do objeto’. Esta se faz pela utilização de um método que obedece a etapas distintas, mas não rígidas, por dependerem de variáveis como tipo de museu, presença ou não de monitores, temática, tempo disponível para a visita, entre outras. O princípio básico do método de investigação de objetos reside na observação livre e na observação dirigida. Com a observação pretende-se que o aluno aprenda a ‘ver’, seja capaz de parar diante de um objeto, fixar e concentrar o olhar sobre ele.” (BITTENCOURT, 2004, p. 358)

Trabalhar com o espaço museal exige planejamento antes da visita propriamente dos alunos verificando as possibilidades do museu enquanto atividades e práticas educativas oferecidas ou articular ações pedagógicas para serem realizadas neste espaço integrando os conteúdos da disciplina de história abordados em sala de aula, conforme afirma:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. [...] A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas” (LIBÂNEO, 2008, p. 222)

Almeida e Vasconcellos (2006) também nos informam que não basta visitar a um museu ou uma exposição museológica para que venha a ocorrer um processo educativo. Segundo os autores não é uma prática imediata, ingênua, é preciso sim compreender as várias mensagens que estão sendo comunicadas pelos objetos expostos, pelo próprio museu enquanto “objeto gerador” e desta maneira, construir novas significações a partir delas. Assim, exige-se uma postura reflexiva sobre essa ação.

Dessa forma pretende-se analisar as narrativas que serão produzidas pelos alunos a partir da visita e sensibilização com os objetos museais os quais possibilitam leituras conforme (Ramos, 2004), estabelecer um diálogo com os conteúdos de história abordados em aula e compreender a consciência histórica que os alunos manifestam, conforme a tipologia de Rusen(1993), segundo o autor a consciência histórica pode ser: tradicional, exemplar, crítica e genética.

Rusen desenvolveu esta tipologia com base em argumentos teóricos e afirma a necessidade de confronta-la com evidencias empíricas. Rusen (1993), menciona que quando se narra, narra à ação intencional do sujeito. Nesse estudo a consciência histórica, conceito trabalhado por Rusen vai possibilitar uma avaliação pelo educador acerca do entendimento dos aluno em relação ao objeto museal integrando aos conteúdos trabalhados em sala de aula na disciplina de história. Rusen apresenta a consciência histórica como uma forma de consciência humana que está relacionada com a vida humana pratica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo pensar o ensino de história mediado pela educação patrimonial a partir dos espaços e objetos museais. Este estudo faz parte de um projeto o qual penso implementar com os educandos com intuito de refletir o tipo de consciência histórica manifestada através das narrativas produzidas. A escolha de pesquisar os objetos expostos no museu municipal Davi Canabarro é problematizar, educar o olhar do aluno através de outras temporalidades em relação ao seu tempo histórico e sentir-se sujeito social inserido no seu contexto histórico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS; Camilo e Mello. Por que visitar museus.In. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.) O saber Histórico na sala de aula. 11 ed.São Paulo: Contexto, 2006. P.104-116
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos.São Paulo: Cortez, 2004
- LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2008
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUMBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004 .

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica I. Brasília: Editora UNB, 2003.

SIMAN, Lana Mara de Castro, COSTA, Carina Martins, NASCIMENTO, Silvana Sousa do. Escola e Museus: diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Cefor, 2007.

SANTIAGO NO BRASIL: EXPERIÊNCIA DO CAMINHO DO SOL

*Luiz Armando Capra Filho*¹⁵⁷

*Judite Sanson de Bem*¹⁵⁸

RESUMO: O Caminho de Santiago refere-se ao percurso realizado por peregrinos que afluem à Santiago de Compostela (Espanha), desde o século IX, para venerar as relíquias do apóstolo Santiago. No Brasil, no início dos anos 2000, foi criado no interior paulista, o Caminho do Sol, que é, de acordo com seus idealizadores, um percurso que apresenta as referências do Caminho de Santiago. O presente estudo tem como objetivo perceber a ideia de tradição inventada (Hobsbawm, 1984) na constituição do Caminho do Sol (Brasil), tendo como referência o Caminho de Santiago (Espanha). Metodologicamente, apresenta-se como pesquisa exploratório/descritiva, de cunho qualitativo. Constatam-se similaridades entre o Caminho de Santiago e o Caminho do Sol e, como este último, busca, na experiência do primeiro, por meio de tradições e símbolos, sua constituição e modo de operação.

PALAVRAS-CHAVE: Tradição Inventada; Percurso; Caminho de Santiago; Caminho do Sol.

SANTIAGO DE COMPOSTELA: UM CAMINHO DE PEREGRINAÇÃO

Uma peregrinação é uma jornada empreendida por um devoto de uma dada religião a um lugar considerado sagrado por ela. As peregrinações e romarias fazem parte da história da humanidade, desde os tempos mais remotos.

Contemporaneamente, a peregrinação com maior número de participantes por ano é o do Caminho de Santiago, na Espanha. No final do século XX, foi atribuída a ele a alcunha de “Itinerário Cultural Europeu”, sendo responsável por movimentar mais de 250.000 pessoas em peregrinação por ano.

Os Caminhos de Santiago referem-se aos percursos feitos pelos peregrinos que afluem à Santiago de Compostela, desde o século IX, para venerar as relíquias do apóstolo Santiago Maior, cujo suposto sepulcro, acredita-se, se encontra na catedral de Santiago de Compostela (GOMES, 2012). A peregrinação à Compostela foi uma das três grandes rotas da Europa medieval, à qual se associava a Via Romea Francigena (com destino a Roma) e a de Jerusalém. Era concedida indulgência plena àqueles que a fizessem.

O termo “peregrino” remonta da primeira metade do século XIII, utilizado para denominar os cristãos que viajavam a Roma ou à Terra Santa (onde atualmente se encontra o Estado de Israel e os territórios palestinos) para visitar os lugares sagrados. Esses peregrinos buscavam percorrer os caminhos como forma de castigo autoimposto a fim de expiar pecados e, outras vezes, cumprir penas canônicas. Vidotte e Rui (2011), ao traçar a motivação dos peregrinos, apontam: “a viagem que realiza na vida terrena, efêmera, visa a realização plena na vida celeste, eterna”. (VIDOTTE; RUI, 2011, p.144) Ao mesmo tempo, como aponta Bastista Netto (1988, p.1), na Idade Média viajar significa, acima de tudo, sofrimento.

157 Professor Mestre em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – la_capra@hotmail.com

158 Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Doutora em História - judite.bem@unilasalle.edu.br

Sanchis (2006) corrobora essa informação e complementa que a romaria é constituída de um caminhar muitas vezes penoso e até doloroso, em condições voluntariamente precárias, por muitas vezes demorado, mas sempre cheio de encantos.

A peregrinação caracteriza-se por ser uma viagem realizada por devoção a um local sagrado, com três elementos fundamentais: o peregrino, o local sagrado e o caminho que leva até esse local. Porém, de acordo com Pereira (2003) é relevante salientar que os motivos que motivam os indivíduos a realizar a peregrinação são bastante diversos e não se resumem a questões religiosas.

Sanchis (2006) atribui às romarias uma importante função: a de preencher o imaginário religioso das populações, “[...] uma experiência, singular, individual e/ou coletiva, que ritmava, em muitos casos, o fluxo dos anos, as etapas da vida (namoros, casamentos, chegada dos filhos, carreira, problemas e restabelecimentos da saúde).” (SANCHIS, 2006, p.86).

O CAMINHO DO SOL

Valle (2006) comenta que caminhar, peregrinar e fazer romarias não é algo novo para o povo católico brasileiro, pois há séculos existem santuários nacionais, regionais e locais espalhados por todo o Brasil e que esse elemento cultural foi importado de Portugal. O objetivo dessas travessias é conquistar a influência e as benesses específicas que só Deus pode conceder aos fiéis, em troca de sua dedicação. Praticamente, todas as instituições religiosas têm a romaria como ingrediente especial de seus rituais.

No Brasil, são célebres as que se dirigem a Aparecida, em São Paulo, cidade onde foi resgatada a imagem de Nossa Senhora de cor negra, depois denominada Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Além dessa, também em São Paulo acontece a romaria de Bom Jesus de Pirapora. Já em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, tem como destino um santuário situado em uma gruta à margem do Rio São Francisco.

Ao analisarem os trajetos de caminhada, especificamente, os novos trajetos e seus caminhantes, sob um olhar contemporâneo, Santos e Fagliari (2003, p.39) apontam que: “a evolução das formas de peregrinação trouxe consigo algumas alterações em seu significado, causando discussões quanto à sua autenticidade”. O estudo foca nestas novas possibilidades no Brasil e precisa uma data de referência para tal movimento. “No Brasil surgiram, a partir do final da década de 1990, algumas rotas de “peregrinação” cm características bastante incomuns, em grande parte inspiradas no Caminho de Santiago de Compostela.” (SANTOS; FAGLIARI. 2003, p.39). Nesse sentido, apontam que o processo de criação destes novos trajetos segue “a partir da imaginação e do trabalho humano”.

Em relação aos destinos finais de tais jornadas, por exemplo, não existia anteriormente nenhuma devoção especial que fosse motivo de deslocamentos humanos. Em outras palavras, os destinos finais destas “peregrinações” foram criados, implantados. (SANTOS; FAGLIARI. 2003, p.47).

Neste processo, o caminho em si (o ato de caminhar) passa a ter mais importância que o destino final e o contato social entre os integrantes passa ser o principal atrativo. Estes novos trajetos, muitas vezes, deixam de ter foco exclusivo em aspectos religiosos institucionalizados em prol de “atrativos como cachoeiras, praias, montanhas, ruínas históricas, monumentos artísticos e gastronomia”. (SANTOS; FAGLIARI, 2003, p.47).

Percursos inspirados no itinerário cultural de Santiago de Compostela multiplicam-se no Brasil, entre os quais destacam-se: Caminho Gaúcho de Santiago (RS), Caminho das Missões (RS), Caminho

da Fé (SP/MG), Caminho dos Anjos (MG), Caminho do Sol. (SP). Outros aproveitam a experiência/modelo para traçar itinerários inspirados na literatura: Caminho de Cora Coralina (GO).

Estes “novos trajetos” buscam um modelo para implantação, com maior ou menor semelhança em relação à ideia original de cada um. O Caminho do Sol não é diferente. Seu fundador, José Palma, é peregrino de Santiago e a ideia, ao retornar ao país, após percorrer o itinerário cultural do Caminho de Santiago, em 1996, foi propor um percurso que pudesse oferecer, no Brasil, experiências semelhantes às vivenciadas na Espanha.

O Caminho do Sol é um percurso de 241 km de Santana da Parnaíba até Águas de São Pedro, no Estado de São Paulo. Passa pelas localidades de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Fazenda Cana Verde, Salto, Elias Fausto, Capivari, Mombuca, Arapongas, Monte Branco, Artemis e, por fim, Águas de São Pedro.

José Palma, fundador do Caminho do Sol, afirma que esse percurso “[...] nasceu com o objetivo maior de oferecer aos amantes de caminhadas um ambiente agradável, passando em sua quase totalidade somente por áreas rurais, buscando a introspecção e o despojamento material”.

Foi fundado em 25 de julho de 2010. Essa data não é uma coincidência, pois é o dia dedicado ao apóstolo Tiago, mais conhecido pelo nome ibérico: Santiago. O dia 25 de julho é também a data de emancipação da cidade de Águas de São Pedro. Destino final do trajeto que, segundo seu idealizador, “tem a geografia da Galizia”.

Foi nesta cidade, ao fim do trajeto, que uma imagem de Santiago, trazida da Espanha, foi colocada no centro do Horto Municipal a fim de marcar o fim do percurso. Essa, entre outras referências exploradas ao longo do texto, traz a percepção de que o Caminho do Sol tem como ponto de referência o milenar Caminho de Santiago, na Espanha.

Dias (2003) descreve as referências a Santiago de Compostela, no momento de abertura do Caminho do Sol. Reforça a ideia de que, para que haja um novo “Caminho”, deve haver referência à tradição (neste caso representada pela imagem do Santo):

Por exemplo, no Caminho do Sol foi trazida uma imagem de Santiago, da Espanha, que foi “entronizada” no horto florestal da cidade, local final da peregrinação, doado por um dos hospitaleiros [...] poderíamos dizer que se objetivava construir a ideia da chegada a um lócus sagrado, como seria o caso da peregrinação a Santiago, cujo objetivo é chegar na catedral de Santiago de Compostela. (DIAS, 2003, p.115).

A “ressignificação”, apontada por Dias, foi também apresentada por Cuter e Baptestone (2015), a partir da seguinte colocação:

O Caminho do Sol também é considerado um roteiro religioso que começa no centro histórico de Santana de Parnaíba, o peregrino recebe da Secretaria de Cultura e Turismo um documento chamado “Passaporte do Sol” (Mapa do percurso). Considerado a versão paulista do Caminho de Santiago de Compostela, envolve 12 cidades do interior de São Paulo, percorrendo 240 km, cruzando trilhas e trajetos rurais entre Santana de Parnaíba e Águas de São Pedro, o final da peregrinação se dá junto à imagem de São Tiago. (CUTER; BAPTESTONE, 2015, p.109) – grifo nosso.

É nesse sentido, como reforça Steil e Carneiro, que o papel dos organizadores do Caminho do Sol é o de mediar esta nova forma de vivenciar a relação com o sagrado e, cabe a eles “[...] assegurar e garantir os meios e os recursos simbólicos para que cada um possa fazer seu próprio caminho.” (STEIL; CARNEIRO, 2008, p.113, grifo nosso).

Para Hobsbawm (1984), a ideia de tradição inventada mostra que práticas de natureza ritual ou simbólica pretendem incorporar, a um processo, determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição, a fim de dar continuidade ao passado, a qual não teria, necessariamente, uma origem ancestral em relação à execução.

Segundo Hobsbawm e Ranger (1984, p.10) as tradições genuínas são as “que surgiram e que se tornam difíceis de localizar num período limitado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez”. Por isso, não existe a possibilidade de se apontar, de fato, onde começou uma tradição.

A tradição inventada é caracterizada como um conjunto de regras que se estabelecem através da repetição, podendo estas ser de natureza ritual ou simbólica, conseguindo, através dessa repetição, uma continuidade com relação ao passado. Esse conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, teriam por objetivo incorporar determinados valores e comportamentos, definidos por meio da repetição, em um processo de “continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p.22). Via de regra, em um passado histórico apropriado: “[...] as tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente [...]” (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p.22).

O autor utiliza a expressão “invenção das tradições” a qual, em sentido amplo, inclui tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas quanto aquelas que surgem repentinamente e, da mesma forma, estabelecem-se. Essas últimas permanecem, tais como as outras, como se sua origem fosse remota, ainda que durem relativamente pouco. Além disso, o autor também destaca que é relativamente desconhecido o processo pelo qual os complexos simbólicos e rituais são criados, considerando que a invenção de tradições é um meio de formalização e ritualização, sempre se referindo ao passado, impondo repetição.

No intuito de compreender como explicam a idealização Caminho do Sol, evidenciam-se duas situações complementares: a primeira, da relação entre o idealizador e a ideia - o Caminho do Sol nasce da ideia de um peregrino de Santiago que busca trazer a experiência da caminhada para o Brasil, após ter passado pela experiência na Europa; a segunda, a qual complementa a primeira conclusão da pesquisa, o que dá coesão ao grupo, e por consequência ao “caminho” é a idealização do projeto como o foco da ação.

Neste ponto, há convergência com o conceito de tradição inventada: a busca por elementos da peregrinação de Santiago, em elementos constitutivos - como a presença das hospedagens - por consequência dos hospedeiros - do trajeto em si que busca similaridades geográficas, simbólica - certificado Ara Solis - a Compostela para o Caminho de Santiago - o passaporte peregrino, a fim de registrar com carimbos a conclusão de cada ponto do trajeto - como em Santiago - ou as setas amarelas, que buscam evocar as características/propostas de Santiago.

Contudo, essa ideia parece presente de forma mais visível na fala do idealizador e na estrutura da organização do caminho do que internamente nas atitudes dos seus agentes.

A ideia que o “Caminho de Santiago” apresenta é de um modelo de “como fazer”. Muitos outros são os caminhos baseados nesta experiência, especialmente trajetos de caminhada de longa duração. Isso significa que esses outros caminhos agregam a sua formação o modelo Santiago de modo formal, informal, nominal ou não.

REFERÊNCIAS

- CUTER, Julio Cesar; BAPTESTONE, Rolney Carlos. Desenvolvimento econômico, turismo, cultura e hospitalidade: uma análise do município de Santana do Parnaíba. In: **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v.7, n. 11 jul.-ago.-set./2010, p.99-115.
- DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson J. S. da. **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.
- GOMES, Leandro Eustáquio. **Olhares sobre o patrimônio: uma etnografia do caminho de santiago português**. 2012. 114 f. Dissertação do programa de Mestrado em Antropologia Social e Cultural do Departamento de Ciências da Vida, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NETO, Jonatas Batista. Aspectos das viagens medievais: obstáculos e perigos. **Revista de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.119, p.179-197,1988. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18579>>. Acesso em: 20 fev.2018.
- PEREIRA, Pedro. **Peregrinos: Um estudo antropológico das peregrinações a pé de Fátima**. Lisboa: Editora Crença e Razão, 2003.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; FAGLIARI, Gabriela Scuta. Peregrinação e Turismo: as novas rotas “religiosas” do Brasil. In: **Turismo - Visão e Ação** - volume 5 - n.1 - jan/abr 2003.
- SANCHIS, Pierre. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 85-97, out. 2006
- VALLE, Edênio. **Santuários, romarias e discipulado cristão**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, jun. 2006, p. 31-48.
- VIDOTTE, Adriana; RUI, Adailson José. **Caminhos Físicos, Imaginários e Simbólicos: O Culto a São Tiago e a Peregrinação à Compostela na Idade Média**. Projeto História. n.42, jun. 2011, p 143-160.

ARMAÇÃO DA ILHA DA GRAÇA, SÃO FRANCISCO DO SUL/SC: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

*Vitor Marilon Cidral da Costa do Amaral*¹⁵⁹

*Dione da Rocha Bandeira*¹⁶⁰

*Roberta de Barros Meira*¹⁶¹

*Jessica Ferreira*¹⁶²

RESUMO: Em 1807, em São Francisco do Sul/SC, o Império Português ordenou a instalação da Armação Baleeira Ilha da Graça (também conhecida como da Paz ou Velha). A existência da armação baleeira permite conhecer melhor as formas de garantir a posse do território mais ao sul do Brasil para o Reino de Portugal. A metodologia na usada na pesquisa foi a análise bibliográfica e documental, como o relato do viajante (Saint-Hilaire) e produções historiográficas e arqueológicas que abordassem os aspectos patrimoniais, tecnologias e contexto histórico da construção da Armação. Os resquícios das armações baleeiras recebem pouco ou nenhum valor histórico e patrimonial tanto por parte da população como dos poderes públicos. Nesse sentido, o trabalho busca trazer uma abordagem interdisciplinar, que engloba uma história-problema e a arqueologia, para pensar patrimônios históricos em risco.

PALAVRAS-CHAVE: Armação Baleeira; Santa Catarina; Patrimônio; Arqueologia; História.

INTRODUÇÃO

As armações baleeiras foram empreendimentos litorâneos que serviram como atividade econômica empreitada pela Coroa Portuguesa em Santa Catarina, e promovida pela vinda de casais de imigrantes madeirenses e açorianos na segunda metade do século XVIII (COMERLATO, 2011). Sua importância econômica estava ligada com a produção de óleo, sabão e velas, assim como renda para os contratadores e para a Coroa, sendo sua pesca um monopólio régio desde 1614, quando passou a ser considerado um peixe-real (SOUZA, 2016).

Segundo Comerlato (1998), as armações baleeiras também foram espaços de vivências, de relações interétnicas, de trabalhadores distintos e atividades variadas, constituindo-se como verdadeiros espaços sociais. Ao longo do período colonial foram importantes para o aumento do núcleo populacional, pois serviu como base para a formação de várias localidades (vilas). Suas construções podem ser entendidas como estruturas monumentais da época colonial, escravista, imperial, servindo como atividade econômica, social, religiosa e tornando-se instrumento de salvaguarda e ocupação territorial, de legitimação da posse da terra e “como fonte de elemento de atração para novos agentes de

159 Docente de História pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Licenciado em História pela Universidade da Região de Joinville - Univille (2018). Integrante do grupo de pesquisa em Arqueologia e Cultura Material - Arqueocult/Univille. Email: vitorcidral2091@hotmail.com

160 Docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ. Coordena a linha de pesquisa em Arqueologia e Cultura Material – Arqueocult do Geipac/Univille. Email: dione.rbandeira@gmail.com

161 Docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille. Coordena o grupo de pesquisa Cultura e Sustentabilidade, estudos africanos e afro-brasileiros sobre história ambiental e saberesEmail: rbmeira@gmail.com

162 Acadêmica do Bacharel em Biologia e Meio Ambiente da Universidade da Região de Joinville - Univille. Integrante do grupo de pesquisa em Arqueologia e Cultura Material - Arqueocult/Univille. Email: jessferreira.f@gmail.com

desenvolvimento, como autênticas aldeias” (ELLIS, 1958, p. 57-58).

O presente trabalho tem por objetivo traçar as especificidades da Armação Ilha da Graça, reconhecendo-a como um importante empreendimento econômico e social para a Colônia, assim como os enfrentamentos na luta preservacionista na busca de seu reconhecimento e identificação do seu valor patrimonial.

A armação da Ilha da Graça (atualmente chamada Ilha da Velha), fundada no ano de 1807 em São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, foi um importante empreendimento pois possibilitou a ocupação mais sistemática do litoral pelos imigrantes açorianos, contribuindo como renda para os pescadores locais, suprimindo as necessidades econômicas das armações baleeiras que foram fechadas ao longo do litoral catarinense, como as armações de Piedade e Lagoinha, localizadas na Ilha de Santa Catarina (atual Florianópolis) (Fig. 1). A armação da Ilha da Graça vem sofrendo processos de patrimonialização por parte da sociedade civil e acadêmica, na medida em que se atribuem valores e significados dos bens materiais que compõem este empreendimento, reconhecendo seu valor histórico e patrimonial, identificadas e valorizadas por seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, relevantes para o conhecimento histórico, arqueológico e a sociedade como um todo, que lhes atribuem valores preservacionistas e patrimoniais.

ARMAÇÃO ILHA DA GRAÇA, EM SÃO FRANCISCO DO SUL/SC

A armação da Ilha da Graça está situada no Arquipélago das Graças, na entrada da barra norte (localizado a 12 milhas náuticas do centro da cidade de São Francisco do Sul, SC). O arquipélago é constituído por cinco ilhas, sendo apenas a Ilha da Velha e a Ilha da Paz habitadas (AMARAL, 2004).

Em 1807, por ordem da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, fundou-se a Armação da Ilha da Graça ou Ilha da Paz no município de São Francisco do Sul, SC. A armação foi fundada logo após o fim do monopólio estatal, em 1801, decorrente da concorrência com o estrangeiro que se utilizava de “métodos modernos” de caça e o melhor aproveitamento da baleia, além da constante diminuição da presença da baleia no litoral catarinense, decorrente da caça predatória das baleias e dos baleotes¹⁶³.

De acordo com Botelho (2013, p. 29), os rendimentos obtidos das armações no final do século XVIII já não eram como antes, levando o declínio da caça dos cetáceos e a extinção do monopólio de pesca pela Coroa Portuguesa. Somente em 1801, a Coroa abria “concorrência” aos capitais que quisessem se associar, entretanto com a falta de interessados, ocorreu que a própria Coroa passasse a administrar estes estabelecimentos. Durante esse período, apenas uma armação foi criada em Santa Catarina, a da Ilha da Graça, em 1807, localizada na barra norte do rio São Francisco, perdurando até 1816.

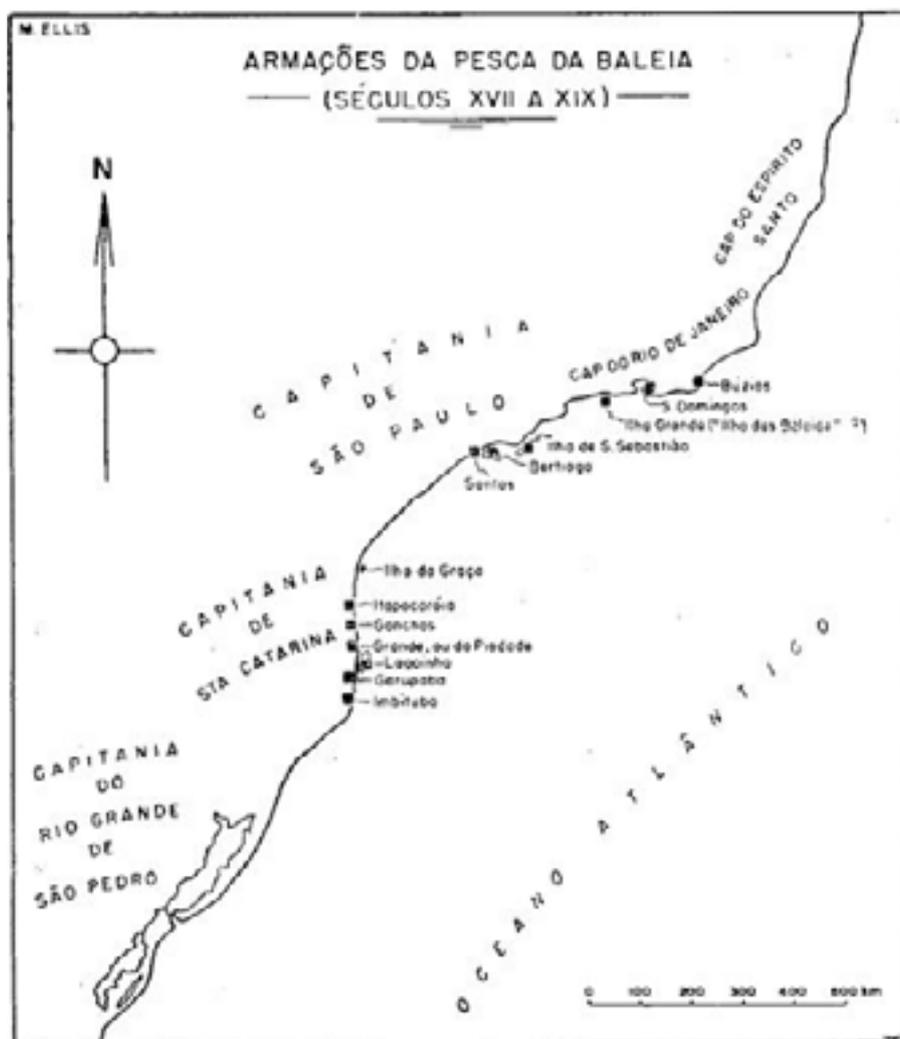
A importância da armação da Ilha da Graça está relacionada com o desenvolvimento urbano na região, na medida em que a fabricação do óleo pelo toucinho da baleia, importante produto para a iluminação das vias públicas e dos engenhos, era fabricado no município. São Francisco do Sul, no século XIX, tinha uma economia de subsistência voltada para a fabricação de farinha. A armação e a produção de óleo, nesse sentido, era utilizado nos engenhos locais, aumentando o desempenho na fabricação da farinha de mandioca. Contudo, releva notar que pouco se sabe e se tem pesquisado sobre a armação Ilha da Graça e a sua importância no contexto local, sendo suas principais informações oriundas de relatos oitocentistas, com Saint-Hilaire - 1820/1978 – (1978) e o trabalho do 1º tenente Viriato Duarte Hall

163 Nome dado ao filhote da baleia, geralmente morto durante a caça de sua mãe. As baleias tinham apenas um baleote a cada dois anos, levando a diminuição da população dos cetáceos ao longo dos anos em que se efetuou a sua caça.

“Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil – do Rio de Janeiro a Montevideú”, publicada em 1901, em que descreve as ilhas e a paisagem que formam o arquipélago e onde se encontra o farol e sua importância para as navegações.

Conforme Ellis (1969, *apud* AMARAL, 2004, p. 30), a armação Ilha da Graça é “[...] fruto das tentativas para o reerguimento da decadente indústria baleeira na região meridional”. O conjunto arquitetônico que compõe a armação são: tanques para o depósito de óleo, um engenho de frigar, um armazém onde era guardado o óleo embarrilado para o transporte; bem como acomodações para as pessoas que estavam envolvidas na armação (baleeiros, escravos e administrador da armação, entre outros) (AMARAL, 2004, p.30). Conforme Amaral (2004, p. 31), “a partir das estruturas arquitetônicas remanescentes in loco pode-se inferir que seu conjunto era constituído, ainda, de Paredão e Cais, Rampas e Trapiches; dependências relacionadas ao depósito do óleo da baleia”.

Figura 1. Localização das armações baleeiras espalhadas pelo litoral de Santa Catarina



Fonte: Eliis (1958 p. 161).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Madalena Velho do. **Levantamento Arqueológico – Ilha da Velha – São Francisco do Sul/SC**. Relatório Final. Florianópolis: Carlos Alberto Oliveira Jr. Jul. 2004.

BOTELHO, Cleber Junior. **A pesca da baleia no litoral catarinense: um retrato de sua importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827**. 2013, 59 f. TCC (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COMERLATO, Fabiana. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica**. 1998, 102 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COMERLATO, Fabiana. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 15, n. 2, p. 481-501, 2011.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, São Paulo, ano 9, n.33, p. 149-175, 1958.

HALL, Viriato Duarte. **Praticagem e roteiro da costa sul do Brasil – do Rio de Janeiro a Montevidéu**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1901.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SOUZA, João Pacheco de. **Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: um olhar sobre a história de um patrimônio**. 2016, 188 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville.

A WORLD WIDE WEB E HIBIRU: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E FORMAS SIMBÓLICAS

Ricardo Cortez Lopes ¹⁶⁴

Lis Yana de Lima Martinez ¹⁶⁵

Nádila Albuquerque Luchini ¹⁶⁶

RESUMO: buscamos investigar uma representação social de mente generalizada, a partir do estudo de duas formas simbólicas: a da língua hibiru - mito pré-diluviano que afirmava que as mentes humanas eram conectadas pela língua original anteriormente ao surgimento da Torre de Babel - e a world wide web 3.0 - que ambiciona a conexão das mentes a partir de um processo de convergência por atratores sinérgicos. Nessas duas formas está presente uma representação social da mente: o ideal é que esta seja progressivamente superada em sua individualidade e que todas se tornem uma mente generalizada. O mito o advoca colocando o passado como a perfeição, enquanto a world wibe web 3.0 coloca essa expectativa no futuro, com a inteligência coletiva. Ou seja, há ressignificação apenas seus elementos periféricos (antiguidade e era digital).

PALAVRAS-CHAVE: Hibiru Pré-diluviano; World Wide Web 3.0; Representações Sociais; Formas Simbólicas.

INTRODUÇÃO

Pretendemos tomar uma das perspectivas da Teoria das Representações Sociais e realizar uma investigação específica: a persistência de uma representação - mente generalizada - dentro de formas simbólicas diferentes - World Wide Web 3.0 e Hibiru.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, FORMAS SIMBÓLICAS

Em vez de nos referirmos diretamente as Representações Sociais, vamos ampliar a escala e explanar sobre o resultado do acoplamento. Ao nosso entender, o que dá conta disso são as formas simbólicas, campo das produções da cultura (MOURA, 2000).

A discussão sobre formas simbólicas está vinculada diretamente com a contestação da razão moderna, que se colocou como o conhecimento por si. As formas simbólicas, no entanto, apontam para diferentes possibilidades de se estabelecer saberes, mudando-se as formas em que eles estão contidos. Assim, o saber moderno é uma das infinitas formas: “[...] cada forma simbólica é uma explicação totalizante dos fenômenos; elas os articulam e, em sua ação, criam mundos”, e gera a conexão de um significado a um signo concreto (GARCIA, 2014: 223). Uma das maneiras de operacionalizar as formas simbólicas é pelas representações sociais de Moscovici (2011). Ele as entende como entidades quase *tangíveis* (em palavras, gestos ou encontros), que cruzam e se cristalizam no universo cotidiano. Elas ligam fenômenos mais pontuais às suas respectivas tentativas de duplicata e são compartilhadas por grupos sociais que com elas operaram. Moscovici não esclarece sobre o acoplamento - alguns autores tentam sanar esse *deficit* teórico (XAVIER, 2002).

164 Doutorando em Sociologia (UFRGS), rshicardo@hotmail.com.

165 Doutoranda em Letras (UFRGS), yanaflafly@gmail.com

166 Licencianda em Pedagogia à Distância, nadila.luchini14@gmail.com

As formas simbólicas, por concentrarem capacidade de explicar o mundo, podem agrupar um conjunto de representações e formar parte dos parâmetros que o indivíduo utiliza para interpretar acontecimentos. Ou seja, dentro dele vai existir um conjunto de formas simbólicas, composta por um conjunto de representações. Nesse sentido, o pensamento da convergência e o do Mito são formas simbólicas que modulam em parte como será a apreensão cognitiva. Mas o que seria o mito? É uma história sagrada ocorrida no tempo primordial dos princípios (ELIADE, 2007). Já a convergência seria a combinação entre múltiplas funções de processamento, transmissão e recepção de dados, além da interrelação entre os meios de comunicação (PRIMO, 2010).

Outro ponto é que representações possuem elementos permanentes e periféricos, que interagem em seu interior e que explicam com maior minúcia alguns de seus “efeitos simbólicos”, que efetivamente estão envolvidas na capacidade de julgamento dos atores. Quais seriam esses elementos? Seriam o núcleo central, que determina a significação e a organização interna, o que retrata o sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo (MAZZOTTI, 2002).

Ou seja, o núcleo central sintetiza todas essas camadas descritas e as torna uma significação que serve para a interpretação. No nosso estudo, esse elemento fixo é a concepção de mente generalizada, que não é presente no mundo sensível mas que pode ser viabilizada seja pelo mito seja pela tecnologia. Esse núcleo possui um caráter fixo em comparação com os seus elementos periféricos, que são a parte operatória da representação, que faz surgir a representação no cotidiano (MAZZOTTI, 2002: 22).

Assim, os elementos periféricos são aqueles que tomam contato com a prática diária, que é a cultura viva - em contraste direto com a cultura “congelada” que forneceu a origem do núcleo central. Assim, no cotidiano da Antiguidade e na Cultura Digital temos parte dos elementos periféricos que dialogam com esse núcleo central.

MENTE

O primeiro pensador a teorizar a mente por ela mesma foi René Descartes, baseando-se na separação entre mente (estudado pela religião e filosofia) e corpo (foco da medicina) (CASTRO, ANDRADE, MULLER, 2006). Fora a filosofia da mente, ainda há uma outra área que estuda a mente, a ciência cognitiva, “normalmente definida como o estudo científico da mente ou da inteligência” (ARANHA, PASSOS, 2006: 1). As soluções mais tradicionais são o dualismo ou o monismo (BIZARRO, 2012).

O que nos mais salta aos olhos nesta questão é o problema das outras mentes: “O problema das outras mentes é o problema de justificar a crença de que os outros têm mentes semelhantes à nossa, tendo em conta que não temos acesso directo a outras mentes” (BIZARRO, 2012, 3). A mente é esta abstração metafísica que transcende ao cérebro e cujo acesso integral é vedado ao seu próprio dono.

A mente generalizada - expressão emprestada de Herbet Mead, que pensa, de maneira simplificada, o outro-generalizado como a reação que um membro de um grupo acredita que este vá ter a determinadas situações - portanto, seria a possibilidade de superar esse problema da mente e das outras mentes. Isso porque as outras mentes não existiriam: elas passariam a ser uma só e todas comporiam uma grande mente com diferentes corpos. Vamos observar que o mito postula isso como uma condição possível, todavia passada; e que a convergência a considera improvável, mas aproximável através do desenvolvimento dos meios de comunicação.

LÍNGUA HIBIRU: MITO

Foi Ferdinand de Saussure o primeiro a considerar o signo e sua arbitrariedade dentro de sua composição significante/significado. Dessa arbitrariedade, o signo não é, portanto, produzido, motivado, por nenhuma relação natural real para com o significado. Assim, uma cadeira é uma cadeira por não ser o que uma mesa é. Para que haja comunicação, é estabelecido entre as partes (eu e tu) um acordo tácito de significados. Se a comunicação for interrompida ou houver discordância de significados, uma das partes terá que solicitar a outra algum tipo de esclarecimento. A língua hibiru parece, assim expressar um paradoxo: a língua serve para a comunicação entre mentes que não podem se ler. No momento em que a mente é uma só não haveria a necessidade desse intermediário da comunicação, pois os pensamentos viriam todos do mesmo lugar. Haveria, então, uma ausência possível do eu? Benveniste argumenta que “eu só pode definir-se em termos de ‘locação’, não em termos de objetos, como um signo nominal. Eu significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu’. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade” (BENVENISTE, p. 278, 2005). No momento em que a mente é única, não há unicidade específica e individual do eu. Seria, então, essa mente única o nós? Caso pudéssemos comprovar a questão de forma positiva, isso significaria, provavelmente, que haveria significados históricos, sociais e culturais sempre plurais provenientes de cada discurso (nós). Ou seja, o indivíduo único não possuiria necessidades especiais ao ponto de se distinguir do coletivo e marcar sua unicidade a partir do eu.

Quando se menciona hibiru, é possível encontrar-se um povo histórico do crescente fértil; mais especificamente uma tribo, composta por rebeldes, bandidos, atacantes, mercenários, arqueiros, servos, escravos e trabalhadores (FREEDMAN, 2000). Evidências da existência desse povo também podem ser encontradas na linguística (PARDEE, 2004). A língua com este nome, aparentemente não relacionado com o povo referido, também seria mesopotâmica. Tal região seria uma espécie de “lastro empírico” da existência do Jardim do Éden - lugar simbólico dessa língua, uma planície regada por quatro rios (ANUKIT, 2004).

A tal língua única seria corrente e viva até o surgimento das doze tribos de Israel, o “começo de segmentação” da humanidade. Cada tribo foi fundada por um dos filhos de Jacó: Rúben, Simeão e Levi, Judá, Zebulom, Issacar, Dã, Naftali, Gade, Asser, José e Benjamim (KING JAMES BIBLE, 2012).

Foram exatamente estes descendentes de Noé que empreenderam a construção da famosa Torre de Babel, outro mito que importância fundamental, pois a vontade de construir uma torre que chegasse ao céu irritou Jeová, que, por esse motivo, atribuiu-lhes idiomas diferentes (GOLDENBERG, 2000). Conclui-se que sobre o período pós-diluviano encontramos bastante material na literatura especializada. Mas e antes? O traço que nos interessa é o da língua única, sobre a qual podemos encontrar algumas descrições partindo de alguns documentos secundários. O patriarca Enoch teria chamado a Hibiru de “a semente da linguagem”, uma cadeira de ondas que sintonizaria todas as redes de comunicação entre os seres: com “a posterior perda da unidade, o ego se tornou uma entidade autônoma, compartimentando a função cognitiva, antes sincrônica” (ANUKIT, 2004: 31).

Ou seja, a utilização da língua hibiru demonstra a possibilidade de união entre “outras mentes”, porém ela ficou no passado. Ou seja, a língua também aparece em condicionalidade como sendo praticada por seres humanos e não por um grupo delimitado, o que colocaria mais um elemento a já clássica tríade herderiana: território-cultura-língua (DO NASCIMENTO, 8) cujas “funções das línguas são altamente territorializadas e estáticas” (DO NASCIMENTO, 8), características impossíveis quando se trata de uma língua praticada por toda a humanidade. Assim, hibiru seria como uma versão natural e espontânea do esperanto. Mesmo que historicamente (documentalmente) não seja possível provar que essa língua

tenha existido – talvez através da arqueologia bíblica - há uma representação sendo engendrada a partir da forma simbólica mito. São mentes que funcionavam como uma só até a quebra com a divindade, provocando uma cisão eterna. Ou não: até o desenvolvimento da internet.

WORLD WIDE WEB 3.0: CONVERGÊNCIA

A comunicação humana permite a conexão entre as diferentes mentes através de informações, que as voltam para um compartilhado que permite uma ação coletiva. Para além da comunicação natural, a que exige a proximidade dos sentidos entre os comunicantes, ainda há comunicações impessoais, como as pela web.

A web 1.0 veio com os computadores dos primeiros desenvolvedores, na década de 90, com a interatividade restrita ao meio escrito “ready-only web”. A web 2.0 foi resultado de um avanço técnico que permitiu que a internet fosse utilizada também por não-técnicos, porém com uma alteração drástica: compartilhar. Por fim, a internet 3.0 já se estabelece com um paradigma futuro, com maior possibilidade de interação sincrônica (GIL, 2014). A partilha é o objetivo, e ela nada mais é do que criar múltiplos compartilhados dentro de outras mentes, convergindo-as.

A clássica teoria da modernização pressupunha que o progresso uniformizaria a todos. Alguns estudiosos apontam para o contato do indivíduo com múltiplas referências simultâneas (CANEVACCI, 1993). Correntes críticas apontam para desenraizamentos fortes, com a uniformização para dominação (TODOROV, 1999). Nessas posições a aproximação das mentes pela tecnologia é um pressuposto.

A aproximação pela convergência permite que exista um saber engendrado pela troca de ideias e informações e que gera uma nova abordagem: a inteligência coletiva (LEVY, 2010), que se une por um interesse comum. Assim, mesmo que as mentes não se unam por completo e que isso se torne um fenômeno metafísico, elas produzem uma ideia que é a composição de todas aquelas que foram expostas e que vira compartilhado.

Assim, diante das redes que se formam e da competitividade que se acirra entre mercados e indivíduos, convergir mentes é uma necessidade. Isto porque a inclusão digital faz parte do processo de emancipação (FIGUEIREDO, MEIRELLES, 2015: 349)

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MENTE

Apresentadas as duas formas simbólicas, podemos avaliar agora o componente que ambas partilham: a representação social de mente generalizada e elementos periféricos. O núcleo central é a ideia de que a mente humana é cindida entre indivíduos e que isso traz a necessidade da comunicação interpessoal. Mas essa individualidade “pura” pode ser superada.

Podemos separar os elementos periféricos de (a) hibiru e (b) convergência. Sobre (a) observa-se: 1. a comunicação evidencia a corrupção da humanidade, 2. Deus cumpre papel ativo na narrativa como indutor direto de acontecimentos, 3. a irreversibilidade atual do que é explicado pelo mito; quanto a (b), observa-se 1. a comunicação é a saída para a exclusão social, pois aumenta a emancipação, 2. a tecnologia cumpre papel dialógico com os usuários não-técnicos, o que a coloca como um artefato humano, 3. a reversibilidade da cisão das outras mentes a partir do incremento tecnológico.

Pensamos que lidamos com duas contestações ao cogito cartesiano a partir da espontaneidade: seja pela recontagem do mito, seja pela busca do incremento tecnológico. Não se trata de abordar uma

origem ou de reconstituir uma representação no tempo histórico, mas sim de utilizar as representações e contrastá-las entre si para repensar a nossa própria complexidade e as relações possíveis de se estabelecer.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Christian; PASSOS, Emmanuel. A tecnologia de mineração de textos. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, v. 5, n. 2, 2006.
- ANUKIT, Yasmin. *Da Mesopotâmia ao terceiro milênio: Iraque, a ressurreição de um povo*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Pontes, 2005.
- BIZARRO, Sara. *Leituras Fundamentais*. Lisboa: Edições, 2012.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Studio Nobel, 1993.
- CASTRO, Maria da Graça de; ANDRADE, Tânia M. Ramos; MULLER, Marisa C. CONCEITO MENTE E CORPO ATRAVÉS DA HISTÓRIA. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 39-43, jan./abr. 2006
- DO NASCIMENTO, André Marques. PLURILINGUISMOS INDÍGENAS NO MUNDO GLOBALIZADO. *Organon*, v. 32, n. 62.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo Figueiredo, MEIRELLES, Mauro. Educação em tempos de cibercultura. In: MEIRELLES, Mauro. *Repensando o lugar da sociologia e o uso de novas tecnologias*. Porto Alegre: Cirkula, 2015
- FREEDMAN, David Noel. *Eerdman dictionary of the Bible*. Cambridge: Eerdman, 2000.
- GARCIA, Rafael Rodrigues. *Idéias*, Campinas, n. 8, v.1, 2014.
- GIL, Henrique. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma «humanização» em contexto educativo. *Educatic: boletim informativo*, p. 1-2, 2014.
- GOLDENBERG, Saul. Normalizar é salutar. *Acta Cir.*, vol.15 n.2. São Paulo: 2000.
- Bíblia King James atualizada. Tradução e revisão permanente a cargo do Comitê Internacional de Tradução da Bíblia King James para a língua portuguesa. São Paulo: Abba Press, 2012.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. Editora 34, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOURA, Marinaide Ramos. O simbólico em Cassirer. *Ideação*, Feira de Santana, n. 5, p. 75-85, 2000.
- PARDEE, Dennis. Textes akkadiens d'Ugarit.. *Syria*, v. 81, n.1, p. 249-262, 2004.
- PRIMO, Alex. *Crítica da cultura da convergência: participação ou cooptação*. Porto Alegre: Convergências Midiáticas: produção ficcional-RBSTV, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Editora Record, 1999.
- XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, v.14, n.2, p. 18-47, jul./dez.2002.

MEMÓRIA DOCUMENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA BREVE APROXIMAÇÃO

Ana Lérica Pacheco Gutierrez ¹⁶⁷

Maria de Lourdes Borges ¹⁶⁸

RESUMO: Este breve estudo tem por objetivo estabelecer uma aproximação inicial com trabalhos recentes que abordam a gestão de documentos arquivísticos institucionais de caráter permanente, em Portugal. Busca-se compreender, através de relatos de duas experiências de pesquisas institucionais em Portugal e uma no Brasil, como é realizada a gestão destes patrimônios documentais, as dificuldades encontradas e as relações estabelecidas com a memória. Foram identificadas dificuldades comuns, cuja origem requer investigações aprofundadas.

PALAVRAS-CHAVE: Memória de Instituições; Arquivos Institucionais; Gestão de Documentos.

INTRODUÇÃO

A memória possui múltiplas formas de expressão entrelaçadas no tempo e no espaço. Organizações e ambientes institucionais são lugares privilegiados para investigações sobre a produção de memórias, pois onde há interação entre indivíduos, ocorre o compartilhamento de vivências e experiências. Embora muitos dos acontecimentos vividos não sejam transmitidos, outros são registrados em documentos, a partir dos quais se pode conhecer melhor não somente a evolução de uma organização ou instituição, mas da própria sociedade da qual ela faz parte. Mesmo que estes documentos não tenham nascido com tal objetivo, é a permanência no tempo e o modo como são tratados pelas instituições que lhes conferem a característica de patrimônio documental, cujo alcance é sobretudo social, ultrapassando o espaço da própria instituição.

Nesse sentido, propõe-se esta aproximação inicial com trabalhos recentes que abordam a gestão de documentos arquivísticos institucionais de caráter permanente, em Portugal. Busca-se compreender, através de relatos de duas experiências de pesquisas institucionais em Portugal e uma no Brasil, como é realizada a gestão destes patrimônios documentais, as dificuldades encontradas e relações com a memória.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas publica a revista intitulado *Cadernos BAD* que divulga e discute trabalhos de investigação teórica, relatos de experiências, ensaios, entre outros trabalhos. É este o ponto de partida do presente estudo para compreender o estado atual das investigações que envolvem o campo da memória e sua relação com patrimônios documentais, enquanto uma de suas manifestações culturais. Para isso, são analisados dois estudos (PATRÍCIO, 2016; PINTO, 2016) publicados na revista *Cadernos BAD*, em 2016, em diálogo com uma dissertação de 2017 apresentada no PPGMSBC da Universidade LaSalle (GUTIERREZ, 2017).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE TEMÁTICA

No ensaio *Seguir o fio de Ariadne: reconstituição de sistemas de informação pretéritos: O caso da Santa Casa da Misericórdia de Sines*, Patrício (2016, p.187) destaca a relevância de um arquivo

167 Doutoranda do PPGMSBC/UNILASALLE e Técnica-Adm. da UFRGS. E-mail: ana.gutierrez@ufrgs.br.

168 Professora do PPGMSBC/UNILASALLE. E-mail: maria.borges@unilasalle.edu.br.

institucional para o conhecimento da história da instituição e sua inserção no meio social onde atua. Apesar dessa relevância, a autora evidencia as limitações que envolvem a reconstrução do passado, quando as instituições não conservam seus sistemas de informação. É nesse contexto que a autora apresenta um estudo sistemático na Santa Casa da Misericórdia de Sines sobre a tentativa de reconstituir um sistema de arquivo a partir dos “documentos sobreviventes conservados pelo produtor e por outras instituições que mantiveram com ele relações hierárquicas, temporais e associativas”. Patrício (2016) focaliza um sistema de arquivo produzido na Época Moderna e hoje desaparecido. Sua descrição indica que a documentação desta instituição fundada no séc. XVI foi dividida em três espaços: o arquivo da época inicial, que se resume a uma caixa depositada no Arquivo Municipal de Sines; a documentação produzida no século XIX, até 1974, custodiada pela Câmara Municipal de Sines; o arquivo corrente e livros de atas do século XX, mantido na instituição desde os anos 80 do século XX.

Patrício (2016, p. 189) compara a investigação dos sistemas de informação ao que chama de criptoarquivística “dos documentos produzidos mas que desapareceram; dos documentos que deviam ter sido produzidos mas que não o foram; dos documentos destruídos conscientemente ou por várias sucessões de acasos”, o que possibilitaria compreender a trajetória da documentação desde a produção até a custódia e explicar o estado atual. No caso brasileiro, a reconstrução da trajetória documental a partir da compreensão dos gestores em relação à memória institucional foi abordada em relação a uma unidade acadêmica de uma universidade federal no sul do Brasil (GUTIERREZ, 2017).

Patrício (2016) ressalta que as relações de poder “entre os responsáveis pelo ambiente regulador, os produtores, custodiantes e utilizadores”, podem ser determinantes, principalmente durante ditaduras, que promovem a ocultação ou destruição de documentos de arquivo. Em termos metodológicos, a autora procedeu a uma revisão de literatura sobre outras misericórdias, buscando respostas para questões sobre o “conteúdo do arquivo original a partir dos documentos sobreviventes e como evoluiu a história administrativa da instituição”, descrevendo os fundos encontrados (PATRÍCIO, 2016, p. 189). O estudo de caso brasileiro também buscou respostas para estas questões, a partir de uma reflexão intergeracional de seus gestores, evidenciando relações de poder, conflito, incompreensões e descontinuidades que podem estar no cerne da questão.

Em conclusão, Patrício (2016) afirma que, mesmo recorrendo a outros arquivos, dificilmente se recupera informações sobre o sistema existente, embora se possa recuperar algumas informações prestadas pelo produtor a outras instituições com as quais manteve relações hierárquicas, associativas ou temporais. Segundo a autora, o caso estudado permitiu conhecer os serviços prestados pela Misericórdia de Sines na Época Moderna, a assistência aos militares e aos presos pobres, além de caracterizar a propriedade da irmandade, e os conflitos entre irmãos e entre outras autoridades. Em relação ao sistema de informação, a autora identificou que a Santa Casa da Misericórdia de Sines compartilha com outros produtores contemporâneos muitos elementos de sua própria história administrativa e custodial da Época Moderna, tais como: “a utilização do registo para a gestão quotidiana e a preservação da memória; fragmentação do sistema causada pelas vicissitudes da história local, nacional e do próprio acaso” (PATRÍCIO, 2016, p. 191). Suas conclusões demonstram a relevância da preservação desses documentos para a compreensão de uma temporalidade que ultrapassa o espaço institucional.

Em *A organização dos arquivos das instituições de investigação científica: o caso do Centro de História da Universidade de Lisboa (1954-1995)*, Tiago Barros Pinto aborda as características dos arquivos de instituições de pesquisa através do arquivo do Centro de História da Universidade de Lisboa, destacando seu patrimônio documental, a metodologia de trabalho seguida, os resultados e dificuldades encontradas na organização deste arquivo. Ao descrever a instituição, Pinto (2016, p. 100) refere

mudanças políticas que se refletiram em seu desenvolvimento: “o Centro de Estudos Históricos sofreu uma profunda alteração a vários planos”, assim como “a falta de funcionários e os sucessivos assaltos conduziram a uma situação caótica e ao desaparecimento de livros, material e colecções de revistas em quantidades relativamente elevadas”.

Os rearranjos organizacionais evidenciam também as subdivisões nas ciências e o nascimento e desenvolvimento de novos campos de investigação. No caso português, Pinto (2016, p.100) refere que a “forte presença e a multiplicação de projectos de Arqueologia determinaram uma mudança ao nível do nome do Centro, passando a designar-se Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa”. De forma semelhante, embora tardia, observou-se esse movimento em relação à visibilidade da Estatística enquanto campo científico, frente à Matemática, em uma unidade acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ocorreu a mudança de nome do Instituto, formalizando um movimento de afirmação acadêmica, profissional e científica (GUTIERREZ, 2017). Mudanças de sede, divisões e extinções das instituições são elementos comuns e que geram impacto na destinação dos documentos institucionais.

Pinto (2016) menciona dois tipos de documentos gerados: administrativos e os dados que resultam de investigações. Estes últimos são mais sensíveis à destruição, pois são tratados como meio para produção de documentos finais e, assim, descartados. Contudo, esta autora chama a atenção para o fato de que: “O conjunto destes recursos é uma fonte primária que nos proporciona um testemunho precioso sobre a organização do Centro de História como instituição pública de investigação, sobre as suas actividades administrativas e de investigação” (PINTO, 2016, p. 102).

A autora evidencia também o estado “fragmentário” dos documentos encontrados e a tomada de ações simultâneas para o tratamento de massas documentais acumuladas, respeitando-se os marcos regulatórios e os princípios arquivísticos da proveniência “ou o princípio do respeito pelos fundos, segundo o qual os arquivos ou fundos de uma mesma proveniência não devem misturar-se com outros”, para garantir sua unidade; e o princípio do respeito pela ordem original, “definido pelo Conselho Internacional de Arquivos como princípio de respeito pela estrutura arquivística, segundo o qual um fundo de arquivo deve conservar ou receber uma classificação que corresponda às estruturas administrativas internas do organismo que o criou” (PINTO, 2016, p.104). Como resultados deste trabalho foram produzidos um catálogo e um quadro de classificação documental.

Esta autora (PINTO, 2016, p.106) destaca ainda a importância da descrição técnica de cada documento, após sua reunião, para possibilitar o acesso futuro ao mesmo, e lista cinco tipos de dados ou elementos informativos que podem ser extraídos dos mesmos e informa sobre: “o contexto e as circunstâncias que determinam a origem e a produção dos documentos e a gestão administrativa que os gerou”; “o conteúdo dos documentos, com o objectivo de permitir junto da organização o controlo intelectual do arquivo”; além da forma e estado do suporte documental; condições de acesso e uso dos mesmos; e a “história do tratamento arquivístico dos documentos”.

Pinto (2016) conclui ressaltando a importância dos arquivos em instituições de pesquisa, embora constata a escassez de estudos nesse campo:

Os arquivos das instituições de investigação científica são de grande relevância não apenas para a sua história mas também para a história das disciplinas científicas, na medida em que permitem compreender o modo de as conceber e organizar nas diferentes épocas (PINTO, 2016, p.107).

Outros aspectos ressaltados por Pinto (2016, p. 107) são a pouca utilização em razão da inexistência ou restrição de acesso aos arquivos institucionais, e a “falta de políticas e normas que fomentem e

estimulem a conservação desta documentação”. O estudo de caso brasileiro também chegou a evidências semelhantes (GUTIERREZ, 2017).

No caso português, Pinto (2016) sugere medidas de curto, médio e longo prazos, respectivamente:

Que as bibliotecas das faculdades/universidades assumam a responsabilidade de custódia, conservação e difusão destes fundos históricos; a médio prazo criar mecanismos e canais de informação entre os departamentos e bibliotecas que permitam conhecer novos fundos e a longo prazo elaborar uma política de gestão documental que estabeleça normas e procedimentos arquivísticos que fomentem o controlo e conservação da documentação científica. (PINTO, 2016, p.107)

Nesse aspecto, identificou-se um ponto de discordância em relação ao estudo de caso brasileiro, no qual se identifica o desenvolvimento de campos profissionais distintos, a partir das diferentes características dos artefatos que são seus objetos de tratamento: o livro, para bibliotecários; o objeto tridimensional, para museólogos; e os documentos de arquivo, para arquivistas. E, novamente, os campos científicos se desenvolvendo e ampliando sua visibilidade.

O estudo evidenciou que, no campo arquivístico, existe um esforço voltado à afirmação profissional e à disseminação de uma política de gestão documental visando ampliar o conhecimento sobre as normas e procedimentos arquivísticos, criando parcerias e condições para a preservação do patrimônio documental daquela instituição (GUTIERREZ, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado inicialmente, buscou-se compreender, através dos relatos de experiências de pesquisas institucionais em Portugal e no Brasil, como é realizada a gestão destes patrimônios documentais, as dificuldades encontradas e relações com a memória. Mesmo que de forma breve, foram identificadas aproximações.

Foi possível perceber semelhanças nos percursos de pesquisa, descobertas e resultados. Tais semelhanças se referem aos obstáculos na reconstrução de memória institucional a partir da interface documental, diante da complexidade e dinâmica das organizações e à ausência de transmissão de legados institucionais. Extinções, divisões e mudanças de sede das instituições foram elementos comuns e que geraram impacto na destinação dos próprios documentos. Evidenciou-se também o desenvolvimento dos campos científicos a partir dessas mudanças e dos documentos que resistiram à destruição. O estado “fragmentário” dos documentos encontrados e a tomada de ações simultâneas para o tratamento de massas documentais acumuladas, respeitando-se os princípios arquivísticos, também foram constatados (GUTIERREZ, 2017; PATRÍCIO, 2016; PINTO, 2016).

Quanto ao ponto divergente, refere-se, em suma, a quem cabe a responsabilidade sobre o patrimônio documental das instituições. Entende-se que bibliotecas e arquivos têm objetos distintos e, portanto, diferentes formas de tratamento documental. Mas defende-se a ampliação do diálogo entre os campos profissionais para ampliar o entendimento institucional sobre a preservação de sua memória documental, evitando assim sua fragmentação e destruição. Afinal, não se valoriza aquilo que não se conhece.

REFERÊNCIAS

GUTIERREZ, Ana Lérica Pacheco. **Memória institucional e gestão documental no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS**. 2017. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade La Salle. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Canoas, BR-RS. 253f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001058137&loc=2018&l=8c341e59a4a1d760>. Acesso em: 11 out. 2018.

PATRÍCIO, Sandra. Seguir o fio de Ariadne: reconstituição de sistemas de informação pretéritos: O caso da Santa Casa da Misericórdia de Sines. **Cadernos BAD**, 2016, n. 1, jan.-jun., pp. 187-191. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1506/pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

PINTO, Tiago Barros. A organização dos arquivos das instituições de investigação científica: o caso do Centro de História da Universidade de Lisboa (1954-1995). **Cadernos BAD**, 2015, n. 1, jan.-jun., pp. 99-109. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1511/pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

MEMÓRIAS IDENTITÁRIAS DAS JUVENTUDES RESIDENTES EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOSO

Carla Nunes Webe ¹⁶⁹

Carla Cilene Coelho Furtado ¹⁷⁰

Luciane Marques Raupp ¹⁷¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar as histórias de vida de jovens residentes no Bairro Guajuviras, na cidade de Canoas, RS. A metodologia qualitativa utilizou o método história de vida e os sujeitos de pesquisa foram captados pela técnica Bola de Neve. Os resultados apontam para a necessidade de compreender a criação, o incentivo e o fortalecimento de processos capazes de gerar o suporte social que deem bases para a construção da identidade das juventudes, no sentido de quebra de paradigmas e estigmas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Memória; Identidade.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, o que resulta, do ponto de vista social, por ampliar as desigualdades em suas várias regiões. Os jovens que residem em territórios tidos como violentos acabam por ganhar visibilidade negativa, pois são vistos de forma homogenia e estigmatizada.

O meio social designa um modo de ser e tenta encaixar as pessoas de acordo com as características entendidas como comuns e naturais aos membros desta categoria. A sociedade determina um padrão externo ao indivíduo que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio. A estes padrões denomina-se estigmas. (GOFFMAN, 1975).

É o estilo cultural, a riqueza de suas manifestações e os modos utilizados para seus registros, demarcados territorialmente pelo jovem, que vão definir suas marcas de resistência aos estigmas e às violências com as quais convivem no cotidiano dos bairros periféricos brasileiros. A visibilidade torna-se um modo de romper marcas e traços do estigma territorial imposto e de cruzar as práticas estagnadas nos bairros periféricos. (DIÓGENES, 1998).

Buscando dar conta das questões que envolvem a juventude, sua construção de identidade e resistência quanto às lógicas estigmatizantes, o presente trabalho teve por objetivo principal descrever e analisar as histórias de vida de jovens residentes no Bairro Guajuviras, na cidade de Canoas, RS. Visou também caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens pesquisados; investigar suas trajetórias laborais e educacionais e descrever suas expectativas de futuro e projeto de vidas.

169 Graduada em Psicologia pela Universidade LaSalle. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais em pela Universidade LaSalle.

170 Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em Marketing Estratégico pela Universidade LaSalle. Mestranda em Memória Social e Bens Culturais em pela Universidade LaSalle.

171 Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Psicologia Social e Institucional pela mesma Universidade e doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Estas questões surgem como recorte de uma pesquisa maior, intitulada: “Memória social, relações comunitárias e construção de identidades entre jovens moradores de um Território de Paz”, desenvolvida junto ao Mestrado de Memória Social e Bens Culturais, em sua linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade.

Espera-se que os resultados alcançados nesse estudo permitam traçar tendências e destacar significados acerca dos modos de resistência sobre a trajetória comumente imposta aos jovens pertencentes às camadas de baixa renda. Longe de supor que o resultado deste trabalho se desenvolva de forma a esgotar possibilidades sobre o tema, deve servir como subsídio para a criação de políticas públicas que garantam outros possíveis, além da vida precarizada ou da entrada para o crime.

METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa foi a metodologia escolhida, pois entendeu-se que este método considera o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como o foco de atenção especial do pesquisador. Nos estudos qualitativos existe sempre uma de capturar a perspectiva dos participantes, isto é, examinam-se como eles encaram as questões que estão sendo focalizadas. (OLIVEIRA, 2011).

Como opção de ferramenta de pesquisa qualitativa usou-se o método História de Vida:

Neste sentido, o método história de vida oportuniza aos pesquisadores aprender a ouvir o sujeito que vivenciou a situação que se quer estudar, o que implica em tê-lo como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria vida. (SANTOS e SANTOS, 2008).

As informações foram coletadas através de entrevistas baseadas em roteiro aberto, apenas com perguntas norteadoras. Além da entrevista, os participantes preencheram um formulário sócio demográfico.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados utilizando-se a técnica Bola de Neve. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, conhecido como ponto de saturação. (ALBUQUERQUE, 2009).

Após a transcrição integral das entrevistas, procedeu-se à leitura e interpretação do material utilizando a técnica de Análise de Conteúdo. Esta técnica comporta um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados aos discursos, através dos quais se analisa as comunicações, decompondo-as e elencando categorias. (BARDIN, 1977).

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, no século XX, a afirmação da juventude como força de transformação fez com que essa fase da vida se expandisse, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. “Passamos de um período sem adolescência para outro, em que a juventude se tornou a idade favorita: um território onde todos, independentemente da idade, querem viver indefinidamente”. (ARIÉS, 1981, p. 36). Surge então, neste período, o interesse pelo que o jovem pensava e pelos seus modos de manifestação.

Os movimentos juvenis no sentido da busca da maturidade intelectual não podem ser compreendidos de forma linear, eles vão se construindo de forma heterogênea. Esses movimentos são

atravessados pelos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, neste sentido, não podemos definir um único conceito de juventude, mas, sim, juventudes. (DAYRELL, 2002).

Já o sentimento de identidade é entendido como uma das características da memória, e é construído como a representação real no corpo, no grupo, nos princípios morais e de unicidade com o outro. A identidade circunscreve-se numa dinâmica de mudança, de negociação, de transformação em função das pessoas que nos cercam. Por outro lado, a memória passa por um trabalho de enquadramento que pode ser realizado tanto por historiadores, numa história nacional ou por outras esferas culturais na sociedade de massa que ora mantêm e dão continuidade, ora transmutam a memória legando-nos outras identidades e percepções. (POLLAK, 1992).

Pretendeu-se ao abordar os jovens moradores de um bairro periférico subverter os processos de subjetivação dominantes e explorar os movimentos que expressam sua capacidade de resignificar suas vidas na direção da construção de sua identidade. Muito além de um território, são os resultados das vivências sociais que o transformam e lhe conferem um significado social. (PAIS, 2001).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Fizeram parte da pesquisa cinco jovens residentes no Bairro Guajuviras. Estes foram identificados como: Mestre, 35 anos (informante chave), Príncipe, 22 anos Sunshine, 20 anos, Guerreiro, 27 anos e Arcanjo, 25 anos.

Sobre a construção da identidade dos jovens no desenvolvimento da pesquisa observou-se que estes sujeitos confirmam a sinalização de que os amigos de um mesmo grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”. (PAIS, 1993, p.94). Portanto, deve-se considerar que a rememoração das experiências de vida dos jovens entrevistados é um fator importante na construção de sua identidade individual e coletiva.

Mesmo que a violência e o tráfico de drogas não fossem os temas centrais desta pesquisa, as entrevistas foram permeadas por falas que remeteram a essas questões. A violência está associada ao tráfico de drogas e no território que circunda estes jovens é uma referência constante. É no pensamento naturalizado que, na ausência do estado, a única fonte de ocupação e de renda venha através do tráfico que promovem a invisibilidade das trajetórias de vida de grande parte dos jovens que residem em territórios periféricos. (MALVASI et al, 2016).

Observa-se o desejo de ser reconhecido, ter visibilidade, ser alguém num contexto que os torna nulos. Desejam buscar novos lugares no mundo que lhes possibilitem novos espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam como sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

Disponível em: <https://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/Albuquerqueemm.pdf>. Acesso: 06 set. 2018.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**, 2a ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981. p.36.

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, Junho 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf. Acesso em: 03set. 2017.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos, Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. Universidade Federal do Ceará- UFC, Departamento de Ciências Sociais- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998, Fortaleza, Ceará, 1998. p. 303-56.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.
- NUNES, Márcia Bandeira de Mello Leite (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975.
- MALVASI, Paulo Artur; JIMENEZ, Luciene; LEVI, Jeferson. Trabalho no tráfico de drogas: reflexões sobre a experiência de jovens brasileiros. In: FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; MEDEIROS, Regina. (Org.), Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016, p. 47-69.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. UFG, Catalão, Goiás, 2011.
- PAIS, José Machado. Vida Cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- PAIS, José Machado. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: **Estudos Históricos**, v.5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.
- SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. Texto contexto - enferm, Florianópolis, v.17, n. 4, p. 714-719, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso:15 Ago. 2018.

MEMÓRIA EM UMA COOPERATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PÓS-CONSUMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Daiana Schwengber*¹⁷²

*Maria de Lourdes Borges*¹⁷³

RESUMO: Este estudo tem por objetivo relatar uma oficina de construção de linha do tempo de uma cooperativa de resíduos sólidos em Canoas, RS a fim de estimular a rememoração das conquistas, desafios e lutas daquele coletivo. Foi realizada uma pesquisa qualitativa onde foram realizadas e relatadas oficinas dentro das ações previstas no projeto Etnometodologia na Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária no Campo da Reciclagem (Fomento CNPq). Uma linha do tempo foi construída pelas cooperadas e em seguida o processamento grupal trouxe avanços em termos de (auto)valorização da trajetória da cooperativa e individual.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de Experiência; Incubação; Cooperativa de Reciclagem; Memória.

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado pelos catadores de resíduos sólidos é retratado desde o século IX (SILVA, 2015). Porém, com o processo de urbanização, o desenvolvimento industrial e o crescimento populacional a matéria prima de trabalho deste profissional vem se transformado. Os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos vêm crescendo pelo excessivo consumo de embalagens que muitas vezes não conseguem ser inseridas novamente no ciclo da reciclagem (PINHEL, 2013). Segundo dados do IPEA (2012), são produzidas cerca de 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia e grande parte deste material é encaminhado diretamente para aterros sanitários. No Brasil, o profissional catador tem como necessidade básica a geração de renda e inclusão social por meio de contratos com o poder público. Estima-se que existem mais de 600 mil catadores que trabalham no processo de coleta e triagem deste dos resíduos sólidos pós-consumo (IPEA, 2012).

Para se formalizarem e saírem do trabalho individual, as cooperativas de coleta e triagem vêm se consolidando buscando capacitação e apoio técnico para prestação de serviços e consolidação do seu trabalho (PINHEL, 2013). A maioria das cooperativas de triagem de resíduos sólidos é pautada com base na economia solidária e a socialização dos meios de produção, sendo a renda gerada distribuída entre os trabalhadores (SCHWENGBER, 2015). Veronese (2008) acredita que não pode haver democracia verdadeira sem uma economia em bases solidárias. A autogestão é uma forma de gestão compartilhada e democrática, onde todos participam das decisões e buscam o bem comum para o seu empreendimento e para os cooperados (SINGER, 2002).

Após a construção deste espaço de trabalho, muitas cooperativas não organizam a documentação para sua formalização e seguem sem atualizar sua trajetória e memória. As conquistas, dificuldades e avanços se perdem em meio ao trabalho dando espaço para o esquecimento. A memória é geradora de identidade e de pertencimento possibilitando construir um sentimento de valorização das práticas. memória é a identidade em ação, são as práticas identitárias formadas por lembranças e esquecimentos,

172 Doutoranda da Universidade La Salle, Bolsista CAPES PROSUG, E-mail: daia_schw@yahoo.com.br.

173 Doutora e Mestre em Administração, professora e pesquisadora do PPG Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

incorporando certos aspectos do passado, mas também novas construções do presente (CANDAU, 2016). Para os catadores que muitas vezes sentem-se excluídos por trabalharem com aquilo que ninguém mais quer, com os restos da sociedade (EIGENHEER, 2009), rememorar é ressignificar suas lutas, desafios e conquistas.

Este estudo tem por objetivo relatar uma oficina de construção de linha do tempo de uma cooperativa de resíduos sólidos em Canoas, RS a fim de estimular a rememoração das conquistas, desafios e lutas daquele coletivo.

CONTEXTO

O relato de experiência irá descrever uma oficina realizada pela equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unilasalle na Cooperativa de Reciclagem Renascer, participante do projeto “*Etnometodologia na Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária no Campo da Reciclagem*” da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unilasalle.

A Incubadora é um espaço interdisciplinar, que tem como foco de atuação o processo de assessoramento aos empreendimentos incubados e com isso, possibilita a inserção acadêmica no campo da economia solidária e tecnologias sociais. Essa interação se dá por meio de estágios curriculares abertos a todos os cursos de graduação e pós-graduação da Unilasalle e com o desenvolvimento de eventos sobre as temáticas afins. Além disso, uma relação direta com os programas de *Strictu Sensu* da Unilasalle no desenvolvimento de pesquisas na área de economia solidária, cooperativismo, tecnologias sociais e reciclagem. A participação junto ao Grupo de Pesquisa Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento (GP TESSIDO) vinculado ao PPG Memória Social e Bens Culturais, possibilita o desenvolvimento de pesquisa e fomento de inovação no campo de atuação.

A atuação da Incubadora de Empreendimentos Solidários, como uma proposta de extensão universitária, que alia processos de ensino e pesquisa para o alinhamento da reflexão-ação-reflexão, contribui na busca da transformação social dos sujeitos atuantes no campo da economia solidária e na geração de trabalho e renda por meio de coletivos de trabalho.

Em 2017, a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unilasalle foi selecionada pelo financiamento CAPES para execução do projeto intitulado “*Etnometodologia na Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária no Campo da Reciclagem*” com a participação de quatro cooperativas de reciclagem: COOPREVIVE, COOTRE, COOPCAMATE e Renascer. A cooperativa participante deste relato de experiência é a Cooperativa de Reciclagem Renascer, que é uma das cooperativas atendidas pelo projeto da Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle.

COOPERATIVA DE RECICLAGEM RENASCER

A Cooperativa de Reciclagem Renascer teve a sua origem de trabalho coletivo em meados de 1983, período em que se deu a catação de materiais recicláveis no aterro sanitário do município de Canoas. Neste período cada trabalhador catava e vendia individualmente. Somente depois de algum tempo, começaram a vender coletivamente e também dividir o material coletado se consolidando em uma associação. Em 1995, a Associação ACCMC – Associação de Carroceiros Catadores de Materiais de Canoas foi convocada pela Prefeitura Municipal de Canoas para assumir o “grupo do aterro sanitário”, que ficou sendo parte da ACCMC até o ano de 2006. Ao longo de seus 28 anos de existência, a Cooperativa

de Reciclagem Renascer estabeleceu inúmeras parcerias: Comunidade de Voluntários da Igreja Luterana (CELSP), DRS, Unilasalle Canoas, CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional, Empresa VONPAR e Prefeitura Municipal de Canoas. Além disso, a cooperativa participa efetivamente do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos, integra o DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável da Reciclagem no município de Canoas, em conjunto com os outros três empreendimentos do setor. Entre 2010/2011 a cooperativa participou do Projeto Cataforte edições I, II e III, integrando um programa de qualificação para os catadores, apoiado pelo Governo Federal e executado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A Renascer tem em seu quadro de cooperados 20 trabalhadores, oito do sexo masculino e 12 do sexo feminino. A renda mensal média dos trabalhadores é de R\$900,00 e coletam cerca de 45 toneladas/mês. É uma das cinco cooperativas que realiza a coleta seletiva no município e tem contrato mensal no valor de R\$ 42 mil reais para prestação deste serviço. Está localizada no bairro Guajuviras, segundo bairro mais populoso da cidade de Canoas, com 39. 526 habitantes (IBGE, 2010) ao lado da Estação Municipal de Transbordo.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo que teve como método o relato de experiência de uma intervenção em um determinado grupo. A pesquisa qualitativa possibilita desenvolver a interpretação de diversos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes aprofundando as relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

As oficinas realizadas são ações do projeto que integram a cooperativa em estudo. As visitas da Incubadora à Renascer são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês com todas as cooperadas seguindo um cronograma já autorizado pela equipe administrativa. Os homens não participam das oficinas por opção, mas são convidados. Em cada oficina, realizamos uma atividade de reflexão e oportunidade de fala estimulando o debate e participação de todas que corresponde à fase do processamento grupal (SANT'ANA; TEIXEIRA, 1998). Após o encontro, é elaborado um relatório de campo com a participação da equipe que participou da visita e oficina.

Este estudo consiste em um relato de experiência vivenciado pelas autoras durante uma oficina de construção de uma “linha do tempo” da Cooperativa Renascer. com o objetivo de sensibilizar para uma reflexão sobre a trajetória da cooperativa, onde estão, as potencialidades e os desafios. Esta atividade foi realizada em 07/06/ 2018 e teve a participação de dez catadoras e de três integrantes da Incubadora em tela.

A linha do tempo foi sendo construída de maneira colaborativa, onde, a partir das falas das catadoras, foi feito um registro utilizando uma caneta hidrocor em um papel *kraft*. Conforme os depoimentos e lembranças iam surgindo, a linha do tempo era preenchida pela primeira autora com as datas e os acontecimentos mais marcantes da cooperativa. As cooperadas participantes da oficina foram expondo suas lembranças conforme seu período de inserção na cooperativa.

RESULTADOS E REFLEXÕES

As dez catadoras participantes da oficina relataram o ano de ingresso na cooperativa, sendo que D. Sônia entrou em 1986 (32 anos de cooperativa), Franciele desde 2010, Jéssica, Márcia e Michele desde

2011, Janaína e Suelen deste 2017 e Solange, Kamila e Elisandra entraram neste ano. Portanto, 90% das catadoras participam da cooperativa há menos de oito anos. Somente D. Sônia vivenciou da Renascer antes de 2010. Além disso, 50% das catadoras estão na cooperativa há menos de um ano, o que é relatável. A rotatividade presente na Renascer é também relatada em diversas outras cooperativas de resíduos sólidos (MIURA, 2004; BROCHIER, 2015).

Na linha do tempo (Imagem 1), as memórias foram associadas as conquistas e recebimento de melhorias dos últimos 32 anos, tais como a melhora da **estrutura**, **maquinários** e **financeiro**. **Estruturalmente** destaca-se a conquista de um novo galpão fechado, cozinha, refeitório, escritório, porém ainda não inclui um banheiro que atualmente é um container improvisado. Nos **maquinários**: as prensas, esteira, elevador e caminhão. Do ponto de vista **financeiro** dizem que “aumentou bastante” a renda individual como resultado de todos os projetos contemplados como FLD, Coca-Cola, Brasken, IFRS e o apoio da Unilasalle. Fator essencial para o aumento da renda foi o contrato de prestação de serviços oficializado em 2011 com a Prefeitura Municipal de Canoas, possibilitando o pagamento dos INSSs e direitos adquiridos.

Nos relacionamentos interpessoais e de gestão interna, destaca-se as formações realizadas nos últimos oito anos com diversas parcerias, dentre elas a Incubadora da Unilasalle.

Imagem 1. Linha do tempo da Cooperativa de Reciclagem Renascer

1986	1995	2002	2006	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2017	2018
travavam no aterro individualmente	saíram do lixão e focam para o primeiro galpão	Visita do Frei Francisco e de uma Empresa Aloni	Brasken entrega prensa e elevador	Início das oficinas com o Unilasalle	Formação da Associação	Formação da Cooperativa	Caminho das Águas/ Escrita, cozinha e parte do galpão	Projeto Coca-Cola - Doe seu Lixo / 3 ciclos	Construção e mudança para o novo galpão	Curso do IFRS de informática e oratória para mulheres	Escritório pelo projeto Coca-Cola	Incubação com a Unilasalle
					Catarse I Formações	Pagamento do INSS	Catarse II / Caminhão		Catarse III / Plano de Negócios	Projeto FLD - Catadoras Formação	Prêmio Pró-Catador	Projeto "A voz das catadoras"
						Contrato com a Prefeitura Municipal de Canoas				Reforma no refeitório	Fim do Projeto FLD - Catadoras Formação	

Fonte: Autoria própria.

Após o encerramento da construção da linha do tempo, foi realizado um momento de processamento grupal (SANT'ANA; TEIXEIRA, 1998) em que as participantes puderam expressar o que sentiram durante a técnica grupal onde rememoraram os 32 anos de cooperativas. Sônia coloca que “nunca que eu ia me dar conta de tanta coisa que a gente já fez. Só quem trabalhou no lixão sabe como isso aqui – a cooperativa- esta melhor” (Sônia, catadora desde 1986). Essa fala evidencia a importância de momentos de rememoração voltados para a conscientização dos feitos do passado.

Franciele ressalta o quanto a cooperativa é importante na vida dela, para o sustento de seus filhos. Michele, Jéssica e Márcia foram as catadoras que mais contribuíram na construção da linha do tempo. Elas percebem que todas as conquistas foram feitas a partir de muita luta e de persistência em meio às adversidades. As catadoras Janaína, Suelen, Solange, Kamila e Elisandra não puderam contribuir com a dinâmica nos anos anteriores a sua inserção, porém, todas avaliaram a atividade como muito importante

para conhecer a memória da cooperativa e valorizar as conquistas alcançadas.

Diante disso, percebe-se que, rememorar é também dar a possibilidade de sentir-se pertencente. A memória pode contribuir na construção de identidade resultando em um sentimento de valorização das práticas e da trajetória de cada sujeito (CANDAU, 1016). Por meio da apresentação deste relato de experiência, percebe-se que a memória pode contribuir também para a valorização da trajetória de um coletivo, tal como uma cooperativa.

REFERÊNCIAS

BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio. **Autogestão e níveis de consciência: uma intervenção em uma cooperativa de resíduos pós-consumo**. 2015. 169 f. Dissertação (mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

EIGENHEER, E. M. **A limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/>> Acesso em 25 set 2018.

IPEA. **Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PINHEL, Julio Ruffin. **Do Lixo a Cidadania: Guia para Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2013.

SCHWENGBER, Daiana. **Qualidade de vida e perfil socioeconômico de profissionais catadores de quatro cooperativas de resíduos sólidos da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Unilasalle, 2015.

SILVA, Pedro Henrique Issac. **O que fazemos do que fazem de nós: Trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Brasília, 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Psicologia Social e Economia Solidária**. São Paulo: Ideias&Letras, 2008.

Agradecimentos: Capes e CNPq n. 441895-2017-4

O TEATRO E A CIDADE: TRANSFORMAÇÕES DE UM SÍMBOLO CULTURAL

Renata Bastos Dellamea Ferraz¹⁷⁴

Judite Sanson de Bem¹⁷⁵

RESUMO: Mais que um teatro, um complexo cultural. É assim que, hoje, o Theatro São Pedro¹⁷⁶ se denomina. Transformação iniciada nos anos 1970 que culminou numa proposta inovadora, a de reunir num único espaço uma diversidade de oferta de bens culturais voltados a impulsionar o desenvolvimento local. Desde o século XIX, o teatro é protagonista na paisagem urbana, difundindo arte, promovendo vivências, saberes e reflexões. O teatro se tornou um marco, um símbolo, um centro de referência. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo geral analisar as transformações do teatro desde sua criação até os dias atuais. O estudo é considerado exploratório e traz um referencial teórico sobre memória, bem como contexto histórico e dados quantitativos da área cultural. As conclusões possibilitam verificar as transformações pelas quais o teatro passou e que potencializaram a oferta de bens culturais para a população local.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro; Cultura; Theatro São Pedro.

INTRODUÇÃO

A quantidade de teatros em Porto Alegre, no século XIX, era praticamente inexistente na paisagem urbana do território. Os tabladados improvisados que abrigavam modestas apresentações para um público frequentador mais popular não apresentavam condições de atrair a classe burguesa. A Casa de Ópera e o Teatro Dom Pedro II, por mais que tivessem sido as primeiras casas de cultura e arte do município, não conseguiram atender as expectativas do público exigente e das autoridades locais. Em atendimento

à solicitação da população local, em 1833, o governo da Província cede um terreno na praça principal da cidade para a construção de um teatro, o Theatro São Pedro.

Inicialmente, o projeto arquitetônico, contemplava dois prédios inspirado em grandes casas de espetáculos europeias, mas apenas o teatro sobreviveu na paisagem urbana da cidade. O local era considerado deslumbrante demais para uma simples capital da Província [...] um legítimo galardão para a cidade, salientando-se no complexo urbano da época, não só por seu porte como por seu luxo e bom gosto de sua decoração interna [...] (DAMASCENO et alii, 1975, p.24) Espaço ideal para atrair público de diferentes classes sociais e irradiar padrões e comportamentos burgueses, o teatro foi, aos poucos, se consolidando no estilo de vida da população e se consolidando no mercado de bens culturais, o que justifica o presente estudo.

Nesse contexto, analisar as transformações do teatro, desde sua criação até os dias atuais é o

174 Doutoranda do PPG em Memória e Bens Culturais da Universidade Lasalle. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: llamea@terra.com.br.

175 Dra. em História Íbero Americana pela PUC/RS. Docente do PPG da Universidade Lasalle/Canoas. E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

176 Pela regra ortográfica a palavra “teatro”, substantivo comum masculino, se escreve sem a letra “h”. Por uma decisão de imagem, a Associação Amigos do Theatro São Pedro adotou a escrita com a letra “h”. Nesse sentido, quando o texto se referir como substantivo se escreverá sem a letra “h”, e quando se referir o nome próprio se escreverá com a letra “h”.

propósito desse artigo, que traz como problema entender de que forma o desenvolvimento do teatro contribui para o desenvolvimento cultural da cidade. O artigo é um estudo de caso, exploratório e descritivo com apresentação de dados quantitativos. O texto se subdivide em quatro seções. A primeira apresenta uma revisão teórica sobre memória e patrimônio; a segunda resgata a evolução histórica do teatro e dados da cultura na cidade nos anos 80; a terceira apresenta o complexo cultural São Pedro; e por fim, as considerações finais.

THEATRO SÃO PEDRO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO

O ponto de partida para entender porque o Theatro São Pedro é considerado um símbolo cultural para a cidade de Porto Alegre requer uma apresentação dos estudos sobre a memória. Sua trajetória histórica de mais de 160 anos ainda habita a memória dos indivíduos, permanecendo viva. A cada lembrança uma nova história do local é retratada, um novo contexto é apresentado, novos personagens aparecem e novas relações são evidenciadas. Dito isso, o funcionamento da memória constituiu-se numa ponte entre o teatro e a sua representação como símbolo. Símbolo construído por desejos, aspirações e motivações passíveis de classificação, tradução de valores, ações e comportamentos. (BACZKO, 1985). Símbolo construído por representações sociais associadas a categorias e nomes que dão forma aos objetos. Representações comunicáveis, móveis, circulantes e dinâmicas. Representações que aproximam sujeitos de objetos dando-lhes um sentido servindo de foco para a memória. (MOSCOVICI, 2015).

O teatro é, dessa forma, um espaço de memória e imaginação, lugar de memorização ativa, em constante transformação e de significados diversos. No livro *“Theatro São Pedro: 150 anos de história”*, publicado em 2008, em comemoração ao seu aniversário, é possível conhecer o teatro a partir de experiências, histórias, símbolos e ideias que refletem relações sociais. É possível encontrar memórias e significados do porquê ser um local que remete à imaginação, a lembranças e memórias, memórias coletivas que mudam conforme o lugar ocupado pelo indivíduo dentro do mundo social e das relações que mantém com os outros. (HALBWACHS, 1990, p. 51) Memória que ocupa um espaço importante na cena pública podendo passar de memória-história para memória-patrimônio, símbolo de identidade. Nesse processo de construção de valores, os atores sociais podem articular sua legitimação fazendo com que os elementos culturais sejam “interpretados e inseridos em uma lógica da gestão patrimonial condizente com o grupo ou sociedade da qual fazem parte...” (FERREIRA, 2012, p.15)

Estando a sociedade em permanente transformação, somente com a investigação do sentido dado ao monumento histórico é que as ações de preservação são propostas. (CHOAY, 2014). Ações públicas que podem ser formuladas e/ou implementadas atendendo a determinados objetivos e com atores sociais diretamente envolvidos no processo. Ações postas em prática a fim de impulsionar espaços da cidade, seja preservando um objeto que reconstrói memórias e sentidos, seja renovando objetos a partir do passado, presente e futuro. A cidade é, assim, uma propriedade cultural partilhada, disposta a aprender com sua história e com sua memória social, a reconhecer territórios e temporalidades urbanas, a envolver atores públicos e privados, e a educar o olhar para reconhecer um monumento que possua sentido. (PESAVENTO, 2004) Nesse meio, planos, projetos e mecanismos são moldados partindo-se da ideia de que patrimônio é uma construção que requer práticas sociais. Práticas que consistem em “ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais.” (ARANTES, 2006, p. 426)

O Theatro São Pedro é um patrimônio, um produto no mercado de bens simbólicos, fundamental para o desenvolvimento, envolvendo fatores econômicos, políticos, educacionais e afetivos para a condução de diretrizes de sua gestão. (BOLÁN, 2010) Bem cultural pertencente a um mercado diferente de outros na medida em que agentes transacionam produtos que são invisíveis adotando estratégias e práticas contraditórias, pois os bens tem um preço, mas se apresentam como sem preço. (BOURDIEU, 1996) O teatro tem um preço, mas um preço simbólico, carrega valor cultural, sentido que perpassa gerações. O teatro é um monumento, um objeto que faz parte da fotografia da cidade.

CENÁRIO CULTURAL NOS ANO 80

O surgimento do Theatro São Pedro transformou a paisagem cultural urbana. Porto Alegre, tida como o principal centro econômico da província, no século XIX, via seu processo de urbanização crescer e o atendimento das necessidades da comunidade fazia despontar para novas edificações e novos espaços que alteravam a fisionomia da cidade. (PESAVENTO, 1991). Quando foi inaugurado, em 27 de junho de 1858, o teatro pode ser comparado às casas de espetáculos do Rio de Janeiro e São Paulo. (D'AMBROSI; MEIRELLES, 2014). O local era considerado [...] vistoso demais para a capital de uma simples Província [...] um legítimo galardão para a cidade, salientando-se no complexo urbano da época, não só por seu porte como por seu luxo e bom gosto de sua decoração interna [...] (DAMASCENO et alii. 1975, p.24). Espaço ideal para atrair público de classes sociais diversas, o teatro se tornou instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural. Desenvolvimento quanto à diversidade na programação, na nacionalidade dos artistas, nos temas e gêneros dos espetáculos. Desenvolvimento das relações das famílias, público, governantes, artistas amadores, artistas profissionais e empresários.

Tal desenvolvimento oportunizou a geração de grêmios e sociedades dramáticas, a valorização de obras de autores nacionais, a profissionalização dos “homens de teatro”, a criação de cursos de arte dramática no ensino superior, a instituição nas escolas de cursos de dramaturgia para formação de professores bem como a criação de festivais de teatro envolvendo teatro acadêmico, estudantil, agremiação e cursos de arte. Nos seus mais de 115 anos de existência, o São Pedro era uma casa aberta a todos, acolhendo apresentações qualificadas e heterogêneas. A mensagem que o local transmitia permitia receber “[...] com a mesma hospitalidade espetáculos e realizações de toda a espécie, desde apresentações de companhias dramáticas e líricas até convenções de partidos ou formaturas de estabelecimento de ensino.” (DAMASCENO et alii, 1975, p. 302)

O São Pedro deu oportunidades para que artistas locais pudessem mostrar suas habilidades e despertar na população o interesse pela cultura, desempenhando uma função social importante. Com o passar do tempo sua estrutura física foi necessitando de manutenções mais frequentes, chegando a encerrar suas atividades, em 1972, aguardando o momento de sua reabertura.

No entanto, a configuração espacial de Porto Alegre nas décadas de 1970 e 1980, em nada lembra os períodos anteriores. O aumento populacional, o crescimento imobiliário, o surgimento de novos bairros e espaços culturais alteraram o cenário urbano. Mesmo assim, o teatro, permanecia com vestígios de uma espécie de herança, testemunhos e representações carregadas de valores humanos e aspirações pessoais, como toda a cidade que tem sua história e suas formas. (MATTAR, 2010).

No final dos anos 1970, Porto Alegre ganha um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano remodelando o território de forma integrada com “[...] a finalidade de obter a melhoria da qualidade de vida da população e o incremento do bem-estar da comunidade[...]”, objetivando “[...]a ordenação do

crescimento urbano do Município, em seus aspectos físicos, econômico, social, cultural e administrativo, o pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município[...]”¹⁷⁷. O Plano remodelava a estrutura de ocupação urbana para atender sua população de 1.158.709 habitantes sendo 99,9% residentes nesse espaço. (IBGE, 1981)

A cidade ganhava, assim, outros contornos como viadutos, perimetrais, elevadas e túneis. A área central da cidade, tida como área nobre nos anos 1960, assumiu outra imagem: bondes elétricos foram retirados e instalaram-se bancas de floristas; terminais de ônibus na área do Mercado Público e da Praça XV foram construídos; Rua da Praia, Praça da Alfandega e Praça Otávio Rocha formaram um calçadão de pedestres; a instalação de uma Rodoviária junto ao Cais do Porto foi erguida; a construção do túnel Conceição e muro da Avenida Mauá foram executados; e a Avenida Praia de Belas ampliou o acesso para outras áreas da cidade. (PESAVENTO, 1999, p. 161)

Novos hábitos foram introduzidos à população como a ida aos *shoppings centers* “[...] que possibilitaram às camadas médias urbanas e às classes abastadas a participação num mercado de consumo sofisticado [...]” e a novos parques como o Harmonia, Marinha do Brasil e Moinhos de Vento. O momento oportunizou a criação de associações de bairros, a valorização dos centros de tradições gaúchas (CTGs), shows musicais, bailões e encontros no Brique da Redenção. (PESAVENTO, 1999, p. 165)

O Theatro São Pedro, de portas fechadas, compartilhava espaço com mais de 11 espaços teatrais em Porto Alegre¹⁷⁸, passando mais tarde a registrar 17 locais. O funcionamento dos teatros na cidade, na época, apontava aspectos técnicos interessantes, conforme as estatísticas do IBGE (1975). O retrato mostrava que: apenas 33,33% dos teatros tinham sistema de refrigeração; 50% ventiladores; 33,33% calefação; 83,33% sanitários; 50% bebedouros; 50% possuíam iluminação direta e 33,33% indireta; 50% poltronas estofadas e 33,33% de madeira; e 66,67% tapetes. Apenas um teatro possuía carpintaria especializada; quatro aparelhos para iluminar cenários e um para movimentar cenários. Com relação a aparelhos de reprodução sonora de alta fidelidade apenas dois detinham esse recurso, enquanto os outros ainda possuíam a forma magnética e estereofônica. A estrutura de operação dos teatros revelava que 25% funcionavam semanalmente e 8,33% diariamente; e quanto ao tipo de construção 50% eram tidas como especiais e 41,67% adaptadas; nenhum local possuía elevador, mas em compensação a quantidade de camarins coletivos eram superiores aos camarins individuais. Em contraste a nível país onde 45,36% funcionavam diariamente e 69,59% eram construções especiais e 29,90% adaptadas. (IBGE, 1982)

Dadas essas condições físicas, somadas ao público cada vez maior, outros locais foram sendo procurados para acomodar as produções que necessitavam de melhores qualidades técnicas e lugares suficientes para sua demanda. A nível país (Tabela 1) a evolução dos equipamentos culturais mostrava que não eram os teatros os equipamentos culturais de maior quantidade e sim as bibliotecas, museus e emissoras de televisão. Ou seja, novos tempos que se refletiram também a nível estadual, onde as bibliotecas cresceram 1.322,40%, as emissoras de televisão 550%, os museus 210% e os teatros 200%. Quanto à participação do estado a nível nacional, as emissoras de rádio e televisão, cine-teatros e museus apresentavam maior participação, em ambos os períodos.

Por mais que a concentração das atividades culturais estivesse localizada em São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 1980, o Estado do Rio Grande do Sul projetava-se frente aos demais entes federados

177 Lei Complementar Municipal de Porto Alegre, n. 43 de 21/07/79.

178 Os teatros eram: Teatro Dante Barone; Auditório da Assembleia Legislativa; Teatro Arena; Teatro Leopoldina; Teatro Araújo Viana; Teatro da Câmara; Teatrinho do DAD; Círculo Social Israelita; Teatro Clube de Cultura; Teatro Instituto de Artes da UFRGS; Teatro - Reitoria da UFRGS; Teatro da PUC; Teatro Renascença; Teatro Alvaro Moreyra; Teatro do Ipê; Teatro Um; Teatro da Ospa, antigo Teatro Leopoldina; Teatro Presidente (GOLIN et alii. 1989, p. 24).

ocupando o 3º lugar em despesas realizadas na função educação e cultura; o 3º em quantidade de teatros, bibliotecas e museus; e o 4º em cinemas, cine-teatros, atividades culturais e associações culturais. Quanto à dependência administrativa (IBGE, 1985), 50% eram municipais, 18,75 % particulares, 18,75% estaduais e, apenas, 12,50% federais.

Nesse contexto, as modalidades das atividades culturais eram diversas como reuniões, assembléias, apresentações folclóricas, concertos, recitais, audições e exibições de música. As reuniões e assembléias detinham maior participação com 26,14% seguidas das apresentações folclóricas com 15,96%; dos concertos, recitais e audições com 10,39%; e exibições de música com 7,93%. Os cinemas (1,77%) ficaram a frente das representações teatrais (1,44%).

As associações cresceram e segmentaram-se, também, nesse período. As artísticas e de cultura, em geral, concentravam o mercado, onde juntas detinham, 81,85% e 78,79%, tanto em quantidade física como em número de associados. As associações literária, científica e tecnológica, e de difusão lingüística apareciam logo em seguida; enquanto que as voltadas para o teatro detinham tímida participação como 1,03% e 0,09% em quantidade e associados.

THEATRO SÃO PEDRO: DE UM PALCO A UM COMPLEXO

Conforme aponta Pesavento (2004 p. 1597) recuperar a cidade do passado implica em “[...] registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano[...]”, mas mais, ainda, implica em ir além dos domínios do simbólico e do sensível, implica em “[...] sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história.”

Dentro dessa ideia, a restauração do São Pedro envolvia identidade, história e sentido que permaneciam no espaço da cidade, nas lembranças e memórias individuais e coletivas. Acreditando nisso, em 1975, através da Secretaria da Educação do Estado, Eva Sopher foi convidada a assumir o desafio de trazer à tona o São Pedro “[...] pois nem todos estavam efetivamente convencidos de que valia a pena investir recursos públicos naquele velho casarão em ruínas [...] numa época em que não existiam as leis de incentivo à cultura.” (AXT, 2008, p.74).

Pode-se afirmar que a figura de Eva Sopher se confunde com a do Theatro São Pedro tamanha importância de sua atuação frente à gestão do local. Na década de 60, radicada em Porto Alegre ficou responsável pela Pró-Arte na cidade estabelecendo uma grade de programação em diversos locais artísticos, inclusive no Theatro São Pedro, com a justificativa de que o quadro cultural da cidade mostrava-se tímido diante de outros estados. Como forma de reduzir os custos de operacionalização dos eventos que promovia, a programação seguia o roteiro dos outros estados, mas “cada cidade podia incluir seus próprios nomes na programação.” (p. 46)

Numa época em que não existiam leis de incentivo a cultura, as articulações políticas eram o foco das ações. A nível federal, sua força política veio dos contatos com o Ministério da Educação e Cultura, o que lhe garantiu um convênio entre o órgão e o Estado e a criação da Fundação Estadual Teatro São Pedro, em 1982, com objetivo de diversificar outras fontes financiadoras para a reconstrução. Como entraves ao longo do processo dois fatos foram observados: primeiro, a falta de verbas; e segundo, o desinteresse dos gestores públicos. Conhecido esses problemas, o movimento de sensibilização, com ações criativas e tom crítico, foi fundamental para pressionar os administradores públicos a retomar a prioridade na área da

cultura. A cultura, em seu entendimento, tinha que ser encarada como artigo de primeira necessidade e para isso deveria se criar um mercado para vendê-la através das entidades culturais, pois “o artista não passa, no momento de sua apresentação, de uma mercadoria cuja aceitação depende do mercado, e de toda a publicidade que se possa fazer em torna dela.” (HOHLFELDT, 1991, p. 144)

Nessa missão, o senso de equipe foi fundamental e contou com o trabalho de dois arquitetos, Carlos Antônio Mancuso e seu assessor Antonio Carlos Castro. A determinação era que a arquitetura do teatro deveria ser mantida, respeitando sua identidade histórica, unindo o original e o moderno, a tecnologia e a tradição “[...] para dotar a cidade de uma moderna e confortável casa de espetáculos”. (AXT, 2008, p. 83). A estrutura externa preservou sua arquitetura e as escavações proporcionaram aumentar a área útil do prédio. Toda a parte interna foi retirada, recebendo nova estrutura e os gradis foram restaurados. Distanciando-se do pensamento de que o destino das construções do passado é serem consumidas pelo tempo, arquitetos e historiadores interviram “[...] no processo preservando a memória, sentido e história” (PESAVENTO, 2004, p.1603). Para Eva Sopher, a filosofia da obra era devolver, [...] sua atmosfera, acolhedora e bela ao mesmo tempo, inserindo nela os recursos da atual tecnologia. Era devolver à Capital aquele monumento que dela fazia uma Capital, era devolver ao porto-alegrense sua memória. (THEATRO SÃO PEDRO, 1984, p. 13). O local deveria preservar seus símbolos, valores e crenças construídas ao longo de sua existência. E por mais que a passagem do tempo tivesse castigado sua estrutura física, restando pouca coisa antiga, a restauração deveria conservar e revelar o valor estético e histórico-cultural do monumento, e seu significado simbólico.

Finalizada a obra, no dia 28 de junho de 1984 o teatro foi reinaugurado e no mesmo ano foi considerado patrimônio cultural do estado. Desde seu fechamento até essa data, nove anos se passaram para oferecer a cidade à volta da memória do local. Por sua “obstinação germânica, sensibilidade italiana e trabalho açoriano”, Eva fez história (AXT, 1984, p. 55). Figura humana que se confunde com o teatro, sua tarefa de adotar aquele “templo secular” como parte de sua vida foi seu maior desafio de trabalho, acreditando que se assim não fosse a demolição do local se tornaria realidade. (THEATRO, 2008). Eva vendia o projeto como uma “mercadoria abstrata, desacreditada e desrespeitada” um “status”, uma “credibilidade num momento de absoluta ausência”, uma “ilusão”, a “certeza da palavra empenhada”, “espetáculos para dia e hora indicados dentro de uma obra de cimentos e tintas”, “cultura no meio de pedreiros e operários”. (HOHLFELDT, 1991, p. 141) Mesmo assim, seu esforço não foi em vão, e em 1985, o balanço era de 305 apresentações com 121.698 pessoas. No ano seguinte, em 1986, 270 promoções com público de 100 mil pessoas pagantes mais 20 mil de promoções gratuitas com projetos especiais no foyer, encontros, ensaios e música. (HOHLFELDT, 1991)

Hoje, a cidade possui 36 teatros com capacidade de 9.292 lugares, sendo 53% administrados por gestão privada. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2019) No Bairro Centro, se concentram 13 locais onde o Teatro São Pedro é o único formado por um complexo que ocupa uma área de 25 mil m² que inclui o teatro principal e um anexo denominado de Multipalco São Pedro. O teatro não passa despercebido do cenário urbano pois sua infraestrutura em nada lembra o período de sua reconstrução. O local estendeu sua área física seguindo as novas tendências culturais que as casas de espetáculos precisavam ter para atender a demanda crescente fazendo com que o setor público cedesse um espaço de área maior ao lado do teatro. (D’AMBROSI; MEIRELLES, 2014, p. 72) Sua *Missão* é “encantar, divertir e emocionar as pessoas, através da apresentação de teatro, música, dança e ações culturais de qualidade, contribuindo para a democratização da cultura”; sua *Visão* é “constituir-se, junto ao Multipalco Teatro São Pedro, em um grande centro de referência das artes de palco da América Latina.”; e seus *Valores* são “qualidade artística, respeito ao patrimônio público, e crença na energia e no talento das pessoas.” (THEATRO SÃO PEDRO,

2017) A estrutura física é grande, exigindo organização e recursos para manter suas dependências em uso. A histórica fachada do Theatro e a praça Multipalco são as entradas de acesso principais e pela vista aérea é possível ver como se distribui seu complexo (Figura 1). O Theatro São Pedro se posiciona ao fundo e os demais espaços na área anexa. Pela frente tem-se acesso ao teatro principal, foyer e memorial; pelo acesso administrativo, ou pela entrada do complexo, se tem acesso às salas de música, múltiplas, lojas, oficina e de dança, além do teatro italiano. O estacionamento para 240 vagas, distribuídas em três andares, situa-se na lateral do complexo e sua fachada externa oportuniza acesso rápido à via pública. Na praça, estão localizados o restaurante Du'Attos e a concha acústica, servindo de passagem para o teatro. Em 2018, pesquisa realizada pela consultoria JLeiva Cultura e Esporte (2018) apontou que 89% dos entrevistados conhecem o Theatro São Pedro e que 54% já foram no local. (MEIRELLES, 2018)

Se em 1984 apenas um palco foi reinaugurado, atualmente complexo possui: dois teatros, uma sala de dança, uma sala aos associados, um bar, um restaurante, um galpão crioulo, dois foyers, um memorial, um estacionamento, uma concha acústica, uma sala de imprensa, quatro lojas, cinco salas de oficinas, quatro salas de reuniões, quatro salas de músicas, uma musicoteca, uma sala de instrumentos e cinco salas de oficinas. Para dar conta de todo complexo, em 1984, criou-se Associação Amigos do Theatro São Pedro com a finalidade de gerir o espaço juntamente com a Fundação Teatro São Pedro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do artigo foi analisar as transformações do Theatro São Pedro desde sua criação até os dias atuais. Para isso, o referencial teórico sobre a memória foi apresentado uma vez que o teatro é um bem herdado, um bem simbólico, possuindo um valor cultural e memória cultural. Considerado como patrimônio oficial da cidade, desde o século XIX, contribuiu para impulsionar o desenvolvimento da cidade e o mercado de bens culturais.

Com o passar do tempo, sua restauração foi necessária, dada a precariedade de sua infra-estrutura, necessitando de recursos financeiros e humanos para voltar a cena nos anos 1980. Nesse período, outros teatros já habitavam a paisagem urbana e concorriam com o São Pedro e uma diversidade maior de equipamentos culturais como cinemas, bibliotecas, cine-teatros, museus, rádio e televisão também emergiam para atrair o público. Mas, havia espaço para sua reconstrução dada as condições operacionais precárias com que os outros teatros funcionavam.

Hoje, o teatro é um centro de referência em Porto Alegre, que não cessa de se reinventar diante uma demanda cultural em crescimento e de novos espaços teatrais que transitam no mesmo cenário urbano. O local preservou e renovou seus traços, símbolos, memórias e histórias, mesclando o antigo e moderno em sua infra-estrutura, alterando a paisagem urbana. Seu compromisso com o desenvolvimento permeia uma grade de programações artísticas diversas em suas dependências internas e externas conferindo-lhe ser um polo de difusão cultural e educacional local.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana**. HABITUS, Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação – formas e transformações da Memória Cultural**. Campinas: editora da UNICAMP, 2011.

- AXT, Gunter. **O nosso Theatro: itinerário de um espetáculo sesquicentenário**. In: THEATRO SÃO PEDRO: 150 ANOS. Porto Alegre: Agência RBS, 2008.
- BAZCKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/12853058/Bronislaw-Baczko-Imaginacao-Social>> Acesso em: 15 jun. 2017.
- BOLÁN, Eduardo Nivón. **Del patrimonio como producto. La interpretacion Del patrimonio como espacio de intervención cultural**. 2010. In: *Gestionar el patrimonio en tiempos de globalización*. Universidad Autónoma Metropolitana México, pp.15-35, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas, sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Portugal: Edições 70, 2014.
- D'AMBROSI, Regina; MEIRELLES, Mauro. **O Theatro São Pedro no espaço da cidade: memória social e consumo da cultura**. *Revista Gestão e Desenvolvimento*. Novo Hamburgo, Ano XI, v. 11, n.1, p. 58-76, jan, 2014.
- DAMASCENO, Athos et. alii. **O Teatro São Pedro na vida cultural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Departamento de Assuntos Culturais da SEC, 1975.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado**. *Historia*, Rio Grande, 3 (3): 09-26, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3259/1936>>. Acessado em: março de 2019.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice Centauro, 1990.
- HOHLFELDT, Antônio. **Doce Fera: Fragmentos biográficos de Eva Sopher**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1991.
- GOLIN, Cida et alii. **Teatro São Pedro: palco da cultura 1858-1988**. Porto Alegre: IEL, 1989.
- IBGE (1975) **Serviço de Estatística da Educação e Cultura**. Anuário estatístico do Brasil 1974. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 1975.
- IBGE. Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- IBGE. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- IBGE. Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1985.
- IBGE. Ministério da Educação, Secretaria Geral, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Divisão de Análise e Disseminação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 1986.
- MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º. distrito**. Porto Alegre, 2010. 354 f Tese. (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010
- MEIRELLES, Ricardo; LEIVA, João. (2018) **Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte**. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018. 196p.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, 2019. **Dados estatísticos culturais**. Disponível em: <<http://dados.cultura.gov.br/>> Acessado em: março de 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. IN: Fragmentos da Cultura, Goiânia, v. 14, n. 9, p. 1595- 1604, set. 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2.ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

THEATRO SÃO PEDRO. **Álbum ilustrado comemorativo de sua reinauguração**. Porto Alegre, Editora Gráfica Metrópole, 1984.

THEATRO SÃO PEDRO. **150 ANOS**. Porto Alegre: Agência RBS, 2008.

THEATRO SÃO PEDRO. **Infraestrutura**. Disponível em: <<https://www.teatrosoapedro.com.br/>> Acesso em: 20 abr. 2017.

Tabela 1: Equipamentos culturais no Brasil e Rio Grande do Sul - 70 e 80

	BRASIL			RS			RS/BR	
	70	80	$\Delta 70/80\%$	70	80	$\Delta 70/80\%$	70(%)	80(%)
Teatros	91	194	113,19	3	12	200,00	3,30	6,79
Museus	206	571	177,18	20	62	210,00	9,71	10,86
Cinemas	3.079	2.139	(30,53)	263	166	(36,88)	8,54	7,76
Cine-teatros	117	154	31,62	15	21	40,00	12,82	13,64
Bibliotecas	2.517	21.602	758,24	183	2.603	1.322,40	7,27	9,55
Emissoras de rádio	990	1159	17,07	124	149	20,16	12,53	12,86
Emissoras de televisão	40	108	170,00	2	13	550,00	5,00	12,04
Jornais de informação geral	957	1371	43,26	72	136	88,89	7,52	9,92

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, 1968, 1979, 1982, 1985, e 1979.

Figura 1. Vista aérea do Theatro e Multipalco



Fonte: Acervo Digital TSP

ROTEIROS DE IMERSÃO NA CULTURA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA

*Jaqueline Trombin*¹⁷⁹

*Tatiana Vargas Maia*¹⁸⁰

*Luciane Marques Raupp*¹⁸¹

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar as motivações para a aprendizagem da língua e cultura italiana pelos alunos da Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul (ACIRS) e a busca de roteiros turístico-culturais de imersão na cultura da imigração italiana na Serra Gaúcha que contemplem às necessidades dos alunos matriculados na instituição, que será o produto do mestrado profissional. Procura através do referencial teórico fazer as inter-relações entre memória e identidade cultural dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Cultural; Imigração Italiana no Rio Grande Do Sul; Roteiros Turístico-Culturais; Turismo Cultural; Vocabulário Linguístico Italiano.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar as motivações para a aprendizagem da língua e cultura italiana pelos alunos da Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul (ACIRS) e a busca de roteiros turístico-culturais de imersão na cultura da imigração italiana na Serra Gaúcha que contemplem às necessidades dos alunos matriculados na instituição, que será o produto do mestrado profissional.

O interesse do trabalho reside na região italiana, cuja cultura é proveniente do Vêneto, região da Itália de onde vieram a maioria dos imigrantes. As características culturais da região estão representadas pelo dialeto *talian*, reconhecido como patrimônio cultural e linguístico, pela produção de uva e vinhos, pelos pratos típicos da culinária tradicional italiana e pelo patrimônio histórico-cultural arquitetônico.

As temáticas tratadas nos cursos oferecidos pela ACIRS referem-se às temáticas europeias, não são tratados no curso e nos materiais didáticos, todos importados na Itália, assuntos referentes à cultura italiana dos imigrantes que vieram para o Brasil, e, mais especificamente, para o Rio Grande do Sul. E aqui, tão próximo, na Serra Gaúcha, temos toda a cultura italiana que veio com os imigrantes, seja através dos costumes, arquitetura, culinária, religião, língua (dialeto), tradições, enfim, o modo de viver. Uma região a ser explorada através do turismo, visitação e roteiros em que os alunos de língua e cultura italiana possam conhecer e tomar contato com a cultura italiana local (trazida pelos imigrantes) sem precisar grandes deslocamentos ou os gastos geralmente envolvidos em viagens internacionais, servindo de motivação para o aprendizado da língua.

Observa-se também por meio da consulta aos sites e ao setor de intercâmbio da ACIRS, uma

179 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais em pela Universidade LaSalle. E-mail: jtrombin@hotmail.com.

180 Orientadora pela Universidade LaSalle.

181 Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Psicologia Social e Institucional pela mesma Universidade e doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

grande variedade de escolas da Itália que oferecem cursos de imersão para estrangeiros no país, aliando a demanda de aprendizagem da língua e cultura italiana à do turismo, o que representa uma opção onerosa ao aluno, mas ao mesmo tempo, atrativa pois contempla suas necessidades de formação educacional e culturais.

Frente a essa realidade, surgiu a questão: como elaborar roteiros locais de imersão que possam colocar o aluno em contato com a cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, por meio de atividades turísticas em cidades de colonização italiana. Essa opção poderia colaborar para um maior conhecimento sobre o assunto, motivação para aprendizagem da língua e cultura italiana e sensibilização à cultura em estudo, além de propiciar o exercício do vocabulário linguístico do idioma italiano em atividades extraclasse e a (re)visitação ao patrimônio histórico-cultural italiano presentes na Serra Gaúcha, a um custo acessível.

Os objetivos específicos são possibilitar a interação com a cultura ítalo-gaúcha, propiciar o uso do vocabulário linguístico (língua italiana) em atividades extraclasse, (re)visitar o patrimônio da imigração italiana da Serra Gaúcha e verificar os motivos para aprendizagem da língua e cultura italiana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo sua obra “A memória coletiva” de Halbwachs, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência. A memória é sempre construída em grupo, mas é também, um trabalho do sujeito. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (Halbwachs, 2006)

Para o autor nossas lembranças são sempre coletivas, mesmo quando vividas sozinhas. Por mais que tenhamos a percepção de ter vivenciado acontecimentos sozinhos, mesmo assim nossas lembranças são coletivas, pois jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam presentes fisicamente, podem estar no pensamento. (Halbwachs, 2006)

Por isso, é necessário entender o significado dos grupos como condição para a construção da memória.

Os grupos de referência são grupos que o indivíduo fez parte e com o qual possui uma trajetória, presente em suas narrativas, identificando-se dentro desse contexto. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo, através das lembranças e rememorações. Portanto, as lembranças e rememorações são sempre consequência de um contexto social específico. (Halbwachs, 2006).

Os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar. Todas as ações dos grupos podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Cada detalhe tem um sentido inteligível aos membros do grupo. Ao mesmo tempo que o espaço faz lembrar uma maneira de ser comum a muitos homens, faz lembrar também, costumes distintos, de outros tempos. Sobretudo, faz lembrar de pessoas e relações sociais ligadas a ele, desse modo é sempre fonte de testemunhos.

Assim, neste projeto, como será abordado a questão da identidade cultural dos descendentes

de imigrantes italianos, sua busca por espaços onde seja possível rememorar as narrativas dos seus antepassados, presentes no seu imaginário social ou (re)visitar comunidades que fizeram parte da construção da identidade dos descendentes de italianos, o entendimento teórico das questões referentes à memória e identidade dos grupos de referência presentes na teoria de Halbwachs sobre o contexto social da memória é de extrema pertinência e relevância para o embasamento teórico da pesquisa.

Para Candau (2012, p. 23) a metamemória “é a representação que fazemos das próprias lembranças, como nos vemos e identificamos, ou seja, dinâmica de ligação entre o indivíduo e o seu passado, uma memória reivindicada, aquela que diz respeito à construção identitária.”

É justamente o conceito de metamemória que procura-se compreender no presente trabalho de pesquisa pela sua ligação com a construção identitária, tão necessária e importante para os descendentes de italianos e a cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, como fator motivacional para o estudo da língua e cultura italiana.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve as instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. (Hall, 2002)

A importância da aprendizagem da língua como forma de manter a identidade cultural dos descendentes, uma vez que a língua faz parte da cultura de um povo, de se sentir cidadão italiano ou descendente daquela nação, mantendo vínculos identitários, a sensação do grupo de referência também abordados por Halbwachs e Pollak.

O turismo cultural está em amplo desenvolvimento pelo mundo, pressionado pela necessidade de preservação e restauração do patrimônio histórico-culturais. Possibilita experiência aos turistas através de vivências, adicionando bagagem cultural e conhecimentos sobre novas culturas, além do lazer, compreende atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e também de eventos culturais, buscando a valorização e promoção de bens materiais e imateriais da cultura. (Ministério do Turismo, 2010)

Dentro desse trabalho, as tradições e os costumes trazidos pelos italianos constituem em atrativos de muitas cidades da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul.

Adaptando os costumes e valores trazidos da Itália, os descendentes de imigrantes italianos construíram sua identidade cultural seja a união da família, a língua, a comida e a religiosidade são heranças cultivadas por eles. A maioria fala o idioma local, o *talian*, reconhecido oficialmente como patrimônio cultural e linguístico.

Para César (2016) nos roteiros turísticos da Serra Gaúcha percebe-se uma acentuada associação com valores memoriais do assentamento do imigrante, condição essa observada no imaginário dos moradores atuais descendentes de italianos. A região apresenta o turismo cultural como referencial, utilizando-se como recurso o processo de transposição de valores identitários europeus, ligando à cultura da Itália, isto se dá por meio da gastronomia, arquitetura, buscando reafirmar as raízes dos seus antepassados.

A cultura da imigração italiana, o cultivo da uva e a indústria vitivinícola são os três principais referenciais turísticos da região, sendo que a memória cultural é um dos principais atrativos da região. A identidade local cria um apelo turístico formando na área um grande potencial turístico através do apelo cultural do processo migratório, presente na memória de seus moradores descendentes de italianos. (César, 2016)

No turismo cultural da região, se faz forte apelo as rotas feitas por estradas coloniais, reforçando o reconhecimento de sua utilização como recurso de apropriação turística. Os roteiros são elaborados considerando a existência de antigos caminhos associados à memória.

Um roteiro pode representar um valor de identidade e memória, esses caminhos de visita são justificados por novas oportunidades com a atividade turística. Nesse contexto, os roteiros turísticos surgem como possibilidade de conhecer e interagir com o patrimônio histórico-cultural de uma local e preservar sua cultura, presente na memória e na construção da identidade de um grupo, atendendo uma demanda específica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que segundo Creswell (2010, p. 271) é assim conceituada:

“Pesquisa Qualitativa é um meio de explorar e de entender o significado que os indivíduos ou grupo atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve questões e procedimentos emergentes; coletar dados no ambiente dos participantes; analisar os dados indutivamente, indo dos temas particulares para os gerais; e fazer interpretações dos significados dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura de redação flexível “.

Para Gondim (2003) quando se opta por uma pesquisa qualitativa os critérios de qualidade são a compreensão de uma realidade em particular, a auto-reflexão e ação emancipatória. O conhecimento do mundo serve como um instrumento para auto conscientização e ação humana, diminuindo a distância entre a produção e aplicação do conhecimento e aumentando a exigência do comprometimento do pesquisador com a transformação social.

A pesquisa será configurada em três fases a saber: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

Na fase exploratória, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscas em bases de dados e portais para dimensionamento das temáticas a serem tratadas e também para localizar e acessar material bibliográfico relevantes para a elaboração do trabalho, enfim, foram realizadas pesquisas bibliográficas para detectar o estado da arte dos assuntos a serem aprofundados no estudo.

Na etapa seguinte será realizado um estudo para o desenvolvimento de um produto: roteiro turístico-cultural de imersão na cultura da imigração italiana na Serra Gaúcha. Para a elaboração do roteiro, será feita uma investigação envolvendo três momentos: aplicação de questionário estruturado (visando conhecer o perfil socioeconômico, interesses culturais, motivações para aprendizagem da língua italiana, hábitos de consumo do público-alvo), elaboração de possibilidades de roteiros turístico-culturais e realização de um grupo focal.

O grupo focal se justifica como metodologia, pois servirá para escolher o local do roteiro e coletar outras informações importantes para definir faixa etária e principais características que devem constar no processo de roteirização, importantes para atender às demandas reais e potenciais do público-alvo.

Na segunda fase será desenvolvido o trabalho de campo, que é a produção do roteiro (roteirização), seguindo as recomendações e diretrizes do Ministério do Turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho está na fase exploratória da pesquisa, foi realizado um levantamento inicial e, no presente momento, está sendo traçado o perfil socioeconômico dos alunos matriculados no primeiro semestre de 2018 na ACIRS, buscando coletar informações para elaboração do roteiro turístico-cultural que será o produto final do mestrado profissional.

Como resultado final pretende-se sensibilizar o aluno à cultura da imigração italiana, buscando compreender suas motivações para aprendizagem da língua italiana e a importância da aprendizagem da língua italiana para formação de sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. 96 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, [2006]. 1 v. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006. 1 v. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2018

BRASIL. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em: 21 jun. 2018

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012. 219 p.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Roteiros turístico-culturais na Serra Gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico memorial. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 416-434, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v10n3/pt_1982-6125-rbtur-10-03-00416.pdf> Acesso em: 10 maio 2018

COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: fontes históricas. Porto Alegre: EST, 1988. 223 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 102 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5 n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>> Acesso em: 11 mar. 2018.

ESCRITORES CANOENSES: PROCESSOS CRIATIVOS DE PRODUÇÃO DE LITERATURA

*Jaqueline Trombin*¹⁸²

*Kornelia Veronika Wasing*¹⁸³

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados do estudo sobre os processos criativos, o desenvolvimento da competência textual criativa, as temáticas tratadas e as trajetórias vinculadas à produção literária dos escritores de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Escrita; Processo Criativo; Escritores Canoenses.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo verificar como se dá o processo criativo dos escritores de Canoas, como são suas trajetórias de vida vinculadas à produção literária, para tanto foram entrevistados seis autores da cidade de Canoas, situada na região metropolitana de Porto Alegre. Dos seis entrevistados, quatro são do sexo masculino e dois do sexo feminino, todos são moradores de Canoas, sendo que apenas um nasceu na cidade. As mulheres apresentam idades de 64 e 67 anos; os homens, de 31, 39, 48 e 53 anos.

Quanto à ocupação, a trajetória profissional dos escritores apresenta-se da seguinte forma: uma professora de séries iniciais, mediadora de leitura por três anos no PROLER e voluntária na Casa do Poeta de Canoas; uma membro-fundadora e secretária da Associação Canoense de Escritores; um é metalúrgico, escreve artigos para jornais sobre a temática da questão ambiental; um é revisor de textos, professor na área de Letras; um coordenador do Colegiado do Livro, Literatura e da Leitura de Canoas, palestrante em escolas, nas feiras do livro e eventos culturais e um é colunista de jornal e secretário do Colegiado do Livro, Literatura e Leitura.

No que se refere à formação escolar, dois possuem o ensino superior completo, dois superior incompleto e dois ensino médio. Quanto ao tempo que é escritor(a) três começaram escrever por volta dos 15-17 anos, dois desde que se alfabetizaram e um por volta dos 45 anos.

Todos apresentam vinculação às associações, colegiados e entidades associativas na área do Livro, Literatura e Leitura, onde podem formular propostas e estratégias nas suas áreas de atuação, como representação de seus anseios enquanto escritores da cidade.

PROCESSO CRIATIVO NA ESCRITA

Conforme a UNESCO (2017) o acesso à cultura no Brasil reflete as desigualdades, o brasileiro praticamente não tem o hábito de leitura. A leitura está longe de estar entre as predileções dos hábitos culturais no Brasil.

Escrever é uma atividade que envolve toda uma gama de ideias abstratas. Quando se discute a respeito no âmbito da teoria, abordando-se ideias como inspiração, originalidade e dedicação. Entretanto, é no diálogo entre o mundo prático e o mundo das ideias que o escritor elabora seus livros e consegue

182 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE – Jaqueline.trombin0237@unilasalle.edu.br

183 Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da UNILASALLE – verwasing@yahoo.com.br

colocá-los em circulação, publicá-los, serem lidos e assim conseguem atingir a dimensão social dos seus propósitos.

Para Chartier (2002) a questão essencial que deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes autores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem. (*grifo nosso*)

Conforme a fala dos escritores (quadro 1, abaixo): a criatividade é o estudo dos processos, dos atos frequentes para a produção de uma obra original e eficaz. O processo de criação passa pela imaginação, pela inteligência, pela expressão emocional, e necessitam de desinibição, estimulação e organização, que são fases do processo criativo. O estudo da criação é recente como pesquisa científica. Mas a atividade é o fenômeno de criação são antiquíssimos.

A criatividade é um processo que pode ser desenvolvido em cada ser humano. A arte possui um papel fundamental nesse processo, confirmam os escritores canoenses. Os escritores canoenses escrevem os livros dirigidos às crianças para criar o hábito de leitura. Para jovens e adultos, além do hábito de leitura, serve como uma reflexão autocrítica da realidade social. Um dos entrevistados disse que a literatura nos une e humaniza (Escritor E).

Quadro 1. Processo Criativo dos Escritores Canoenses

Escritor	Processo criativo
A	Uma coisa que já nasce, bota do seu jeito. Olha uma coisa bonita e vai tentar criar, depende do estado de espírito, dias mais alegres, alguma notícia na tv. No primeiro livro de poesias, foi morar no interior, se fechou, começou a escrever para extravazar, se achou sozinha, distante da família. É mística, às vezes, acha que não é ela que escreve. Olha além das percepções.
B	Construção de pessoas preocupadas com o problema ambiental. O capitalismo destruindo tudo que é espaço. Alguém tem que defender a causa ambiental na cidade, no estado.
C	Aprendeu a ler com os pais a partir de sete anos e começou a escrever as histórias infantis e poesias. Imaginou os lugares que marcou as pessoas, as situações no dia a dia, os sabores e de sabores da vida. Para criar as personagens, As pessoas emotivas mais observador e vive pela emoção. Muita leitura fez alguns cursos de oficinas literárias. Todo o dia trabalha no computador, tentam criar as histórias, poemas de duas horas por dia á noite. Muitas leituras naturais e romances policiais: leitura Russa, poesia francesa e leitura nacional.
D	Ele sempre gostou de ler. Começou a ler com coleção de vagalume. Estudou no colégio das irmãs.
E	O professor Luiz Alberto Benaiter incentivou a ler e produzir contos para adultos. Ler e produzindo muito.
F	De várias formas, as necessidades dos alunos A qualidade dos livros adotados nas escolas não era de acordo do RS e do Município.- No seu livro procura fazer exercícios de acordo com a realidade do aluno. - Atividade diversificada na escola: oficina, dança, esporte, rádio, ciência, feiras culturais- Museu pessoal, para ele saber da história do aluno, ficha a do aluno.

Fonte: Autoria própria

TEMÁTICAS TRATADAS PELOS ESCRITORES

Dentre as temáticas tratadas pelos escritores objetos desse estudo destacam-se: literatura

infanto-juvenil (didáticos e poesias) , história de Canoas (romances e poesias), questão ambiental (artigos críticos e alertas), patrimônio histórico da cidade, folclore brasileiro e história da cidade (livros, artigos e resenhas).

Dentre os fatores que influenciam na escolha de um livro “o tema ou assunto” influencia mais a escolha dos adultos e daqueles com escolaridade mais alta. Já a “capa” de um livro é o principal motivo de escolha na faixa etária entre 5 e 13 anos. Nas faixas etárias correspondentes aos ciclos da escolarização básica (ensino fundamental e médio) as “dicas de professores” são mais influentes para aqueles que estão entre 5 e 10 anos de idade, tendo papel fundamental na criação do hábito de leitura. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016)

PROCESSO DE ESCRITA E COMPETÊNCIA TEXTUAL CRIATIVA

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, (2016), revelou que apenas 56% dos brasileiros podem ser considerados leitores, sendo que a principal motivação para ler um livro é o gosto, e quanto maior o nível de escolaridade do respondente, maiores são as menções “a atualização cultural ou conhecimento geral”. Gosto e exigência escolar são as motivações mais citados pelo mais jovens.

Ser escritor não é tarefa das mais fáceis. As dificuldades crescem, sobretudo, para os escritores de um país onde a média de leitura é bem menor do que na maioria dos outros. Ser escritor, demanda tempo e muita dedicação. Os caminhos de quem escolhe escrever profissionalmente, tem muitos obstáculos a serem superados.

Entrevistamos os escritores Canoenses, todos expressam livremente como se tornou escritor e suas vantagens e desvantagens no processo de conseguir escrever um livro. Primeiramente, eles gostam de ler e ver imaginando os fatos, os problemas e as convivências no dia a dia e transcreve-os em um livro como: contos para as crianças ou seja, uma história vivida das pessoas que viram. Todos usam imaginação para dar o sentido do que viram o ouviram da humanidade.

Os editores sem precisamente supervisionar a própria forma de textos, entreguem aos escritores, aos compositores, confiando na sua capacidade de produção do seu trabalho, inventando a fórmula apropriada de agregar seleção textual. No diálogo, eles confirmam na sua capacidade de produzir os textos e os transformam em livros dirigidos à instituição, às bibliotecas privadas e às famílias que possuem a cultura de ler.

O Escritor A relatou “ comecei a escrever porque senti a necessidade de que as escolas precisam de material de apoio para as suas aulas. E os educadores devem ser preparados e criativos na sua transmissão de aulas. É uma preocupação pessoal a educação, ensinando as crianças a ler e escrever.” Desde então, ela iniciou a escrever e refletir sobre a importância do conhecimento como cultura.

Para Moraes (2007, p. 196) compreender o sentido da escrita é entender a natureza reconstrutiva de todo conhecimento:

“[...] O conhecimento produz-se no diálogo entre diferentes sujeitos na constituição da intertextualidade cada vez mais complexa para todos os envolvidos. [...] Aceitando isto, entendemos que a escrita é ferramenta de reconstrução de conhecimentos e discursos sociais [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois desse breve apresentação dos resultados das entrevista dos escritores canoenses pelo surgimento, pela organização, pela produção e pela contribuição das associações literárias surgidas em Canoas, podemos dizer que eles são enfáticos em suas falas, compartilhando seus saberes com a comunidade. E na sua trajetória como escritor pretendem realizar o sonho de se tornar conhecido através de sua obra que é a sua própria sustentação.

Esse modelo de organização da intelectualidade, nomeadamente as agremiações literárias, cria uma atmosfera estimulante para a vida intelectual brasileira, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência de grupo entre os homens de letras e encorajando-os efetivamente a produzir. Reunir-se em associação, como é notável nas diversas citações recolhidas nas entrevistas.

Em uma sociedade cujas expressões culturais eram ainda recentes, as bibliotecas escassas, os escritores eram em grande parte os próprios consumidores de sua produção e as carências de informação e referências escritas eram muitas, as sociedades literárias apresentam-se como uma forma importante de obtenção de conhecimento e de estímulo.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **Desafios da escrita**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_4.pdf> Acesso em: 20 dez. 2017.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORAES, Roque. **Análise Textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

UNESCO. **Acesso à cultura no Brasil**. Disponível em: <<http://unesco.org/new/pt/brasília/culture/culture-and-development/acess-to-culture/>> Acesso em: 20 dez. 2017.

IMPrensa ESCOLAR NO PARANÁ E AS DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO NOVO: CULTURA POLÍTICA NAS ESCOLAS

Cristiane Antunes Stein¹

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre o papel da Imprensa Escolar, que se constitui em um conjunto de jornais escolares paranaenses, na consolidação e reafirmação de datas comemorativas forjadas pelo Estado Novo com a intenção de se constituírem em meios de propaganda política e perpetuação do regime.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Escolar, Estado Novo, Datas Cívicas Comemorativas, Cultura Política, Cultura Cívica Escolar.

IMPrensa ESCOLAR NO PARANÁ: AS VOZES DOS ESTUDANTES PARANAENSES NO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo, a imprensa brasileira de uma maneira geral se rendeu aos ideais apregoados pelo novo regime. Os meios de comunicação de massa auxiliaram na divulgação de suas informações que culminaria na propaganda política a serviço do Estado. Estes passam a se constituir em um instrumento de poder, já que “transformava ideias e conceitos em imagens e símbolos que foram incorporados no imaginário da população”. (CAPELATO, 1998)

A Imprensa Escolar constitui-se em uma reunião de jornais de Grupos Escolares, Ginásios, Escolas Particulares, Grêmios Literários e até mesmo de um Órgão de Presidiários. Em relação à materialidade desta fonte utilizada na pesquisa, é possível encontrar 9 volumes desta publicação na Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. As publicações têm início em setembro de 1938, mas tornam-se obrigatórias a partir da edição comemorativa do cinquentenário da República (novembro de 1939), com o conteúdo orientado e tutelado pela Diretoria Geral de Educação.

A identidade coletiva que o Estado Novo pretendia alcançar dava-se no esforço da construção de processos de homogeneização de comportamentos, práticas e leituras as quais os estudantes deveriam ter acesso. Sendo assim, tutelar o conteúdo da Imprensa Escolar supostamente garantiria a unidade do discurso difundido nas escolas para os jovens. Como afirma Capelato (2009) ao analisar o discurso estadonovista e peronista:

Estando os meios de comunicação, os veículos de expressão cultural e as instituições educacionais sob controle, os regimes varguista e peronista valeram-se desses instrumentos para transformar a identidade nacional de caráter individualista em identidade nacional coletiva, considerada elemento constitutivo primordial da política de massas introduzida no período. (CAPELATO, 2009, p. 222)

Em um documento publicado pela Diretoria Geral da Educação há a orientação de cada estabelecimento de ensino providenciasse 120 exemplares de seu jornal, um número bastante expressivo. Ocorreu-nos então o questionamento: quem financiava a produção e circulação da Imprensa Escolar? Os próprios jornais e estudantes nos dão pistas de que cada instituição financiava, muitas vezes com auxílio de comerciantes e benfeitores, os custos da impressão dos exemplares. Em alguns casos, os estudantes compravam os jornais e estes tinham grande circulação social.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. cris.astein@gmail.com

As crianças e jovens atribuíam grande importância a este meio de comunicação produzido no interior das instituições educativas. Os discursos procuravam exaltar a iniciativa da Diretoria Geral da Educação de criação da Imprensa Escolar. No jornal “Grupo Escolar 19 de Dezembro”, de 15/11/1940, já na primeira página, encontramos uma foto do Diretor Geral da Educação, Hostilio Cesar de Araújo e logo abaixo um texto parabenizando a Diretoria Geral da Educação, na figura de Hostílio, pela iniciativa. Isto reforça a importância de tal publicação, sendo uma realização própria do estado do Paraná.

De acordo com Nóvoa (2002) a natureza da informação fornecida pela imprensa é muito particular e insubstituível, já que:

Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa pode-se afirmar que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos e ideias, a normas legais ou a situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.) (NÓVOA, 2002, p. 13).

Destarte, apesar do discurso de exaltação à iniciativa de criação da Imprensa Escolar, enquanto discurso oficial, os textos publicados mostram como a prática se dava no interior das instituições no momento em que eram vividas, trazendo a voz dos atores envolvidos na produção dos periódicos.

IMPRENSA ESCOLAR E AS DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO NOVO: CULTURA POLÍTICA NAS ESCOLAS

A Imprensa Escolar também se constituía em um fenômeno comemorativo já que suas edições estavam vinculadas a datas importantes no cenário nacional, especialmente aquelas que diziam respeito ao Estado Novo. O fenômeno das comemorações pode ser entendido, de acordo com Silva (2001), como uma busca, através da “memorização”, de significações para o uso do presente. No Estado Novo, entretanto, as comemorações ganharam um novo desenho. A partir das datas já cristalizadas como constituintes da memória nacional, novas datas passaram a figurar no calendário de festividades. Aniversário de Vargas e Dia da Juventude Brasileira (19 de abril), Dia da Raça (05 de setembro), Aniversário do Estado Novo (10 de novembro).

Ora, se “nesse processo comemorativo, a distância do acontecimento passado é relativizada pela sua aproximação com o presente histórico [...] e a comemoração tem por objetivo demonstrar que o acontecimento rememorado, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir” (SILVA, 2001, p.19), o regime estaria interessado em se utilizar das datas já existentes para inculcar no imaginário coletivo as datas que acabava de criar como portadoras de acontecimentos significativos para a nação.

Todas as novas comemorações, por coincidência ou não, eram bem próximas a datas cívicas e aos poucos percebemos que o regime se apropriou destas e transformou-as em datas próprias para celebrar o Estado Novo. A partir disso, são previstas cerimônias que irão exercer grande importância na sedimentação da ideia de unidade e fortalecimento da nação. Isto se deve à capacidade destas em “contribuir para a construção de valores sociais e políticos, ao mesmo tempo em que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos”. (SANTOS, 2004, p. 79)

Isto pode ser explicado pelo conceito de “tradição inventada” que de acordo com Hobsbawm e

Ranger (1984) é “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado”. Ora, os acontecimentos de outrora eram importantes, mas o mais importante era o Estado Novo que se apresentava tão forte e imponente diante de seus cidadãos.

Sem dúvida a data que parece apresentar mais contradições na Imprensa Escolar em relação àquilo que deveria ser comemorado é nas proximidades do dia 21 de abril. Com exceção da edição do ano de 1940, em que há um “padrão” em relação à data (21/04) e comemoração (Inconfidência Mineira), nos anos seguintes algumas instituições trarão datas distintas na capa (19/04 ou 21/04), bem como temáticas distintas para seus periódicos (Aniversário de Getúlio Vargas e, posteriormente, Dia da Juventude Brasileira ou Inconfidência Mineira).

Esta oscilação na comemoração de abril, nos leva a crer que a disputa pela consolidação da figura de Getúlio Vargas como herói da Pátria era buscada como meio de sedimentação do regime do Estado Novo. Como nos lembra Carvalho (1990):

Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados. (CARVALHO, 1990, p. 55, 56)

Sendo assim, a construção do mito em torno do regime e da figura do presidente Vargas intensificou-se conforme o regime ia se consolidando. O imaginário social e político revelava-se em diferentes dimensões e o meio educacional era campo fértil para a disseminação da imagem heroica do chefe da Nação. As edições passaram cada vez mais a trazer a temática da comemoração criada pelo Estado Novo, dando pouca visibilidade às datas cívicas já existentes pré-regime. Geralmente, a figura de Getúlio Vargas aparece em primeiro plano ou em pé de igualdade com o “heróis nacionais” venerados até então, como nos exemplos a seguir:



Fonte: Imprensa Escolar – BPP – Divisão Paranaense

Na primeira capa, a figura de Vargas ganha um destaque muito maior que a de Tiradentes, assim como o texto que as acompanha, que versa sobre a importância de cada uma destas figuras nacionais. Na segunda capa, Deodoro e Vargas, são colocados em um mesmo patamar de importância para a História do país. Já na última, a comemoração da Proclamação da República é totalmente omitida, cedendo espaço à comemoração do Aniversário do Estado Novo.

Analisar a Imprensa Escolar enquanto fonte, em seu conteúdo e forma nos ajuda a compreender os discursos e práticas que permeavam os processos educativos no varguismo e qual o impacto destes para a educação e para a sociedade como um todo, bem como se deu a construção de uma cultura política e memória social.

Vale lembrar que para Weber (1971), o pontapé inicial para a ação social parte da ação individual e dos sentidos individuais que cada um confere à ação, sendo assim desvendar e compreender os discursos dos estudantes é de fundamental importância para apreendermos como eles estavam assimilando o regime e qual era o papel da escola e da cultura escolar para a legitimação do mesmo no campo da cultura política. De acordo com Vidal “é na imprensa que se manifestam vozes que, muitas vezes, não seriam ouvidas por outros veículos impressos como nas produções acadêmicas ou em livros. Portanto, é possível através dos jornais, conhecer os fatos e ‘apreender as múltiplidades do campo educativo’ ” (VIDAL, 2008).

Entendo as construções textuais das crianças e jovens presentes nos periódicos a partir da perspectiva do dialogismo de Bakhtin (2003) que define o texto como um “tecido de muitas vozes” que se complementam e por este caráter de interação mostram a compreensão de um determinado grupo, classe ou segmento, sendo assim necessariamente ideológicos e marcados por “coerções sociais.” Deste modo, a pesquisa continuará aprofundando a análise dos discursos e práticas que foram registradas nestas fontes, enquanto construção política e social pelo olhar das crianças e jovens. Como afirma Febvre, (1977) o trabalho do historiador passa pelo desafio de fazer falar aquilo que é silencioso, aquilo que a fonte, que foi produzida pelos homens e mulheres de uma sociedade em determinado momento histórico, não diz por si própria.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 366 páginas.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, M.C. (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-213.
- BAKHTIN, Mikhail. **Multidões em cena – Propaganda Política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2009. 344 páginas.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia da letras, 1990. 176 páginas.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977. 262 páginas.
- HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence (org) **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 392 páginas.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. P. 11-31.

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. **A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro**. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. 151 páginas.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **O fenômeno das comemorações como objeto de análise histórica**. Revista Espaço Plural, Março 2001. P. 425-438.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O uso dos impressos como fonte e objeto de investigação para estudos em História da Educação**. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju, 09 a 12 de novembro de 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 530 páginas.